



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS HUMANAS E
SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA -
PPGEOG



DOS MEANDROS DOS RIOS AOS MEANDROS DA LEI: CENÁRIOS E
POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS À PESSOA IDOSA NO MUNICÍPIO DE
TAPAUÁ/AM

IGOR MESQUITA RODRIGUES

MANAUS
2024

IGOR MESQUITA RODRIGUES

**DOS MEANDROS DOS RIOS AOS MEANDROS DA LEI: CENÁRIOS E
POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS À PESSOA IDOSA NO MUNICÍPIO DE
TAPAUÁ/AM**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia - PPGEOG/UFAM, como requisito para obtenção de título de Mestre em Geografia. Área de concentração: Espaço, Território e Cultura na Amazônia.

Orientador: Prof. Dr. Nelcionei José de Souza Araújo

MANAUS

2024

Ficha Catalográfica

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

R696d	Rodrigues, Igor Mesquita Dos meandros dos rios aos meandros da lei : Cenários e políticas públicas voltadas à pessoa idosa no município de Tapauá/AM / Igor Mesquita Rodrigues . 2024 201 f.: il. color; 31 cm. Orientador: Nelcione José de Souza Araújo Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal do Amazonas. 1. Políticas Públicas. 2. Pessoas Idosas. 3. Mobilidade Urbana. 4. Amazônias. I. Araújo, Nelcione José de Souza. II. Universidade Federal do Amazonas III. Título
-------	---

IGOR MESQUITA RODRIGUES

**DOS MEANDROS DOS RIOS AOS MEANDROS DA LEI: CENÁRIOS E
POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS À PESSOA IDOSA NO MUNICÍPIO DE
TAPAUÁ/AM**

Dissertação apresentada ao Programa de
Pós-Graduação em Geografia -
PPGEOG/UFAM, como requisito para
obtenção de título de Mestre em Geografia.
Área de concentração: Espaço, Território e
Cultura na Amazônia.

Aprovado em: 01 de outubro de 2024.

BANCA EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente
 **NELCIONEY JOSE DE SOUZA ARAUJO**
Data: 03/10/2024 12:24:13-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Nelcionei José de Souza Araújo, presidente
Universidade Federal do Amazonas
(PPGEOG - UFAM)

Documento assinado digitalmente
 **PEDRO RICARDO DA CUNHA NOBREGA**
Data: 01/10/2024 21:51:01-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Pedro Ricardo da Cunha Nóbrega, Membro Externo
Universidade Federal do Vale do São Francisco
(UNIVASF)

Documento assinado digitalmente
 **DEVISON CARVALHO MOLINARI**
Data: 02/10/2024 10:20:28-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Deivison Carvalho Molinari, Membro Interno
Universidade Federal do Amazonas
(PPGEOG – UFAM)

*“O drama da velhice não é apenas se tornar
velho, mas ser tratado como se fosse invisível”.*

Simone de Beauvoir

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por me fortalecer, dar saúde física e mental para superar todos os obstáculos e chegar até esse momento.

À minha família, meus irmãos Maurício Mesquita e Douglas Mesquita, em especial à minha mãe Maria Raimunda Mesquita, esposa Renielle Reis e meu filho Dimitri Reis, que na verdade sempre foi meu maior entusiasta, me forneceram apoio e incentivo constante ao longo desses anos, sempre acreditando no meu potencial.

Aos professores que fizeram diferença na minha caminhada, desde a educação básica até esse momento, em especial, ao professor Dr. Nelcionei José e Ana Paulina, mas também meus primeiros orientadores, Prof. Dra. Neliane e Prof. Dr. Deivison Molinari que são fonte de inspiração e admiração.

Aos queridos companheiros que conheci durante essa trajetória de pouco mais de dois anos no Programa de Pós-Graduação: Tairone Santos, Carlos Madureira, Letícia, entre outros. Não poderia deixar de citar também os demais colegas que fazem parte do mesmo grupo de pesquisa Amazônia em Múltiplas Escalas: Cipriano, Danglares, Ícaro e Ronaldo. Aos amigos de trabalho, professora Me. Dayana Assis e as futuras mestras Bruna Lorena e Paula Ribeiro.

Agradeço também aos professores que estiveram em minha banca Professor Dr. Nelcionei José de Souza Araújo (UFAM) que a presidiu, professor Dr. Pedro Ricardo da Cunha Nóbrega (UNIVASF) e professor Dr. Deivison Carvalho Molinari (UFAM).

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas – FAPEAM e a CAPES, pelo apoio no desenvolvimento desta pesquisa.

Por fim, agradeço às pessoas idosas residentes no município de Tapauá; ao cidadão e excelente fotógrafo Gel Souza que me concedeu algumas belas imagens; aos gestores locais: prefeito, secretário e demais administradores dos espaços em que visitei e fui extremamente bem recebido.

RESUMO

A população mundial está envelhecendo rapidamente, o que tem exigido cada vez mais atenção das políticas públicas. No Brasil, o cenário é semelhante: o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) prevê que em 2060, a população de idosos irá ultrapassar a de crianças e jovens com até 14 anos de idade. Nesse contexto, torna-se fundamental a elaboração e aplicação de políticas públicas voltadas para a promoção da qualidade de vida da pessoa idosa, garantindo seus direitos e protegendo-a de situações de vulnerabilidade como abuso financeiro, físico, sexual, entre outros. Neste sentido, o estudo teve como objetivo geral: Conhecer o cenário atual da população idosa da área urbana do município de Tapauá/Am. E como objetivos específicos: a) Identificar através da análise de dados secundários do IBGE, se o município acompanha a tendência mundial de envelhecimento da população; b) Compreender de que forma os gestores locais vêm preparando para esse fato; c) Levantar informações a respeito de políticas locais voltadas à pessoa, leis municipais, decretos etc.; o estudo foi desenvolvido no Município de Tapauá-AM, que segundo censo do IBGE (2022) possui 19.599 habitantes, sendo destes 1.476 pessoas idosas divididos entre homens e mulheres. A metodologia foi realizada em quatro (04) etapas: I) revisão bibliográfica; II) Levantamentos de dados secundários; III) Pesquisa de campo; IV) Análise e interpretação dos dados. Optou-se neste estudo por utilizar uma triangulação metodológica, pois, somente um método seria incapaz de auxiliar o entendimento da enorme complexidade que envolve o tema. O município conta com uma grande rede de apoio às pessoas idosas e serviços sociais, que podem ser solicitados no CRAS, CREAS, SEMAS, INSS, SEMSA, CCI entre outros. Pode-se concluir através desse estudo que o município necessita de (re) formulação de suas políticas públicas como a criação de novas leis e decretos; de acordo com as técnicas de pesquisa utilizadas, a população de forma geral desconhece o fenômeno do envelhecimento populacional, que diferente do envelhecimento humano, que pressupõe entender a totalidade do ser humano, se detém à concentração de sujeitos velhos em um recorte populacional e espacial, que no local estudado está ocorrendo de forma acelerada, segundo dados coletados dos últimos três censos demográficos.

Palavras-chave: Políticas públicas; Pessoas Idosas, Mobilidade Urbana, Amazônias.

ABSTRACT

The world's population is aging rapidly, which has increasingly required attention from public policies. In Brazil, the scenario is similar: the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE) predicts that by 2060, the elderly population will surpass that of children and young people up to 14 years of age. In this context, it is essential to develop and implement public policies aimed at promoting the quality of life of the elderly, guaranteeing their rights and protecting them from situations of vulnerability such as financial, physical, sexual abuse, among others. In this sense, the study had the following general objectives: To understand the current situation of the elderly population in the urban area of the municipality of Tapauá/Am. And as specific objectives: a) To identify, through the analysis of secondary data from the IBGE, whether the municipality follows the global trend of population aging; b) To understand how local managers have been preparing for this fact; c) To gather information about local policies aimed at the elderly, municipal laws, decrees, etc.; The study was developed in the municipality of Tapauá-AM, which according to the IBGE census (2022) has 19,599 inhabitants, of which 1,476 are elderly people divided between men and women. The methodology was carried out in four (04) stages: I) bibliographic review; II) Secondary data surveys; III) Field research; IV) Data analysis and interpretation. In this study, it was decided to use a methodological triangulation, since only one method would be incapable of helping to understand the enormous complexity involved in the theme. The municipality has a large support network for the elderly and social services that can be requested at CRAS, CREAS, SEMAS, INSS, SEMSA, CCI, among others. It can be concluded through this study that the municipality needs to (re)formulate its public policies such as the creation of new laws and decrees, according to the research techniques used, the population in general is unaware of the phenomenon of population aging which, unlike human aging, which presupposes understanding the totality of the human being, is limited to the concentration of elderly subjects in a population and spatial cutout, which in the studied location is occurring at an accelerated rate according to data collected from the last three demographic censuses.

Keywords: Public policies; Elderly People, Urban Mobility, Amazon.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1:	Resumo das orientações produzidas durante a II Assembleia Mundial sobre o envelhecimento, Madrid 2002	29
Figura 2:	Mapa de abrangência da Amazônia Legal	62
Figura 3:	Total de pessoas idosas na Amazônia e sua relação com a população residente total	64
Figura 4:	Localização do município de Tapauá - AM	125
Figura 5:	Uso do solo, Unidades de Conservação e Terras Indígenas no município de Tapauá - AM	127
Figura 6:	Vida cotidiana com pôr do sol ao fundo em Tapauá/AM.....	148
Figura 7:	Iluminação das ruas periféricas na área urbana de Tapauá	150
Figura 8:	Casas sobre o rio Ipixuna no município de Tapauá – AM	151
Figura 9:	Portos alternativos utilizados pela população de Tapauá	152
Figura 10:	Centro de Referência em Assistência Social de Tapauá	156
Figura 11:	Centro de Referência Especializado em Assistência Social de Tapauá	157
Figura 12:	Centro de Convivência da Pessoa Idosa de Tapauá	160
Figura 13:	Mapa de abrangência da Atenção Básica em Tapauá	164
Figura 14:	UBS – Unidade Básica de Saúde Clara Freire	165
Figura 15:	UBS – Unidade Básica de Saúde Érico Menezes Seixas	167
Figura 16:	UBS – Unidade Básica de Saúde do Açaí	167
Figura 17:	UBS – Unidade Básica de Saúde do Rio Purus	171
Figura 18:	UBS – Unidade Básica de Saúde do Beabá / Foz de Tapauá	174
Figura 19:	Sede do Instituto Nacional de Seguridade Social em Tapauá	180

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1:	Percentual de pessoas idosas em relação à população residente na Amazônia Ocidental nos últimos censos	51
Gráfico 2:	Percentual de pessoas idosas em relação à população residente na Amazônia Oriental nos últimos censos	57
Gráfico 3:	Análise comparativa entre pessoas idosas residentes nos municípios da região geográfica imediata de Manaus	69
Gráfico 4:	Análise comparativa entre as pessoas idosas residentes nos municípios da região geográfica imediata de Manaus	72
Gráfico 5:	Análise comparativa das pessoas idosas residentes nos municípios da região geográfica imediata de Manacapuru	76
Gráfico 6:	Análise comparativa das pessoas idosas residentes nos municípios da região geográfica imediata de Coari	79
Gráfico 7:	Análise comparativa das pessoas idosas residentes nos municípios da região geográfica imediata de São Gabriel	82
Gráfico 8:	Análise comparativa das pessoas idosas residentes nos municípios da região geográfica imediata de Parintins	84
Gráfico 9:	Análise comparativa das pessoas idosas residentes nos municípios da região geográfica imediata de Itacoatiara	89
Gráfico 10:	Análise comparativa das pessoas idosas residentes nos municípios da região geográfica imediata de Itacoatiara	92
Gráfico 11:	Análise comparativa das pessoas idosas residentes nos municípios da região geográfica imediata de Tefé	95
Gráfico 12:	Análise comparativa das pessoas idosas residentes nos municípios da região geográfica imediata de Tefé	98
Gráfico 13:	Análise comparativa das pessoas idosas residentes nos municípios da região geográfica imediata de Tabatinga	101
Gráfico 14:	Análise comparativa das pessoas idosas residentes nos municípios da região geográfica imediata de Tabatinga	104
Gráfico 15:	Análise comparativa das pessoas idosas residentes nos municípios da região geográfica imediata de Eirunepé	107

Gráfico 16:	Análise comparativa das pessoas idosas residentes nos municípios da região geográfica imediata de Manicoré	111
Gráfico 17:	Análise comparativa das pessoas idosas residentes nos municípios da região geográfica imediata de Lábrea	115
Gráfico 18:	Dados da população residente dos últimos censos em Tapauá	141
Gráfico 19:	Dados da população de pessoas idosas dos últimos censos e Tapauá	143
Gráfico 20:	Dados da população de pessoas idosas e residentes nos últimos censos em Tapauá	146
Gráfico 21:	Pessoas idosas atendidas na UBS Clara Freire	166
Gráfico 22:	Pessoas idosas atendidas na UBS Érico Menezes Seixas	168
Gráfico 23:	Pessoas idosas atendidas na UBS do Açaí	170
Gráfico 24:	Pessoas idosas atendidas na UBS do Rio Purus	172
Gráfico 25:	Pessoas idosas atendidas na UBS do Rio Ipixuna	173
Gráfico 26:	Pessoas idosas atendidas na UBS do Beabá / Foz de Tapauá .	175

LISTA DE QUADROS

Quadro 1:	Direitos adquiridos pelas pessoas idosas na Constituição brasileira de 1988	37
Quadro 2:	Diretrizes e estratégias da Política Nacional de Atenção à Saúde da Pessoa Idosa	39
Quadro 3:	Principais avanços do Estatuto da Pessoa Idosa	45
Quadro 4:	Resumo da divisão em Amazônia Ocidental e Oriental.....	50
Quadro 5:	Regiões Geográficas Intermediárias e Imediatas do Amazonas..	67

LISTA DE TABELAS

Tabela 1:	Características dos municípios pertencentes à região geográfica imediata de Manaus	74
Tabela 2:	Características dos municípios pertencentes à região geográfica imediata de Manacapuru	78
Tabela 3:	Características dos municípios pertencentes à região geográfica imediata de Coari	81
Tabela 4:	Características dos municípios pertencentes à região geográfica imediata de São Gabriel da Cachoeira	84
Tabela 5:	Características dos municípios pertencentes à região geográfica imediata de Parintins	88
Tabela 6:	Características dos municípios pertencentes à região geográfica imediata de Itacoatiara	94
Tabela 7:	Características dos municípios pertencentes à região geográfica imediata de Tefé	100
Tabela 8:	Características dos municípios pertencentes à região geográfica imediata de Tabatinga	106
Tabela 9:	Características dos municípios pertencentes à região geográfica imediata de Eirunepé	110
Tabela 10:	Características dos municípios pertencentes à região geográfica imediata de Manicoré	114
Tabela 11:	Características dos municípios pertencentes à região geográfica imediata de Lábrea	118
Tabela 12:	Municípios do Amazonas que possuem pessoas idosas acima da média mundial (Zonas Azuis)	121
Tabela 13:	Características da população do município de Tapauá, nos últimos censos demográficos na faixa de 0 a 59 anos	143
Tabela 14:	Características da população do município de Tapauá, nos últimos censos demográficos na faixa de 60 anos ou mais	147

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
CAPÍTULO I: A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO NA AMAZÔNIA E ARCABOUÇOS LEGAIS INTERNACIONAIS E NACIONAIS SOBRE O ENVELHECER	20
1.1 Produção Do Espaço Urbano Na Amazônia	20
1.2 Planejamento Urbano	22
1.3 Políticas Públicas	24
1.4 Arcabouços Legais Internacionais sobre o Envelhecimento	25
1.5 O Envelhecimento Da População Mundial	33
1.6 Constituição Cidadã	35
1.7 Marco Histórico Nacional: Estatuto da Pessoa Idosa de 2003	44
CAPÍTULO II: CENÁRIO DO ENVELHECIMENTO NAS AMAZÔNIAS	49
2.1 Contrastes do Envelhecer	49
2.2 Amazônia Ocidental	50
2.3 Amazônia Oriental	56
2.4 Amazônia Legal	62
2.5 Espacialização da Pessoa Idosa no Estado do Amazonas	66
2.6 Zonas Azuis No Amazonas?	119
2.7 Cenários do Envelhecimento no Amazonas	121
CAPÍTULO III: PLANEJAMENTO URBANO/SOCIAL PARA AS PESSOAS IDOSAS EM TAPAUÁ	125
3.1 Caracterização e Localização da Área de Estudo.....	125
3.1.1 Terra Indígena Apurinã do igarapé São João	127
3.1.2 Terra Indígena Apurinã Tanamirim.....	128
3.1.3 Terra Indígena Paumari	129
3.1.4 Terra Indígena Banawa	130
3.1.5 Terra Indígena Zurnahã	131
3.1.6 Terra Indígena Deni	132
3.1.7 Terra Indígena Hi-Merimã	133
3.1.8 Parque Nacional Nascente do Lago Jari	134
3.1.9 Reserva Biológica do Abufari	134

3.1.10 Reserva de Desenvolvimento Sustentável Piagaçu-Purus	136
3.1.11 Floresta Estadual Tapauá	137
3.2 Purus: O Rio de Caminhos Sinuosos	138
3.3 Perfil das Pessoas Idosas de Tapauá	139
3.4 Avanços e Desafios da Mobilidade Urbana em Terra Firme e sobre o rio.....	147
3.5 Programas e Serviços de Assistência às Pessoas Idosas	153
3.5.1 Centro de Referência de Assistência Social (CRAS)	155
3.5.2 Centro de Referência Especializado de Assistência Social	157
3.5.3 Centro de Convivência do Idoso de Tapauá	159
3.6 Atenção Básica à Saúde (AB)	164
3.6.1 Unidades Básicas de Saúde – UBS, no município de Tapauá e o atendimento às pessoas idosas	165
3.7 Rede de Apoio para Garantia dos direitos das Pessoas Idosas em Tapauá	179
3.7.1 Conselho Municipal da Pessoa Idosa	181
3.8 Transição Demográfica em Tapauá e o Futuro das Pessoas Idosas .	183
CONSIDERAÇÕES FINAIS	186
REFERÊNCIAS	188
APÊNDICE	195

INTRODUÇÃO

A população mundial está envelhecendo rapidamente, o que tem exigido cada vez mais atenção das políticas públicas. Segundo a Organização das Nações Unidas (ONU) em 2050, a população de pessoas idosas será de 1,5 bilhões em todo o mundo, o dobro do número atual. No Brasil, o cenário é semelhante, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística prevê que em 2060, a população de idosos irá ultrapassar a de crianças e jovens com até 14 anos de idade (IBGE, 2020).

Nesse contexto, torna-se fundamental a elaboração de políticas públicas voltadas para a promoção da qualidade de vida dos idosos, garantindo seus direitos e protegendo-os de situações de vulnerabilidade. No entanto, o desafio não é simples, especialmente em municípios pequenos e pouco desenvolvidos.

Nos primórdios da humanidade, e, ainda hoje se encontram presentes em algumas organizações sociais no oriente e algumas sociedades ameríndias, os velhos, como eram conhecidos na antiguidade ou anciãos, que foram parte importante da sociedade. Como argumenta Lao-Tsé (604-531 a.C.) que criou o Taoísmo, que é uma doutrina mística e filosófica chinesa: “a velhice era entendida como uma vivência, um momento supremo de alcance espiritual máximo, e que o ser humano, ao chegar à idade de 60 anos, estaria próximo do momento de liberdade do corpo físico, para viver o êxito da passagem à santidade” (Lebrão e Camarano, 2004. p. 10).

Confúcio, também, percebia os velhos como pessoas de grande autoridade e sabedoria e declarava que aos 60 anos o ser humano passa a compreender, sem a necessidade de refletir tudo o que ouve, e, a partir dos 70 anos os indivíduos seguem os desejos de seu coração, sem violar regra alguma.

Na cultura japonesa esse mesmo pensamento de valorização está presente, onde as novas gerações são criadas de forma que respeitem e cuidem de seus anciãos, tratando-os com respeito, admiração, amor e carinho. A atuação nas decisões importantes nos grupos sociais aos quais fazem parte, inclusive, alterando as agendas e o destino da política do seu país, cabem a eles (Pessanha, 2006).

Esses modos de enxergar a velhice são importantes, porque acompanha-se no Brasil e no mundo a passagem de uma população jovem para uma população envelhecida. Trata-se então de uma mudança significativa da pirâmide etária, o que está relacionado tanto pelo avanço da medicina, quanto das ciências de uma forma

geral: da biotecnologia, métodos contraceptivos, descobertas farmacológicas, novos tipos de tratamentos, descobertas de vacinas para as mais variadas doenças que por muito tempo têm minado a humanidade, especialmente a população mais idosa que carece de cuidado especial, por estar muito mais vulnerável às intempéries do ambiente, com especial atenção ao período que se vive de mudanças climáticas, através da ação antrópica em todos os níveis de organização, com a degradação de florestas, rios, solo, ar etc. “Esse aumento expressivo da população idosa evidenciou uma parcela da sociedade que até então estava invisibilizada, não somente isso, como também se tornou um problema social” (Lebrão & Camarano, 2013. p. 19).

Essa visibilidade alcançada por essa população tem de ser analisada na sua transformação social (Debert, 2004), ou seja, a velhice era vista como algo privado, no que diz respeito as suas responsabilidades. O cuidado com as pessoas idosas cabia, principalmente, a família, mas também a entidades filantrópicas.

A Gerontologia é uma área multidisciplinar, que estuda o envelhecimento em todas as suas dimensões. Ela inclui a Geriatria, uma especialidade médica que se concentra na saúde da pessoa idosa. No passado chegando até a atualidade, a Geriatria é uma especialidade pouco atraente para os médicos, pois não é considerada lucrativa; claro que outros fatores interferem nessa não escolha, mas o fator financeiro desponta como um dos principais, pelo menos é isso que demonstram os dados. No interior do Amazonas não existe oferta para esta especialidade.

A crescente visibilidade da velhice levou à criação de leis, que protegem a pessoa idosa. A partir desse momento, o Estado passou a assumir parte da responsabilidade pelo bem-estar dos idosos. “A velhice passou a ocupar seu lugar na coisa pública, com a criação de benefícios como aposentadoria e estatuto da pessoa idosa” (Lebrão & Camarano, 2013 p. 20).

O termo “velho” na sociedade pós-moderna já não é tão usual, devido à carga pejorativa que carrega, houve, então, um esforço intelectual coletivo para formular uma nova nomenclatura ao longo dos anos, que perdura até hoje, buscando tornar o processo do envelhecimento algo positivo. Assim, alguns termos vieram à tona como o de terceira idade, que para Silva (2008a), o termo aparece como categoria etária e especialização dos agentes de gestão do envelhecimento, atrelado aos interesses da cultura de consumo.

Mas, o termo com essa conotação não refletia a realidade de todos, pois, há múltiplos processos de envelhecimento, Birman (2015). O termo melhor idade

também foi implementado na contemporaneidade, e é marcada pela descoberta de novos prazeres, como dançar, fazer amigos e viajar, sobretudo, em um contexto brasileiro de feminização da velhice, que por toda sua vida foi vetada pelos cônjuges. A velhice nesses casos costuma ser representada como “melhor idade”, Barbieri (2012).

Atualmente, até mesmo existe um mercado especializado dentro da lógica capitalista (mercado prateado ou economia prateada), que “aproveita-se” através da estratégia de realização pessoal tardia. Um dos conceitos mais importantes dentro dessa lógica é o de terceira idade ou melhor idade, que se difere ao conceito de velhice, ou seja, torna-se intermediário entre maturidade e velhice, no intuito de indicar que essa é a melhor fase de vida, na qual os filhos já estão “criados” e as responsabilidades diminutas têm seus direitos assegurados pela aposentadoria, e, assim, o indivíduo pode usufruir da vida de forma mais intensa, através das várias demandas criadas pelo mercado.

A criação desse mercado específico, requer a existência de uma “comunidade de aposentados” (Laslett, 1989). Esse nicho capitalista é algo novo, pelo menos no Brasil, até pouco tempo ele resumia-se apenas a remédios, asilos, assistência em saúde, e alguns objetos de consumo. Do ponto de vista legal, a elaboração do Estatuto da Pessoa Idosa em 2003, evidencia a importância emergente desse segmento populacional. Os recentes avanços nos debates no ramo da Gerontologia, novas técnicas e tecnologias na medicina geriátrica, a própria criação das UNATI’s Brasil afora são um convite, para que essa população saia de seu confinamento, tenha uma melhor qualidade de vida e mais longevidade, tendo seus direitos assegurados dentro da sociedade.

Esse estudo se faz relevante não somente para dar visibilidade a crescente população de pessoas idosas do Amazonas e de Tapauá, que possui direitos constitucionais e justiça social, sobretudo, para estudos dentro da ciência geográfica.

A Geografia como ciência social por muito tempo não trata essa temática, da transição demográfica, como um tema central, fato que vêm mudando nos últimos anos, pois, desempenha um papel crucial no estudo do envelhecimento populacional, ao analisar a distribuição espacial da população idosa e suas implicações socioeconômicas, culturais e ambientais.

Ela permite entender como os diferentes territórios respondem ao aumento da longevidade, considerando aspectos como a oferta de serviços de saúde,

infraestrutura urbana acessível e políticas públicas de inclusão para as pessoas idosas. Além disso, a Geografia investiga as dinâmicas migratórias da população idosa, como o movimento de aposentados para áreas rurais ou litorâneas, e o impacto dessas migrações no planejamento urbano e na coesão social das comunidades.

Por meio dessa perspectiva espacial, é possível formular políticas mais eficientes e sustentáveis, que promovam o bem-estar e a qualidade de vida das pessoas idosas em diferentes regiões.

O município de Tapauá, localizado no Amazonas, enfrenta dificuldades em relação à implementação de políticas públicas voltadas para pessoa idosa. Diante desse cenário, este estudo tem como objetivo analisar o cenário dessas políticas públicas voltadas para pessoa idosa no município, considerando os desafios e possibilidades do contexto local.

CAPÍTULO I - A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO NA AMAZÔNIA E ARCABOUÇOS LEGAIS INTERNACIONAIS E NACIONAIS SOBRE O ENVELHECER

1.1 Produção do Espaço Urbano na Amazônia

A Amazônia é uma das regiões mais importantes e ricas do mundo, tanto em termos de biodiversidade quanto em termos de recursos naturais. Por todos esses anos desde a criação da Zona Franca de Manaus se pensou, que é necessário, “produzir para conservar torna-se a meta de um novo padrão de desenvolvimento” (Leopoldo, 2022). Neste contexto, se faz necessário, neste estudo, abordar como a produção do espaço urbano na Amazônia tem sido analisada, bem como as consequências para a região, que é o local de estudo desta pesquisa.

Esse processo de produção do espaço urbano na região foi marcado por uma ocupação intensa e desordenada. A ocupação da Amazônia é demonstrada pela "abertura de novas frentes de expansão, pela exploração de recursos naturais, pela construção de infraestrutura e pela urbanização acelerada" (Souza 2001, p. 22).

De acordo com Santos (2008), a produção do espaço urbano na Amazônia foi fortemente influenciada por interesses externos à região. Para o autor, a Amazônia é vista como uma fronteira de expansão capitalista, com a exploração de recursos naturais e a criação de novas oportunidades de negócios. Isso tem levado a uma intensa pressão sobre a região, com consequências socioambientais graves. A ocupação da Amazônia tem sido marcada pela construção de grandes projetos, como hidrelétricas, estradas e portos. Para Costa (2005), estes projetos têm sido responsáveis por uma série de impactos socioambientais na região, como o desmatamento, a poluição dos rios e a expulsão de comunidades tradicionais. O autor destaca que a construção desses programas muitas vezes é feita sem a participação das populações locais, o que acaba gerando conflitos sociais.

A urbanização acelerada na Amazônia é objeto de preocupação por parte de geógrafos brasileiros. Para Ribeiro (2002), a urbanização na região está sendo marcada por uma série de problemas, como: a falta de planejamento urbano, degradação do ambiente, a precariedade das condições de vida nas periferias e a falta de infraestrutura básica. O autor destaca que a urbanização na Amazônia tem

sido desordenada e descontrolada, o que tem levado a uma série de consequências negativas para a população local. A questão ambiental é um tema recorrente nas discussões sobre a produção do espaço urbano na Amazônia. Uma das grandes pesquisadoras na Amazônia, Bertha Becker (2001) comenta que a urbanização na região, tem sido um dos principais fatores responsáveis pela sua degradação ambiental. A autora versa que a urbanização tem levado ao desmatamento, à poluição dos rios e à perda de biodiversidade. Além disso, o supracitado processo tem levado à ocupação de áreas de risco, o que aumenta a vulnerabilidade das populações locais a desastres naturais.

É sabido que ao longo do século XX e início do XXI, a região tem passado por grandes transformações em seu espaço urbano, resultado de diferentes processos econômicos, sociais e políticos que afetam não apenas a Amazônia, mas todo o país, pois, para Becker (1996), a produção do espaço urbano na Amazônia é resultado de uma série de contradições, que vão desde a dinâmica da economia global até as características da própria região, marcada pela grande extensão territorial, pela presença de diversos ecossistemas e pela diversidade cultural das populações locais.

Um dos principais aspectos a serem considerados na produção do espaço urbano na Amazônia, é a relação entre as cidades e o meio ambiente. Como afirma Souza (2000), as cidades na Amazônia surgiram como "ilhas de modernidade", em meio a uma paisagem natural diversa e complexa, o que exige um planejamento urbano que leve em conta a proteção e conservação do meio ambiente. No entanto, a realidade é bem diferente, porquanto segundo Reis (2010), corroborando o que disse Ribeiro (2002), a produção do espaço urbano na Amazônia está sendo acompanhada pela ausência de planejamento (ou melhor, pelo excesso de planejamento a serviço do capital), e pela ocupação desordenada do território, o que tem gerado uma série de problemas ambientais, sociais e econômicos, como a degradação ambiental, o desmatamento, a ocupação de áreas de risco, o crescimento desordenado das cidades, a falta de infraestrutura e serviços básicos, entre outros.

Além disso, a produção do espaço urbano na Amazônia está intimamente ligada às dinâmicas econômicas e sociais da região, como afirma o geógrafo Porto-Gonçalves (2006), o qual explica que a Amazônia tem sido alvo de diferentes projetos e políticas, que buscam integrá-la ao mercado global, como a exploração de recursos naturais, a agropecuária, a mineração, entre outras atividades.

A partir do exposto é possível inferir, que essas dinâmicas econômicas têm

impactos diretos na produção do espaço urbano na Amazônia, como a expansão das fronteiras agrícolas e a construção de grandes obras de infraestrutura, como hidrelétricas, estradas e portos.

1.2 Planejamento Urbano

O planejamento urbano é um processo complexo, que envolve diversas dimensões do espaço urbano, desde a ocupação do solo, infraestrutura urbana, transporte, até a preservação ambiental e o desenvolvimento econômico. Como afirma Maricato (2001), o planejamento urbano deve ter como objetivo a promoção da qualidade de vida das pessoas e a construção de cidades mais justas e democráticas. Não obstante, a realidade das cidades brasileiras é bem diferente.

Segundo o geógrafo Vainer (1999), o planejamento urbano no Brasil é demonstrado pela ausência de uma visão estratégica de longo prazo e pela falta de participação da sociedade no processo de tomada de decisão. Isso pode ser observado na falta de planejamento urbano, o qual tem gerado uma série de problemas nas cidades brasileiras, como a expansão desordenada da periferia, a precariedade da infraestrutura urbana, a segregação socioespacial e a degradação ambiental.

Como afirma a geógrafa Sposito (2003) é necessário repensar o modelo de desenvolvimento urbano, que privilegia o setor imobiliário e o lucro em detrimento do interesse coletivo.

Para a construção de um planejamento urbano mais democrático e participativo, é fundamental a valorização da sociedade civil e das suas demandas. Conforme dito pelo geógrafo Souza (2001), o qual considera que planejamento urbano deve ser pautado pela construção de um diálogo entre a sociedade civil e o poder público, com a participação efetiva dos moradores na elaboração das políticas públicas.

À luz das perspectivas apresentadas é possível perceber que diversos autores brasileiros têm abordado o tema em voga em suas obras, destacando a importância do planejamento na construção de cidades mais justas, democráticas e sustentáveis. Para tanto, mais uma vez Porto- Gonçalves (1997), afirma que o planejamento urbano deve ser pensado como um processo que envolve a participação ativa da população na definição de políticas e ações que visem à melhoria da qualidade de vida nas

cidades. Segundo ele, é necessário que haja uma integração entre o planejamento urbano e outras políticas públicas, como a política habitacional, a política de transporte e a política ambiental, para que se possa garantir uma cidade mais justa e sustentável.

Outro fator considerável é a participação da população no planejamento urbano, que é um aspecto fundamental para a construção de cidades mais democráticas. Segundo Souza (1996), a participação popular deve ser entendida como uma condição para a construção de uma cidade mais justa e igualitária, na medida em que permite que os cidadãos tenham voz e poder de decisão sobre os rumos da cidade.

Outro aspecto fundamental para o planejamento urbano é a preocupação com o meio ambiente. Baseando-se nos escritos de Becker (1996), o planejamento urbano deve levar em conta as características ambientais da cidade, como o relevo, o clima e os recursos naturais, para que se possa garantir uma cidade mais sustentável e resiliente. Além disso, é necessário que o planejamento urbano leve em conta as desigualdades sociais presentes nas cidades. Como afirma Vainer (1995) é fundamental que o planejamento urbano esteja comprometido com a redução das desigualdades sociais, uma vez que a cidade é um espaço de conflito e disputa pelo acesso aos recursos e serviços urbanos.

Nesse sentido, o planejamento urbano deve levar em conta a diversidade cultural e social presente nas cidades. A cidade é um espaço heterogêneo, marcado pela diversidade de grupos sociais e culturais, e o planejamento urbano deve levar em conta essa diversidade para que se possa construir uma cidade mais inclusiva e justa.

Por conseguinte, o planejamento urbano deve levar em conta as dinâmicas econômicas e territoriais presentes nas cidades. Uma vez que Santos (1978) afirma, que a cidade é um espaço de produção e consumo, marcado por relações de poder e dominação, e o planejamento urbano deve levar em conta essas dinâmicas para que se possa construir uma cidade mais justa e democrática”.

Logo, a temática discutida apresenta diversas outras contribuições, além das citadas, dentro da ciência geográfica e fora dela também; essas discussões foram e ainda são importantes nos dias de hoje, visando sempre a construção de um espaço urbano justo e democrático como já citado.

1.3 Políticas Públicas

Antes de nos aprofundarmos no processo de envelhecimento na Amazônia, é importante definir alguns conceitos, que serão base no desenrolar desse estudo, como o conceito de Políticas Públicas. O conceito trabalhado aqui será o de ciclo de políticas de Stephen Ball e Richard Bowe, que apesar de ter sido trabalhado originalmente dentro do sistema educacional, sua adaptação e aplicabilidade é plural.

Esse conceito surgiu originalmente para o mundo no livro: *“Reforming education and changing Schools”*, publicado em 1992. Nele os autores afirmam que os processos de construção de políticas possuem três “facetas” ou “arenas” a citar: “a política proposta, a política de fato e a política em uso” (Ball & Bowe *apud Mainardes, 2006*).

A primeira “arena” pauta-se nos detentores do poder, governos, estabelecimentos públicos, associações, ou seja, os que têm o poder de tomada de decisão. A segunda seria os textos oficiais, como leis ou decretos que dão forma e viabilidade para aplicação da política pública. Já a terceira emerge da ação prática, ou melhor, na forma como os agentes públicos que estão na ponta, apreendem essas políticas, e de que forma eles a põem em prática (integral ou parcialmente).

De forma geral o ciclo de políticas são um conjunto de ações e decisões tomadas pelo Estado, através dos governantes e representantes do povo, e a população em geral, composta pelos cidadãos e servidores públicos com o objetivo de garantir o bem-estar social e a realização de direitos fundamentais da população. Elas são constituídas por diversas camadas decisórias, como pode-se notar, compostas por atores responsáveis por decidir temas e questões distintas. A análise de políticas públicas enfatiza aspectos como valores e interesses dos atores, que participam do jogo político, a interação entre eles, a arquitetura de poder e tomada de decisões, conflitos e negociações.

A implementação de políticas apresenta inúmeros entraves no nível local, permeados por questões estratégicas, por interesses e por múltiplos atores, considerados aspectos determinantes para o sucesso ou insucesso da política. (DALFIOR *et all.* p.210)

O desafio de implementar políticas públicas voltadas à pessoa idosa, é que apesar de existirem diversas leis e regulamentações, os resultados nem sempre atendem às expectativas.

Um dos principais desafios das políticas públicas é a necessidade de articulação entre as esferas de governo e os diferentes atores envolvidos, como organizações da sociedade civil, empresas, profissionais, entre outros. A descentralização do SUS, por exemplo, fez do município o principal espaço para implementação das políticas de saúde, sendo a amplitude da implementação e sua efetividade profundamente impactadas pela conformação dos cenários locais e das relações com o governo federal. Mesmo que os municípios sejam os responsáveis por implementar as políticas públicas no nível local, eles ainda dependem fortemente do governo federal, tanto para receber recursos quanto para definir os princípios e diretrizes que orientam essas políticas.

Outro desafio importante é a necessidade de avaliação constante das políticas públicas, a fim de verificar sua efetividade e adequação aos objetivos previstos. Essa avaliação pode ser realizada por meio de indicadores de desempenho, pesquisas de satisfação dos usuários, estudos de caso, entre outras metodologias. A partir dos resultados dessa avaliação, é possível identificar os pontos fortes e fracos da política e propor ajustes para aprimorar sua implementação e resultados. Por fim, vale ressaltar a importância da participação social na formulação e implementação das políticas públicas. A população idosa pode fazer esse exercício através dos conselhos de direito (controle social).

1.4 Arcabouços legais internacionais sobre o envelhecimento

O envelhecimento populacional é uma realidade que tem se tornado cada vez mais presente em todo o mundo. Como já discutido anteriormente, o aumento da expectativa de vida e a diminuição da taxa de natalidade, tornam-se imprescindíveis a criação de campanhas, fóruns em todos os níveis, sensibilização, políticas públicas e até mesmo instrumentos legais internacionais que abordam de forma abrangente as questões relacionadas aos direitos, visando, principalmente, a qualidade de vida das pessoas idosas. Neste contexto, diversas convenções e declarações foram estabelecidas com o intuito de promover a proteção e a inclusão social das pessoas idosas. Serão elencadas aqui apenas alguns dos mais importantes documentos legais internacionais, que fundamentam os direitos e o bem-estar da pessoa idosa, e visam combater o idadismo ou etarismo.

A primeira delas é a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948):

Ao chegar à velhice, cada indivíduo tem o direito a uma vida digna, com acesso a cuidados de saúde, alimentação adequada, moradia, segurança e participação plena na sociedade. (Artigo XXI, parágrafo 1).

A Declaração Universal dos Direitos Humanos, adotada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 1948, estabelece que todas as pessoas, independentemente da idade, têm direito à dignidade e aos cuidados necessários para uma vida plena. Nesse sentido, os idosos devem ser protegidos e terem garantidos os seus direitos fundamentais.

Ela reconhece, também, que a pessoa idosa possui uma trajetória de vida rica em experiências e conhecimentos, e, portanto, merece ser tratada com respeito e consideração. Ela enfatiza, ainda, a necessidade de promover a inclusão social e o cuidado integral dos idosos, reconhecendo a importância de sua participação ativa na sociedade.

Além disso, a Declaração reforça a importância de proteger os idosos contra a discriminação, o abuso e a violência, garantindo que sejam tratados com dignidade e proteção. Ela destaca a responsabilidade de governos, instituições e da sociedade como um todo em garantir a efetiva implementação desses direitos, promovendo a igualdade e a inclusão dos idosos em todos os aspectos da vida.

É um lembrete poderoso de que o envelhecimento é uma parte natural e valiosa da jornada humana, e que cada pessoa idosa é um ser único, possui suas particularidades e merece ser respeitado, necessita de cuidados especializados e deve ser valorizada. Essa discussão anterior é um convite a todos para raciocinar sobre a necessidade de construir uma sociedade, que garanta os direitos da pessoa idosa, para que elas possam viver com dignidade, independência e qualidade de vida.

É dever de toda sociedade e como cidadãos, essa sensibilização e reconhecimento que essa é uma etapa da vida como qualquer outra e todos irão passar por ela, se tiverem essa sorte; defender, exigir, garantir a implementação dos direitos fundamentais da pessoa idosa, seguindo os princípios estabelecidos na referida Declaração. Somente através do respeito e da valorização dos idosos pode-se construir um mundo mais justo, inclusivo e compassivo, onde todos possam desfrutar de uma velhice digna e feliz.

Elaborada na Assembleia Geral das Nações Unidas em 1991, a Resolução 46/91 recorda que cada pessoa idosa possui uma riqueza de conhecimentos e

experiências únicas. Reforça a importância de promover a independência, a participação, o cuidado e a dignidade da pessoa idosa, ao acolhê-los em nossa sociedade, reconhece-se o valor inestimável que elas trazem para o mundo, honrando sua sabedoria e oferecendo apoio para que possam desfrutar de uma vida plena. Enfatiza, dentre outras coisas, a importância de promover a independência, a participação, o cuidado e a dignidade, a criação de políticas e programas que atendam às necessidades da pessoa idosa, promovendo a sua inclusão e garantindo que desfrutem de uma vida plena e significativa.

A referida resolução lembra da importância de oferecer oportunidades para a pessoa idosa, continuar aprendendo, se engajando em atividades sociais e culturais, e exercendo seus direitos já assegurados e praticando a cidadania. Destaca a necessidade de proteger os idosos contra a discriminação, o abuso e a violência, bem como de garantir o acesso a serviços de saúde, cuidados de longo prazo, moradia adequada e apoio social.

A Declaração de Viena sobre os Direitos Humanos realizada na cidade de mesmo nome, na Áustria em 1993, é um lembrete poderoso de que cada pessoa idosa carrega consigo uma história valiosa, repleta de aprendizados e conquistas. Ela nos convida a respeitar e proteger a dignidade e os direitos fundamentais da pessoa idosa, reconhecendo que eles são uma parte essencial da nossa sociedade. Nela, foram reafirmados os princípios fundamentais relacionados aos direitos humanos. Essa declaração representa um marco importante na defesa e promoção dos direitos de todas as pessoas, independentemente de sua idade, destaca a universalidade, a indivisibilidade, a interdependência e a inter-relação dos direitos humanos. Além de reforçar que os direitos humanos, são aplicáveis a todas as pessoas, dos bebês recém-nascidos até as pessoas de idade mais avançada, e que devem ser protegidos sem qualquer forma de discriminação.

Ao reconhecer a dignidade inerente de todos os seres humanos, a Declaração de Viena reafirma que as pessoas idosas têm direito a uma vida digna, com acesso a cuidados de saúde, moradia adequada, segurança, participação plena na sociedade e proteção contra qualquer forma de abuso ou violência. Enfatiza, também, a importância de garantir o respeito pelos direitos e liberdades fundamentais da pessoa idosa, bem como a valorização de sua contribuição para a sociedade. Ela destaca a necessidade de promover o envelhecimento ativo e saudável, criando condições para que as pessoas idosas possam desfrutar de uma vida plena e participativa.

A Declaração de Viena sobre os Direitos Humanos reforça a responsabilidade dos Estados, instituições e da sociedade em geral de proteger e promover os direitos da pessoa idosa. Ela nos lembra da importância de implementar políticas, programas e medidas adequadas para garantir que os idosos tenham acesso a serviços e cuidados necessários, além de participar, ativamente, na tomada de decisões que afetam suas vidas. Dessa forma, a Declaração de Viena destaca a necessidade de uma abordagem abrangente e inclusiva para proteger e promover os direitos humanos da pessoa idosa. Esse respeito é fundamental para a construção de uma sociedade mais justa, igualitária e respeitosa, onde todas as pessoas possam envelhecer com dignidade, respeito e bem-estar.

O Plano de Ação Internacional sobre o Envelhecimento (2002) destaca o papel dos governos em todo o mundo: "Os governos devem promover a igualdade e a não discriminação com base na idade, buscando garantir o pleno gozo dos direitos humanos das pessoas idosas." (Artigo 5). Realizado na cidade de Madri, capital da Espanha, contou com a participação de 159 países de todos os continentes, o Brasil participou ativamente dessa importante conferência, onde foi reafirmado o compromisso dos Estados em promover a igualdade e a não discriminação em relação à pessoa idosa. O documento ressalta a necessidade de garantir a participação ativa das pessoas idosas na sociedade e de desenvolver políticas que assegurem o seu bem-estar e qualidade de vida.

Ele estabelece através de diretrizes e metas, meios para promover o envelhecimento saudável e ativo, além de garantir a proteção e o respeito pelos direitos da pessoa idosa. Esse plano reconhece o envelhecimento como um processo natural da vida e destaca a importância de assegurar a igualdade de oportunidades e o pleno exercício dos direitos humanos para todas as pessoas idosas, reafirmando a necessidade de eliminar a discriminação, a exclusão e o estigma associados ao idadismo, e de promover a participação ativa e a inclusão social da pessoa idosa.

Destaca a importância de fortalecer os sistemas de proteção social, a fim de garantir a segurança econômica e o acesso a cuidados de saúde adequados. Além disso, destaca a necessidade de promover a formação e a educação ao longo da vida, para que esses cidadãos de idade mais avançada, possam continuar aprendendo, se desenvolvendo e contribuindo para a sociedade.

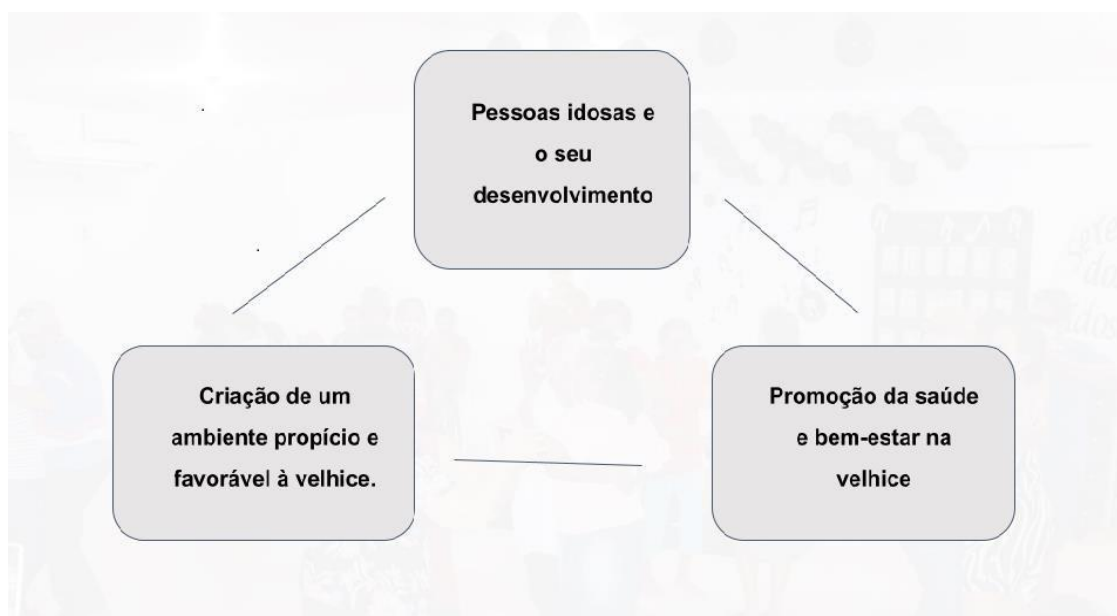
Uma das principais metas do plano é a criação de ambientes propícios ao envelhecimento saudável e ativo. Isso inclui o desenvolvimento de políticas e

infraestruturas que facilitem a acessibilidade, a mobilidade e a participação e inclusão da pessoa idosa em diferentes aspectos da vida comunitária, segurança, mais oportunidades e saúde (OMS, 2007). Também é ressaltada a importância da promoção de serviços de apoio, como cuidados de longo prazo e suporte social, para garantir o bem-estar e sua qualidade de vida.

Esse plano destaca ainda a importância da cooperação internacional e do compartilhamento de boas práticas entre os países. Incentiva a troca de conhecimentos, experiências e recursos para enfrentar os desafios relacionados ao envelhecimento da população e promover políticas e programas efetivos em nível global. É um importante instrumento para orientar os esforços dos governos, organizações e sociedade civil na promoção do envelhecimento saudável, ativo e digno. Lembra da necessidade de reconhecer e valorizar a contribuição da pessoa idosa, além de garantir que suas necessidades sejam atendidas e seus direitos sejam protegidos.

Resumindo tudo que foi debatido e de certa forma acertado nesta importante conferência, têm-se:

Figura 01: Resumo das orientações produzidas durante a II Assembleia Mundial sobre o envelhecimento, Madrid, 2002.



Elaboração: próprio autor.

Na Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (2006):

As pessoas com deficiência, incluindo aquelas que têm deficiências de longo prazo, têm o direito a desfrutar do mais alto padrão possível de saúde sem

discriminação com base na deficiência. (Artigo 25, parágrafo 1).

A convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, adotada pela Assembleia Geral das Nações Unidas, foi realizada na sede da Organização das Nações Unidas - ONU em 13 de dezembro de 2006. É importante trazer essa convenção para o debate, pois, segundo a Pesquisa Nacional de Saúde (PNS) realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em parceria com o Ministério da Saúde, cerca de 36,8% das pessoas idosas no Brasil apresentam algum tipo de deficiência.

Esse percentual refere-se às pessoas com 60 anos ou mais, que têm limitação nas atividades de vida diária ou dificuldade de acesso e participação plena na sociedade, devido a algum problema de saúde ou deficiência; ou seja, somente no Brasil temos mais de 12,1 milhões de pessoas idosas, que apresentam algum tipo de limitação nas atividades da vida diária, logo essa convenção destaca, que as pessoas idosas com deficiência têm direito ao mais alto padrão de saúde, sem discriminação.

Essa convenção é um marco importante na promoção da inclusão e da não discriminação das pessoas com deficiência. Ela enfatiza que todas as pessoas com deficiência têm direito ao respeito pela sua dignidade inerente, à igualdade de oportunidades e à plena participação na sociedade. A Convenção reconhece que as pessoas com deficiência têm direito à igualdade perante a lei, à acessibilidade, à saúde, à educação, ao trabalho, à cultura, ao lazer e à participação política. Reforça a necessidade de remover barreiras físicas, sociais, econômicas e culturais, que possam limitar a participação plena das pessoas com deficiência na sociedade, também destaca a importância da autonomia e da independência das pessoas com deficiência, garantindo seu direito de fazer escolhas livres e informadas em todos os aspectos de suas vidas, a necessidade de garantir o acesso a serviços de apoio, como assistência pessoal e tecnologias assistivas, que possam facilitar a participação ativa e a plena inclusão dessas pessoas.

Ela (Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência), também reconhece a importância da cooperação internacional na promoção e proteção dos direitos das pessoas com deficiência. Incentiva a troca de informações, experiências e boas práticas entre os países, visando o fortalecimento dos direitos das pessoas com deficiência em nível global. Ao ratificar e implementar a convenção, os Estados partes se comprometem em adotar medidas legislativas, políticas e programáticas

para garantir o pleno exercício dos direitos das pessoas com deficiência. Por fim, reforça a importância de promover a inclusão, a igualdade e o respeito pelos direitos humanos de todas as pessoas, independentemente de sua condição de deficiência.

A Resolução 66/127 da Assembleia Geral da ONU realizada em sua sede situada em Nova York, Estados Unidos, em 19 de dezembro, é mais um lembrete poderoso de que as pessoas idosas merecem ser tratadas com respeito, compaixão e amor. Adotado em 2011, esse documento reconhece a necessidade de promover e proteger os direitos das pessoas idosas. Ela destaca a importância de garantir que eles possam desfrutar de uma vida digna, com acesso a cuidados de saúde, moradia adequada, segurança e participação plena na sociedade. Essa resolução é mais uma que enfatiza a necessidade de combater a discriminação e o abuso contra os cidadãos de idade mais avançada, bem como promover o envelhecimento saudável e ativo.

Reconhece o papel essencial das pessoas idosas na sociedade e a contribuição valiosa que eles podem fazer, mesmo na idade avançada. A Resolução 66/127 ressalta a importância de garantir, que as pessoas idosas tenham acesso a serviços e cuidados de longo prazo de qualidade, levando em consideração suas necessidades específicas. Ela é mais um documento que destaca a necessidade de fortalecer os sistemas de proteção social e de promover a inclusão social dos idosos, para que possam desfrutar de uma vida plena e participativa.

Além disso, essa resolução incentiva os Estados membros das Nações Unidas a adotarem medidas para promover a conscientização sobre os direitos dos idosos a desenvolver políticas e programas adequados, para atender às suas necessidades. Ela também destaca a importância da cooperação internacional na troca de boas práticas e no compartilhamento de conhecimentos sobre o envelhecimento populacional. Reforça o compromisso da comunidade internacional em proteger e promover os direitos das pessoas idosas. Lembra da importância de garantir que os idosos sejam respeitados, valorizados e incluídos em todas as esferas da sociedade, permitindo-lhes desfrutar de uma vida digna e significativa.

É um convite para o combate à discriminação, o abuso e a violência contra a pessoa idosa, sugerindo ferramentas para os Estados membros para promoção de um ambiente seguro e acolhedor. Nela foi criada o Dia Mundial da Conscientização sobre o abuso das pessoas idosas que é comemorado no dia 15 de Junho de todos os anos. Essa resolução toca a todos profundamente, evocando sentimentos de empatia e solidariedade, movendo os cidadãos a tomar medidas concretas, para

proteger aqueles que já viveram tantas histórias e desafios. Entre as medidas sugeridas pela resolução estão:

1. **Sensibilização e conscientização:** Os Estados membros são incentivados a promover a conscientização sobre os direitos e as necessidades das pessoas idosas, combatendo estereótipos negativos e estigmas relacionados à idade.
2. **Legislação e políticas:** Os países são instados a adotar leis e políticas específicas para proteger os direitos das pessoas idosas, garantindo sua igualdade de oportunidades, acesso à justiça, cuidados de saúde, moradia adequada e participação na sociedade.
3. **Prevenção e combate à violência:** É enfatizada a importância de prevenir e combater a violência, o abuso, a negligência e a exploração contra os idosos, por meio de políticas de proteção, investigação e punição adequada desses crimes.
4. **Participação e inclusão social:** Os Estados membros são encorajados a promover a participação ativa e significativa das pessoas idosas na tomada de decisões, que afetam suas vidas, assim como sua inclusão nas esferas sociais, culturais e políticas.
5. **Cooperação internacional:** A resolução destaca a importância da cooperação entre os Estados membros, organizações internacionais e sociedade civil para promover a implementação efetiva das medidas de proteção e promoção dos direitos das pessoas idosas.

Na Convenção Interamericana sobre a Proteção dos Direitos Humanos dos Idosos de 2015, foi tratado sobre os casos de violência em suas múltiplas instâncias no artigo 5, parágrafo 1 tem-se: "Os Estados Partes reconhecem a necessidade de adotar medidas efetivas para prevenir e erradicar todas as formas de violência, abuso e maus-tratos contra as pessoas idosas". Essa convenção teve como objetivo discutir sobre a Proteção dos Direitos Humanos dos Idosos, adotada pela Organização dos Estados Americanos (OEA), e estabeleceu a necessidade de proteção contra a violência e o abuso aos idosos. O documento reforça a importância da prevenção e do combate a todas as formas de violência, garantindo o respeito aos direitos humanos das pessoas idosas.

Até mesmo entre as 17 metas para promoção de um desenvolvimento

sustentável até 2030, que faz parte da agenda global da ONU - Organização das Nações Unidas, através dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), a questão da população idosa foi abordada, demonstrando a urgência e importância da temática, conforme o texto na meta 3.8: "Até 2030, alcançar a cobertura universal de saúde, incluindo a proteção do risco financeiro, o acesso a serviços de saúde essenciais de qualidade e o acesso a medicamentos e vacinas seguras, eficazes, de qualidade e acessíveis para todos".

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, estabelecidos pela Organização das Nações Unidas em 2015, incluem a Meta 3.8, que visa garantir a cobertura universal de saúde para todos, incluindo as pessoas idosas. Essa meta reforça a importância do acesso a serviços de saúde de qualidade, medicamentos e vacinas adequadas, promovendo a saúde e o bem-estar dos idosos.

Há um esforço muito grande por parte da ONU e não acompanhado por governos locais na realização de convenções, assembleias, agendas, planos, resoluções, dentre outros, para tratar da temática, difundir conhecimento e informação dessa parcela da população invisibilizada. Faz-se necessário, também, a criação de mais arcabouços legais internacionais, regionais e locais sobre o envelhecimento tendo em vista o ponto de vista cultural também, já que cada sociedade tem seu passado e sua forma de enxergar sua realidade, por questões religiosas, costumes etc.

Esses são instrumentos essenciais para garantir a proteção dos direitos e a promoção do bem-estar das pessoas idosas em todo o mundo. Esses documentos estabelecem princípios fundamentais, tais como o direito à dignidade, à saúde, à participação social e à não discriminação. É fundamental que os países, estados e municípios adotem políticas e medidas concretas baseadas nesses arcabouços, buscando assegurar uma vida digna e plena para a população idosa. A implementação efetiva dessas diretrizes contribuirá para a construção de uma sociedade mais inclusiva e justa, onde os idosos sejam valorizados e respeitados em todos os aspectos de suas vidas.

O interessante é que no Brasil, é denso o debate para que se ratifique a convenção, no sentido de que haja a internalização dos princípios previstos no instrumento jurídico.

1.5 O envelhecimento da população mundial

O envelhecimento da população mundial é um fenômeno cada vez mais presente em nosso mundo. Segundo dados da Organização das Nações Unidas (ONU), em 2019, o número de pessoas com 65 anos ou mais, que é a idade mínima necessária para ser considerado pessoa idosa nos países desenvolvidos, enquanto nos países subdesenvolvidos, como o nosso, é de 60 anos, chegou a 703 milhões, e a estimativa é que esse número aumente para 1,5 bilhão em 2050. Esse envelhecimento da população traz consigo uma série de desafios e oportunidades para as sociedades em todo o mundo.

O envelhecimento da população mundial é uma mudança histórica significativa, que afeta todos os aspectos da vida humana, desde a economia até a cultura e a política, envelhecer é agora uma questão social, cultural e política tanto quanto uma questão biológica.

Além disso, o envelhecimento da população mundial traz consigo questões relacionadas à saúde e bem-estar da pessoa idosa. De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS), o envelhecimento é um fator de risco para uma série de doenças crônicas, incluindo doenças cardiovasculares, câncer, diabetes e doenças respiratórias crônicas. Como observado pela OMS, "o aumento da expectativa de vida não garante uma vida saudável e ativa para os idosos".

Lebrão (2016) destaca que o envelhecimento da população mundial exige novas políticas sociais e de saúde, para garantir que os idosos tenham acesso a serviços de qualidade, e, possam desfrutar de uma vida saudável e ativa. A autora afirma, também, que: "os desafios colocados pelo envelhecimento populacional são complexos e exigem novas formas de pensar e agir".

Portanto, o envelhecimento da população mundial é um fenômeno, que deve ser levado em consideração em todas as esferas da vida humana. É imprescindível que sejam implementadas políticas e programas, que possibilitem aos idosos aproveitarem ao máximo a vida, considerando as suas necessidades particulares.

Como foi destacado anteriormente, envelhecer não é uma escolha, mas uma realidade inevitável. Portanto, como se pode perceber, o envelhecimento da população é um fenômeno que deve ser encarado como um desafio global, que requer atenção e ação imediata. É necessário que sejam implementadas políticas públicas, que promovam a qualidade de vida das pessoas idosas, e que sejam encontradas soluções para os impactos econômicos do envelhecimento populacional.

1.6 Constituição cidadã de 1988

A primeira constituição foi promulgada em 1824, durante o Brasil Império, e conferia amplos poderes ao imperador, com uma limitação do sufrágio. Nela não havia nenhuma menção ou preocupação com a causa da pessoa idosa. O fato é que a expectativa de vida na época era considerada baixa, se comparada com a atual, sendo assim, era pouco expressiva a quantidade de pessoas acima de 60 anos. Essa afirmação vale também para a nova constituição promulgada após a Proclamação da República em 1889, que foi elaborada e promulgada em 1891, estabelecendo uma forma republicana de governo, separação entre igreja e estado e ampliando o sufrágio.

Ao longo do século XX, o país passou por diferentes momentos políticos e institucionais, resultando em novas constituições. A Constituição de 1934, durante a Segunda República, trouxe avanços sociais, como direitos trabalhistas e voto feminino. Porém, assim como as anteriores, não se preocupava com a população 60+, lembrando que por falta de legislação específica, como já citado, não existia uma idade limítrofe entre a vida adulta e a velhice. Somente em 2003 com o Estatuto da Pessoa Idosa, como será visto mais adiante, isso foi estabelecido.

Em 1937, Getúlio Vargas impôs uma nova constituição, conhecida como Estado Novo, que suspendeu garantias constitucionais e restringiu liberdades políticas.

Após um período ditatorial, a Constituição de 1946 foi promulgada, restaurando um regime democrático. Durante o regime militar, uma nova constituição foi implementada em 1967, com emendas posteriores, que restringiu direitos e concentrou poderes no Executivo.

Em 1988, foi promulgada a atual Constituição, “além de reconhecer a importância da cultura, do meio ambiente e da participação do povo na elaboração de leis, garantiu, em seu corpo, direitos fundamentais” (Andrade, 2018 p.60). Essa Constituição está em vigor até os dias atuais, sendo considerada uma das mais avançadas do mundo em termos de direitos e garantias individuais.

Ela é uma das mais importantes do mundo em relação à proteção dos direitos da pessoa idosa. Em seu texto existem diversas referências específicas aos idosos e seus direitos, vistas nos artigos 6º, 23, 196, 208, 215, 229 e 230.

O artigo 229 afirma que os países têm o dever de assistir, criar e educar os filhos menores, e os filhos maiores têm o dever de ajudar e amparar os pais na velhice,

carência ou enfermidade. Mas, não somente isso, para Souza & Lima (2019) "O amparo às pessoas idosas é um dever ético e social, que requer ações conjuntas da família, sociedade e Estado, visando proteger seus direitos, promover seu bem-estar e garantir sua dignidade como cidadãos."

Já o artigo 230 da Constituição brasileira afirma:

A família, a sociedade e o Estado têm o dever de amparar as pessoas idosas, assegurando sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade e bem-estar e garantindo-lhes o direito à vida. (Brasil 1988, art. 230).

Assim como Verri & Oliveira (2018) "O amparo às pessoas idosas é uma responsabilidade coletiva que envolve a família, a sociedade e o Estado, visando garantir seu direito à vida, dignidade e bem-estar. "O artigo da Constituição estabelece, também, que os idosos têm direito a proteção integral, garantindo-lhes uma vida digna e saudável.

Esse dispositivo estabelece um importante compromisso de solidariedade intergeracional, em que as gerações mais novas devem cuidar das mais velhas. É importante ressaltar, que o cumprimento dessas disposições depende não apenas do Estado, mas também da sociedade como um todo, que deve atuar de forma consciente e solidária na defesa desses direitos.

Em resumo, a Constituição brasileira de 1988 é um importante marco legal na proteção dos direitos da população idosa no país, pois, ela reconhece, também, a importância da população idosa e estabelece diversos direitos e garantias específicas para esse grupo etário. Dentre eles, pode-se destacar:

Quadro I: Direitos adquiridos pelas pessoas idosas na Constituição brasileira de 1988

Item	Descrição dos Direitos
1.	Direito à saúde: a Constituição prevê que é dever do Estado garantir a saúde da população idosa, mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doenças e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.
2.	Direito à assistência social: a Constituição estabelece que é dever da família, da sociedade e do Estado amparar as pessoas idosas, assegurando sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade e bem-estar e garantindo-lhes o direito à vida.
3.	Direito à educação: a Constituição reconhece que a educação é um direito de todos, incluindo a população idosa, e estabelece que é dever do Estado promover programas de educação para esse grupo etário, visando à sua integração na vida comunitária.
4.	Direito à cultura: a Constituição prevê que é dever do Estado promover e incentivar o acesso à cultura, especialmente para a população idosa, visando ao pleno exercício da cidadania e ao desenvolvimento socioeconômico e cultural do país.
5.	Direito à moradia: a Constituição estabelece que é dever do Estado promover programas habitacionais para a população idosa em situação de vulnerabilidade social, visando à melhoria de suas condições de vida.

Fonte: Constituição federal de 1988

Elaboração: próprio autor

Em relação aos direitos à saúde da pessoa idosa dentro da Constituição Federal vigente, estes encontram-se previstos no artigo 196. Especificamente, o parágrafo 4º do artigo 196 estabelece, que "o dever do Estado de garantir a saúde consiste na formulação e execução de políticas econômicas e sociais que visem à

redução do risco de doença e de outros agravos e no acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação, na forma desta Constituição". A população idosa é considerada um grupo vulnerável, e, portanto, tem direito a políticas específicas de saúde, que levem em consideração suas particularidades e necessidades.

Mesmo após esses avanços no que diz respeito a legislações que englobasse a pessoa idosa e a considerasse como vulnerável, e, portanto, necessitava de uma atenção mais especializada, ainda não existia de fato uma ação específica, que não somente incluísse essa população invisibilizada, mas, que tornasse uma prioridade, principalmente, em relação ao sistema de saúde.

1.6.1 Política nacional de saúde da pessoa idosa

Em 1999, mais de 10 anos após a promulgação da Constituição, surge, então, essas diretrizes mais específicas com orientações através da Portaria nº1.395, que instituiu a Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa - PNSPI. Nesse novo contexto, o lançamento dessa nova portaria Nº 2.528 de 19 de outubro de 2006, de certa forma trouxe uma atualização desta Política de assistência especializada para a pessoa idosa.

Essa política, então, passou a ser voltada para a prevenção de doenças, promoção da saúde e melhoria da qualidade de vida dessa população. Entre os principais objetivos da política estão a ampliação do acesso da pessoa idosa aos serviços de saúde, a promoção de ações preventivas e de promoção da saúde, o fortalecimento da atenção básica e a capacitação dos profissionais de saúde para lidar com as especificidades do atendimento à população idosa. Dentre as ações previstas na Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa, destacam-se:

- Ações de prevenção e tratamento de doenças crônicas, como hipertensão, diabetes e osteoporose;
- Incentivo ao envelhecimento ativo e saudável, com a realização de atividades físicas e culturais;
- Capacitação dos profissionais de saúde para a atenção à população idosa, com ênfase na atenção básica e na interdisciplinaridade;
- Ações de promoção da autonomia e independência da pessoa idosa,

incluindo o atendimento domiciliar;

- Atendimento especializado em hospitais e unidades de saúde, com foco nas demandas específicas da população idosa.

De forma geral a PNSPI possui algumas estratégias e diretrizes que são de fundamental importância para a sua implementação, a citar:

Quadro II: Diretrizes e Estratégias da Política Nacional de Atenção à Saúde da Pessoa Idosa

Item	Diretriz	Estratégia
1.	Promoção de um envelhecimento saudável e ativo	Implantação da carteira de saúde da Pessoa Idosa
2.	Atenção integral e integrada à saúde da pessoa idosa	Edição e distribuição do caderno de atenção básica - Envelhecimento e saúde da Pessoa Idosa, nº 19
3.	Estímulo as ações intersetoriais, visando à integralidade da atenção	Realização do curso de educação à distância em envelhecimento e saúde da Pessoa Idosa – EaD
4.	A implantação de serviços de atenção domiciliar	Elaboração do plano integrado de ações de proteção à Pessoa Idosa SUAS-SUS
5.	O acolhimento preferencial em unidades de saúde, respeitando o critério de risco	Edição e distribuição do Guia Prático do Cuidador
6.	Provimento de recursos capazes de assegurar a qualidade da atenção à saúde da pessoa idosa	Criação e implantação do Programa Nacional de Formação de Cuidadores de Idosos Dependentes
7.	Fortalecimento da participação social	Publicação da Portaria sobre Prevenção e Cuidado à Osteoporose e Quedas (Portaria nº 3.213/GM de 20 de Dezembro de 2007)
8.	Formação e educação permanente dos profissionais de saúde do SUS na área de saúde da Pessoa Idosa	Ampliação do acesso à consulta no Programa Olhar Brasil (Portaria nº 33/SAS de 23 de Janeiro de 2008)

9.	Divulgação e informação sobre a Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa para profissionais de saúde, gestores e usuários do SUS	Fomento à Pesquisa na Área de Envelhecimento de Saúde da Pessoa Idosa
10.	Promoção de cooperação nacional e internacional das experiências na atenção à saúde da pessoa idosa	Implementação do Programa de Internação Domiciliar (Portaria nº 2.529/GM de 19 de Outubro de 2006)
11.	Apoio ao desenvolvimento de estudos e pesquisas	Fomento ao acesso e uso racional de medicamentos

Fonte: Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa - Ministério da Saúde.

Elaboração: próprio autor.

Todas as pessoas idosas têm o direito à assistência social e a Constituição estabelece que é dever da família, da sociedade e do Estado amparar as pessoas idosas, assegurando sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade e bem-estar e garantindo-lhes o direito à vida; está prevista no artigo 230, como já visto anteriormente. O artigo também estabelece, que os programas de amparo aos idosos devem ser executados preferencialmente em seus lares. Essa disposição reflete a importância de se preservar o convívio familiar e comunitário das pessoas idosas, promovendo a inclusão social e evitando o isolamento e a exclusão.

A Política Nacional do Idoso, Lei nº 8.842, criada em 04 de janeiro de 1994, reforça essa necessidade de assegurar os direitos sociais da pessoa idosa, criando condições para promover sua autonomia, integração e participação efetiva na sociedade. Essa política tem como objetivo principal promover o envelhecimento ativo e saudável, assegurando a autonomia e a independência das pessoas idosas.

Além dos direitos citados acima, tem-se, também, e pouco debatido o direito à educação, que na Constituição estabelece, que é dever do Estado, promover programas de educação para a população idosa, visando à sua integração na vida comunitária; está prevista no artigo 208, parágrafo 3º.

Esse parágrafo estabelece que "o acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público subjetivo", e que "o Estado deverá garantir a educação básica e a formação continuada de jovens e adultos que não puderam efetuar os estudos na

idade regular".

Nesse sentido, o Estado tem o dever de promover programas de educação para a população idosa, visando à sua inclusão social e à sua integração na vida comunitária. Como por exemplo, o que está previsto na Meta 9, estratégia 9.12 do Plano Nacional de Educação - PNE, "implementar programas de valorização e compartilhamento dos conhecimentos e experiência dos idosos; e incluir os temas do envelhecimento e da velhice nas escolas" (PNE, 2014/2024).

No Brasil foram criadas políticas públicas específicas visando garantir o direito à educação da pessoa idosa. Uma delas é o Programa Universidade Aberta à Terceira Idade (UNATI), que foi criado em 1994 pela Universidade Federal de Viçosa, em Minas Gerais, e se espalhou por diversas outras instituições de ensino superior pelo país, e, efetivada através do Estatuto da Pessoa Idosa: "As instituições de educação superior ofertarão às pessoas idosas, na perspectiva da educação ao longo da vida, cursos e programas de extensão, presenciais ou a distância, constituídos por atividades formais e não formais". (Redação dada pela lei nº 13.535, de 2017).

Além disso, em 2006 foi criado o Programa Nacional de Universidade para Todos (PROUNI), que prevê bolsas de estudo integrais e parciais para pessoas idosas em cursos de graduação e sequenciais de formação específica em instituições privadas de ensino superior. Outra iniciativa é o Programa de Alfabetização de Jovens e Adultos (EJA), que oferece oportunidades de ensino fundamental e médio para pessoas acima de 18 anos, incluindo pessoas idosas que não tiveram a oportunidade de concluir essas etapas na idade regular.

Além disso, as Secretarias de Educação dos estados e municípios também oferecem programas e cursos específicos para a terceira idade, como oficinas de artesanato, música, dança, informática, entre outros. Essas políticas públicas têm como objetivo promover a inclusão social e a melhoria da qualidade de vida da população idosa, garantindo o direito à educação e estimulando o aprendizado e o desenvolvimento contínuo ao longo da vida. Um exemplo local dessa prática bem-sucedida é o Centro Municipal de Escolarização do Adulto e da Pessoa Idosa – CEMEAPI, vinculado à Secretaria Municipal de Educação - SEMED/Manaus.

Essas políticas públicas são importantes porque ajudam a combater a exclusão social da pessoa idosa, proporcionando a eles a oportunidade de aprender novas habilidades, fazer novas amizades e interagir com pessoas de diferentes idades. Além disso, esses programas e cursos também contribuem para a melhoria da qualidade

de vida dos idosos, estimulando o cérebro e o corpo, o que pode ajudar a prevenir doenças e problemas de saúde comuns nessa faixa etária.

É importante destacar que a educação ao longo da vida, é um direito humano fundamental, que deve ser garantido a todas as pessoas, independentemente da idade. A promoção da educação para a pessoa idosa é uma forma de garantir que essa população invisibilizada, possa continuar aprendendo e se desenvolvendo, mesmo após a aposentadoria, contribuindo para uma sociedade mais justa e inclusiva.

Essas parcelas da população também têm direitos assegurados à cultura, e, estabelece que é dever do Estado promover e incentivar o acesso à cultura, especialmente, para a pessoa idosa, visando ao pleno exercício da cidadania e ao desenvolvimento socioeconômico e cultural do país.

Conforme explica Silva & Oliveira (2019), "A cultura é um direito humano fundamental e deve estar acessível a todas as pessoas, independentemente da idade. É necessário promover políticas públicas, que garantam o acesso dos idosos às diversas manifestações culturais, contribuindo para a sua inclusão e participação social."

Esse direito fundamental está previsto no artigo 215, que dispõe sobre a cultura como um direito de todos e um dever do Estado. De acordo com o texto que se segue: "O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais". O parágrafo 3º do artigo 215 determina, que

"A lei estabelecerá o Plano Nacional de Cultura, de duração plurianual, visando ao desenvolvimento cultural do País e à integração das políticas públicas, que se relacionam com a cultura, estabelecendo as diretrizes para o conjunto das ações do Estado nessa área".

A garantia do direito à cultura para a população idosa se insere nesse contexto mais amplo de valorização e difusão das manifestações culturais do país, mas, não somente isso,

"o direito à cultura para a população idosa não apenas enriquece suas vidas, mas também valoriza sua história, suas experiências e seus saberes, permitindo que eles sejam reconhecidos e apreciados pela sociedade como agentes ativos e protagonistas da cultura." (Lopes & Rosa, 2018).

De acordo com a leitura do artigo 215, pode-se concluir que o Estado deve

promover o acesso dos idosos às diversas formas de expressão cultural, como a música, o teatro, o cinema, as artes plásticas, entre outras, para que possam ter uma vida mais rica e plena. O acesso à cultura para a pessoa idosa pode contribuir para a promoção da sua saúde mental e bem-estar, além de ajudar a manter a sua memória e cognição ativas. "O acesso à cultura é essencial para a promoção da qualidade de vida e o enriquecimento pessoal da população idosa, permitindo que eles se expressem, compartilhem suas experiências e mantenham sua mente ativa." (Chaves & Oliveira, 2020).

É, também, uma forma de valorização da sua história de vida e experiências, permitindo que possam compartilhar suas vivências e conhecimentos com outras gerações.

O acesso à cultura para a população idosa é um direito fundamental garantido pela Constituição Federal do Brasil, como vê-se, esse direito objetiva a promoção do pleno exercício da cidadania e o desenvolvimento socioeconômico e cultural do país.

A Constituição brasileira de 1988, em seu artigo 6º estabelece que a moradia é um direito social, e o parágrafo 1º desse mesmo artigo afirma, que cabe ao Estado promover programas habitacionais e melhoria das condições habitacionais e de saneamento básico para a população, em especial para aquela em situação de vulnerabilidade social, como é o caso da população idosa, já definida dessa forma acima, quando discutido o artigo 230.

Além disso, a Constituição brasileira, também, assegura, em seu artigo 23, inciso IX, que a competência comum dos entes federativos (União, Estados, Distrito Federal e Municípios), inclui a promoção de programas de construção de moradias e a melhoria das condições habitacionais e de saneamento básico para a população.

Como destaca Coimbra & Bessa (2020), "a garantia do direito à moradia para a população idosa é um passo essencial para a promoção de uma sociedade mais justa e igualitária, que busca o bem-estar e a qualidade de vida de todos os seus cidadãos." Ou ainda, Oliveira & Ferreira (2020), "a moradia digna é um direito fundamental de todo indivíduo, e as políticas públicas devem ser direcionadas para garantir condições habitacionais adequadas e acessíveis para a população idosa, promovendo seu envelhecimento com dignidade."

A garantia do direito à moradia para a população idosa é um componente essencial das políticas públicas de proteção social e de enfrentamento das desigualdades sociais. A moradia digna é fundamental para a autonomia, a segurança

e a qualidade de vida dos idosos, e o Estado tem o dever de garantir esse direito a todos.

1.7 Marco histórico nacional: estatuto da pessoa idosa de 2003

O Estatuto da Pessoa Idosa, Lei nº 10.741, foi promulgado em 1º de outubro de 2003 e representa um marco importante na garantia dos direitos e na proteção da população idosa no Brasil. No entanto, sua criação não ocorreu de forma isolada, pois, foi resultado de um processo histórico de lutas e conquistas dos direitos dos idosos no país (Brasil, 2003).

Durante as décadas anteriores à promulgação do Estatuto, várias iniciativas e movimentos surgiram para chamar a atenção para a situação da pessoa idosa e demandar ações específicas para sua proteção e bem-estar. Diversas organizações da sociedade civil, como entidades de assistência social, instituições de pesquisa e grupos de defesa dos direitos das pessoas idosas, desempenharam um papel fundamental nesse processo.

As discussões e debates sobre os direitos das pessoas idosas ganharam força e visibilidade, especialmente a partir da década de 1990. Nesse período, diversos eventos e conferências nacionais e internacionais, como a Conferência Mundial sobre Envelhecimento, realizada em 1999, impulsionaram a discussão sobre o envelhecimento populacional e a necessidade de políticas públicas voltadas para a população idosa, (ONU, 1999).

No contexto brasileiro, o movimento pela criação de um estatuto específico para as pessoas idosas foi fortalecido ao longo dos anos. Diversos projetos de lei foram apresentados no Congresso Nacional, e o tema ganhou espaço nas discussões políticas e na agenda legislativa. O projeto de lei que originou o Estatuto da Pessoa Idosa, de autoria do Deputado Federal Paulo Paim, foi apresentado em 1991 e tramitou por mais de uma década até sua aprovação final.

Após um longo processo de discussão e negociação, o Estatuto da Pessoa Idosa foi finalmente aprovado pelo Congresso Nacional e sancionado pelo Presidente da República em 2003. Essa conquista representou um avanço significativo na garantia dos direitos e na proteção dos idosos no país.

O Estatuto da Pessoa Idosa é o principal instrumento legal que garante direitos e proteção para a população idosa no Brasil. Esse conjunto de normas visa assegurar

o pleno exercício da cidadania, dignidade, autonomia, saúde e bem-estar da pessoa idosa, ou seja, esse Estatuto foi além dos direitos adquiridos pela pessoa idosa na Constituição. Entre os principais avanços trazidos pela Lei nº 10.741 de 2003, pode-se destacar:

Quadro III - Principais avanços do Estatuto da Pessoa Idosa

Item	Descrição
1.	Prioridade Absoluta: o Estatuto garante à pessoa idosa o direito à "prioridade absoluta" em todas as políticas públicas, bem como em todos os serviços e atendimentos de que necessitam, sejam eles de saúde, educação, transporte, lazer, cultura ou outros.
2.	Proteção contra a violência: o Estatuto estabelece medidas de proteção contra a violência e a discriminação contra os idosos, seja ela física, psicológica, patrimonial ou sexual.
3.	Acesso à justiça: o Estatuto garante o acesso dos idosos à justiça, garantindo-lhes tratamento preferencial nos processos judiciais e administrativos.
4.	Prioridade nos transportes: o Estatuto estabelece que os idosos têm prioridade nos transportes públicos, reservando-lhes assentos especiais e concedendo-lhes descontos e gratuidades em tarifas.

Fonte: Estatuto da pessoa idosa.

Elaboração: próprio autor.

O princípio da "prioridade absoluta", no âmbito das políticas públicas voltadas, à pessoa idosa ainda e pouco debatido, é mais comumente associado à promoção de crianças e adolescentes, como retrata Soares & Vasconcellos (2017):

“o princípio da prioridade absoluta, presente em diversos instrumentos normativos, estabelece que as crianças e os adolescentes devem ser colocados em primeiro lugar nas políticas públicas, garantindo-se sua proteção integral e o pleno exercício de seus direitos”.

Porém, esse princípio é fundamental para garantir o respeito e a dignidade

desses indivíduos, bem como para assegurar a sua participação na sociedade e na vida em comunidade. É importante que as políticas públicas respeitem este princípio, que foi conquistado através da promulgação dessa Lei, que hoje é amplamente conhecida como Estatuto da Pessoa Idosa, e que essas políticas públicas elaboradas desde então, ofereçam condições adequadas para o pleno exercício dos direitos desses cidadãos, assegurando-lhes um envelhecimento digno e saudável.

Essa justiça social, garantida pelo Estatuto da Pessoa Idosa, é um importante mecanismo para assegurar a proteção e o respeito aos direitos desses cidadãos em todas as esferas da vida social. Porém, uma normativa, decretos ou legislações, por si só não garantem, que essa justiça de fato ocorra. Faz-se necessário que o Estado e a sociedade reconheçam a importância de sua implementação de forma integral e efetiva.

O Estatuto reconhece a vulnerabilidade dessa população e estabelece medidas de proteção contra a discriminação, a violência e o abandono. O artigo 4º, por exemplo, afirma que "nenhuma pessoa idosa será objeto de qualquer tipo de negligência, discriminação, violência, crueldade ou opressão, e todo atentado aos seus direitos, por ação ou omissão, será punido na forma da lei" (Brasil, 2003).

O que se percebe, é a insuficiência da quantidade de campanhas, oficinas, cursos, que visem a socialização do trato a essa parcela da população da sociedade, principalmente, voltadas a profissionais da saúde; para a população em geral é muito reduzida e quase inexistente, sendo o lar desses sujeitos invisibilizados, seria importantíssimo para minimizar esses problemas acima citados, tornando esses problemas de abandono, aversão e violência cada vez mais distantes dos lares brasileiros, como prevê essa importante lei.

O Estatuto foi um gigantesco avanço nesse sentido, visando reparar séculos de injustiças e dada a necessidade apresentada na pós-modernidade brasileira, de uma queda acentuada da natalidade, avanços na área da medicina, farmacologia e qualidade de vida levando a sociedade brasileira a uma transição demográfica. Ele prevê que as pessoas idosas têm direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, ao trabalho, à previdência social e à assistência social.

No entanto, apesar da existência desse Estatuto, a violência contra a pessoa idosa ainda é um problema grave e frequente em nosso país. Um exemplo são os dados assombrosos do Disque 100, apenas nos primeiros cinco meses de 2023, o

Disque 100, do Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania (MDHC), recebeu mais de 47 mil denúncias de violência cometida contra pessoas idosas, que apontam para cerca de 282 mil violações de direitos como violência física, psicológica, negligência e exploração financeira ou material (Agência Brasil, 2023).

Essas medidas de proteção contra a violência previstas no Estatuto da Pessoa Idosa, apresentam grande dificuldade de implementação. Uma das principais dificuldades é a falta de recursos e de estrutura adequada para atender às demandas desse segmento da população.

Além disso, muitas vezes falta capacitação dos profissionais, o que dificulta o reconhecimento e o enfrentamento da violência. Como argumentam, Camacho & Alves (2015):

“compreender a complexidade dos fatores que podem se sobrepor e aumentar a vulnerabilidade dos idosos à violência familiar é fundamental para a abordagem dos casos e para que o profissional não se prenda a uma leitura linear da situação visualizando apenas vítima e agressor, visão que tende mais a culpabilizar a família pelas suas insuficiências ou falhas e menos a auxiliá-la na busca de possíveis soluções para os seus problemas.”

Todos esses “recursos” deveriam ser promovidos pelo Estado e cobrado pela sociedade.

Outro fator que contribui para a dificuldade na implementação das medidas de proteção, é a falta de conscientização da sociedade em relação à violência contra a pessoa idosa. Muitas vezes, a violência contra a pessoa idosa é invisibilizada e naturalizada, sendo considerada como algo normal e aceitável, o que dificulta a identificação e a denúncia dessas situações.

Por esse motivo, é importante a sensibilização da sociedade em relação à violência contra a pessoa idosa, buscando construir uma cultura de respeito e valorização desse segmento da população. Esse marco legal estabelece, também, medidas de proteção contra a violência em todas as suas formas, sejam elas físicas, psicológicas, patrimoniais ou sexuais (Brasil, 2003).

Essas medidas incluem a garantia do direito à integridade física, moral, psicológica e patrimonial, bem como o direito à liberdade, ao respeito e à dignidade. Para se alcançar tal objetivo se faz necessário, que se tenha amplas campanhas de disseminação de informações sobre os direitos dos idosos, e os órgãos governamentais ou não, responsáveis por garantir que esses direitos sejam

cumpridos.

Como se pode perceber o Estatuto da Pessoa Idosa, também, estabelece medidas para a proteção da saúde da pessoa idosa, como a garantia do atendimento preferencial em serviços públicos e privados de saúde, a criação de programas de prevenção e tratamento de doenças próprias da idade avançada, e a proibição da internação em hospitais psiquiátricos com pacientes que não tenham o mesmo diagnóstico.

Ele determina, ainda, a criação de conselhos e fundos de direitos do idoso, a promoção de campanhas educativas e de conscientização sobre os direitos dos idosos, e a inclusão de conteúdos relacionados ao envelhecimento e ao respeito à pessoa idosa nos currículos escolares e nas campanhas publicitárias.

Em suma, ele representa uma importante conquista para a população idosa do Brasil, garantindo seus direitos e proteção em diversas áreas, e reconhecendo sua contribuição para a sociedade e sua importância como grupo vulnerável.

CAPÍTULO II – CENÁRIO DO ENVELHECIMENTO NAS AMAZÔNIAS

2.1 Contrastes do envelhecer

É importante destacar que a Amazônia para muitos leigos ou com pouca informação parece ser uma região homogênea, principalmente, do ponto de vista natural, sendo a maior floresta do mundo, com uma bacia hidrográfica extensa, o maior rio do mundo em volume e extensão, que é o rio Amazonas, porém, quando vista mais de perto pode-se identificar particularidades.

No ano de 1967 foi editado um Decreto-Lei Nº 291 de 28 de fevereiro de 1967, que define os limites e estados que compõem a Amazônia Ocidental, além de outras providências para a região. Fica, assim, subentendida que os demais estados que hoje compõem a Amazônia Legal, compõem a região na sua porção mais a Leste ou oriental, conforme ver-se-á a seguir.

Essa divisão, também, pode ser baseada nas características físico-naturais, proposta de forma indireta por Gonçalves (2001). A Amazônia Ocidental é a região de “fluxo” lento, é a parte da localidade onde os principais meios de transporte são barcos, canoas, voadeiras, com uma malha hidrográfica diversa e densa, os rios correm de oeste para leste, em direção ao Oceano Atlântico composta pelos estados do Amazonas, Acre, Rondônia e Roraima. A Amazônia Oriental segundo o autor, é a região onde o principal meio de transporte são carros, ônibus, carretas, etc. É uma localidade que possui, também, diversos rios importantes, todavia, está de certa forma mais integrada ao restante do país por meio terrestre, composta por Amapá, Mato Grosso*, Maranhão*, Pará e Tocantins.

O autor afirma que as duas sub-regiões, têm características geográficas, históricas e culturais distintas. Enquanto a Amazônia Ocidental é uma região de terras baixas, com florestas densas e clima quente e úmido; sendo essa a região mais rica em recursos naturais da Amazônia, incluindo petróleo, gás natural, madeira e minérios. A Amazônia Oriental é uma região de terras altas, com florestas mais abertas e clima mais seco. É uma região de menor importância econômica, porém, com grande importância cultural para os povos indígenas que vivem na região.

Quadro IV: Resumo da Divisão em Amazônia Ocidental e Oriental

Amazônia Ocidental	Terreno	Terras baixas
	Florestas	Densas
	Clima	Quente e Úmido
	Recursos Naturais	Abundantes
	Importância Econômica e Cultural	Alta
Amazônia Oriental	Terreno	Terras altas
	Florestas	Mais abertas
	Clima	Mais seco
	Recursos Naturais	Menos abundantes
	Importância Econômica	Menor
	Importância cultural	Alta

Elaboração: próprio autor

2.2 Amazônia ocidental

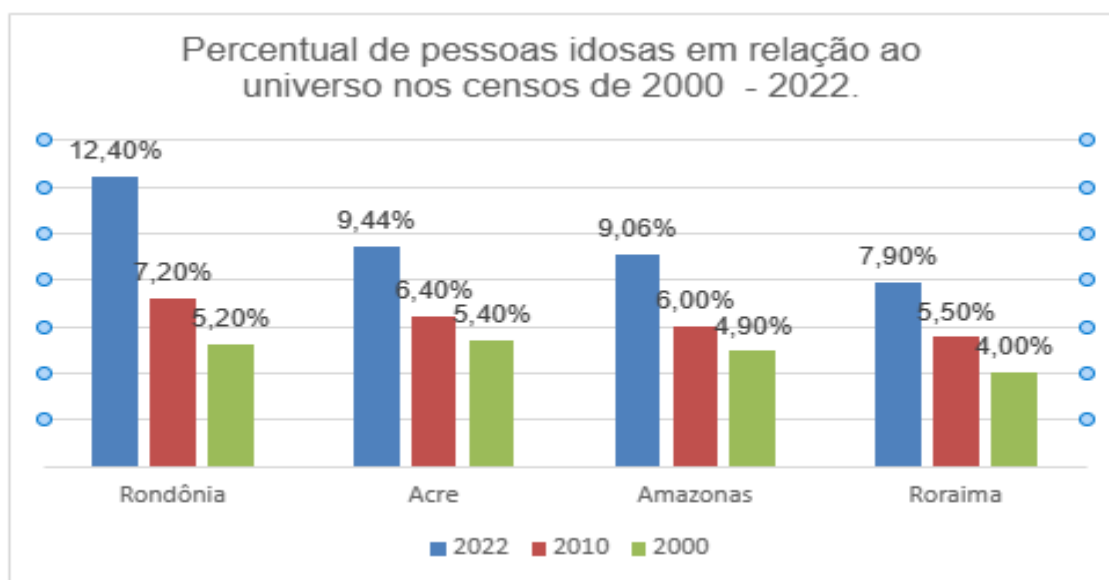
Baseado nessa classificação tem-se uma quantidade de Pessoas Idosas (P.I) na Amazônia Ocidental bem expressiva, apesar de estar abaixo da média nacional, que é cerca de 14% com destaque para os estados do Amazonas com 356.982, seguido de Rondônia com representatividade de 196.046 cidadãos acima de 60 anos, Acre com 78.416 e Roraima com 50.460.

Apesar dessa quantidade expressiva de pessoas idosas vivendo na Amazônia Ocidental, pode-se perceber, que a população de modo geral é essencialmente jovem. Segundo o Estatuto da Juventude, criado pela lei 12.852 de 05 de agosto de 2013, no seu art. 1º inciso 1º: “Para os efeitos desta Lei, são consideradas jovens as pessoas com idade entre 15 (quinze) e 29 (vinte e nove) anos de idade”. Assim, destaca-se a população do Acre com 334.054 habitantes na faixa etária dos 15 a 29 anos ou 40,2%,

e seguida tem-se o Amazonas com 1.063.019 habitantes nessa mesma faixa etária, representando 27% da população, o estado de Roraima apresenta uma população jovem de 171.286 ou 27%, já Rondônia possui 372.629 jovens ou 23,6% da população.

Em termos percentuais a população da Amazônia Ocidental tem crescido em todas as faixas etárias ou População Absoluta (P. A), mas, as populações das pessoas idosas ganham um destaque especial, se observado os últimos censos demográficos conforme veremos no gráfico a seguir:

Gráfico 01: Percentual da P.I em relação à P.A na Amazônia Ocidental nos últimos censos



Fonte: Censos Demográficos do IBGE, 2000 – 2022

Elaboração: o autor

Como pode-se perceber, os dados populacionais cruzados entre a população da pessoa idosa e jovem complementam-se; na Amazônia Ocidental o estado que apresenta o maior percentual de pessoas idosas é Rondônia, um dado interessante é que esse estado apresenta a menor quantidade de jovens.

O Guaporé, como era conhecido na época, era considerado território federal; em 1956 passa a ser chamado Rondônia em homenagem à Marechal Cândido Rondon, contudo, ainda sem mudança de status, anteriormente tinha suas terras pertencentes aos estados do Amazonas e Mato Grosso; em 1981 o então território passa a ser uma Unidade federativa do Brasil (MUNDO DA EDUCAÇÃO, 2024).

De acordo com o Censo Demográfico 2022 do IBGE, a população de Porto Velho, capital de Rondônia, é de 460.434 pessoas. Esse número representa um

aumento de 10,2% em relação ao Censo de 2010, quando a população de Porto Velho era de 417.288 pessoas.

Segundo o IBGE, o PIB de Rondônia em 2023 foi de R\$ 29,9 bilhões, o que representa um crescimento de 6,7% em relação a 2022. O PIB *per capita* do estado foi de R\$ 20.930, o que representa o segundo maior PIB per capita da Região Norte, atrás apenas de Roraima. O setor agropecuário é o principal setor da economia de Rondônia, respondendo por 37,6% do PIB estadual. A agricultura é o principal segmento do setor agropecuário, representando 29,8% do PIB estadual. Os principais produtos agrícolas produzidos em Rondônia são a soja, o milho, a carne bovina e a mandioca.

O setor da mineração é o segundo principal setor da economia de Rondônia, respondendo por 28,6% do PIB estadual. Os principais minérios produzidos em Rondônia são o ferro, o ouro, o cobre e o manganês. A indústria é o terceiro principal setor da economia de Rondônia, respondendo por 18,9% do PIB estadual. Os principais segmentos da indústria em Rondônia são a indústria de alimentos, a indústria de madeira e a indústria de construção civil. O setor de serviços é o quarto principal setor da economia de Rondônia, respondendo por 14,9% do PIB estadual. Os principais segmentos dos serviços em Rondônia são o comércio, os transportes, a educação e a saúde. Rondônia é um estado com um grande potencial econômico, porém, enfrenta diversos desafios, como a desigualdade social, a pobreza, a violência e a degradação ambiental.

Segundo dados do IBGE do censo de 2022, Rondônia conta com uma população indígena de mais de 21 mil habitantes, o que representa cerca de 1,34% do total; os principais povos indígenas que habitam o estado são: Suruí, Gavião, Uru-eu-wau-wau, Akanã e Amonadawa. A população total do estado é 1.581,196 habitantes distribuída em uma área de 237.765,347 km², ou seja, possui uma densidade demográfica de 6,65 hab/km². O IDH do estado é de 0,7 (IBGE, 2021), que analisando os últimos anos, permanece estagnado desde 2010, porém, apresenta melhora em relação a 2000, quando era de apenas 0,5. A expectativa de vida do estado é de 72,2 anos, com índice de envelhecimento em torno de 36,84%.

A população de Rondônia é essencialmente adulta, com idade mediana de 32 anos, a tendência é que nos próximos anos a população de pessoas idosas cresça ainda mais, o que se observa é o processo de envelhecimento acelerado do referido estado. É importante observar, também, esse crescimento nos últimos três censos

saindo de 5,2% em 2000, lembrando que nesse período o percentual de pessoas idosas do estado era o segundo maior, perdendo para o Acre, já no censo de 2010 chega a 7,2%, assumindo, assim, a liderança na Amazônia Ocidental, fato que se repete com um grande salto em 2022, chegando a 12,40% da população, que *a priori* pode ser visto como pouco mas mesmo assim é o maior da região.

De maneira superficial pode-se concluir, que o estado aplica de forma satisfatória as políticas públicas voltadas às pessoas idosas, de acordo com a análise do gráfico, e de acordo com dados secundários obtidos do Censo demográfico do IBGE de 2022.

O estado do Acre pertencia à Bolívia até o final do século XIX, quando houve uma grande migração de brasileiros para região no período da exploração do látex. A partir desse momento, criou-se um grande problema diplomático para o país. Em 1903 o governo brasileiro propôs à Bolívia um tratado, onde anexaria as terras que hoje são conhecidas como Acre em troca de valores em dinheiro, novas terras e a construção de uma ferrovia. O governo boliviano aceitou o acordo e, assim, criou-se o território federal. Todavia, foi somente em 1962 que o Acre se tornou um estado (Brasil Escola, 2024).

De acordo com os dados do Censo Demográfico 2022, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a população da cidade de Rio Branco, capital do estado do Acre, é de 364.756 habitantes. Essa população representa um aumento de 22,67% em relação ao último Censo, realizado em 2010, quando a população era de 297.452 habitantes. O estado possui uma população total de 830.018 mil habitantes, distribuídos em uma área de 164.173,429 milhões de km², ou seja, possui uma densidade demográfica de 5,06 hab/km².

O IDH do estado é de 0,71 (IBGE, 2021), que representa uma queda em relação aos anos anteriores, quando em 2020 chegou em seu ápice com o valor de 0,75. A expectativa de vida do estado é de 75,3 anos (IBGE, 2020), e, indica um índice de envelhecimento de 23,77%, sua população é bem jovem, com idade mediana girando em torno de 27 anos (IBGE, 2022), apesar de em termos percentuais a população de pessoas idosas sendo bem expressiva.

Como já dito e observado acima, nos anos 2000 apresentava a maior quantidade percentual de pessoas idosas da Amazônia Ocidental, mesmo sendo ultrapassado por Rondônia, segue sua tendência de alta nos censos subsequentes;

no de 2010 apresentou alta de 1% em relação ao censo de 2000 (5,4%), em 2022 chegou a 9, 44%, ocupando a segunda posição na região.

Como análise final, pode-se inferir que o estado do Acre possui, políticas públicas voltadas as pessoas idosas eficientes, o que pode ser evidenciado pelo seu próprio IDH, que apesar de ter caído ao longo dos últimos anos, permanece como um dos melhores da região, como também pelo grande número dessa parcela da população em relação ao total geral.

O Amazonas que durante a ocupação da Amazônia pelos portugueses, logo após o Tratado de Madri era parte integrante da Província do Grão-Pará, essa vinculação durou quase 200 anos de 1755 a 1850. Nessa época o território onde hoje é Manaus, era conhecido como capital da comarca de São José do Rio Negro (Enciclopédia Britannica, 2010).

Em 1850, o Amazonas como ficou conhecido, foi desvinculado da Província do Grão-Pará e elevado à categoria de Província, onde permaneceu até 15 de novembro de 1889, quando com a Proclamação da República passou a ser considerado um estado da República federativa do Brasil (Enciclopédia Britannica, 2010).

Hoje o Amazonas é o maior estado em área do país, com cerca de 1.559.255,881 km²; é, também, a maior população da Amazônia Ocidental com 3.941.613 milhões de habitantes. Apesar disso, e devido a sua grande extensão, é o estado que apresenta a menor densidade demográfica com 2,53 hab/km². Em relação a população indígena é também considerado o maior, com cerca de 490.854 mil, equivalente a 12,5% do total da população; as etnias que se destacam são: Yanomamis, Munduruku, Ticuna, Baniwa etc. (IBGE, 2022).

Segundo o (IBGE, 2021), o IDH do estado é de 0,733, que vem se mantendo desde o ano de 2013 com pequenas variações. A expectativa de vida no estado é de cerca de 73 anos (IBGE, 2020). A economia do estado é muito forte, com destaque para o 2º setor com a Zona Franca de Manaus, criada durante o Governo militar em 1969 e implementada em 1970, para o terceiro setor de serviços com o turismo em expansão e funcionalismo público, e, por último o primeiro setor na mineração principalmente na exploração de óleo e gás no município de Coari.

O estado do Amazonas pode ser considerado um estado jovem, dados evidenciados pelo último censo do IBGE, quando através de suas pesquisas concluiu que a idade mediana no estado é de 27 anos, enquanto o índice de envelhecimento pode ser considerado baixo 21,72%. Apesar disso, o estado possui a maior

quantidade absoluta de pessoas idosas da Amazônia Ocidental, contudo, em termos percentuais ele não lidera.

Mesmo assim, de acordo com os últimos censos o estado apresenta ligeiro crescimento dessa população, saindo de 4,9% em 2000, chegando a 6% no censo de 2010, dando um pequeno salto para 9,06% no último censo, fato que deve acentuar-se nos próximos anos, já que sua população absoluta cresce exponencialmente em cada censo divulgado, a cidade de Manaus, capital do estado, por exemplo, é hoje a cidade mais populosa de toda região norte, segundo dados do (IBGE, 2022).

O estado precisa urgentemente melhorar tanto na criação de políticas públicas quanto melhorar, ampliar e executar melhor as existentes, Como viu-se o estado apresenta uma forte economia, ao mesmo tempo um verdadeiro abismo de desigualdade social, o que corrobora com está análise da má aplicação e quantidade de políticas públicas, principalmente voltadas às pessoas idosas sendo o 22º entre 27 estados em longevidade da população.

O estado de Roraima, considerado território federal antes da Constituição de 1988, quando passa a ser uma unidade federativa ou estado do Brasil, sua capital Boa Vista, segundo o censo do IBGE de 2022, possui uma população de 413.486 habitantes, ou seja, a capital compreende 65% da população do estado que é de 636.707 cidadãos, o que representa uma alta de 45,43% em relação ao censo de 2010. O IDH do estado hoje é de 0,699 (IBGE, 2021), porém, tem oscilado bastante nos últimos anos, tendo o seu maior pico no ano de 2018 quando chegou à 0,760. A área do estado é de 223.644,527 km², logo, a densidade demográfica do estado 2,85 hab/km².

A expectativa de vida do estado é muito baixa, girando em torno de 72,9 anos (IBGE, 2020), o que explica, em parte, razão percentual de pessoas idosas no estado, assim como o baixo IDH, o baixo índice de envelhecimento do povo de Roraima que é de 17,39% e a idade mediana do estado também de 26 anos, que demonstra uma população essencialmente jovem, entre outras inferências que se pode fazer a partir dos dados obtidos nesse trabalho.

Sua população é muito diversa composta por várias etnias: Yanomamis, Macuxi, Wapixana etc. Há presença também de quilombolas, migrantes de vários estados no Brasil e ultimamente devido forte crise humanitária no país vizinho (Venezuela) apresenta forte presença estrangeira; possui sua economia baseada na agricultura, mineração e turismo, sua breve história (como unidade federativa) talvez

tenha influência sobre sua baixa população. Em termos de comparação a população da cidade de Manaus (2,09 milhões de habitantes) é cerca de três vezes maior que a população de todo o estado de Roraima (636.303 mil habitantes). Apesar disso, apresenta índices de envelhecimento populacional bem consistentes e progressivos, assim como os demais estados da região; no censo de 2000 eram cerca de 4%, em 2010 esse número subiu para 5,5%, chegando a 7,9% em 2022.

É possível perceber por parte das políticas públicas adotadas no estado, que o foco principal de atendimento à pessoa idosa concentra-se mais na capital do estado (Boa Vista), que possui o Centro Municipal de Convivência do Idoso Maria Lindalva Teixeira, o CIAP – Centro Integrado de Atenção à Pessoa Idosa, criado em 27 de novembro de 2012, o Abrigo Municipal “cabelos de prata”, que faz parte do Serviço de Acolhimento Institucional de Longa Permanência no estado, que foi inaugurado há pouco tempo em Novembro de 2023 e o Centro de Convivência do Idoso, que localiza-se no bairro Caranã na capital, acredita-se que pelo fato de mais da metade da população do estado estar concentrada na capital, mas é necessária a ampliação do cuidado e promoção de saúde das pessoas idosas para além da capital; somente Caracá dos outros 14 municípios do estado possui uma Casa de Acolhimento à Pessoa Idosa, que no momento dessa pesquisa encontra-se fechada.

2.3 Amazônia oriental

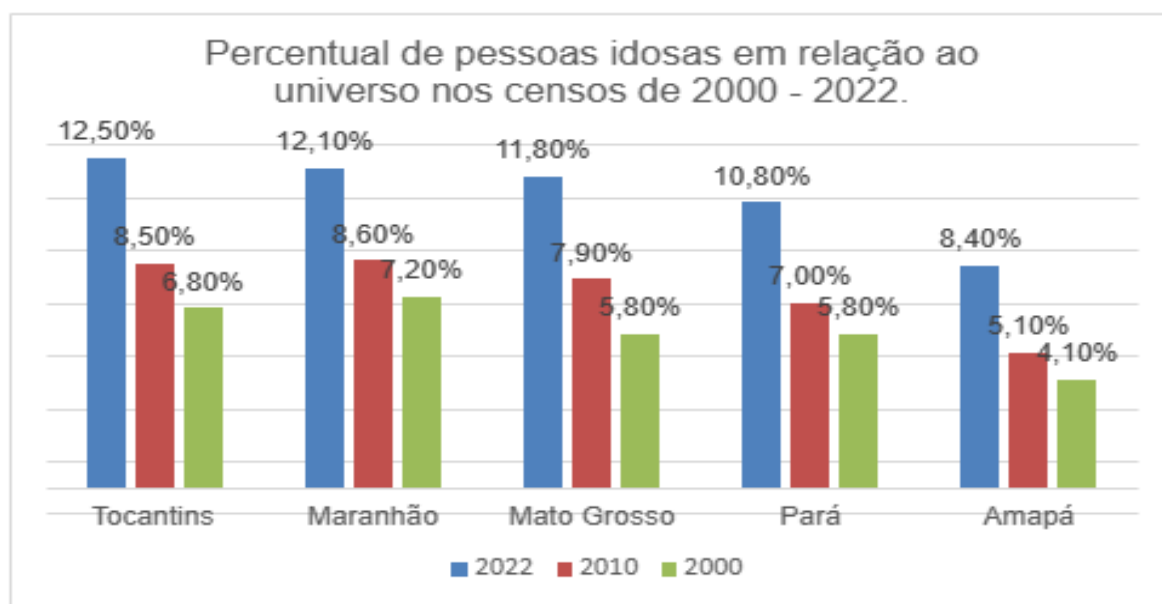
A Amazônia Oriental é a parte da Amazônia com maior colonização se comparada com a anterior, com cerca de 20,8 milhões de habitantes ou 10,2% da população do Brasil. A população jovem apesar de ser expressiva a exemplo do estado de Tocantins com habitantes na faixa de 15 a 29 anos de 366.420 cidadãos ou 24,2%, o estado do Maranhão possui grande quantidade de jovens, são eles 1.703.431 ou 25,1% da população. Uma curiosidade sobre a dimensão desses números é, que somente os jovens são mais que o dobro de toda população do estado do Amapá (733.759); o Mato Grosso apresenta uma população jovem de 864.067 ou 24% do total; o estado do Pará tem uma população absoluta de jovens expressiva, são eles 2.100.629, quase três vezes a população total do Amapá, sendo este o estado da Amazônia Oriental com a menor população jovem em termos absolutos, com 200.435, contudo, em termos percentuais é o maior representando 27,3%.

De forma geral a Amazônia Oriental apresenta em termos percentuais uma população jovem abaixo da Amazônia Ocidental, o que corrobora o fato de apresentar uma população de pessoas idosas maior, conforme se verá nos parágrafos posteriores.

Há uma pequena variação positiva na quantidade de pessoas idosas residentes, ainda que pouco abaixo da média nacional, essa região apresenta um percentual superior em relação a Amazônia Ocidental, o estado que apresenta a maior quantidade de pessoas idosas é o Pará, com cerca de 876.332, seguido do Maranhão,* com 821.961, em seguida vem o estado do Mato Grosso,* com 430.479, já Tocantins possui uma população idosa de 188.921, e, por último temos o Amapá com 61.916.

É importante destacar que os estados do Maranhão e do Mato Grosso na regionalização oficial elaborada pelo IBGE, não pertencem a região Norte, porém, parte de seu território apresenta características da região Amazônica, por esse motivo eles foram contemplados na obra do autor. Mas, em termos percentuais pode-se perceber, que os estados que têm a maior quantidade de pessoas idosas, não necessariamente, lideram o ranking como veremos no gráfico:

Gráfico 02: Percentual da P.I em relação a P.A na Amazônia Oriental nos últimos 03 censos demográficos



Fonte: Censos demográficos do IBGE, 2000 – 2022

Elaboração: o autor

O estado de Tocantins foi criado em 1987 e referendado após a promulgação da Constituição de 1988. Antes disso, ele era considerado um território federal pertencente ao estado de Goiás. A ideia de criação de um novo estado surgiu ainda na década de 1970 e ganhou forças na década de 80, incentivada por políticos e lideranças locais. Sua população é composta por grande quantidade de grupos étnicos como os primeiros habitantes do estado: Karajá, Xambioá, Javaé, Xerente, Krahô-Kanela, Apinajé e Pankararú, que juntos representam cerca de 10% da população.

Além desses, tem-se a presença de quilombolas, que são descendentes de escravos africanos, que fugiram rumo ao interior do país e representam cerca de 2% da população do Tocantins. Por ser um estado relativamente novo, tem uma forte presença de migrantes de outros estados brasileiros a citar: maranhenses, paraenses, goianos, baianos etc.

Tem forte presença de estrangeiros em seu território, com destaque para cidadãos de países vizinhos da Venezuela, Guiana, Peru. Sua economia é baseada na agricultura, com destaque para cultivo de soja, milho, algodão e arroz. A pecuária criação de gado bovino e suíno, e mineração com destaque para extração de ouro, cobre e ferro.

De acordo com o exposto, a população tocantinense é bem diversa; a população jovem é a segunda menos entre os estados citados no gráfico, o que contrasta com a quantidade de pessoas idosas, que chama atenção pelo fato do estado apresentar a maior percentagem de toda Amazônia Oriental; os dados dos últimos 03 censos indicam crescimento consistente apresentando 6,8% em 2000, 8,5% no censo de 2010 e 12,5% no censo de 2022.

O estado do Maranhão foi criado em 1621, com a promulgação de um decreto real de Filipe II de Portugal (ou Filipe III da Espanha, devido União Ibérica). O estado foi inicialmente chamado de Estado do Maranhão e Grão-Pará, e compreendia todo o território da Amazônia brasileira. Dentre os motivos pelos quais esse território foi criado, estão a necessidade de proteção das terras brasileiras/portuguesas, principalmente dos holandeses, interesses econômicos, em especial a exploração de pau-brasil, e a pressão interna dos colonos portugueses por mais autonomia.

A população do Maranhão a exemplo de todos os estados do Brasil é diversificada, com grande quantidade de povos indígenas: Canela, Guajajara, Arariboia, Krenák, Ka'apor, Tenetehara e Wajãpi. Além desses, há forte presença

também de comunidades quilombolas. No censo de 2022 foi a primeira vez que um censo demográfico produziu estatísticas oficiais sobre a população quilombola; na ocasião o resultado apontou, que o Maranhão possui a segunda maior população quilombola do Brasil, cerca de 269.074 pessoas se autodeclararam.

Esse número corresponde a 3,97% da população do estado e 20,26% de quilombolas do país; a cidade de Alcântara é a cidade “mais quilombola” do Brasil, com cerca de 84,6% dos habitantes autodeclarados (IBGE, 2022).

A população das pessoas idosas do Maranhão sempre foi grande ao longo dos últimos censos e seguindo a tendência dos demais estados da Amazônia, apresenta crescimento progressivo. Sendo o segundo com a maior percentagem de acordo com o gráfico acima, no censo de 2000 o estado liderava em relação aos outros estados da Amazônia Oriental, com uma população de 7,2% de pessoas idosas em relação ao total, no censo de 2010 o estado manteve a liderança com o percentual de 8,6%, em 2022 perdeu a liderança do ranking por apenas 0,4% para Tocantins.

Logo em seguida tem-se o estado do Mato Grosso, que de acordo com InfoEscola (2024; foi criado em 1977 o estado do Mato Grosso, sendo então desmembrado em dois estados, nascendo, assim, o Mato Grosso do Sul. É importante destacar mais uma vez, que esse estado não faz parte da Amazônia na classificação oficial do IBGE, porém, devido parte do estado apresentar características físico/sociais semelhantes, o autor o colocou como parte integrante.

A economia de Mato Grosso gira em torno do agronegócio, com destaque para agropecuária, com a produção de soja, milho, algodão e rebanho bovino. A mineração também faz parte das atividades econômicas do estado, assim como nos últimos anos o turismo vem crescendo. A população mato-grossense é composta principalmente por Indígenas, quilombolas, mestiços, além de estrangeiros dos países vizinhos, com destaque para Peruanos, Paraguaio e Bolivianos.

Os povos indígenas são de diversas etnias a citar: Bororo, Kayapó, Xavante, Paresi, Terena e Kadiwéu. Segundo dados do IBGE (2022), a população de Mato Grosso é jovem e em crescimento, tendo uma taxa de natalidade de cerca de 18 por mil habitantes, e a taxa de fecundidade é de cerca de 2,5 filhos por mulher. A expectativa de vida do estado é de 73 anos para homens e 78 anos para mulheres. A população de Mato Grosso está concentrada nas áreas urbanas, as principais cidades do estado são Cuiabá, Várzea Grande, Rondonópolis e Sinop.

Apesar de prevalecer como maior parte da população os jovens, a população de pessoas idosas em Mato Grosso têm crescido exponencialmente; nos anos 2000 a população acima dos 60 anos era de 5,8% se comparada com as demais faixas etárias, passando para 7,9% em 2010 e no último censo chegando a 11.8%, de acordo com esses dados se espera que a tendência de alta permaneça nas próximas décadas.

O próximo estado que compõe o gráfico é o Pará, criado no século XVII, mais especificamente no ano de 1616, com a fixação dos portugueses na cidade de Belém para a construção do Forte de Presépio, visando a proteção das terras contra ocupação de holandeses e ingleses. Na época com a criação do Grão-Pará tinha anexado as terras do Maranhão. É hoje o segundo maior na Amazônia e do Brasil, com cerca de 1,24 milhões de km², perdendo apenas para o Amazonas. Porém, é a maior economia da região com destaque para mineração, o estado é reconhecido como detentor da maior província mineral do planeta em decorrência das grandes jazidas localizadas no sudeste do estado, mais especificamente na serra dos Carajás Brasil Escola (2024).

Segundo censo demográfico do IBGE (2022), o Pará possui uma população indígena de 80.974 mil. Entre as principais etnias estão os Mundurukus, Kayapós, Andirá-Marau, Parakanã etc. Juntos representam 1% de toda população do estado, é ele, também, o mais populoso da região Norte com 8.120,131 milhões de habitantes e com densidade demográfica de 6,52 hab/km² é um estado extremamente urbanizado com taxa de 68,48%, a capital Belém possui uma população de 1.499,491 habitantes.

O estado possui um dos piores índices de desenvolvimento humano – IDH do país (0,64), e apresenta uma expectativa de vida (72,7 anos), bem abaixo da média nacional que é de 75,5 anos.

Esses dados apresentados no gráfico, confirmam que o estado do Pará é de população jovem e apesar de ser a maior economia de toda região e a maior população, demonstram o alto nível de desigualdade vivido no estado, um baixíssimo desenvolvimento humano, além da baixa expectativa de vida, faz com que a população de pessoas idosas no estado seja abaixo da média nacional, mas, não somente isso, evidencia que as políticas públicas voltadas às pessoas idosas são extremamente ineficazes, ou seja, em uma análise nem tão aprofundada é possível perceber que o estado tem muito a melhorar em suas políticas públicas.

É fato que de forma semelhante aos outros estados analisados, é um crescimento consistente da população estudada, no censo de 2000 (5,8%), de 2010 (7,0%) e 2022 (10,8%). Entretanto, pelo fato de ser um estado rico e de economia ligeiramente diversificada, deveria estar (em teoria) encabeçando a lista com maior população de pessoas idosas na Amazônia, porém, é apenas o quinto.

O estado do Amapá possui uma área de 142 milhões de km², antes de ser considerado um estado, foi alvo de disputas internacionais entre Brasil e França, após o aval de Eduard Miller, um importante diplomata suíço membro da corte de Genebra, o Brasil pôde anexar e tornar o Amapá um território federal, mas foi somente após a promulgação da Constituição Federal de 1988 que o mesmo tornou-se uma Unidade Federativa, tendo como capital a cidade de Macapá, que é a única capital do Brasil cortada pela linha de Equador, ou seja, localiza-se em dois hemisférios (Brasil Escola, 2024).

Na economia amapaense destaca-se o setor de comércio, bens e serviços (terciário), representando cerca de 85% da economia do estado, mas os outros dois setores também estão representados; há, também, a extração de madeira e minérios no estado, com destaque para o manganês e ouro, mesmo que em pequenas quantidades, a cidade de Santana abriga um pequeno parque industrial, que representa cerca de 10% do PIB do estado.

De acordo com o IBGE, Censo de 2022, a população indígena do Amapá é de 11.334 habitantes, são eles: Galibi, Karipuna, Palikur, Wajãpi, Wayana etc. o que representa 15,2% dos 733.759 habitantes do estado; em relação ao Censo de 2010 esse número representa um aumento de 52,9% de autodeclarados. A região do Oiapoque concentra a maior parte dessa população, cerca de 71%.

Ainda segundo o IBGE, a densidade demográfica do estado é de 5,15 hab/km², seu índice de Desenvolvimento Humano é o maior da região e o 12º maior do país (0,780), os últimos dados sobre expectativa de vida divulgados pelo IBGE no ano de 2019 são de que a população do Amapá vive em média 74,7 anos, sendo este o estado com a população mais jovem do país, a idade mediana é de 27 anos.

As informações apresentadas acima dão conta de que o estado, a exemplo dos outros estados citados, apresenta ineficiência nas políticas públicas voltadas às pessoas idosas, sendo este o estado que apresenta o menor percentual entre todos “das Amazônias”, mesmo com o índice de envelhecimento sendo de 20,3% no último censo. Em relação ao gráfico e assim como apresentado pelos demais estados

evidencia-se o crescimento da população de pessoas idosas no estado, com crescimento acelerado no censo de 2010 para 2022 de aproximadamente 3,3%, em comparação com o tímido crescimento entre os censos de 2000 a 2010 que foi de apenas 1%.

2.4 Amazônia legal

Durante a governo de Getúlio Vargas por meio da Lei nº 1.806 de 6 de janeiro de 1953 e através da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), órgão já extinto, foi definida a Amazônia Legal (BRASIL, 2023). A divisão em Amazônia Legal torna a região uma área muito extensa, que abrange 60,7% do território brasileiro, com uma área de 5.217.423 km², composta por nove estados: Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Rondônia, Roraima, Pará, Tocantins e parte do estado do Maranhão.

Figura 02: Mapa de abrangência da Amazônia Legal



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, 2022.

Com o objetivo de promover o desenvolvimento, grandes projetos foram elaborados para a Amazônia a partir da constituição dessa nova região. Sabendo-se que ela é rica em recursos naturais, a citar a sua própria vegetação típica, que é a maior floresta tropical do mundo, nesse momento, então, a água, o solo, a floresta, a

fauna, a biodiversidade e todos os recursos naturais passaram a sofrer grande pressão exploratória, para subsidiar o desenvolvimento desta fase do Capitalismo brasileiro (Farias, 2023 p. 50).

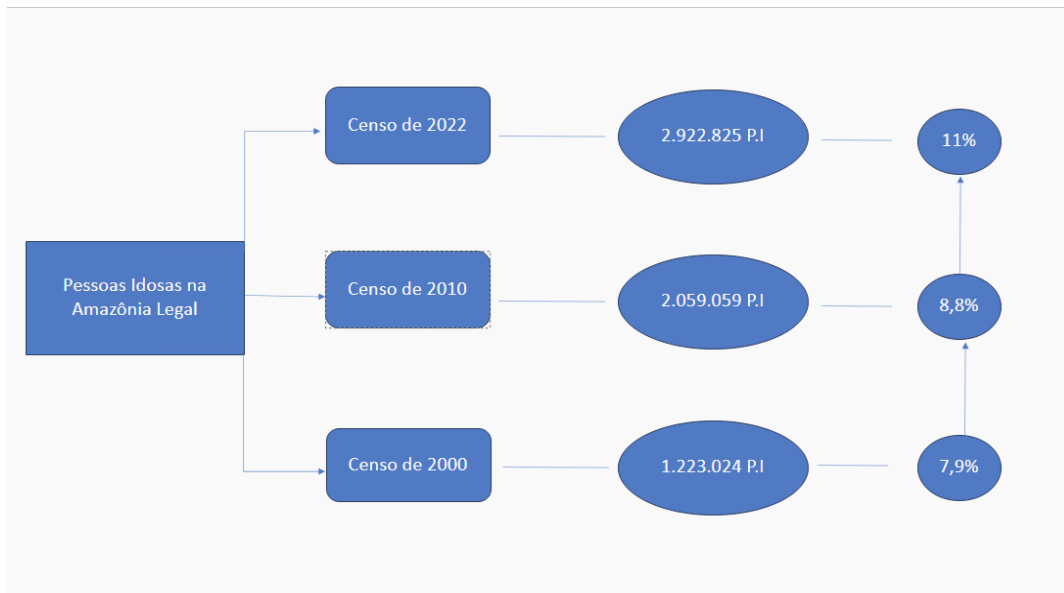
Apesar de ocupar a maior parte territorial do país, a região não é densamente povoada segundo os critérios estatísticos, mas, é habitada por cerca de 29 milhões de pessoas (IBGE, 2022), que representam 13,9 % da população brasileira, com população composta por indígenas, quilombolas, ribeirinhos e outros grupos sociais.

A economia da Amazônia Legal é baseada em atividades como a agricultura, a pecuária, a mineração e o turismo. A região é também importante para a produção de energia elétrica, com a presença de hidrelétricas como a Usina de Tucuruí, a Usina de Belo Monte e a Usina de Jirau. A Amazônia Legal é uma região de grande importância ambiental, social e econômica para o Brasil.

Em relação a sua população, segundo o último censo realizado pelo IBGE em 2022, ela apresenta uma quantidade absoluta de 29.506.856, ou seja, com uma densidade demográfica de 5,9 hab/km² (inferior à brasileira que é de 23,9 hab/km²), uma taxa de crescimento de 1,8% em relação ao censo de 2010, quando a população era de 23,6 milhões de habitantes e 3,9% em relação ao censo de 2000 quando a população era de 15,5 milhões de habitantes.

A população de pessoas idosas também seguiu essa tendência de aumento populacional, porém, sua evolução é bem mais “tímida”. A região da Amazônia legal de forma geral é essencialmente jovem se comparada com as demais regiões brasileiras, apresentando crescimento nos censos demográficos realizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE nas últimas 30 décadas de 0,9% (2000-2010) e 2,2% (2010-2022). Saindo de uma população de 1.223.024 (2000) pessoas idosas, para 2.059.059 (2010), chegando a 2.922.825 (2022), conforme figura a seguir:

Figura 03: Total de pessoas idosas na Amazônia legal e sua relação com a população total



Fonte: Censos demográficos IBGE (2000 – 2022).

Elaboração: o autor.

Como já previamente discutido no primeiro capítulo e agora com mais aprofundamento da obra do geógrafo nortista Carlos Walter Porto-Gonçalves (2001): “Amazônia, Amazônias”. Nessa obra o autor nos apresenta a imensa diversidade do ponto de vista social e biológico na Amazônia.

Na obra o autor destaca a importância e a dificuldade de encontrar um caminho intelectual da ciência, para entender toda a complexidade que se encontra na região, de forma que não se pode limitar essa análise sob apenas um viés ideológico, político-social e natural, ou seja, não há espaço de maneira alguma para uma dicotomia ou desassociação desses fatores na análise. Ele argumenta, ainda, que se faz necessário desconstruir algumas pré-noções a respeito da Amazônia, como a visão de natureza intocada, recursos indelévels, pulmão do mundo, vazio demográfico, entre outros. Que nada mais são que visões produzidas por atores externos da região. Que traços muito fortes advindos ainda do período colonial são evidentes e constantemente reproduzidos pelas elites locais.

Quando se desconsidera as características histórico-geográficas de ocupação da região, é uma ofensa contra a diversidade de povos, que vivem na região, e já o fazem há milhares de anos como várias etnias indígenas. Assim como a “recente” ocupação de lusitanos, nordestinos e quilombolas que são descendentes de escravos africanos, e que fazem diferentes usos do espaço.

No livro Porto-Gonçalves faz duras críticas ao governo brasileiro durante o ciclo da borracha, segundo o mesmo, durante o período a região servia apenas como uma colônia de exploração, seus espólios, ou seja, a mais-valia era expropriada em detrimento das elites da capital, com grande parte dos recursos sendo investidos na estrutura urbana dela, restando pouco ou quase nada para os povos locais, com exceção dos barões da época.

Para finalizar sua obra o autor deixa a reflexão: é necessário ouvir os diversos povos que vivem nas amazônias, que fazem diferentes usos dos espaços, não se pode ignorar seus conhecimentos. A Amazônia, com sua vastidão territorial e sociocultural, apresenta uma realidade complexa e multifacetada quando se trata do processo de envelhecimento.

As diferentes "amazônias", que coexistem dentro dessa imensidão, revelam contrastes marcantes nas experiências dos idosos, influenciadas por fatores como a sua localização: ribeirinhas, indígenas, quilombolas e habitantes de grandes cidades amazônicas vivenciam o envelhecimento de maneiras distintas, com acesso desigual a serviços básicos e oportunidades.

A diversidade cultural da região impacta diretamente na forma como os diferentes grupos étnicos concebem e vivenciam o envelhecimento, com seus próprios valores, costumes e tradições. Essas desigualdades socioeconômicas se refletem nas condições de vida dos idosos, com disparidades no acesso à saúde, educação, renda e lazer. Analisar os contrastes do envelhecimento nas "amazônias" torna-se crucial para:

- Compreender a diversidade das experiências:

Reconhecer que o envelhecimento não é um processo homogêneo, mas sim uma experiência multifacetada, marcada por diferenças socioculturais e territoriais. Identificar as necessidades específicas de cada grupo de idosos, considerando suas origens, costumes e contextos de vida.

- Formular políticas públicas eficazes:

Desenvolver políticas públicas que considerem a diversidade regional e os diferentes perfis de idosos, combatendo as desigualdades e promovendo a inclusão

social. Garantir o acesso universal a serviços de saúde, educação, assistência social e previdência, com foco nas necessidades específicas de cada grupo.

- Valorizar a riqueza cultural:

Reconhecer a importância dos saberes e práticas tradicionais dos idosos como patrimônio cultural da Amazônia. Promover o diálogo intergeracional e o respeito à diversidade cultural, combatendo estereótipos e preconceitos relacionados ao envelhecimento.

- Promover o envelhecimento ativo e saudável:

Incentivar a participação social dos idosos na comunidade, combatendo o isolamento social e promovendo o bem-estar físico e mental. Criar ambientes urbanos e rurais mais amigáveis à população idosa, com infraestrutura adequada e acessibilidade.

- Combater as desigualdades:

Reduzir as disparidades socioeconômicas que afetam os idosos, especialmente aqueles em situação de vulnerabilidade social. Garantir o acesso à justiça e aos direitos básicos de todos os idosos, independentemente de sua origem ou condição social. Ao analisar os contrastes do envelhecimento nas "Amazônias", pode-se construir uma sociedade mais justa e inclusiva, onde todos os idosos tenham a oportunidade de viver com dignidade, autonomia e qualidade de vida.

2.5 Espacialização da pessoa idosa no estado do Amazonas

Em 2017, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) implementou uma importante mudança na divisão regional do país, substituindo as tradicionais, mesorregiões e microrregiões por uma nova regionalização: as Regiões Geográficas Intermediárias e Imediatas. Essa alteração, que entrou em vigor a partir de 1º de janeiro de 2017, marcou um novo capítulo na organização territorial do Brasil, buscando acompanhar as transformações sociais, econômicas e espaciais que o país vivenciou nas últimas décadas.

Criadas em 1970, as mesorregiões e microrregiões representavam uma hierarquia de áreas com características socioeconômicas e físicas semelhantes. As Mesorregiões eram grupamentos de municípios maiores, enquanto as microrregiões eram resultado da subdivisão das mesorregiões, serviam como unidades menores. Essa estrutura regional, embora útil em seu tempo, apresentou algumas limitações com o passar dos anos.

Com o crescimento das cidades, o aumento da migração interna e a intensificação das relações entre municípios, as meso e microrregiões mostraram-se menos adequadas para retratar a realidade do país. As áreas delimitadas por esses sistemas nem sempre refletiam as dinâmicas regionais contemporâneas, dificultando o planejamento e a gestão de políticas públicas.

Visando superar essas limitações, o IBGE propôs a criação de uma nova regionalização, com base em critérios mais abrangentes e atualizados. As Regiões Geográficas Intermediárias, agrupando municípios com características socioeconômicas e físicas em comum, representam unidades intermediárias na nova hierarquia. Já as Regiões Geográficas Imediatas, subdividindo as Intermediárias, são compostas por municípios, que apresentam forte interação social, econômica e cultural.

A seguir pode-se observar a nova regionalização proposta e em vigor definida pelo IBGE no ano de 2017, em Regiões Geográficas, em oposição as meso e microrregiões, para essa abordagem, então, serão utilizadas as Regiões Geográficas Intermediárias e Imediatas, são elas:

Quadro V: Regiões Geográficas Intermediárias e Imediatas do Amazonas

REGIÕES GEOGRÁFICAS DO AMAZONAS – IBGE/2017

REGIÕES GEOGRÁFICAS INTERMEDIÁRIAS	MANAUS	REGIÕES GEOGRÁFICAS IMEDIATAS	MANAUS	MANICORÉ
	TEFÉ		SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA	PARINTINS
	LÁBREA		COARI	ITACOATIARA
	PARINTINS		MANACAPURU TEFÉ TABATINGA EIRUNEPÉ LÁBREA	

Fonte: IBGE, 2017.

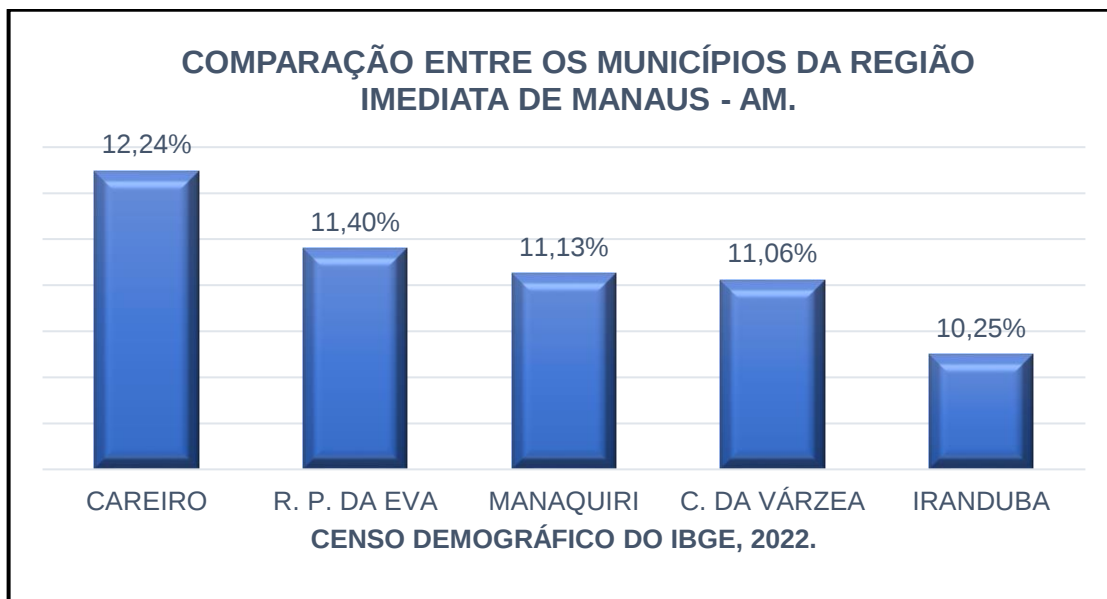
Elaboração: Próprio autor.

Também para essa abordagem alguns dados adicionais serão acrescentados, como forma de verificar se tais informações possuem alguma ligação com a maior ou menor quantidade de pessoas idosas vivendo nos municípios, dados tais como: criação, aplicação e qualidade de políticas públicas voltadas às pessoas idosas, distância do principal centro de oferta de serviços, ou seja, o conceito de centro/periferia discutida por Santos (2000), Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDHM, PIB *per capita*, entre outras que se fizerem importantes.

A região geográfica intermediária de Manaus, localiza-se na porção mais centro-norte do estado do Amazonas, por abranger a capital, é a que possui a maior população de todo o estado, segundo dados do Censo demográfico do IBGE a região possui uma população absoluta de 2.707.643 habitantes.

Essa mesma região subdivide-se em quatro e dá origem as regiões Imediata de Manaus, além de composta pelo município de mesmo nome fazem parte também: Manaquiri, Iranduba, Rio Preto da Eva, Borba, Autazes, Careiro, Careiro da Várzea, Presidente Figueiredo e Nova Olinda do Norte. Possui uma população de 2.349.698 habitantes, já as pessoas idosas residentes da região são 229.147. Além de uma densidade demográfica de 0,02 habitantes por km². Em relação à população de pessoas idosas dessa região geográfica imediata tem-se os dados representados através de dois gráficos para uma melhor organização, o primeiro gráfico pode ser observado a seguir:

Gráfico 03: Análise comparativa entre as pessoas idosas da região geográfica imediata de Manaus



Fonte: Censo Demográfico do IBGE, 2022.

Elaboração: Próprio autor.

Na região imediata de Manaus são onde se concentram os municípios com maiores indicadores socioeconômicos do Amazonas, assim como a maior população residente, de pessoas idosas, serviços etc.

O município dessa região que apresenta a maior quantidade percentual de pessoas idosas residentes é o Careiro ou Careiro Castanho como é conhecido localmente. Estando distante cerca de 87 km de Manaus e tendo ligação com a capital Manaus através de meio terrestre e fluvial. Ao se comparar com os censos anteriores pode-se perceber o crescimento exponencial do Careiro em relação às pessoas idosas, saindo de 1.433 ou 5,2% (IBGE, 2000), passando a 2.085 ou 6,4% (IBGE, 2010), chegando ao atual cenário, que mostra o município com uma população residente de 30.792 destes 3.777 são pessoas idosas representando um percentual de 12,24% (IBGE, 2022). O município apresenta ainda um PIB *per capita* de R\$ 10.180,17 (IBGE, 2021) e um IDHM de 0,557 (IBGE, 2010).

Sendo um dos município com o maior percentual de pessoas idosas na região intermediária de Manaus, o Careiro demonstra, segundo uma análise superficial e carente de uma investigação mais aprofundada, que está no caminho certo no que tange à aplicação das políticas públicas voltadas às pessoas idosas, pelo menos ao se analisar os dados estatísticos, mas, pode melhorar muito, pois, ao melhorar a qualidade de vida da sua população, isso impacta diretamente em uma melhora no

seu índice de desenvolvimento humano municipal, e automaticamente ampliará a longevidade de sua população, ao mesmo tempo em que isso traz desafio em relação a criação de novas políticas ou atualização constante das existentes.

Rio Preto da Eva é mais um dos municípios que integram a RMM, apesar de estar localizado a aproximadamente 80 km de Manaus, o município possui ligação terrestre com a capital, possui um PIB *per capita* de R\$ 11. 680,8 (IBGE, 2021). Rio Preto da Eva vem passando por uma transição demográfica bem significativa, quando observado o crescimento de sua população, sobretudo, da população de pessoas idosas. No censo de 2000 essa população em específico era de apenas 610 habitantes, representando 3,5% da população total, já no censo de 2010, saltou para 1.413 ou 5,5%, hoje a sua população residente é de 24.936 habitantes, as pessoas idosas são 2.842, o que representa cerca de 11,4% da população absoluta (IBGE, 2022).

O IDHM do município é de 0,611 (IBGE, 2010). O setor primário é muito forte, com destaque para agricultura familiar. A alta porcentagem de pessoas idosas residentes, chegando a superar a capital e os índices estaduais, indicam que a assistência a essa população está sendo executada de forma satisfatória, mais uma vez vale ressaltar, que essa análise segue a rigidez dos dados estatísticos, dentro das possibilidades do município.

O município de Manauquiri integrante da região imediata de Manaus e distante cerca de 150 km da capital, acompanha os demais municípios de sua região geográfica imediata, quando se fala de crescimento da população de pessoas idosas, como comparativo entre os últimos três censos tem-se os seguintes dados: Em 2000 as pessoas idosas do município eram 881 ou 6,9%, no censo de 2010 passaram a ser 1.523 ou 6,7%, após 12 anos desde o último censo o município possui uma população residente de 17.107 pessoas, desses 1.904 são de pessoas idosas, representando em termos percentuais 11,13% de sua população.

Com o IDHM de 0,596 (IBGE, 2010) e um PIB *per capita* de R\$ 9.162,03 (IBGE, 2021), o município apresenta um percentual menor de pessoas idosas que a média nacional, mas, considerado alto quando comparado à média do estado, chegando a ser até maior que o da capital, o que indica, em uma análise superficial, que as políticas públicas de atenção à pessoa idosa no município estão sendo eficazes.

O Careiro da Várzea é o município amazonense mais próximo da capital, apenas 22 km, também integra a RMM. Apesar disso, não possui ligação por meio

terrestre de forma contínua, a travessia para ele se dá por meio fluvial, uma balsa interliga Manaus com os demais municípios à margem da BR-319, entre eles está o Careiro da Várzea. A população de pessoas idosas no Careiro da Várzea sempre foi bem expressiva, quando se fala dos últimos três censos demográficos, com a população passando de 1.237 ou 7,2% (IBGE, 2000), para 1.959 ou 8,2% (IBGE, 2010), chegando até 2.276 ou 11,06%, de um total de 19.637 pessoas (IGGE, 2022).

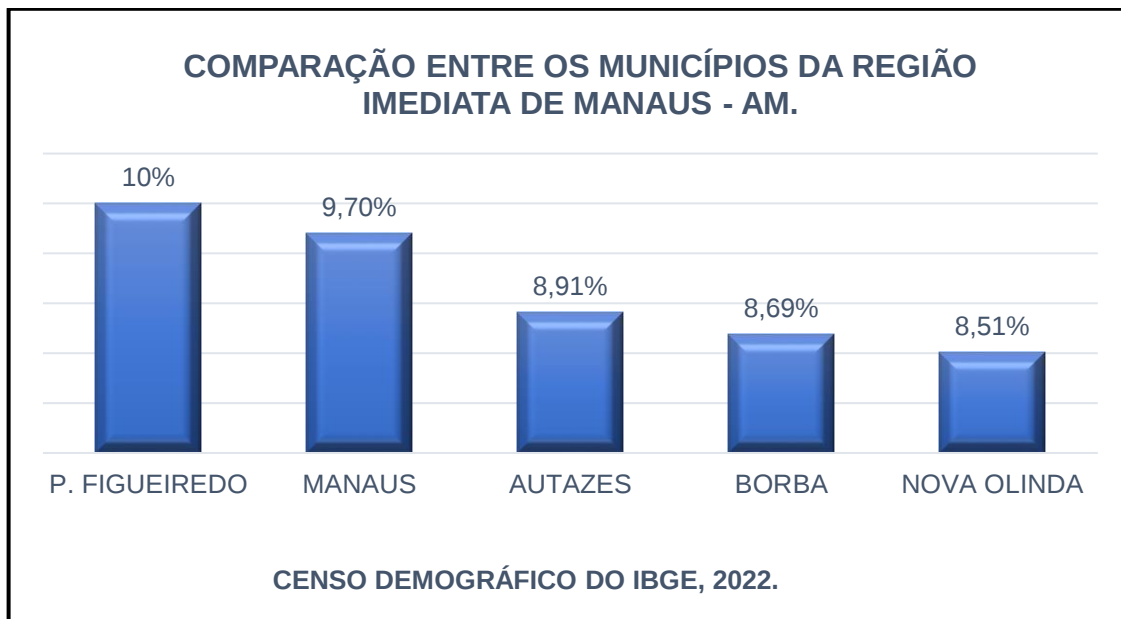
O PIB *per capita* é de R\$ 13.140,09 (IBGE, 2021) e o IDHM 0,568 (IBGE, 2010). Mais um município que possui um percentual acima da capital e do estado, o fato de possuir proximidade e relativa facilidade de acesso à capital, que dispõe de serviços especializados para as pessoas idosas, de alguma forma pode favorecer essa quantidade de pessoas idosas no município.

Iranduba é um dos municípios que faz divisa com a capital, seu IDHM é de 0,613 (IBGE, 2010), este município está entre os que têm a sede mais próximas da capital, além disso, eles possuem ligação terrestre. A população de pessoas idosas assim como a população residente está em crescimento no município, foram elas 1.880 ou 5,8% (IBGE, 2000), depois passando para 2.908 ou 7,1% (IBGE, 2010). Atualmente apresenta uma população residente de 61.163 habitantes, e 6. 268 de pessoas idosas ou 10,25%, de sua população são da faixa etária de 60 anos ou mais (IBGE, 2022).

Com um PIB *per capita* de R\$ 20.150,9 (IBGE, 2021), sendo um dos maiores do estado e por sua relativa proximidade com Manaus (40 km), chegando a compor a Região Metropolitana de Manaus - RMM, acredita-se que isso favoreça de alguma forma a grande concentração de pessoas idosas no município, apesar de as políticas públicas de atenção à pessoa idosa não estarem sendo aplicadas de forma eficiente (Rodrigues & Araújo, 2024).

O segundo gráfico a seguir retrata os demais municípios da região geográfica imediata de Manaus, estes possuem uma menor quantidade percentual de pessoas idosas residentes:

Gráfico 04: Análise comparativa entre as pessoas idosas da região geográfica imediata de Manaus



Fonte: Censo Demográfico do IBGE, 2022.

Elaboração: Próprio autor.

Presidente Figueiredo é um dos 13 municípios que compõem a RMM, distante 128 km da capital Manaus, tem como principal atividade econômica o setor primário, com a exploração de minérios e o terceiro setor, tendo em vista que é importante ponto turístico da região. A população de “Figueiredo” como é apelidado por sua população local, têm passado por mudanças significativas, principalmente em se falando da população de pessoas idosas. No censo de 2000 a quantidade de pessoas idosas era de apenas 619 em termos percentuais em relação a população absoluta, era de apenas 3,6%, em 2010 essa população aumentou para 1.456 ou 5,3%. Segundo o último censo a população residente é de 30.668 habitantes, destes 3.065 são pessoas com 60 anos ou mais (IBGE, 2022), representando um percentual de 10%.

O PIB *per capita* do município é um dos maiores do estado R\$ 27.087,68 (IBGE, 2021) e o IDHM 0,647 (IBGE, 2010). Apesar de o percentual de pessoas idosas estar acima da capital e do estado, esse número poderia ser maior, tendo em vista o desenvolvimento econômico no município, como dito acima, seu PIB *per capita* é um dos maiores do estado, o que nos faz questionar se as políticas públicas voltadas às pessoas idosas estão sendo aplicadas de forma eficiente.

Na capital Manaus é onde há uma certa centralização da oferta de serviços para as pessoas idosas no Amazonas; isso faz com que se concentre a maior parte dessa população ao longo dos anos na cidade, como pode ser observado no recorte

aqui proposto dos últimos censos; em 2000 a população de pessoas idosas era de 65.731 ou 4,7%, em 2010 passou para 108.081 ou 6,0%. Atualmente a população residente da cidade é de 2.063.689 pessoas, já de pessoas idosas são 200.138 ou 9,7% da população total, segundo dados do censo demográfico (IBGE de 2022).

O PIB *per capita* é de R\$ 45.782,75 (IBGE, 2021) e o IDHM é de 0,737 (IBGE, 2010). Como já dito, além da questão socioeconômica, essa grande concentração de pessoas idosas no município pode ser explicada, também, pela grande oferta de serviços que os demais municípios do estado não conseguem oferecer as pessoas idosas, como espaços de lazer, profissionais e clínicas especializadas na saúde da pessoa idosa, ainda que essa quantidade seja insuficiente.

O município de Autazes é mais um dos que compõem a região metropolitana, distante 112 km de Manaus, com um IDHM de 0,577 (IBGE, 2010) e PIB *per capita* de R\$ 12.348,26. Nos últimos censos o município apresentou um relevante percentual de crescimento populacional em todas as faixas etárias, em relação às pessoas idosas tem-se os seguintes dados: 1.493 ou 6,1% (IBGE, 2000), 2.275 ou 6,3% (IBGE, 2010), no último censo apresentou uma população residente de 41.564 pessoas, destes 3.698 são pessoas idosas equivalente a 8,91% (IBGE, 2022).

Um número baixo em comparação aos percentuais nacionais e estadual, para os padrões do estado, ele possui uma população relativamente grande, mas chama atenção o baixo desenvolvimento humano de 0,577 (IBGE, 2010). Apesar do PIB *per capita* não ser dos piores R\$ 12.348,26, o que se infere dessas informações, é que os recursos não estão sendo utilizados em benefício da população, isso reflete na quantidade e qualidade de vida das pessoas idosas; é necessário um acompanhamento melhor das autoridades locais para descobrir as causas dos dados apresentados acima.

Borba é um município amazonense que está localizado a 208 km de Manaus, sua ligação com a capital é por meio fluvial, o seu PIB *per capita* é de R\$ 9.500,35 (IBGE, 2021). A população residente no município tem crescido bastante em todas as faixas etárias, as pessoas idosas como parte integrante da sociedade apresentam os seguintes números: 1.580 ou 5,5% (IBGE, 2000), 2.205 ou 6,3% (IBGE, 2010), já no mais recente censo a população residente é de 33.080, e de pessoas idosas de 2.876 ou 8,69% (IBGE, 2022). Seu IDHM é baixíssimo de apenas 0,560 (IBGE, 2010).

O seu baixo percentual de pessoas idosas, estando entre os mais baixos do estado, indicam que as políticas públicas para as pessoas idosas, nos últimos anos,

encontram-se em declínio, ou seja, essas políticas estão perdendo qualidade ao longo do tempo, isso pode ser evidenciado ao se analisar um dado muito interessante do município, que é a grande quantidade de centenários, cerca de 0,13% de sua população tem mais de 100 anos, quando a média mundial é de 0,78%. Para que esse quadro mude, faz-se necessário que o governo local tome atitudes drásticas e com certa urgência.

O último município que compõe a região imediata de Manaus é Nova Olinda do Norte, que está a 135 km da capital, sua ligação com ela se faz de forma fluvial através de barco, lanchas e outros. A população residente no município ao longo dos anos foi de 23.725 e de pessoas idosas 1.556 ou 6,5% (IBGE, 2000), 30.696 e de pessoas idosas 1.855 ou 6,1% (IBGE, 2010), caiu para 27.062 pessoas, destes 2.303 são de pessoas idosas ou 8,51% (IBGE, 2022).

Seu PIB *per capita* é de R\$ 8.836,21 (IBGE, 2021), um dos mais baixos do estado, e seu IDHM 0,558 (IBGE, 2010). O percentual de pessoas idosas no município é bem abaixo da média do estado, apesar de apresentar uma boa quantidade de pessoas idosas acima de 100 anos (27 pessoas representando 0,10% de sua população), nas demais faixas etárias acima de 60 anos tem uma quantidade relativamente baixa, o que se torna um dado interessante para traçar as perspectivas futuras do envelhecimento humano no município.

Para facilitar o entendimento dos dados apresentados acima acompanhe a tabela abaixo:

Tabela I: Características dos municípios pertencentes à região imediata de Manaus

MUNICÍPIOS	DIST.DA CAPITAL	POP. RESIDENTE	P. I. (PERCENTUAL)	PIB (<i>PER CAPITA</i>)	IDHM (2010)
CAREIRO	87 km	30.792	12,24%	R\$ 10.180	0,557
RIO P. DA EVA	80 km	24.936	11,40%	R\$ 11.680	0,611
MANAQUIRI	150 km	17.107	11,13%	R\$ 9.162	0,596
C. DA VÁRZEA	22 km	19.637	11,06%	R\$ 13.140	0,568
IRANDUBA	40 km	61.163	10,25%	R\$ 20.150	0,613

P. FIGUEIREDO	128 km	30.668	10%	R\$ 27.087	0,647
MANAUS	-	2.063. 689	9,7%	R\$ 45.782	0,737
AUTAZES	112 km	41.564	8,91%	R\$ 12.348	0,577
BORBA	208 km	33.080	8,69%	R\$ 9.500	0,560
N. O. DO NORTE	135 km	27.062	8,51%	R\$ 8.826	0,558

Fonte: Censo demográfico (IBGE, 2022), Portal Cidades (2010 – 2021).

Elaboração: Próprio autor.

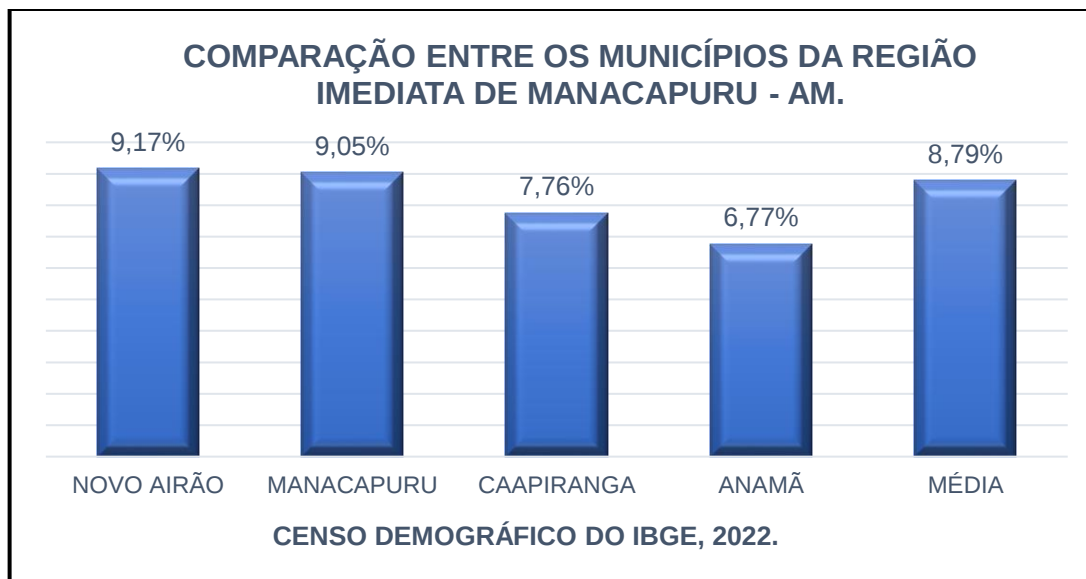
Como análise final sobre a situação das pessoas idosas na região imediata de Manaus, observa-se que o fator de proximidade ao grande centro socioeconômico (Manaus), é importante para o fator longevidade da população dessa região imediata. Claro, sem perder as características de “interior”, que entre eles cita-se: um ambiente mais equilibrado, maior acesso aos produtos alimentícios naturais, vida ao ar livre, contato com a natureza etc.

Não necessariamente ter uma economia forte é crucial para longevidade, fato que pode ser evidenciado ao se observar a situação de Manaus, que possui o maior PIB *per capita*, o maior IDHM e a maior população, mas encontra-se apenas na 7ª posição como município mais longo dentro de sua própria região de influência.

De fato importante é estar próximo ao centro gerador de capital, para aproveitar suas “vantagens”, que na sua maioria são acesso a serviços de saúde, lazer, educação especializados, ou seja, os municípios mais distantes (periferia) da região imediata são os que apresentam a menor quantidade de pessoas idosas.

Dentro da região geográfica intermediária de Manaus, que ao ser dividida, deu origem a 03 regiões imediatas, sendo a próxima região a ser analisada a região geográfica imediata de Manacapuru, que além do município de Manacapuru é composta pelos municípios de Anamã, Caapiranga e Novo Airão, possuindo uma população residente de 141.075 habitantes e uma população de pessoas idosas de 12.401 habitantes. Informações sobre as pessoas idosas mais detalhadas estarão no gráfico e texto a seguir:

Gráfico 5: Análise comparativa das pessoas idosas residentes nos municípios da região geográfica imediata de Manacapuru – AM



Fonte: Censo demográfico do IBGE, 2022.

Elaboração: Próprio autor.

Dos municípios pertencentes a região imediata de Manacapuru o que possui a maior quantidade de pessoas idosas percentualmente é Novo Airão, que se encontra a 115 km da capital Manaus e tem ligação direta por meio terrestre. O município possui uma população residente de 15.761, destas 1.444 são pessoas idosas ou 9,17% (IBGE, 2022), o que representa um crescimento da população de pessoas idosas em relação aos últimos censos, que foram de 576 ou 6,0% (IBGE, 2000), 953 ou 6,5% (IBGE, 2010). O PIB *per capita* do município foi de R\$ 9.146,03 (IBGE, 2021) e o IDHM é de 0,570 (IBGE, 2010). Apesar dos baixos índices socioeconômicos, esse é o município que apresenta os maiores índices de envelhecimento populacional na região.

O segundo Município que é Manacapuru, possui uma população residente de 101.883 habitantes, destes cerca de 9.237 são pessoas idosas (IBGE, 2022), já no censo de 2010 a população de pessoas idosas foi de 5.837 ou 6,8%, em 2000 foi de 4.361 ou 5,9%. O município encontra-se 70 km distante de Manaus e possui ligação direta via AM – 070. O PIB *per capita* do município gira em torno de R\$ 15.506,76 (IBGE, 2021), seu IDHM foi de 0,614 (IBGE, 2010). Manacapuru apresenta todas as condições para melhorar a qualidade de vida de sua população e, conseqüentemente, das pessoas idosas, pois, já possui um desenvolvimento humano interessante, sua proximidade com Manaus e o fácil acesso a capital é um dos fatores importantes para

num futuro próximo, a quantidade de pessoas idosas cresça ainda mais, desde que haja um maior cuidado dos governantes e elaboração de políticas públicas mais eficazes.

Caapiranga é um município amazonense pertencente a região geográfica imediata de Manacapuru; está distante de Manaus 135 km, possui uma população residente de 13.469 habitantes, inclusos nestes está um montante de 1.045 pessoas idosas, representando 7,76% do total (IBGE, 2022), em 2010 a população de pessoas idosas foi de 623 ou 5,7%, já em 2000 foi de 386 ou 4,4%. Pode-se observar, então, que essa população está em constante crescimento com média de 2% a cada 10 anos.

O IDHM do município é de 0,569 (IBGE, 2010) e o PIB *per capita* R\$ 13.194,94 (IBGE, 2021). Caapiranga não possui ligação com a capital por meio terrestre, mas como situa-se próximo a Manacapuru apresenta certa facilidade de acesso. O pouco desenvolvimento humano, apesar de não apresentar o PIB *per capita* que está entre os piores da região, chama atenção, o que se pode inferir é que as políticas públicas locais não estão obtendo êxito em sua aplicação.

Anamã é o município da região que apresenta a menor quantidade de pessoas idosas (675) nominalmente e percentualmente (6,77%), sua população residente é de 9.962 habitantes (IBGE, 2022), ao longo dos censos demográficos isso vem se mantendo, quando em 2010 eram 594 pessoas idosas ou 5,8%, em 2000 foram apenas 334 ou 5,1%. O PIB *per capita* é de R\$ 9.697,69 (IBGE, 2021), o IDHM do município em 2010 foi de 0,594. Anamã é um município essencialmente ribeirinho, ou seja, sofre durante boa parte do ano com a sazonalidade do rio. Sua ligação com a capital Manaus se dá por meio fluvial, e está a 217 km distante.

Como forma de melhor visualização dos dados dispostos acima, tem-se a tabela a seguir:

Tabela 02: Características dos municípios pertencentes à região imediata de Manacapuru – AM

MUNICÍPIOS	DIST.DA CAPITAL	POP. RESIDENTE	P. I. (PERCENTUAL)	PIB (<i>PER</i> <i>CAPITA</i>)	IDHM (2010)
NOVO AIRÃO	115 km	15.761	9,17%	R\$ 9.146	0,570
MANACAPURU	70 km	101.883	9,05%	R\$ 15.506	0,614
CAAPIRANGA	135 km	13.469	7,76%	R\$ 13.194	0,569
ANAMÃ	217 km	9.962	6,77%	R\$ 9.697	0,594

Fonte: Censo demográfico (IBGE, 2022), Portal Cidades (2010 – 2021).

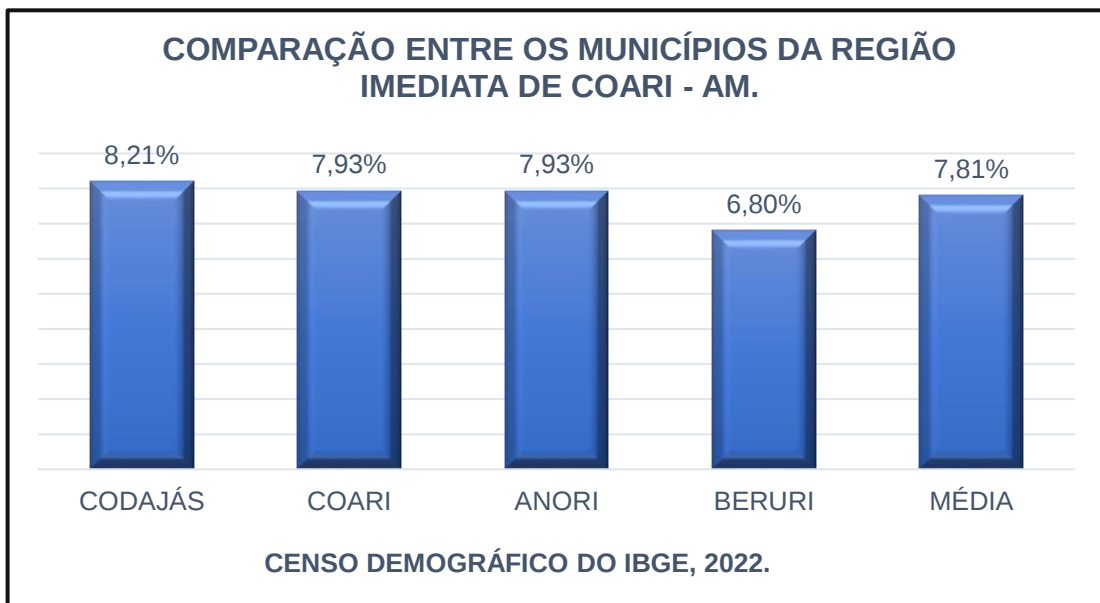
Elaboração: Próprio autor.

Na região geográfica imediata de Manacapuru, pode-se perceber que os municípios que possuem certa facilidade de acesso a capital, possuem os melhores índices de longevidade, não necessariamente os que possuem os melhores índices socioeconômicos se destacam. Essa facilidade de acesso é importante, porque os municípios do interior na sua maioria não possuem Unidades de Tratamento Intensivo – UTÍ's e nem clínicas ou profissionais especializados no tratamento de pessoas idosas, o que faz muita diferença no cuidado e manutenção da vida, sendo que esse acesso pode ser o diferencial entre a vida e a morte em casos mais complexos.

A próxima região imediata que fica dentro dos limites da região intermediária de Manaus é Coari e fazem parte os municípios de Coari, Codajás, Anori e Beruri. Essa região imediata possui uma população de 132.077 habitantes. Em relação as pessoas idosas essa região imediata possui uma população de 10.307 pessoas, representando 7,81%, que apesar de ser um número razoável, é bem abaixo das médias tanto nacionais, quanto do estado. Esses municípios apesar de não estarem tão distantes da capital, dentro da região intermediária são os que estão mais afastados, apresentam um baixo desenvolvimento socioeconômico; assim como as demais regiões do Amazonas essa ocupa uma área imensa, a maior parte dela é inabitada, o que torna sua densidade demográfica muito baixa 1,2 hab/km².

Para facilitar análise da distribuição dessa população de pessoas idosas nessa região imediata por municípios, pode-se acompanhar o gráfico:

Gráfico 6: Análise comparativa das pessoas idosas residentes nos municípios da região geográfica imediata de Coari - AM



Fonte: Censo demográfico do IBGE, 2022.

Elaboração: Próprio autor.

Codajás é o município da região geográfica imediata de Coari que apresenta o maior percentual de pessoas idosas; atualmente 1.933 ou 8,21% em relação a sua população residente que é de 23.549 habitantes (IBGE, 2022). Mas nem sempre foi assim, nos censos anteriores o município ficou abaixo dos demais da mesma região geográfica, como no censo de 2000 quando a população de pessoas idosas foi de 932 ou 5,3%, no censo de 2010 subiu para 1.306 ou 5,6%.

A cidade fica distante da capital Manaus cerca de 324 km, o PIB *per capita* da população R\$ 17.917,73 (IBGE, 2021) que pode ser até considerado bem alto em relação aos demais municípios do Amazonas. O IDHM é de 0,563 (IBGE, 2010). É importante ressaltar que o açaí é um dos principais produtos geradores de renda no município e faz parte do cardápio local, pois, é bastante apreciado e conhecido em todo o estado. Esse fator pode ser considerado a efeito de maior longevidade do mesmo em relação aos demais que compõem a região geográfica imediata de Coari.

Coari aparece na segunda posição em sua própria região imediata, em nenhum dos censos anteriores que são evidenciados nesta pesquisa o município figurou como o que possui a maior quantidade percentual de pessoas idosas; conforme pode ser observado em 2000 foram 2.917 ou 4,3%, em 2010 foram 3.997 ou 5,3%. Hoje o município apresenta uma população residente de 70.616 pessoas e uma população de pessoas idosas de 5.601, representando 7,93% em relação ao total (IBGE, 2022).

Coari é uma cidade muito rica em recursos naturais; isso se reflete em seu PIB *per capita*, que é um dos maiores do estado R\$ 38.982,37 (IBGE, 2021), mas, infelizmente isso não se reflete em nível de desenvolvimento ou IDHM, que é de apenas 0,586 (IBGE, 2010). Coari fica localizado a 366 km de Manaus, por ser um polo petrolífero, tem várias opções de ligação com a capital Manaus, inclusive, é um dos poucos que possuem voos regulares até a capital; mas o principal meio de transporte intermunicipal são barcos e lanchas.

Distando 234 km da capital Manaus, Anori é uma cidade às margens do rio Solimões, que é o principal afluente do rio Amazonas. A população do município residente e de pessoas idosas e vem crescendo ao longo dos anos; essa constatação pode ser evidenciada nos números, que em 2000 a população residente era de 11.320 habitantes e de pessoas idosas 685 ou 6,0%, já em 2010 a população residente era de 16.317 e de pessoas idosas 956 ou 5,8%, passando para 17.194 habitantes sendo destes 1.367 são pessoas idosas representando um percentual de 7,93% de sua população total (IBGE, 2022).

Anori possui uma IDHM de 0,561 (IBGE, 2010) e um PIB *per capita* de R\$ 11.324,94 (IBGE, 2021). Esse município também tem uma produção rural muito forte, sendo a principal fonte de renda juntamente com o funcionalismo público e a exemplo de Codajás, o açaí, que é bastante apreciado no estado e faz parte da alimentação dos seus habitantes. Esse fator também precisa ser levado em consideração em uma análise mais profunda acerca do envelhecimento populacional no município, além, é claro, das políticas públicas locais voltadas às pessoas idosas.

Em último lugar está Beruri com uma quantidade nominal e percentual muito pequena de pessoas idosas 1.406, apenas 6,80% em relação à população residente, que é de 20.718 pessoas (IBGE, 2022). Observando os dados dos censos anteriores pode-se perceber que os dados se mantêm ao longo dos anos. Quando em 2000 a população de pessoas idosas no município era de 580 ou 5,3%, em 2010 foi de 899 ou 5,8%.

O município também apresenta os seguintes indicadores: IDHM 0,506 (IBGE, 2010) que é um nível de desenvolvimento muito ruim, PIB *per capita* R\$ 10.333, 67 (IBGE, 2021), também não é dos melhores, porém, como se vai observar ao longo dessa pesquisa, de longe esse é o PIB mais baixo, a distância da capital é de aproximadamente 256 km e as formas de transporte até Manaus são, principalmente, barcos e lanchas. Uma análise superficial da situação das pessoas idosas em Beruri

é de um certo descaso, políticas públicas ineficientes, recursos financeiros mal geridos podem causar essa sensação ao se observar os indicadores no município, principalmente em relação as pessoas idosas.

O resumo das informações que estão dispostas acima, pode ser melhor observada na tabela:

Tabela 3: Características dos municípios pertencentes à região imediata de Coari – AM

MUNICÍPIOS	DIST. DA CAPITAL	POP. RESIDENTE	P. I. (PERCENTUAL)	PIB (<i>PER</i> <i>CAPITA</i>)	IDHM (2010)
CODAJÁS	324 km	23.549	8,21%	R\$ 17.917	0,563
COARI	366 km	70.616	7,93%	R\$ 38.982	0,586
ANORI	234 km	17.194	7,93%	R\$ 11.324	0,561
BERURI	217 km	20.718	6,80%	R\$ 10.333	0,506

Fonte: Censo demográfico (IBGE, 2022), Portal Cidades (2010 – 2021).

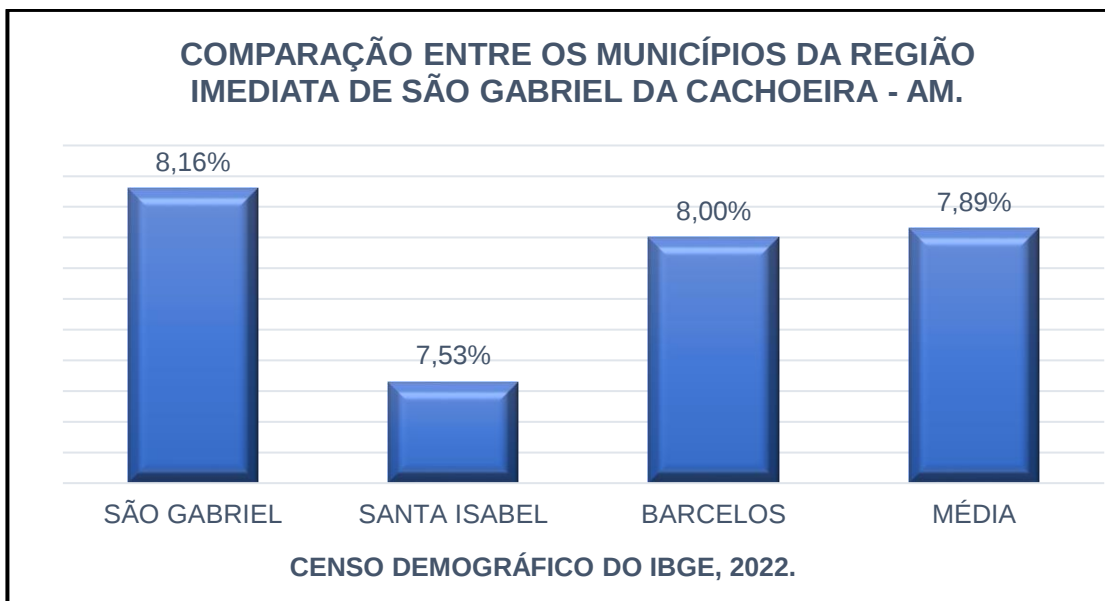
Elaboração: Próprio autor.

Os dados mais interessantes dentro dessa região imediata são o fato de que os municípios com o maior IDHM, assim como com os maiores PIB *per capita* e as mais populosas apresentam a maior quantidade percentual de pessoas idosas, mesmo assim, esse resultado deveria ser maior, no caso de Coari por ser rico em recursos naturais, deveria ter um desempenho bem melhor na qualidade de vida de sua população, o que certamente implicaria na longevidade de seus habitantes.

Outra informação importante é que todos os municípios que compõem a região intermediária de Manaus, têm um percentual de pessoas idosas abaixo da média nacional que é de 15,81%.

Por último, tem-se a região imediata de São Gabriel da Cachoeira composta por: São Gabriel da Cachoeira, Santa Isabel do Rio Negro e Barcelos. Tem uma população residente de 84.793, e uma população de pessoas idosas de 6.804 habitantes (IBGE, 2022).

Gráfico 7: Análise comparativa das pessoas idosas residentes nos municípios da região geográfica imediata de São Gabriel da Cachoeira



Fonte: Censo demográfico do IBGE, 2022.

Elaboração: Próprio autor.

São Gabriel da Cachoeira, situado às margens do rio Negro, um importante tributário do majestoso rio Amazonas, está localizado na região conhecida como “cabeça do cachorro”. Tem esse nome devido ao formato do território próximo à fronteira com a Colômbia e Venezuela, e essa relação com os países vizinhos tem de ser levada em consideração pelo acesso aos serviços, tendo em vista que o município se encontra a uma distância de Manaus de aproximadamente 1000 km. Sua população apresentou os seguintes números ao longo dos últimos censos demográficos: população residente de 29.947 e de pessoas idosas de 1.658 ou 5,5% (IBGE, 2000), população residente de 37.896 e de pessoas idosas de 2.607 ou 6,9% (IBGE, 2010), já no último censo a população residente foi de 51.795 pessoas, destas 4.230 são pessoas idosas ou 8,16% (IBGE, 2022).

O que chama atenção no município é a quantidade de centenários, são 16 pessoas ou 0,03%, que apesar de em termos percentuais estar abaixo da média mundial, ainda assim é uma quantidade superior a várias outras localidades. O PIB *per capita* gira em torno de R\$ 8.995,21 (IBGE, 2021) e o IDHM foi em 2010 de 0,609. Devido sua distância acentuada a capital do Amazonas cerca de 989 km sua ligação com os países vizinhos, é bem maior do que com o seu próprio país.

Barcelos é um dos maiores municípios em extensão do mundo, foi a primeira capital da Província do Amazonas, também se localiza às margens do rio Negro; é

conhecido como cidade do peixe ornamental; encontra-se distante de Manaus cerca de 401 km. Possui uma população residente 18.834 pessoas e uma população de pessoas idosas de 1.508 habitantes ou 8% do total (IBGE, 2022). Nos últimos censos os dados dos censos demográficos em relação às pessoas idosas foram: em 2010 de 1.511 pessoas ou 5,9%, enquanto em 2000 foram de 1.040 ou 4,2%.

O IDHM foi em 2010 de 0,500, que é considerado um nível de desenvolvimento muito baixo, abaixo inclusive da média do estado e o PIB *per capita* R\$ 8.844,22. É um município com grande potencial, mas, ao que tudo indica não dispõe de políticas públicas, que melhorem as condições de vida da população, ou pelo menos não as aplica de forma satisfatória, tendo em vista que a população de pessoas idosas cresce de forma tímida, ou seja, os seus residentes em sua grande maioria não apresentam uma boa longevidade.

Santa Isabel do Rio Negro encontra-se distante de Manaus cerca de 630 km, é o município da região imediata que apresenta os menores indicadores de envelhecimento populacional; ao longo dos censos demográficos em 2000 a população de pessoas idosas era 599 ou 5,7%, em 2010 era de 1.055 ou 5,8%, no último censo apresentou apenas 1.066 pessoas idosas, representando 7,53% em um universo populacional de 14.164 habitantes (IBGE, 2022). O fato interessante é que de 2010 a 2022 o município teve uma perda de 3.982 habitantes. As causas podem ser diversas e carecem de uma investigação mais aprofundada, porém, alguns indicadores os quais serão enumerados a seguir, podem dar um indicativo.

O IDHM do município é de 0,479 (IBGE, 2010) sendo um dos menores do Amazonas, seu PIB *per capita* R\$ 6.994,54 (IBGE, 2021). Esses valores demonstram que o município não é um bom lugar para um envelhecimento ativo e saudável, carecendo de políticas públicas emergenciais, que visem a melhoria das condições de vida para toda população, tendo em vista que o processo de envelhecimento inicia desde o nascimento até o fim da vida, somente com políticas públicas que englobem toda população, o município irá alcançar melhores indicadores de envelhecimento populacional no futuro.

Para facilitar o entendimento de alguns dados apresentados acima observe a tabela:

Tabela 4: Características dos municípios pertencentes da região imediata de São Gabriel da Cachoeira – AM

MUNICÍPIOS	DIST. DA CAPITAL	POP. RESIDENTE	P. I. (PERCENTUAL)	PIB (PER CAPITA)	IDHM (2010)
SÃO GABRIEL	1000 km	51.795	8,16%	R\$ 8.995	0,609
SANTA ISABEL	630 km	24.936	7,53%	R\$ 6.994	0,479
BARCELOS	401 km	18.834	8,00%	R\$ 8.844	0,500

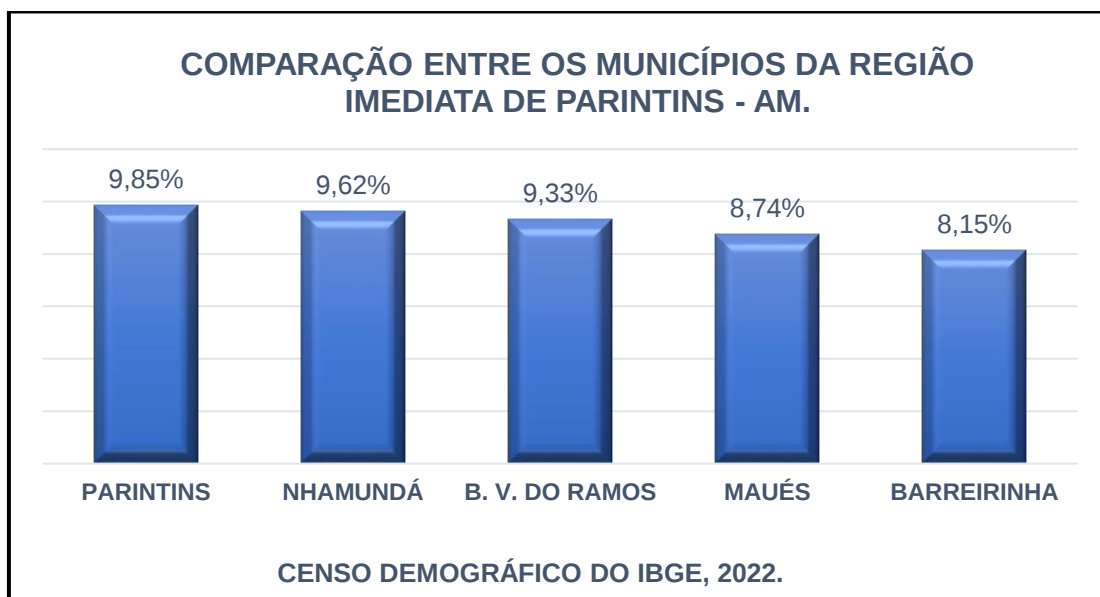
Fonte: Censo demográfico (IBGE, 2022), Portal Cidades (2010 – 2021)

Elaboração: Próprio autor

A Região Intermediária de Parintins está localizada na porção mais oriental do estado, possuindo uma população total de 412.113 habitantes, onde estão incluídas nesse valor 38.411 pessoas idosas. A região subdivide-se em duas regiões imediatas são elas: Parintins, que compõe os municípios de Parintins, Maués, Boa Vista do Ramos, Barreirinha e Nhamundá. A população dessa região imediata é de 232.548 habitantes e 21.538 são pessoas idosas.

A população absoluta de pessoas idosas que habitam a região intermediária de Parintins, pode ser observada no gráfico a seguir:

Gráfico 8: Análise comparativa das pessoas idosas residentes nos municípios da região geográfica imediata de Parintins



Fonte: Censo demográfico do IBGE, 2022

Elaboração: Próprio autor

Localizada no extremo leste do estado, distante 372 quilômetros em linha reta da capital Manaus, o município de Parintins é conhecido, mundialmente, por sediar o Festival Folclórico de Parintins, considerado Patrimônio Cultural do Brasil pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Quanto a população de Parintins os últimos censos evidenciam que a população passa por uma transição demográfica, mesmo que de forma “lenta”, mas, falando especificamente da população de pessoas idosas tem-se os números de 5.347 ou 5,9% (IBGE, 2000), passando a 7.153 ou 7,0% (IBGE, 2010), chegando a 9.496 ou 9,85% com uma população residente de 96.372 habitantes (IBGE, 2022).

Parintins destaca-se, também, pela grande quantidade de pessoas idosas acima dos 100 anos, chamados de superlongevos, são 31 pessoas ou 0,03% que apesar de estar abaixo da média mundial, ainda assim, é um número considerável, e dentro da sua região intermediária, ficando atrás somente de Itacoatiara, o qual será discutido posteriormente. Alguns fatores podem contribuir de forma direta ou indireta para esse grande número de pessoas idosas em relação ao total da população, como a proximidade de Manaus que oferece uma gama de serviços, ainda que sejam poucos, todavia, a cidade é centralizadora como já dito, desses serviços. O IDHM de 0,658 (IBGE, 2010) é considerado de mediano para alto, está em constante crescimento: 1991 (0,414) e 2000 (0,488), acompanhando a curva de evolução das pessoas idosas. Além do PIB *per capita* que desde 2015 (R\$ 8.505,67) vem em uma sequência de alta até chegar em R\$ 12.255,21 (IBGE, 2021).

O nome do município é referente ao rio de mesmo nome, Nhamundá, que por sua vez foi originário da tribo dos índios Jamundás; tanto o rio quando o município são divisores do estado do Amazonas com o Pará. O município de Nhamundá está localizado na zona fisiográfica do baixo Amazonas, limitando com os municípios de Parintins e Urucará, no Amazonas, com o estado de Roraima município de Caroebe (norte) e com os municípios de Faro e Terra Santa, no estado do Pará. A distância da capital Manaus é de 375 km. A sua população residente, assim como a de pessoas idosas variou bastante ao longo dos censos demográficos; em 2000 a população residente era de 15.355, enquanto de pessoas idosas eram de 1.006 ou 6,5%, em 2010 a população residente era de 18.278 e de pessoas idosas 1.398 ou 7,6%, chegando a uma população residente 20.136, destas são pessoas idosas 1.941 pessoas representando um percentual de 9,62% (IBGE, 2022).

Um fato interessante é que no censo anterior, censo de 2010, mesmo que no momento deste censo o tipo de regionalização fosse diferente, dividido em mesorregiões e microrregiões, se trouxermos à atual configuração, o município liderava na quantidade percentual de pessoas idosas. Outro fato negativo é que o município possui a menor quantidade de centenários desta região geográfica imediata, com apenas 03 pessoas ou 0,01% (IBGE, 2022). Já seu IDHM de 0,586 (IBGE, 2010) é considerado de mediano para baixo, enquanto o PIB *per capita* de R\$ 9.535,02 está dentro da média dos municípios do estado, com políticas públicas melhor aplicadas no município seria possível melhorar as condições de vida, e, consequentemente, a longevidade de sua população, e nos próximos censos essa quantidade de pessoas idosas residentes aumentarem consideravelmente.

Boa Vista do Ramos tem sua história intimamente ligada aquela de Maués. No decorrer da primeira metade do século XIX, a região é palco de sangrentos conflitos entre brancos e índios, sendo também afetada pela sedição dos cabanos. Aí originou-se através das primeiras casas de palha, onde se destacava como líder principal, o Sr. Antero Roberto Pimentel, conhecido também como Antero Gaivota, comerciante, proprietário da casa comercial Boa Vista. Vem daí o nome que deu origem a Comunidade de Vila de Boa Vista, que hoje denomina-se o município de Boa Vista do Ramos.

É o terceiro município da região imediata de Parintins, que possui a maior quantidade de pessoas idosas percentualmente; são 2.219 pessoas ou 9,33% em um universo de 23.785 (IBGE, 2022), o que demonstra uma evolução considerável; no censo de 2000 o município figurava em último lugar entre os cinco com uma população de pessoas idosas de 580 ou 5,5%, seguindo em último lugar no censo de 2010 com uma população de pessoas idosas de 803 ou 5,4%.

A distância até a capital muda de acordo com a sazonalidade do rio; em linha reta é de 271 km, porém, durante a vazante pode chegar a 545 km para os transportes mais comuns da região que são os “recreios”. Seu IDHM 0,565 (IBGE, 2010) é considerado de mediano para baixo, enquanto o PIB *per capita* R\$ 9.102,04 é considerado, também, dentro da média para os municípios do estado do Amazonas.

Em 1798 é fundada a Aldeia de Luséa e progredindo com o tempo transformou-se em missão carmelita. O líder nessa época foi o frei Joaquim de Santa Luzia. Por um decreto de 25 de junho de 1833, a missão foi considerada vila, sob a invocação de Nossa Senhora da Conceição de Luséa. Após isso houve diversas leis e decreto

alterando o tipo de ocupação e nome até chegar ao município de Maués em 05 de outubro de 1895. Com raízes indígenas, o nome da cidade tem origem no tupi e significa curioso e inteligente, em se falando de povos indígenas os Sateré-Mawé, são conhecidos por serem os primeiros a plantar e cultivar o guaraná, que é um dos principais produtos da região amazônica.

A exemplo de Boa Vista do Ramos, e localizado às margens do rio Maués-açu, também sofre com a sazonalidade dos rios em relação à distância da capital, que em linha reta é de aproximadamente 258 km, podendo chegar a mais de 500 km. O PIB *per capita* é considerado abaixo da média amazonense R\$ 9.005,98 (IBGE, 2021), e tem crescido ao longo dos anos e o IDHM também não é um dos melhores da região 0,588 (IBGE, 2010).

Os últimos censos demográficos mostram uma grande variação do ponto de vista percentual das pessoas idosas que residem em Maués, mesmo que a quantidade absoluta tenha crescido no censo de 2000, as pessoas idosas eram 2.724 ou 6,8%, em 2010 mesmo que o número absoluto tenham crescido para 3.361 o percentual diminuiu para 6,4%, tendo novo aumento percentual e populacional e todas as faixas etárias no último censo, onde o município passou a uma população residente de 61.204 habitantes, dentre elas 5.351 pessoas idosas ou 8,74% (IBGE, 2022).

As causas dessa incomum variação precisam ser melhor investigadas, para afirmar suas causas, mas como análise preliminar, infere-se que os residentes não têm acesso a políticas públicas de qualidade ou os números de pessoas idosas poderiam ser ainda maiores, principalmente o de centenários, que hoje são de apenas 06 pessoas ou 0,01%.

Segundo a prefeitura municipal de Barreirinha a cidade surgiu em meados de 1830, oriunda de um povoado onde se localiza hoje o Distrito Freguesia do Andirá, que era um distrito de Parintins; devido à dificuldade de acesso no período da vazante dos rios, em 1870 a Sede foi transferida para um local chamado Barreirinha, nome dado por possuir terras de barreiras elevadas. O município de Parintins foi criado em 1891, pela Lei Provincial nº 539, sendo desmembrado de Parintins. O município encontra-se distante da capital Manaus cerca de 476 km.

A população de pessoas idosas em Barreirinha nos censos demográficos sofreu pouca variação em termos percentuais, partindo de 1.458 ou 6,4% (IBGE, 2000), chegando a 1.819 ou 6,6% (IBGE, 2010). No censo de 2022 apresentou uma

população residente de 31.051 habitantes, enquanto as pessoas idosas foram de 2.531 ou 8,15%.

O IDHM de 0,574 (IBGE, 2010) é considerado baixo, apesar de estar um pouco defasado tendo em vista que os dados de 2022 ainda não foram disponibilizados. Observa-se que está em constante crescimento quando nos censos 1991, foi de 0,293 e no de 2000 foi de 0,399, respectivamente. Juntando-se a isso, tem-se o PIB *per capita* que deu grande salto desde 2015, quando foi de R\$ 6.529,93 até chegar ao ano de 2021 sua última medição, que foi de R\$ 10.476,91. O que se pode inferir mais uma vez, é que esse município não possui políticas públicas eficazes, visando a melhoria das condições de vida das pessoas idosas, assim como as demais faixas etárias, ou esse desempenho seria muito melhor.

A tabela a seguir foi elaborada com o intuito de resumir os dados e assim melhorar a compreensão dos dados:

Tabela 5: Características dos municípios pertencentes à região imediata de Parintins – AM

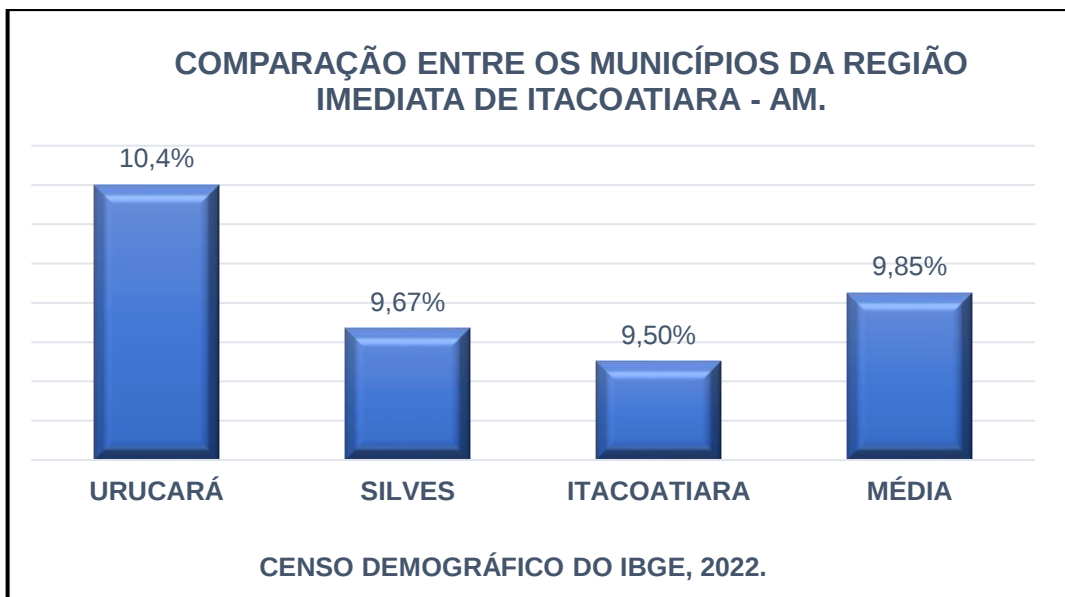
MUNICÍPIOS	DIST. DA CAPITAL	POP. RESIDENTE	P. I. (PERCENTUAL)	PIB (<i>PER</i> <i>CAPITA</i>)	IDHM (2010)
PARINTINS	372 km	96.372	9,85%	R\$ 12.255	0,658
NHAMUNDÁ	375 km	20.136	9,62%	R\$ 9.535	0,586
B. V DO RAMOS	271 km	23.785	9,33%	R\$ 9.102	0,565
MAUÉS	258 km	61.204	8,74%	R\$ 9.005	0,588
BARREIRINHA	476 km	31.051	8,15%	R\$ 10. 476	0,574

Fonte: Censo demográfico (IBGE, 2022), Portal Cidades (2010 – 2021).

Elaboração: Próprio autor.

E a região imediata de Itacoatiara, composta por: Itacoatiara, Urucurituba, Silves, Itapiranga, São Sebastião do Uatumã e Urucará. Tendo uma população total dessa região imediata de 179.565 habitantes e 16.873 pessoas idosas.

Gráfico 9: Análise comparativa das pessoas idosas residentes nos municípios da região geográfica imediata de Itacoatiara – AM



Fonte: Censo demográfico do IBGE, 2022.

Elaboração: Próprio autor.

O município de Urucará destaca-se dentro da região geográfica imediata de Itacoatiara, apesar da faixa etária acima de 100 anos, constar apenas 03 pessoas ou 0,02% do total da população, nas demais faixas etárias demonstram grande quantidade, ficando, inclusive, acima da média do estado.

Antes de comentar os dados apresentados no gráfico acima, faz-se necessário expor os dados populacionais de Urucará dos censos anteriores, como o município passou de último lugar na quantidade de pessoas idosas 911 ou 4,9% (IBGE, 2000), passando para o terceiro lugar com 1.208 ou 7,0% (IBGE, 2010) e chegando à liderança se for considerado o recorte da sua região imediata com 1.935 ou 10,4% (IBGE, 2022). Mesmo que sua população tenha caído entre os censos de 2000 e 2010 cerca de 1.278 habitantes, mas, os números de pessoas idosas somente cresceram, quando a população residente voltou a crescer em 2022, apresentando 18.631 habitantes, a população de pessoas idosas acompanhou esse crescimento.

O município localiza-se na porção nordeste do estado do Amazonas, distante da capital Manaus cerca de 260 km, seu território faz divisa com o estado de Roraima, precisamente com os municípios de Caroebe e João Baliza, além dos municípios amazonenses de Parintins, Itacoatiara, Nhamundá, Silves, entre outros. Em relações as questões socioeconômicas que segundo esse estudo podem influenciar nos indicadores de envelhecimento em uma sociedade local, tem-se como parâmetros o

IDHM, que possui valor de 0,620 (IBGE, 2010), que para os parâmetros dos municípios amazonenses é até elevado. O PIB *per capita* apresentou valor de R\$ 12.847,86 (IBGE, 2021) a exemplo do IDHM de 0,620 (IBGE, 2010), é considerado acima da média para os padrões do estado, ou seja, o município tem apresentado características positivas pelo menos do ponto de vista socioeconômico da sua população, com políticas públicas mais eficazes, poderá em médio longo prazo uma zona azul.

Outro município que se destaca com uma quantidade percentual de pessoas idosas bem acima da média estadual é Silves. Antes de então ser denominado um município, chegou a pertencer e ser um povoado de Itacoatiara, teve sua sede alterada de lugar algumas vezes, chegou a ser distrito de Itapiranga por um período, até finalmente ser elevado a município, através de Lei estadual nº 117 em 29 de dezembro de 1953. Sua sede está localizada em uma ilha dentro do lago Canaçari e interliga-se com Manaus por estrada e meio fluvial, tendo da capital uma distância de 333 km aproximadamente. A população residente e de pessoas idosas do município está em crescimento, em 2000 a população residente era de 7.785, enquanto as pessoas idosas eram 430 ou 5,5%, em 2010 a população residente era de 8.444 e de pessoas idosas era de 6,5%, no último censo a população residente era de 11.559 habitantes, sendo destes 1.097 de pessoas idosas ou 9,67% (IBGE, 2022).

Os dados demonstram que seu IDHM vem crescendo ao longo dos anos, apresentando o valor de 0,373 (IBGE, 1991), passando para 0,486 (IBGE, 2000), chegando no valor de 0,632 (IBGE, 2010), o que se supõe que esse valor está muito maior, considerando a defasagem dos dados; o IBGE não disponibilizou esses dados do censo de 2022 até o momento desta pesquisa. O PIB *per capita* assim como o IDHM estão em crescimento no município nos últimos 5 anos, chegando a um valor de R\$ 18.843,97 (IBGE, 2021). De forma geral o município apresenta excelentes indicadores, pelo menos os analisados nessa pesquisa, e torna-se promissor para a melhoria da qualidade de vida das pessoas idosas; a criação de políticas públicas mais específicas podem contribuir para que essas pessoas não somente multipliquem-se percentualmente, como vivam bem onde habitam.

Conhecido como Velha Serpa ou Cidade da Pedra Pintada, por possuir logo na entrada da área urbana uma pedra pintada com os dizeres em tupi “*Itacoatiara*”. O município mais importante do ponto de vista da influência que exerce na região, beneficiado, é claro, pela ligação por terra que possui com a capital, o que facilita

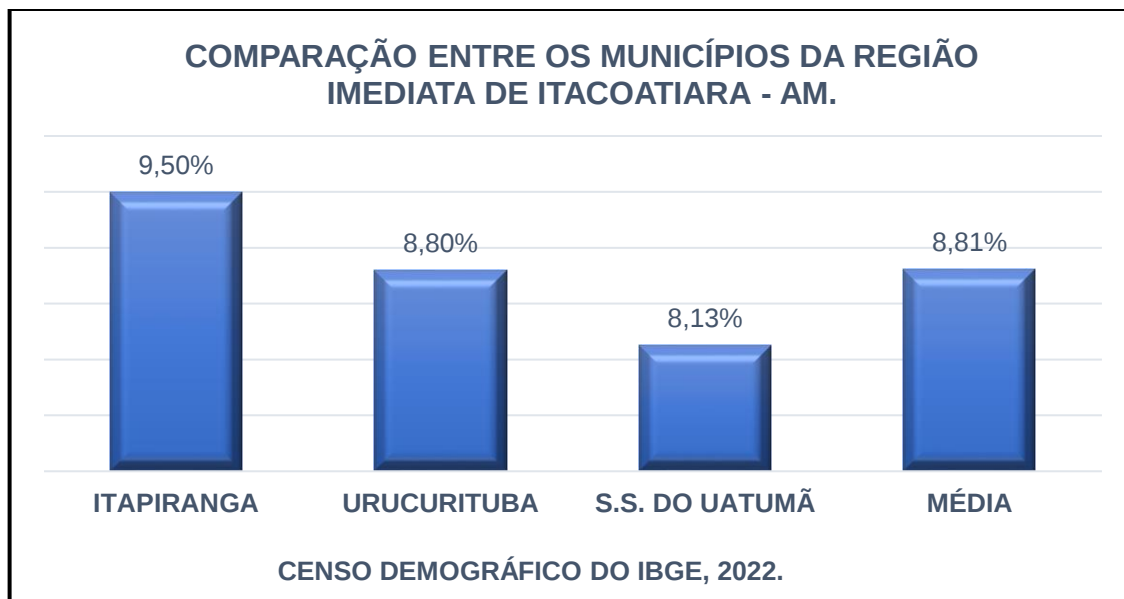
bastante em casos de urgência e emergência clínica, como também em questões de acesso aos serviços mais especializados para as pessoas idosas, que infelizmente estão disponíveis somente em Manaus. Esse município é Itacoatiara que dista de Manaus 270 km. Isso se reflete pelos excelentes números no que se refere a pessoas idosas no município, números esses que melhoram a cada censo demográfico realizado, 4.335 ou 6% (IBGE, 2000), 6.329 ou 7,3% (IBGE, 2010), e no último censo 9.826 ou 9,50% (IBGE, 2022).

Esses bons números não se refletem somente pelo fato de estar com percentual bem acima da média estadual, mas também por ser o da sua região imediata com a maior quantidade de centenários, que são 32 pessoas ou 0,03%, insuficiente ainda para ser considerada uma zona azul, porém, é um número promissor. A população residente do município são de 103.508 (IBGE, 2022), a segunda maior de todo o estado, ficando atrás somente da capital, alguns dados socioeconômicos corroboram com esses números como por exemplo o PIB *per capita* R\$ 22.590,61, que é considerado elevado para os padrões amazonenses, além do seu IDHM que cresce censo pós censo com valores de 0,408 (1991), 0,491 (2000) chegando no último censo em que os dados foram disponibilizados a 0,644 (IBGE, 2010).

Os indicadores são extremamente favoráveis para uma boa qualidade de vida da população o que se reflete na sua longevidade, porém, sempre são possíveis melhoras com políticas públicas mais assertivas ou a criação de novas que visem a especificidade de cada município.

Como forma de melhor organização e por essa região geográfica imediata de Itacoatiara ter uma quantidade de 06 municípios, os dados foram divididos em dois gráficos o próximo apresenta os dados referentes aos municípios de Itapiranga, Urucurituba e São Sebastião do Uatumã, que dentro desta são os que possuem a menor quantidade percentual de pessoas idosas.

Gráfico 10: Análise comparativa das pessoas idosas residentes nos municípios da região geográfica imediata de Itacoatiara



Itapiranga é o município amazonense que tem seu território localizado entre Silves, Urucará e São Sebastião do Uatumã, fica à direita do rio Urubu e possui ligação com Manaus, por via terrestre pela estrada AM – 363 e AM – 010, assim como por via fluvial, está distante de Manaus 339 km.

Em relação a população de pessoas idosas Itapiranga se destaca em sua região imediata não somente no último censo, mas nos anteriores também, em 2000 eram 461 ou 6,3% pessoas idosas em um universo de 7.309 residentes, em 2010 a população de pessoas idosas eram de 634 ou 7,7%, enquanto a de residentes eram 8.211. A população residente passou para 10.162 pessoas, destas são pessoas idosas 964 ou 9,5% (IBGE, 2022).

Levando-se em consideração somente o percentual de pessoas idosas, Itapiranga equipara-se à Itacoatiara, assim como em relação ao IDHM que Itapiranga chega, até mesmo, a superar, apresentando um índice de 0,654 (IBGE, 2010). Com relação ao PIB *per capita* fica um pouco atrás com um valor de R\$ 16.377,70 (IBGE, 2021), ou seja, o município com políticas públicas mais eficazes pode se tornar “Amigo da Pessoa Idosa” e, assim, a quantidade de longevos aumentar significativamente.

Localizado à margem direita do grande rio Amazonas, e, anteriormente, habitada por indígenas do povo Munduruku e Sateré-Mawé, Urucurituba teve por algum tempo seu território pertencente aos municípios de Urucará e Silves, tendo seu

território desmembrado em 27 de abril de 1895. O nome vem de uma palmeira muito comum na região, que dá um fruto chamado “Urucuri”. Encontra-se distante de Manaus 208 km, e a forma de acesso à capital é feita, principalmente, por meio fluvial.

A população de pessoas idosas no município apesar de ter aumentado nos últimos censos, percentualmente decresceu entre os censos de 2000, quando eram de 844 ou 6,9% e 2010 quando passaram a ser 1.201 ou 6,7%. Sua população voltou a crescer tanto a residente que foi de 23.945 pessoas, quanto as de pessoas idosas chegando a 2.102 ou 8,8% (IBGE, 2022).

Os indicadores socioeconômicos desse município destoam um pouco dos demais da mesma região imediata, que também apresentaram melhoras ao longo dos anos como no caso do IDHM: 0,254 (1991), 0,427 (2000), chegando a 0,588 (IBGE, 2010). O mesmo ocorre quando analisado o PIB *per capita*, que apresenta uma sequência de alta desde o ano de 2015, quando ele era de R\$ 5.388,68 chegando a R\$ 9.654,77 (IBGE, 2021). Apesar de os números em relação as pessoas idosas não serem muito significativos, pelo menos um deles chama atenção, que é a quantidade de centenários que no município são 22 pessoas representando 0,09%, o que se encaixaria perfeitamente no conceito de zona azul.

São Sebastião do Uatumã é um município relativamente novo, suas terras faziam parte de Urucará até 10 de dezembro de 1981, quando através de uma Emenda Constitucional de número 12, todos os territórios adjacentes da margem esquerda do rio Uatumã além do então distrito de São Sebastião, passam a compor o recém-criado município.

Dista de Manaus 274 km, sua ligação com a capital é, principalmente, por meio fluvial, mas como encontra-se próximo de Itapiranga e de Itacoatiara, pode-se também chegar até uma dessas cidades e pegar a estrada por via terrestre. Nos censos de 2000 a população de pessoas idosas era de apenas 366 ou 5,1%, teve um crescimento nominal e percentual muito tímido para o censo de 2010, quando a população de pessoas idosas foi de 573 ou 5,3%. No último censo deu um grande salto, com uma população residente de 11.670 as pessoas idosas passaram para um total de 949 ou 8,13% (IBGE, 2022).

O IDHM é de 0,577 (IBGE, 2010), sendo então o pior dessa região geográfica imediata, assim como o PIB *per capita* R\$ 9.307,06 (IBGE, 2021).

Esse município é mais um dos inúmeros exemplos, dos que foram analisados em que eles possuem um baixo Índice de Desenvolvimento Humano Municipal –

IDHM, e baixo PIB *per capita*, a tendência é que se tenham menos pessoas idosas residentes, não é algo preponderante e fechado, e carece de investigações mais aprofundadas, porém, é um bom indicativo ou ponto de partida.

Isso pode ser evidenciado na tabela a seguir, que apresenta todos os dados que foram discutidos acima com a rigidez dos números.

Tabela 06: Características dos municípios pertencentes à região imediata de Itacoatiara – AM

MUNICÍPIOS	DIST.DA CAPITAL	POP. RESIDENTE	P. I. (PERCENTUAL)	PIB (PE R CAPITA)	IDHM (2010)
URUCARÁ	260 km	18.631	10,4%	R\$ 12.847	0,620
SILVES	333 km	11.559	9,67%	R\$ 18.843	0,632
ITACOATIARA	270 km	103.508	9,50%	R\$ 22.590	0,644
ITAPIRANGA	339 km	10.162	9,50%	R\$ 16.377	0,654
URUCURITUBA	208 km	23.945	8,80%	R\$ 9.654	0,588
S. S. DO UATUMÃ	274 km	11.670	8,13%	R\$ 9.307	0,577

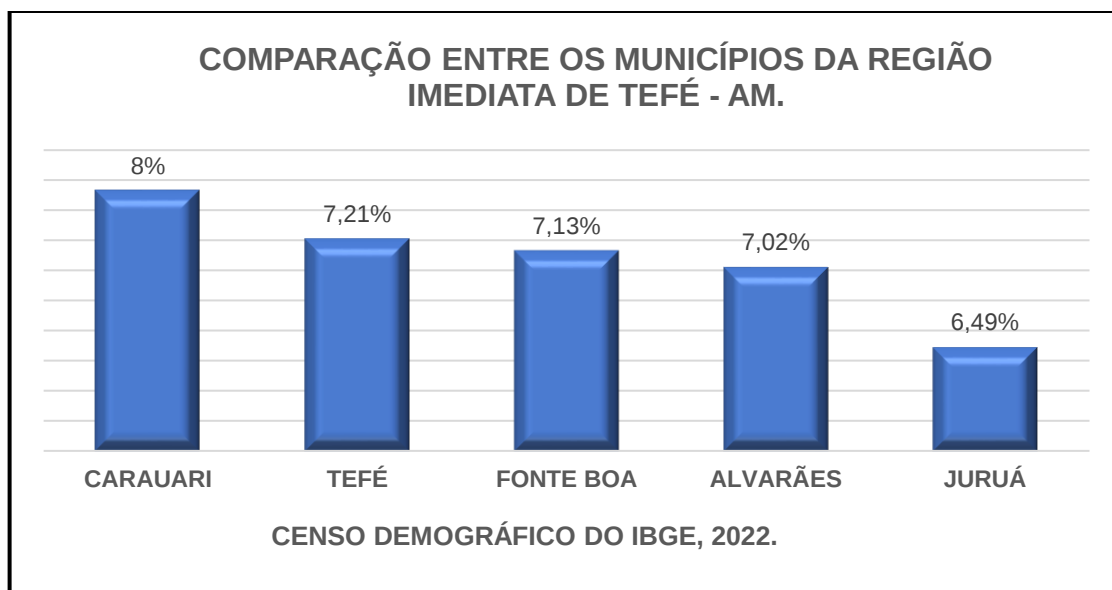
Fonte: Censo demográfico (IBGE, 2022), Portal Cidades (2010 – 2021)

Elaboração: Próprio autor

A próxima região Intermediária a ser analisada a partir de dados secundários coletados no IBGE é a de Tefé, localizada na parte mais ocidental do estado, sendo uma das quatro regiões do Amazonas, possui uma população de 529.269 habitantes, onde 35.210 são pessoas idosas, dela subdividem-se mais três regiões imediatas são elas:

Tefé, composta pelos municípios de mesmo nome, Alvarães, Uarini, Fonte Boa, Maraã, Japurá, Jutai, Juruá e Carauari, abrigando uma população residente de 218.880 habitantes. E uma população de pessoas idosas no total de 14.593 que estão distribuídas conforme o gráfico:

Gráfico 11: Análise comparativa das pessoas idosas residentes nos municípios da região geográfica imediata de Tefé



Fonte: Censo demográfico do IBGE, 2022.

Elaboração: Próprio autor.

Carauari é um município pertencente à região imediata de Tefé, que apesar de não ter um índice de envelhecimento muito elevado se comparado aos indicadores do estado e do país, é o que apresenta a maior quantidade de pessoas idosas desta região com uma população de pessoas idosas de 2.165 ou 8%, em relação a população total que é de 28.742 pessoas (IBGE, 2022). Desde o censo demográfico dos anos 2000 Carauari apresenta crescimento constante de pessoas idosas, quando neste mesmo ano elas eram 1.017, representando 4,3% do total, no ano do censo de 2010 essa população saltou para 1.432, representando 5,5%.

O município localiza-se cerca de 789 km de Manaus, o que sugere que essas pessoas idosas ali residentes, possuam certas dificuldades de acesso em caso de emergência ou mesmo de urgência para um atendimento mais especializado. O seu IDHM é de 0,549 (IBGE, 2010) e o PIB *per capita* de R\$ 12.906,32 (IBGE, 2021). Os indicadores socioeconômicos indicam que a cidade carece de políticas públicas mais eficientes, para que as condições de vida da população melhorem e assim possam viver mais e de forma saudável.

Tefé encontra-se distante da capital (polo centralizador de serviços para pessoas idosas no Amazonas) cerca de 529 km, tem uma população grande em relação a maioria dos municípios da Amazônia, essa população apresenta variações ao longo dos censos demográficos, no censo de 2000 apresentou uma população de

64.457 habitantes, destes 2.859 eram de pessoas idosas, em 2010 a população residente teve um decréscimo e caiu para 61.453, em contra partida a população de pessoas idosas aumentou para 3.511, representando 5,7% da população total. No último censo chegou a uma população residente de 73.669 habitantes, destas cerca de 5.307 ou 7,21% são pessoas idosas (IBGE, 2022).

Segundo levantamento realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística em 2010, o IDHM de Tefé apresentou índice de 0,639, já o PIB *per capita* R\$ 18.538,27 (IBGE,2021), sendo um dos maiores do estado. O nome Tefé advém da língua indígena, principalmente do povo Tupebas ou Tapibas que habitavam a região há milhares de anos antes da chagadas dos espanhóis, e, posteriormente, dos portugueses, disso tem-se uma população fortemente miscigenada, com a predominância de brancos, sendo o município do Amazonas com a maior prevalência dos mesmos segundo dados do IBGE, 2010.

Por ser uma cidade de forte influência na região com a disponibilidade de diversos serviços considerados escassos na maior parte dos municípios do Amazonas a citar: Polícia Federal, Quartéis militares, Instituições de Ensino Superior e da Saúde. Pelos dados apresentados acima, é possível inferir que as políticas públicas no município não estão sendo bem aplicadas, o que traz oportunidades e desafios para administração pública local, visando a melhoria desses índices.

Fonte Boa está localizada na parte ocidental do Amazonas e fica distante da capital cerca de 894 km, é um município “subordinado” à região imediata de Tefé; a exemplo de Tefé, fonte boa também apresentou uma grande baixa de habitantes de sua população residente, mesmo que tenha voltado a subir, quando se compararam os últimos censos, em 2000 a população residente era de 31.509 e a população de pessoas idosas eram de 1.230 ou 3,9%, no censo de 2010 a população do município caiu para 22.817, fato que chama muita atenção, uma perca de 8.692 habitantes ou cerca de 27,6%, mas em relação às pessoas idosas o número cresceu para 1.306, representando 5,7%. No último censo a população voltou a crescer, tanto de residentes quanto de pessoas idosas para 25.871 habitantes, destas cerca de 1.849 são pessoas idosas ou 7,13%.

Ainda assim um percentual muito baixo dada a quantidade de população residente, alguns fatores como a distância de Manaus, e baixa qualidade de vida, que é medido pelo IDHM que no ano de 2010 era de 0,530, podem de forma simplória, explicar a baixa quantidade de pessoas idosas residentes. Mesmo que o PIB *per*

capita do mesmo não seja considerado tão baixo, R\$ 13.576,3 (IBGE, 2021) para os padrões do estado.

Em seguida tem-se o município de Alvarães, que por muito tempo teve seus territórios pertencentes à Tefé, fato que mudou em 1981 quando o município foi emancipado. Fica a uma distância de 672 km de Manaus, às margens do rio Solimões, nos últimos três censos demográficos o município apresentou um crescimento, que apesar de pequeno é consistente; no censo de 2000 a população de pessoas idosas eram de 517 ou 4,2%, no censo de 2010 a população de pessoas idosas passou para 677 ou 4,8%. Atualmente o município possui uma população residente de 15.866 habitantes, já em relação às pessoas idosas são cerca de 1.058 o que representa 7,02% de sua população (IBGE, 2022).

Uma quantidade muito pequena o baixo Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDHM de 0,527 (IBGE,2010) pode explicar em partes a baixa quantidade de pessoas idosas, afinal um local para apresentar uma grande quantidade de pessoas idosas, deve oferecer condições mínimas de qualidade de vida para a população de forma geral. O PIB *per capita* acompanha a média dessa região geográfica e fica na casa dos R\$ 13.255,22 (IBGE, 2021).

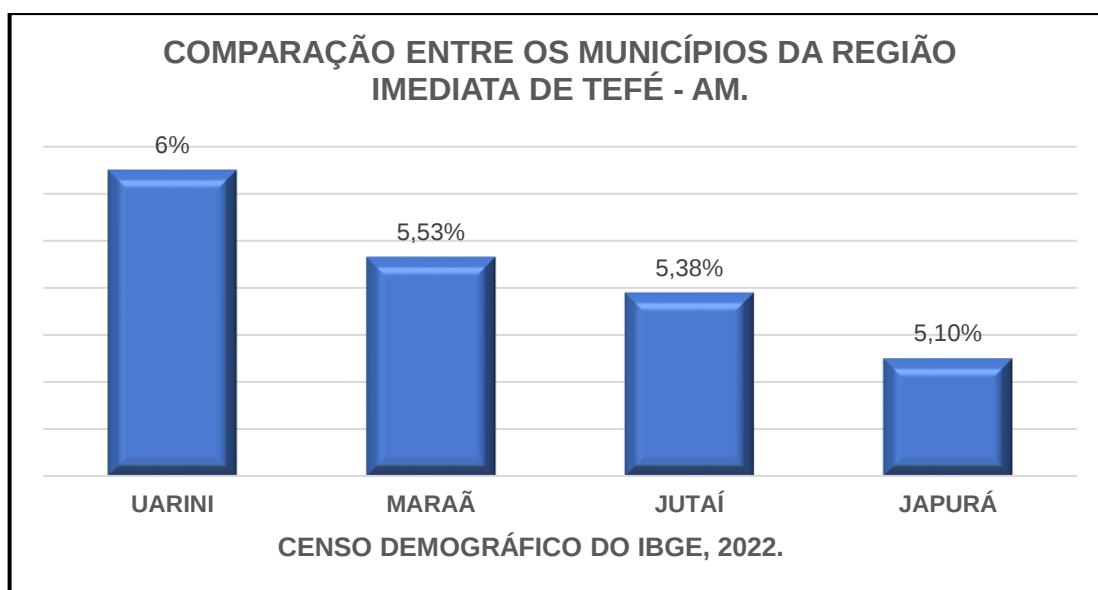
Juruá município amazonense que pertence a região imediata de Tefé, fica distante da capital cerca de 673 km, ele é o quinto que apresenta a maior quantidade percentual de pessoas dentro dessa região geográfica, é também um dos únicos desta região geográfica imediata, que apresenta um crescimento significativo de sua população de pessoas idosas, 6.584 sendo destas 283 ou 4,2% de pessoas idosas (IBGE, 2000), para 10.802 são pessoas idosas deste número 505 ou 4,7% (IBGE, 2010), mesmo assim não se pode comemorar, a quantidade de pessoas idosas no município ainda é muito baixa, são apenas 698, em um universo de 10.742 pessoas residentes no município, essa ínfima quantidade de pessoas idosas no município, então representam um pouco mais de 6,4% (IBGE, 2022).

As causas para um número tão pequeno de pessoas com 60 anos ou mais necessita de estudos mais aprofundados, porém, ao se analisar dados como o IDHM, que no local é de 0,522 (IBGE, 2010), e do PIB *per capita*, que é de R\$ 8.910,85 (IBGE, 2021), pode-se ter um parâmetro, ainda que incompleto, mas, diz que políticas que visem o bem-estar dessa população, assim como as demais faixas etárias, precisam ser formuladas para que a população cresça de forma geral e não somente

isso, mas que com o crescimento populacional, venham também crescimento de qualidade de vida; assim, a população além de longa será uma população saudável.

Para melhor visualização a região imediata de Tefé foi, então, dividida em duas partes, acima estão os municípios que apresentam a maior quantidade percentual de pessoas idosas em sua população e em seguida se verá os demais municípios; estes, que apresentam uma baixíssima quantidade de pessoas idosas.

Gráfico 12: Análise comparativa das pessoas idosas residentes nos municípios da região geográfica imediata de Tefé – AM



Fonte: Censo Demográfico do IBGE, 2022

Elaboração: Próprio autor

Uarini é bastante conhecida em todo o estado pela agricultura familiar, principalmente, na produção de farinha, uma iguaria apreciada em toda Amazônia; a cidade está distante de Manaus cerca de 725 km; apesar da população residente do município não ter crescido muito ao longo dos anos, a população de pessoas idosas cresceu, mesmo que de forma tímida; em 2000 eram apenas 349 ou 3,4% da população total, em 2010 subiram para 552 pessoas ou 4,6% do total. De acordo com o último censo sua população residente é de 14.431 pessoas, onde cerca de 850 são pessoas idosas ou 6% (IBGE, 2022).

O IDHM do município é de apenas 0,527 (IBGE, 2010). Em relação ao PIB *per capita* a população apresenta uma produção de R\$ 16.562,54 (IBGE, 2021), ou seja, as condições econômicas do município não são as piores, porém, isso não se reflete em qualidade de vida, em longevidade. O baixo Índice de Desenvolvimento Humano

Municipal - IDHM, indica a ineficácia das políticas públicas, do zelo e apreço pelo povo, principalmente em relação as condições de vida da população de pessoas idosas.

Maraã é um município do Amazonas e pertencente a região imediata de Tefé; encontra-se distante de Manaus cerca de 632 km. A população residente de Maraã cresce apenas 449 pessoas; entre os censos de 2000 e 2010, em relação às pessoas idosas esse crescimento também foi pequeno; em 2000 eram 550 pessoas representando 3,2% do total, em 2010 passou para 680 pessoas ou 3,9% do total. O último censo mostra uma população residente de 15.529 habitantes, destes cerca de 858 são pessoas idosas, representando um percentual de 5,53% do total (IBGE, 2022).

Um dado interessante é que no ano de 2016 cerca de 31,01% das crianças que nasceram no município eram filhos de adolescentes, segundo o Sistema Único de Saúde – SUS. O que pode explicar, em parte, o fato do mesmo ter uma população jovem. Em relação às condições de vida a população, também, indica uma baixa eficiência de políticas públicas, o IDHM é de 0,498 (IBGE, 2010), que apesar de ter melhorado nos últimos anos se comparado aos últimos censos de 1991 (0,265) e 2000 (0,291), ainda é muito baixo e necessita não somente que políticas públicas sejam criadas, mas que sejam de fato aplicadas. O PIB *per capita* do município também está muito abaixo dos demais que se encontram na mesma região imediata, e corroboram para a dedução de que a baixa presença de pessoas idosas, está intimamente relacionada às condições de vida de uma sociedade.

Jutaí é o penúltimo município dessa região imediata, está distante de Manaus cerca de 750 km. É o segundo pior em relação ao percentual de pessoas idosas, é também um dos municípios da região que apresentou uma baixa significativa de sua população ao longo dos anos, menos na de pessoas idosas, que em 2000 eram 737 ou 3,3%, em 2010 a quantidade subiu para 903 ou 5,0%, hoje possui uma população residente de 25.172 habitantes e de pessoas idosas de 1.357 pessoas ou 5,38% (IBGE, 2022).

O PIB *per capita* de R\$ 19.787,31 indica que o município acompanha a média dos demais da mesma região geográfica imediata, porém, isso não se traduz em desenvolvimento, este que em 2010 foi de 0,516 e apesar de estar em constante crescimento, sendo que em 1991 foi de 0,187 e em 2000 foi de 0,304, é incipiente para proporcionar à sua população uma boa qualidade de vida e assim uma maior longevidade.

Em último lugar e com um dos piores índices do Amazonas está Japurá; o município localiza-se cerca de 744 km de Manaus. No censo de 2000 a população residente de Japurá era de 10.285, destas eram pessoas idosas 335 ou 3,2% da população total; em 2010 de acordo com dados do censo, a população residente teve uma queda vertiginosa para 7.326 pessoas, a população de pessoas idosas também apresentou baixa, sendo esse o único município que apresentou essa característica entre os dois censos, para 263 apesar do percentual ter se elevado para 3,6%. Segundo o último censo a população residente do município é de 8.858 habitantes destes cerca de 451 são pessoas idosas ou 5,10% da população (IBGE, 2022).

A quantidade de pessoas idosas em si não é muito impactante, mas em relação aos centenários o município se destaca, 0,07% são maiores de 100 anos, por pouco ele não se enquadra no percentual que fica acima da média mundial. O PIB *per capita* é um dos maiores do estado R\$ 48.893,98 (IBGE, 2021), já o IDHM em 2010 foi de 0,522, essa desproporcionalidade é completamente incompreensível e carece de uma análise mais profunda, mesmo que, também, o município tenha apresentado uma melhora no seu desenvolvimento Municipal, os números chamam atenção, e mais uma vez é necessário frisar, que a qualidade de vida interfere sim na quantidade de pessoas idosas; um ambiente saudável e agradável que as políticas públicas podem prover à população, se traduzem em maior longevidade. Para melhor visualização dos dados apresentados acima observe a tabela:

Tabela 7: Características dos municípios pertencentes à região imediata de Tefé – AM

MUNICÍPIOS	DIST. DA CAPITAL	POP. RESIDENTE	P. I. (PERCENTUAL)	PIB (<i>PER</i> <i>CAPITA</i>)	IDHM (2010)
CARAUARI	789 km	28.742	8,00%	R\$ 12.906	0,549
TEFÉ	529 km	73.669	7,21%	R\$ 18.538	0,639
FONTE BOA	894 km	25.871	7,13%	R\$ 13.576	0,530
ALVARÃES	672 km	15.866	7,02%	R\$ 13.255	0,527
JURUÁ	673 km	10.742	6,40%	R\$ 8.910	0,522
UARINI	725 km	14.431	6,00%	R\$ 16.562	0,527

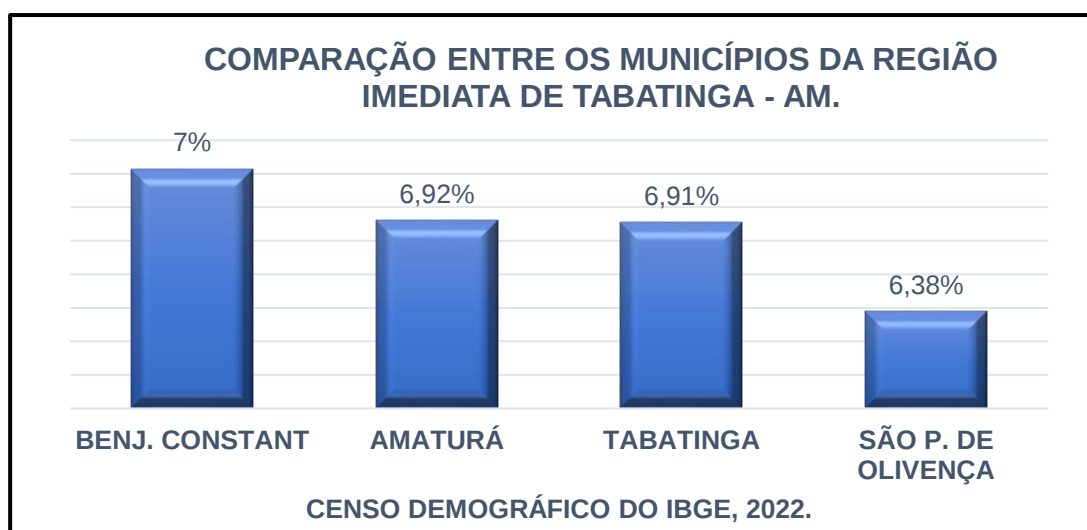
MARÃ	632 km	15.529	5,52%	R\$ 9.630	0,498
JUTAI	750 km	25.172	5,38%	R\$ 19.787	0,516
JAPURÁ	744 km	8.858	5,10%	R\$ 48.893	0,522

Fonte: Censo demográfico (IBGE, 2022), Portal Cidades (2010 – 2021).

Elaboração: Próprio autor.

A segunda região imediata que compõe a região intermediária de Tefé, é a de Tabatinga; nela estão contidas Tabatinga, Tonantins, Santo Antônio do Içá, Amaturá, São Paulo de Olivença, Benjamin Constant e Atalaia do Norte. Somados esses municípios possuem população de 210.970 habitantes, destas 14.048 são pessoas idosas. Distribuídas conforme gráfico:

Gráfico 13: Análise comparativa das pessoas idosas residentes nos municípios da região geográfica imediata de Tabatinga - AM



Fonte: Censo Demográfico do IBGE, 2022

Elaboração: Próprio autor

Benjamim Constant é um município do Amazonas que faz fronteira com o Peru, pertencente à região imediata de Tabatinga, possui esse nome em homenagem ao General Benjamin Constant Botelho de Magalhães, um dos responsáveis pelo movimento de 15 de novembro de 1889. Está localizado há uma distância relativamente grande de Manaus, cerca de 1.583 km, os últimos censos demográficos realizados no município apontaram uma população de 23.219 habitantes, sendo destas pessoas idosas 1.308 ou 5,6% (IBGE, 2000). Durante o censo demográfico de 2010 os números subiram para 33.411 habitantes e a população de pessoas idosas

1.909 ou 5,7% do total. No último censo realizado a população residente foi de 37.648 habitantes, destas cerca de 2.723 são de pessoas idosas, representando em termos percentuais 7% (IBGE, 2022).

O município apresenta um IDHM de 0,574 (IBGE, 2010). Já o PIB per capita em 2021 ainda segundo o IBGE foi de apenas R\$ 8.664,03. Ao analisar os dados acima, apesar do nível de desenvolvimento ser considerado de mediano para baixo, assim como o PIB per capita, também, muito baixo, e, ainda que a quantidade percentual esteja abaixo tanto da média nacional quanto da média estadual, o município dentro de sua região imediata destaca-se, o que demonstra que não somente esse como os demais não apresentam políticas públicas eficazes para uma longevidade, que se espera para uma região amazônica “amiga da pessoa idosa”, ou ainda que sejam identificadas como “zonas azuis”.

O segundo município da região geográfica imediata de Tabatinga que apresenta os melhores valores percentuais de pessoas idosas residentes é Amaturá; a população de Amaturá está em constante crescimento, tanto a residente quanto a de pessoas idosas conforme os números a seguir: 7.308 habitantes, destas 365 eram de pessoas idosas ou 5,0% (IBGE, 2000), 9.467 habitantes, sendo destas 484 ou 5,1% de pessoas idosas (IBGE, 2010). Em 2022 o censo demográfico demonstra uma população residente total de 10.819 habitantes e de pessoas idosas 747 representando cerca de 6,92%.

Amaturá encontra-se muito distante da capital do estado em linha reta, cerca de 1.262 km, essa distância dificulta muito acesso a alguns serviços para as pessoas idosas do local, em especial acesso aos serviços de saúde especializados, tendo em vista que na sua grande maioria encontram-se na capital. O IDHM foi em 2010 de 0,560 o que demonstra uma certa melhoria; de acordo com os valores apresentados em 2000 e 2010 que foram de 0,254 e 0,413, respectivamente.

Assim com o PIB *per capita* do município, que segundo o IBGE em 2021 apresentou R\$ 9.960,76, enquanto em 2020 foi R\$ 8.685,62, em 2019 apresentou R\$ 8.272,86.

Tabatinga é um município que está localizado no tríplice fronteira do extremo oeste do Brasil, com Colômbia e Peru. Está tão longe da capital do estado (1.583 km) que sua relação se dá mais com os países vizinhos do que com a sua própria pátria; é uma região intensamente vigiada pelas forças armadas, devido ao fluxo intenso do tráfico de drogas internacional.

Em 2000 a população residente de Tabatinga era 37.919 habitantes desse total 1.719 eram de pessoas idosas ou 4,5%; em 2010 a população residente subiu para 52.272 habitantes e de pessoas idosas foi para 2.744 ou 5,2%. No censo de 2022 a população residente voltou a subir para 66.764 habitantes, desse total a quantidade de pessoas idosas é de 4.616 ou 6,91%, sendo a maior população de pessoas idosas dessa região em números absolutos, é, também, uma região que apresenta dados socioeconômicos favoráveis.

O IDHM é considerado mediano 0.616 (IBGE, 2010). E o PIB *per capita* de R\$ 11.065,89 (IBGE, 2021); é considerado alto em relação aos demais municípios da mesma região. Porém, o que se observa, é que as políticas públicas voltadas às pessoas idosas são ineficazes, dada as condições econômicas que apresenta; se fossem melhor administrados os indicadores de longevidade, deveriam ser muito mais favoráveis.

São Paulo de Olivença teve sua área territorial integrada ao Município de Tefé até o ano de 1882 quando foi posteriormente desmembrado, elevado a vila; a antiga aldeia de São Paulo dos Cambebas passa a denominar-se São Paulo de Olivença, como sede do município do mesmo nome.

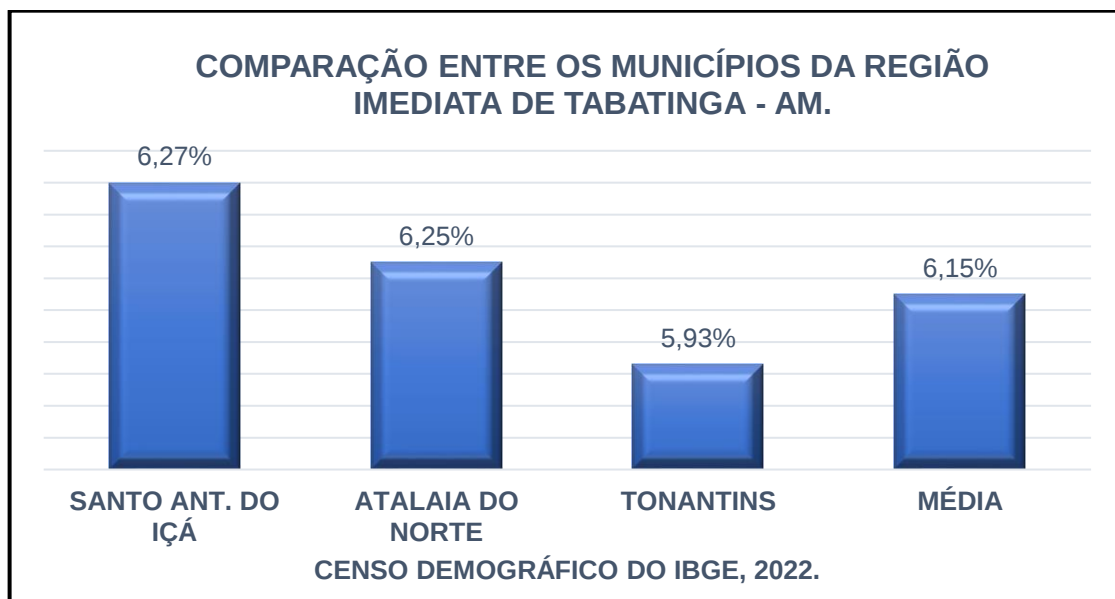
A população de São Paulo de Olivença a exemplo dos demais municípios está em crescimento, fato que pode ser evidenciado nos últimos censos demográficos: 23.113 habitantes e 974 ou 4,2% eram de pessoas idosas (IBGE, 2000), 31.422 habitantes e 1.781 ou 5,7% eram de pessoas idosas (IBGE, 2010). No último censo demográfico apresentou uma população residente de 32.967 habitantes, enquanto as pessoas idosas são 2.103 desse total ou 6,38% (IBGE, 2022).

Está distante de Manaus 1.352 km, os municípios dessa região imediata, de forma geral, como se pode observar, apresentam como característica a imensa distância da região centralizadora dos serviços, que é Manaus; isso indiretamente influencia em todos os indicadores sociais, o IDHM por exemplo do local foi 0,521 (IBGE, 2010), ou seja, mediano para baixo, apesar de ter apresentado uma grande melhora se as medições dos censos anteriores de 1990 (0,269) e 2000 (0,324) fossem comparadas. Assim como o PIB *per capita* que vem crescendo também no município R\$ 8.182,07 (IBGE, 2021).

O gráfico a seguir trata de uma continuação da análise da região imediata de Tabatinga e o objetivo dessa divisão é uma melhor observação dos dados; os municípios apresentados a seguir possuem uma população de pessoas idosas muito

baixa estão muito abaixo dos 7%, o que se apresenta como uma característica da região; alguns dados, mesmo que sejam necessários, muitos outros para se afirmar as possíveis causas desses baixos índices, mas também afetam indiretamente a análise, conforme veremos:

Gráfico 14: Análise comparativa das pessoas idosas residentes nos municípios da região geográfica imediata de Tabatinga – AM



Anteriormente conhecido como Boa Vista, Santo Antônio do Içá é um município amazonense que está no extremo oeste, encontra-se tão distante de Manaus, cerca de 1.200 km que chega a fazer fronteira com o Estado da Colômbia.

A população residente do município tem passado por mudanças significativas e muito interessantes ao longo do tempo, principalmente, quando se fala da população de pessoas idosas, como se pode observar nos dados coletados do IBGE dos últimos três censos: 28.213 habitantes destes 964 ou 3,4% foram de pessoas idosas (IBGE, 2000), 24.481 habitantes destes eram pessoas idosas 1.089 ou 4,4% (IBGE, 2010); o fato interessante é que a população residente entre estes dois censos, diminuiu, significativamente, mas, a de pessoas idosas se manteve em crescimento.

No último a população residente do município foi de 28.211 habitantes, ou seja, volta a crescer próxima a quantidade que foi observada em 2000, mas, ainda encontra-se um pouco abaixo, enquanto a população de pessoas idosas continuou

em crescimento, saltando para 1.763, dividida entre homens e mulheres, percentualmente, essa população gira em torno de 6,27% (IBGE, 2022).

O que chama atenção desses números é que apesar de este não ser o município que possui a maior quantidade de pessoas idosas na região geográfica imediata, nem em números absolutos e nem em percentuais, é o que possui maior quantidade de centenários, no total são 20 ou 0,07% do total. O PIB *per capita* do município em 2021 foi de R\$ 11.360,72 e vem crescendo ao longo dos anos de forma contínua, mas, isso não se traduz em melhorias significativas na vida das pessoas idosas, de acordo com os números como observa-se pelo IDHM, que segundo dados do IBGE de 2021 foi de 0,490, ficando o município com um percentual bem abaixo da média do estado e da média nacional.

O seguinte município que faz parte da região imediata de Tabatinga é Atalaia do Norte um dos mais longínquos do estado da capital Manaus, chegando a fazer fronteira com o Peru; está distante aproximadamente 1.612 km. Em caso de urgência em atendimento especializado para uma pessoa idosa seria, praticamente, impossível chegar até a capital em tempo hábil.

O município de Atalaia do Norte é pouco populoso e pouco povoado, mesmo na sua área urbana, ainda assim a população demonstra crescimento a cada censo demográfico realizado: 10.049 habitantes sendo pessoas idosas 362 ou 3,6% (IBGE, 2000), 15.153 habitantes eram pessoas idosas 633 ou 4,2% (IBGE, 2010). No último censo ainda que foi um crescimento pequeno na população residente, na população de pessoas idosas teve um grande salto, 15.314 habitantes, destas são pessoas idosas 955 ou 6,25% (IBGE, 2022).

Esta enorme distância pode influenciar alguns indicadores como o IDHM, que é um dos menores no Amazonas: 0,450 (IBGE, 2010) e apesar de estar em crescimento, se comparado aos censos demográficos anteriores, que foram de 0,246 em 1991 e 0,348 em 2000, ainda, assim é um desempenho muito baixo.

Já o PIB *per capita* foi em 2021 de R\$ 8.862,72, que também está em crescimento desde 2019, sendo que seu ápice foi no ano de 2016 quando alcançou R\$ 8.909,80. Atalaia do Norte é um dos municípios que demonstra as grandes dificuldades para as pessoas idosas na Amazônia, e nos lembra da necessidade de formulação de novas políticas públicas, que sejam específicas para cada realidade, as já existentes são de extrema importância, é claro, principalmente, para pavimentar

o terreno na criação de novas, que atendam de forma igualitária todas as pessoas idosas.

O último dos municípios da região imediata de Tabatinga que é pertencente a região intermediária de Tefé é Tonantins, criado pelo Decreto nº 6.158 em 25 de fevereiro de 1982, Tonantins está distante de Manaus 1.174 km.

Tonantins figura hoje como o pior município na relação entre residentes e pessoas idosas residentes desta região geográfica imediata, mas nem sempre foi assim, no censo de 2000 a sua população residente era de 15.512, enquanto a população de pessoas idosas era de 655 ou 4,2%. Em 2010 a população residente subiu para 17.079 e as pessoas idosas para 811 ou 4,7%. Os dados do último censo mostram que apesar do crescimento nas duas vertentes aqui analisadas, não foi um crescimento satisfatório o suficiente, que o colocou como último colocado na sua região, ou seja, hoje conta com uma população residente de 19.247 pessoas, destas 1.141 são pessoas idosas ou 5,93% (IBGE, 2022).

O seu IDHM, também, é considerado mediano e está em constante crescimento; em 1991 foi de 0,257, em 2000 foi de 0,327, já em 2010 o valor foi de 0,548. O PIB per capita não é dos piores no Amazonas, apesar de ser considerado baixo em relação a alguns municípios do Amazonas; segundo o IBGE, dados de 2021 foi de R\$ 9.738,96 e apresenta crescimento, tendo em vista que em 2020 foi de R\$ 8.394,62, em 2019 R\$ 8.075,97, mostrando que o município está em tímido, mas, crescendo economicamente; faltam políticas públicas para transformar esse crescimento em qualidade de vida, e, assim, as pessoas idosas podem não somente multiplicar-se, mas viverem com qualidade.

Tabela 8: Características dos municípios pertencentes à região imediata de Tabatinga – AM

MUNICÍPIOS	DIST.DA CAPITAL	POP. RESIDENTE	P. I. (PERCENTUAL)	PIB (PER CAPITA)	IDHM (2010)
BENJ. CONSTANT	1.583 km	37.648	7,00%	R\$ 8.664	0,574
AMATURÁ	1.262 km	10.819	6,92%	R\$ 9.960	0,560
TABATINGA	1.583 km	66.764	6,91%	R\$ 11.065	0,616
SÃO PAULO DE O.	1.352 km	32.967	6,38%	R\$ 8.182	0,521

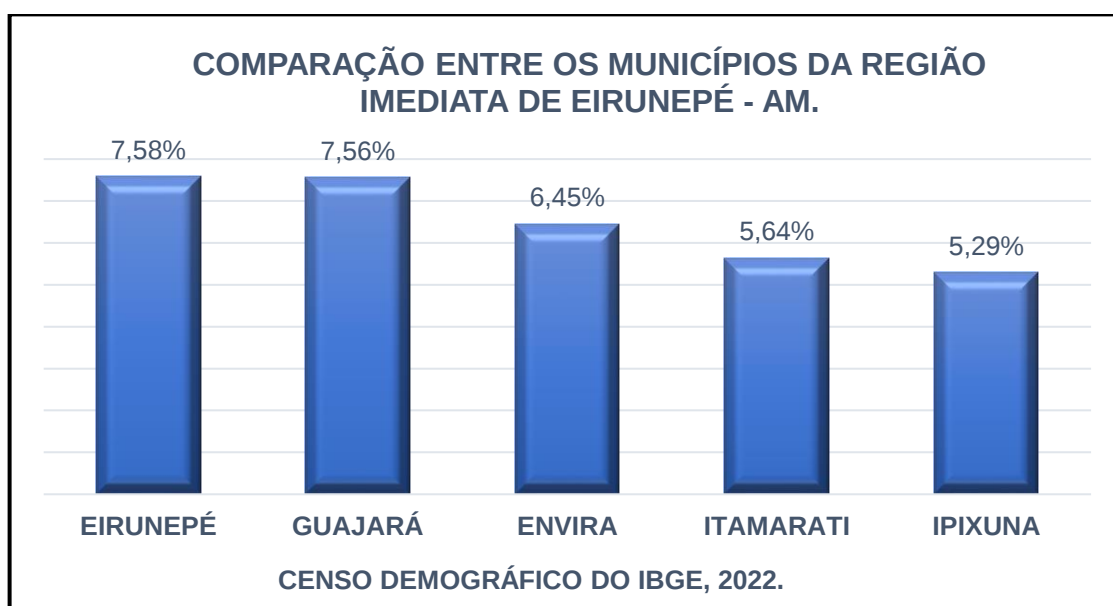
SANTO A. DO IÇÁ	1.200 km	28.211	6,27%	R\$ 11.360	0,490
ATALAIA DO N.	1.612 km	15.314	6,25%	R\$ 8.862	0,450
TONANTINS	1.174 km	19.247	5,93%	R\$ 9.738	0,548

Fonte: Censo demográfico (IBGE, 2022), Portal Cidades (2010 – 2021)

Elaboração: Próprio autor

A última Região imediata dentro do perímetro da Região Intermediária de Tefé é a região geográfica imediata de Eirunepé, composta por Eirunepé, Itamarati, Envira, Ipixuna e Guajará. Apresentam juntos uma população residente de apenas 99.419 habitantes sendo destas 6.569 pessoas idosas.

Gráfico 15: Análise comparativa das pessoas idosas residentes nos municípios da região geográfica imediata de Eirunepé – AM



Fonte: Censo Demográfico do IBGE, 2022.

Elaboração: Próprio autor.

O município de Eirunepé localiza-se no Sudoeste do estado do Amazonas, mas, devido a sua grande distância de Manaus (1.159 km) faz com que suas relações socioeconômicas sejam maiores com o estado do Acre, com quem seu território faz divisa, que aliás é uma característica marcante da maioria dos municípios dessa região geográfica. A população de Eirunepé cresceu continuamente, nas duas variáveis populacionais aqui estudadas: 26.074 habitantes, sendo 1.157 ou 4,4% pessoas idosas (IBGE, 2000), 30.665 habitantes, sendo 1.711 ou 5,6% pessoas idosas (IBGE, 2010). No censo mais recente sua população residente foi de 33.170

habitantes, são destas pessoas idosas 2.515, o percentual em relação a população residente chega a 7,58% (IBGE, 2022).

O povoamento de Eirunepé foi marcado grandemente no período áureo da borracha, que envolveu os estados do Acre e Amazonas; com a chegada dos nordestinos junto a outros povos, houve uma grande miscigenação entre brancos, nordestinos e indígenas. Hoje os indicadores socioeconômicos apontam o município com um IDHM de mediano para baixo 0,563 (IBGE, 2010). Enquanto o PIB *per capita* é considerado alto para os padrões locais R\$ 15.726,02 (IBGE, 2021), que é o melhor resultado desde 2018, quando nos anos seguintes esses valores tiveram uma leve queda.

Guajará é o município que se encontra mais próximo da divisa com o Acre, estando assim distante de Manaus cerca de 2.050 km, com uma distância como essa é praticamente impossível o transporte de urgência em caso de necessidade de uma pessoa idosa. Por esse motivo, é muito mais conveniente para seus habitantes viajarem até Rio Branco, capital do Acre.

A população de Guajará ao longo dos anos apresentou crescimento considerável, principalmente, em se falando das pessoas idosas: 13.220 habitantes, destes 491 ou 3,7% são pessoas idosas (IBGE, 2000), 13.974 habitantes, destes 658 ou 4,7% são pessoas idosas (IBGE, 2010). No censo demográfico de 2022 a população residente do município foi de 13.815 habitantes, já a quantidade de pessoas idosas é de 1.044 ou 7,56%.

Seu IDHM apresenta um índice de 0,532 (IBGE, 2010), e vem crescendo ao longo dos anos; em 1991 era de 0,266 em 2000 era 0,381. Já o PIB *per capita* também não é um dos piores se falando de Amazonas (R\$ 10.313,51) e tem apresentado constante crescimento ao longo dos anos. Políticas públicas mais eficientes podem contribuir para uma maior longevidade dos habitantes de Guajará, mesmo este município encontrando-se tão longe dos grandes centros de serviços.

O município de Envira, que no início do seu povoamento chamava-se Vila do Pacatuba, localiza-se mais ao sul do estado do Amazonas, é mais um município que faz divisa com o estado do Acre. Com grande presença do povo nordestino durante sua fundação, uma de suas características é a miscigenação entre povos originários e migrantes brasileiros e estrangeiros, é mais um dos que foram ocupados durante a exploração do látex entre o sul do Amazonas e Norte do Acre.

Está distante da capital 1.207 km, possui fortes ligações sociais e econômicas com os municípios do Acre. O seu IDHM com valor de 0,509 (IBGE, 2010), indica que as condições sociais não são as melhores para sua população, todavia, devido a defasagem dos dados de 2010 até aqui, e levando em consideração o constante crescimento do indicador: 0,263 (1991) e 0,346 (2000), mostram que esse valor pode ter aumentado ao longo dos últimos anos.

O PIB *per capita* R\$ 10.387,83 (IBGE, 2021) corrobora com essa análise da progressão na melhoria das condições de vida do povo residente, principalmente, quando se compara os últimos censos demográficos: 19.060 habitantes; desse total eram pessoas idosas 678 ou 3,5% (IBGE, 2000), 16.338 habitantes, sendo pessoas idosas 794 ou 4,9% (IBGE, 2010). Entre os dois censos pode-se notar um decréscimo populacional de sua população residente, porém, a afirmação não é a mesma para as pessoas idosas, tendo em vista que o número cresceu não somente do ponto de vista nominal, mas também percentual. De acordo com o último censo o município apresenta um valor de 17.186 pessoas, são pessoas idosas a partir desse número 1.108 pessoas ou 6,45% (IBGE, 2022).

O quarto município da região geográfica imediata, Itamarati, apresentou uma redução populacional de 4,37% entre os censos de 2000 e 2010, quando o censo demonstrou 8.406 habitantes (2000) e 8.038 habitantes (2010), contudo, em relação às pessoas idosas os números apenas cresceram no município, 237 ou 2,8% (2000) para 353 ou 4,4% (2010). No último censo a população residente voltou a crescer, e claro, a população de pessoas idosas continuou em evolução: hoje são 616 representando 5,64%, mesmo esse número sendo muito pequeno em termos absolutos, o valor se justifica quando comparado ao total da população residente que são de apenas 10.937 (IBGE, 2022).

O município está localizado na parte centro sul amazonense, localiza-se acerca de 984 km e tem fortes ligações históricas com Carauari, o qual fez parte de seu território por muito tempo, este que também pertenceu à Tefé por muito tempo, conforme já foi explicado acima, por muito tempo Tefé foi considerado o maior município do mundo, em extensão territorial, depois de vários desmembramentos chegou a atual configuração, mas voltando a Itamarati encontra-se distante da capital 983 km, possui PIB *per capita* considerado elevadíssimo para os padrões dessa região imediata R\$ 17.438,60 (IBGE, 2021). Porém, isso não se reflete em melhores condições de vida para a população sendo o seu IDHM medido no ano de 2010 pelo

IBGE em 0,477 apenas, o que mostram que precisam ser formuladas políticas públicas, que visem a melhoria das condições de vida para toda população de Itamarati, com isso, acredita-se que a população alcance uma maior longevidade.

Ipixuna que na língua tupi significa “água escura”, limita-se com os municípios de Guajará, Atalaia do Norte, Benjamin Constant, Eirunepé no Amazonas e Cruzeiro do Sul e Tarauacá no Acre.

É o município dessa região imediata, que apresenta a menor quantidade percentual de pessoas idosas, sendo apenas 5,29% ou 1.286 pessoas, com uma quantidade absoluta de pessoas residentes de 24.311 habitantes (IBGE, 2022). Contudo, nem sempre foi assim, ao analisar o censo de 2000 quando a população residente era de 14.759 e as pessoas idosas eram 533 ou 3,6%, o município figurava entre os três em termos percentuais com maior população de pessoas idosas, no censo de 2010, apesar dos números populacionais terem aumentado: 22.254 habitantes e 981 pessoas idosas, figurou o penúltimo lugar com 4,4%, o que faz afirmar que as condições no município, para abrigar as pessoas idosas, estão se deteriorando ao longo dos anos.

A sua distância da capital cerca de 1.364 km, impõe algumas dificuldades para tratamentos especializados à população de forma geral, incluindo os idosos, visto que não há especialistas no local (SES-AM). O IDHM registrado foi de 0,481 (IBGE, 2010), baixíssimo mesmo para os padrões do estado. Enquanto o PIB *per capita* é um dos menores registrados no estado de apenas R\$ 6.945,94. Esses fatores socioeconômicos apesar de não serem suficientes, dão um forte indicativo de como vive a população de Ipixuna, e como a falta de políticas públicas influenciam diretamente na longevidade de uma população.

De forma resumida os dados que foram apresentados sobre a região geográfica imediata de Eirunepé, podem ser acompanhados na tabela a seguir:

Tabela 9: Características dos municípios pertencentes à região imediata de Eirunepé – AM

MUNICÍPIOS	DIST.DA CAPITAL	POP. RESIDENTE	P. I. (PERCENTUAL)	PIB (<i>PER</i> <i>CAPITA</i>)	IDHM (2010)
EIRUNEPÉ	1.159 km	33.170	7,58%	R\$ 15.726	0,563
GUAJARÁ	2.050 km	13.815	7,56%	R\$ 10.313	0,532

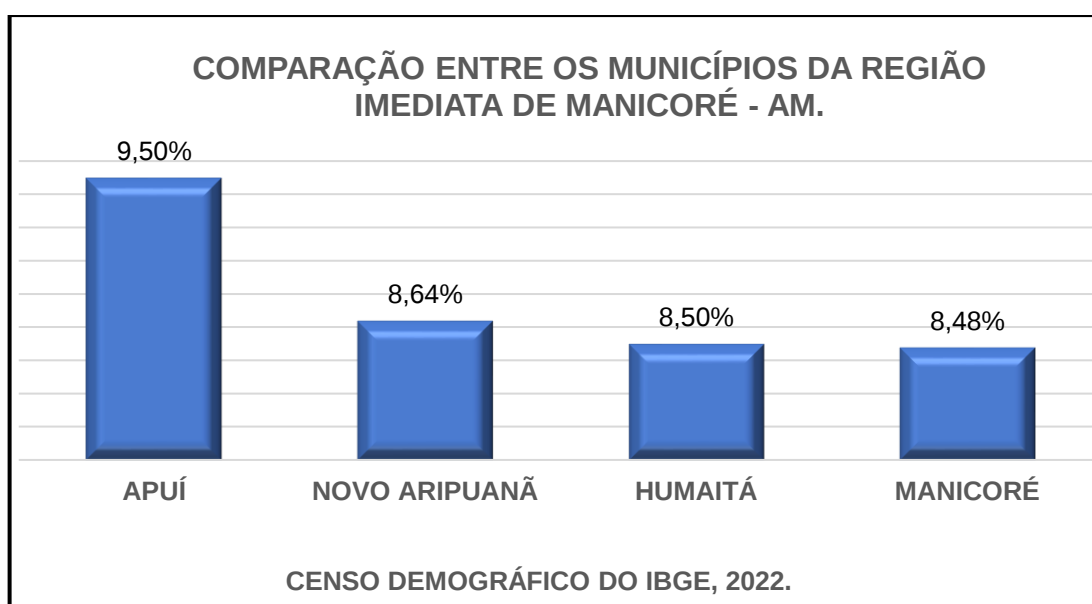
ENVIRA	1.207 km	17.186	6,45%	R\$ 10.387	0,509
ITAMARATI	984 km	10.937	5,64%	R\$ 17.438	0,477
IPIXUNA	1.364 km	24.311	5,29%	R\$ 6.945	0,481

Fonte: Censo demográfico (IBGE, 2022), Portal Cidades (2010 – 2021)

Elaboração: Próprio autor

A última das quatro regiões geográficas intermediárias do Amazonas é Lábrea, localizada na porção mais ao sul do estado; é uma área vasta, a maior de todas as regiões intermediárias em termos de extensão territorial, e vem sofrendo com o avanço da fronteira agrícola ao longo dos últimos anos. Com uma população absoluta de 292.588 essa região divide-se em duas regiões imediatas: A região imediata de Manicoré, que é composta pelos municípios de Manicoré, Novo Aripuanã, Apuí e Humaitá, apresentando uma população de 155.852 habitantes, são dessas pessoas idosas no total de 11.123, representando 8,64%. O gráfico que se segue apresenta um panorama geral da população de pessoas idosas residente em cada município da região geográfica imediata de Manicoré.

Gráfico 16: Análise comparativa das pessoas idosas residentes nos municípios da região geográfica imediata de Manicoré – AM



Fonte: Censo Demográfico do IBGE, 2022.

Elaboração: Próprio autor.

Apuí é um dos municípios que se localiza mais ao sul do Amazonas o nome Apuí advém de uma árvore típica da região amazônica *Apuizeiro*, que na língua tupi

significa braço forte, teve seu território pertencente a Novo Aripuanã até o ano de 1987, quando através Lei nº 826 teve sua área emancipada, e, assim, foi criado o município; seu território faz divisa com os estados do Mato Grosso e Pará, está tão distante de Manaus, cerca de 1.096 km, que fica mais próximo da capital de Rondônia (fica a 608 km de Porto Velho) do que da capital do seu próprio estado.

Em relação a sua população os dados dos últimos censos evidenciam crescimento em todas as vertentes analisadas nesse estudo: 13.864 habitantes, sendo 478 pessoas idosas ou 3,4% (IBGE, 2000), 18.007 habitantes, destas 965 ou 5,3% eram pessoas idosas (IBGE, 2010). De acordo com o último sua população residente é de 20.647 habitantes, destes 1.501 são pessoas idosas ou 9,50% (IBGE, 2022), ou seja, a população de pessoas idosas em termos percentuais encontra-se muito acima da média do estado, que é de 9,10%, assim como está muito abaixo da média nacional que é de 15,80%, todavia, dentro da região imediata da qual faz parte; é o município que possui a maior quantidade de pessoas idosas.

Quando analisados os indicadores de IDHM 0,647 (IBGE, 2010), que é considerado mediano e para os padrões do estado alto, assim como o PIB *per capita* R\$ 13.096,89 (IBGE, 2021), também, considerado de mediano para alto dado os padrões locais, além dos valores anteriores a esses onde podemos perceber uma grande evolução na qualidade dos mesmos, pode-se inferir que esses dados corroboram com a melhoria da qualidade de vida da população de forma geral, o que se reflete na maior quantidade de pessoas idosas, ainda tímida; porém, continuando nesse ritmo poderá alcançar indicadores bem maiores no futuro.

Já Novo Aripuanã teve seus territórios pertencentes aos municípios de Borba e Manicoré até 19 de dezembro de 1955, quando através da Lei Estadual nº 96 foi desmembrado e foi reconhecido oficialmente como município. A origem do nome é indígena, em detrimento dos primeiros povos que habitaram a região a citar: Mundurukus, Apiacás entre outros.

Aripuanã significa em *Apiaká* “Água de Pedra”. O município está também localizado na porção mais ao sul do Amazonas; encontra-se distante da capital Manaus cerca de 229 km e seu território faz divisa com os estados do Mato Grosso e Rondônia.

Sua população residente a exemplo de seus indicadores socioeconômicos cresceram ao longo dos anos: 17.119 habitantes, sendo pessoas idosas 949 ou 5,5% (IBGE, 2000), 21.451 habitantes, as pessoas idosas eram 1.403 ou 6,5% (IBGE,

2010). Atualmente sua população apresenta os seguintes valores: 23.818 habitantes, as pessoas idosas que estão incluídas nesse total são 2.058 ou 8,64% (IBGE, 2022).

Os indicadores a seguir estão dentro da média estadual como o IDHM 0,554 (IBGE, 2010), que apesar de ter apresentado grande melhoria ao longo dos anos: 0,293 (1991) e 0,387 (2000), estão muito aquém de demonstrar uma boa qualidade de vida para sua população. O PIB *per capita* é outro indicador, que não se sobressalta R\$ 9.545,89, não é nada mais que mediano para os padrões do estado.

Como análise superficial infere-se que as políticas públicas municipais não estão surtindo o efeito de melhoria na qualidade de vida dos cidadãos aripuanenses, e isso como se pode perceber durante todo o estudo até aqui, interfere diretamente na quantidade de pessoas idosas nos municípios.

Entretanto, um dado importante se pode notar no município; de certa forma torna-se até contraditório com o exposto acima, que é a quantidade de centenários (0,08%), uma das maiores do estado, fato que será discutido mais à frente.

O município de Humaitá, cujo significado vem do *tupi-guarani* e significa “A pedra agora é negra”, teve seu território vinculado à Manicoré até 04 de fevereiro de 1890, quando através de um Decreto de nº 31 foi desmembrado e criado o município; fica localizado no entroncamento das rodovias Manaus-Porto Velho e Transamazônica; está distante da capital do Amazonas 697 km, enquanto da capital de Rondônia 208 km, por esse motivo suas relações socioeconômicas estão mais vinculadas ao estado vizinho.

A população residente de Humaitá tem crescido de forma considerável nos últimos anos, foram 34,9% entre os censos de 2000 e 2010, quando a população era de 32.796 (2000) e 44.227 (2010), enquanto as pessoas idosas no mesmo período cresceram 58,6%, eram 1.769 (2000), passando para 2.805 (2010). Segundo o último censo a população foi de 57.473 pessoas, destes 4.872 são pessoas idosas ou 8,50% (IBGE, 2022).

Hoje é somente o terceiro município com a maior quantidade percentual de pessoas idosas, e os indicadores como IDHM de 0,605 (IBGE, 2010) e o PIB *per capita* de R\$ 15.039,21 (IBGE, 2021). Demonstra que as políticas públicas voltadas às pessoas idosas são ineficazes; outro fator que deve ser considerado; é o fato do fácil acesso à capital de Rondônia, o que favorece a migração de pessoas idosas, buscando melhores condições de acesso a saúde, tendo em vista que o número de

idosos cai vertiginosamente a partir dos 80 anos de idade, o que é incomum nos demais municípios, que não possuem ligação através de rodovias com a capital.

Manicoré é o município de sua região geográfica imediata, que menos possui pessoas idosas percentualmente, sua fundação é muito antiga, remonta à época das expedições portuguesas de Pedro Teixeira na região; por volta do século XVII, foi transformado em Comarca por sua posição estratégica durante o ciclo da borracha, como também nas rotas comerciais da Província com os estados de Mato Grosso e Goiás, recebeu milhares de nordestinos que rumavam ao estado do Acre.

O nome do município vem do nome da tribo *Anicoré* que existia na região antes da chegada dos portugueses. Está distante da capital do Amazonas 456 km. A população de Manicoré a exemplo de Humaitá está crescendo continuamente, seus habitantes eram de 38.038, sendo pessoas idosas 2.155 ou 5,7% (IBGE, 2000), passando para 47.017, eram pessoas idosas 3.008 ou 6,4% (IBGE, 2010). De acordo com o último censo sua população residente é de 53.914 habitantes, enquanto as pessoas idosas são 4.576 ou 8,48% (IBGE, 2022).

O IDHM de 0,582 (IBGE, 2010), juntamente com o PIB *per capita* de R\$ 11.955,04 (IBGE, 2021), é um forte indicativo da falta de políticas públicas voltadas a melhoria dos residentes, neles incluem-se as pessoas idosas. Um município tão antigo e que no passado teve tanta importância, deveria apresentar melhores indicadores, principalmente, em relação às pessoas idosas, caso houvesse políticas públicas de qualidade.

A seguir observe-se a tabela com o resumo das informações apresentadas acima:

Tabela 10: Características dos municípios pertencentes à região imediata de Manicoré – AM

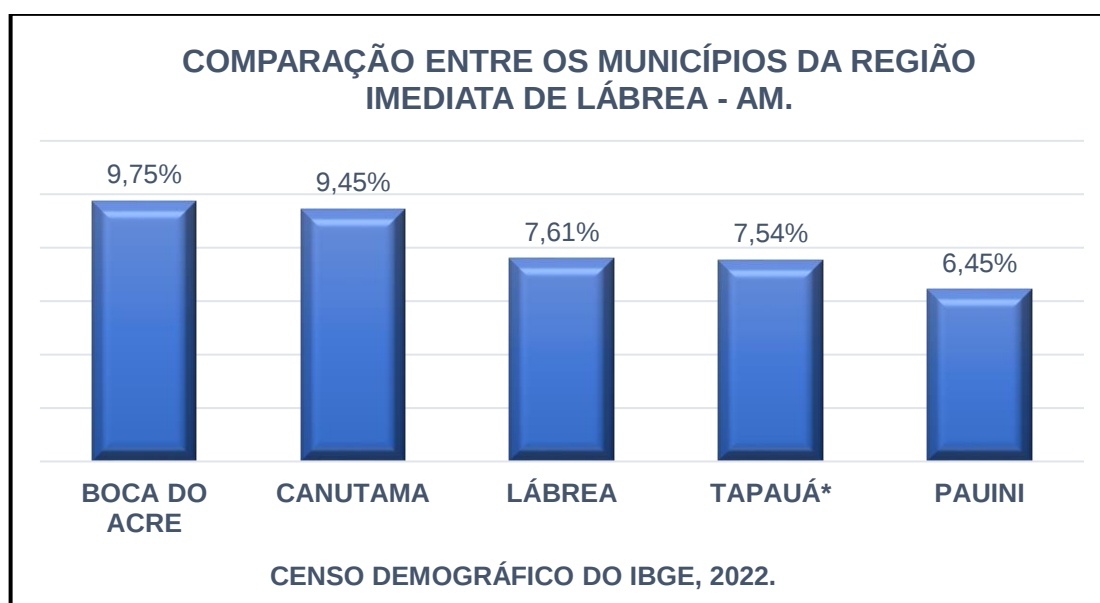
MUNICÍPIOS	DIST.DA CAPITAL	POP. RESIDENTE	P.I. (PERCENTUAL)	PIB (<i>PER</i> <i>CAPITA</i>)	IDHM (2010)
APUÍ	1.096 km	20.647	9,50%	R\$ 13.096	0,647
NOVO ARIPUANÃ	229 km	23.818	8,64%	R\$ 9.545	0,554
HUMAITÁ	697 km	57.473	8,50%	R\$ 15.039	0,605
MANICORÉ	456 km	53.914	8,48%	R\$ 11.955	0,582

Fonte: Censo demográfico (IBGE, 2022), Portal Cidades (2010 – 2021)

Elaboração: Próprio autor

E Lábrea, desse município fazem parte os municípios de Lábrea, Tapauá, Canutama, Pauini e Boca do Acre, apresentando uma população de 136.736 habitantes. Destas são pessoas idosas 11.235 ou 8,21%.

Gráfico 17: Análise comparativa das pessoas idosas residentes nos municípios da região geográfica imediata de Lábrea – AM



Fonte: Censo Demográfico do IBGE, 2022.

Elaboração: Próprio autor.

Os primeiros povoamentos pelos “brancos” datam de expedições do comendador João Gabriel de Carvalho Melo, acompanhado de uma enorme quantidade de cearenses rumo à exploração de látex no sul do Amazonas, após diversas mudanças de sua sede e categoria de povoamento, finalmente, em 01 de dezembro de 1943 através do Decreto-Lei nº 176, o município passou a ser denominado como Boca do Acre. Encontra-se tão distante da capital do Amazonas (1.458 km), que é muito mais viável em caso de emergência de uma pessoa idosa por exemplo, dirigir-se para a capital do estado vizinho, que é Rio Branco (224 km).

Boca do Acre lidera dentro da região imediata de Lábrea, quando se fala em quantidade absoluta e percentual de pessoas idosas no total são 3.452 ou 9,75%, enquanto a sua população residente é de 35.447 habitantes (IBGE, 2022). Nos censos anteriores a quantidade de pessoas idosas, assim como a população residente apresentam um grande crescimento, de 2000 a 2010 a população residente cresceu 13,6%, de 26.959 (2000) para 30.632 (2010), enquanto a população de pessoas idosas cresceu 37,7%, de 1.594 (2000), para 2.195 (2010). O crescimento entre os

censos de 2010 e 2022 foi ainda maior: as pessoas residentes cresceram 15,7%, enquanto o percentual de crescimento de pessoas idosas foi 57,2%.

Como foi observado acima, o município apresenta um bom quantitativo de pessoas idosas residentes, superando, inclusive, a média do estado e da região geográfica imediata, o qual faz parte, mesmo que alguns de seus indicadores não sejam tão favoráveis como por exemplo o IDHM de 0,588 (IBGE, 2010), tendo em vista a defasagem dos dados e a crescente evolução nesses índices devem ter melhorado em muito, lembrando novamente que os dados do censo mais recente ainda não se fazem disponíveis até o momento dessa pesquisa.

Como exemplo, o PIB *per capita* de R\$ 14.668,90 (IBGE, 2021), por se tratar de um dado mais recente, evidencia que as condições de vida da população podem ter melhorado ao longo dos anos, favorecendo, assim, a maior quantidade de pessoas idosas.

De acordo com Ferrarini (1980), após análise de diversos documentos históricos, o município de Canutama foi fundado no século XIX por volta de 1855, logo após abertura da navegação da bacia amazônica para os povos de todo mundo, e sua fundação está ligada às expedições de Manoel Urbano da Encarnação encomendadas pelo governo do estado.

Canutama encontra-se distante da capital Manaus cerca de 615 km, e a sua população residente apresenta os seguintes dados entre os censos de 2000 e 2010: aumento de 18,6%, enquanto as pessoas idosas cresceram 89,4%, no último censo quando a população residente foi 16.869 habitantes, destes são pessoas idosas 1.595 ou 9,45% (IBGE, 2022). O município teve um aumento da população residente de 32,4%, já o aumento das pessoas idosas foi de 93,5%, pode-se afirmar, que Canutama apresenta um envelhecimento populacional acelerado dentro da região geográfica imediata de Lábrea.

Hoje ele é o segundo município com maior quantidade percentual de pessoas idosas, estando à frente até mesmo de Lábrea; mesmo que não apresente indicadores considerados excelentes, como exemplo o IDHM que é de 0,530 (IBGE, 2010), e o PIB *per capita* R\$ 9.656,23, chama atenção a quantidade de pessoas idosas, que estão bem acima da média do estado; para se afirmar as causas dessa grande quantidade faz-se necessários estudos mais aprofundados, caso esses números se mantenham.

Lábrea é o município mais populoso dessa região geográfica imediata, teve sua origem por Lei Provincial nº 523 de 14 de maio de 1881, quando foi desmembrado de Manaus, seu fundador foi o coronel Antônio Rodrigues Pereira Labre.

A população de Lábrea apresenta números consistentes de crescimento ao longo dos anos entre 2000 e 2010; a população residente cresceu 30,2%, enquanto a população de pessoas idosas cresceu 50,4%. Entre os censos de 2010 e 2022 o crescimento da população residente foi menor, cerca de 20,5%, a população de pessoas idosas se manteve praticamente com o mesmo percentual de crescimento que foi de 49,7%. Hoje, sua população residente é de 45.448 habitantes, as pessoas idosas que estão incluídas nesse total são 3.450 ou 7,61% (IBGE, 2022).

É um dos poucos municípios do Amazonas que possui ligação por terra com o Brasil, através da Transamazônica, como também com a capital Manaus que está a uma distância de 852 km. Os indicadores municipais corroboram com a situação do município em relação a quantidade de pessoas idosas, o seu IDHM é de 0,531 (IBGE, 2010), por se tratar de uma cidade em que a economia gira, principalmente, em torno da agropecuária; o seu PIB *per capita* é mediano para alto, ou seja, um pouco acima da média do estado no valor de R\$ 13.111,01 (IBGE, 2021).

Lábrea é mais um dos municípios que sofre uma grande perda de pessoas idosas, acima de 50%, após 80 anos de idade, as causas desse fenômeno necessitam de melhores investigações. Entretanto, o fato de a migração ser um pouco mais favorável por ter ligação por terra com outros estados e cidades, possa ser um ponto de partida para essa análise, a exemplo de outros municípios que já foram citados acima.

Pauini é um município amazonense pertencente a região geográfica imediata de Lábrea, que possui a menor quantidade de pessoas idosas, tanto em termos percentuais quanto em termos absolutos, são apenas 1.275, representando cerca de 6,45%, em um total de residentes de 19.373 (IBGE, 2022).

A quantidade percentual de pessoas idosas em Pauini está caindo ao longo do tempo; no censo de 2000 o município estava em penúltimo lugar ao considerar a configuração espacial em regiões intermediárias e imediatas, já no censo de 2010 chega ao último lugar, fato que se manteve até o último censo como vimos acima.

Mesmo assim, a sua população cresceu durante esse período, de 2000 a 2010 a população residente cresceu 6,3%, enquanto a população de pessoas idosas

cresceu 28%, entre os censos de 2010 e 2022 esse crescimento foi de 6,6%, e as pessoas idosas cresceram 50,5%.

O valor percentual apresentado durante o censo de 2022 é muito baixo, comparado aos demais municípios da região imediata do qual faz parte, se justifica em parte, quando se analisa os indicadores socioeconômicos do município. Como o IDHM de 0,496 (IBGE, 2010), que é considerado baixíssimo mesmo para os padrões do estado, mesmo que o PIB *per capita* de R\$ 10.172,38 (IBGE, 2021), não seja tão baixo, ou melhor, encontra-se dentro da média dos municípios do Amazonas excetuando-se Manaus. O município encontra-se muito distante da capital, cerca de 925 km. O que dificulta muito o acesso de pessoas idosas a serviços de saúde, lazer e sociais, que muitas vezes estão disponíveis somente em Manaus. De acordo com o levantamento, esses indicadores são muito importantes, sobretudo, o IDHM para a maior ou menor quantidade de pessoas idosas nos municípios.

O município de Tapauá* que também é pertencente a região geográfica intermediária, assim como na imediata de Lábrea, é o objeto de estudo dessa pesquisa e será analisado de forma mais detalhada no capítulo 03.

As informações da região imediata de Lábrea podem ser observadas de forma resumida na tabela abaixo:

Tabela 11: Características dos municípios pertencentes à região imediata de Lábrea – AM

MUNICÍPIOS		DIST.DA CAPITAL	POP. RESIDENTE	P. I. (PERCENTUAL)	PIB (<i>PER</i> <i>CAPITA</i>)	IDHM (2010)
BOCA DO ACRE		1.458 km	35.447	9,75%	R\$ 14.668	0,588
CANUTAMA		615 km	16.869	9,45%	R\$ 9.656	0,530
LÁBREA		852 km	45.448	7,61%	R\$ 13.111	0,531
TAPAUÁ*		447 km	19.599	7,54%	R\$ 14.218	0,502
PAUINI		925 km	19.737	6,45%	R\$ 10.172	0,496

Fonte: Censo demográfico (IBGE, 2022), Portal Cidades (2010 – 2021)

Elaboração: Próprio autor

2.6 Zonas azuis no amazonas?

Se faz importante frisar que não é intenção desse estudo, mas quem sabe pode ser um de seus desdobramentos futuros, a identificação de “Zonas Azuis”. Durante o percurso dessa pesquisa foram encontrados “focos na amazônia” dessas populações, de superlongevos. Mas, então, o que de fato são elas?

As Zonas Azuis, é um termo cunhado pelo jornalista norte americano Dan Buettner em 2004, baseado nos estudos do demógrafo italiano Gianne Pes, e refere-se a regiões do mundo, onde as pessoas vivem, significativamente, mais do que a média global, geralmente ultrapassando os 100 anos de idade com boa saúde e qualidade de vida.

Segundo a Organização das Nações Unidas – ONU, a população mundial estimada no ano de 2024 é cerca de 8 bilhões de pessoas, enquanto as pessoas idosas maiores de 100 anos são 621 mil. Logo, chega-se a um percentual de 0,078%.

Essas áreas têm sido objeto de estudo e admiração por pesquisadores e especialistas em saúde, que buscam desvendar os segredos por trás da longevidade e do bem-estar dessas populações.

Segundo Buettner, as Zonas Azuis são identificadas por critérios específicos, incluindo dieta, estilo de vida, ambiente e conexões sociais. Em suas pesquisas, ele destaca cinco regiões principais como Zonas Azuis: Okinawa, no Japão; Sardenha, na Itália; Loma Linda, na Califórnia; Nicoya, na Costa Rica; e Icária, na Grécia.

Um dos aspectos fundamentais das Zonas Azuis é a dieta. Em seu livro "The Blue Zones: Lessons for Living Longer From the People Who've Lived the Longest" ("As Zonas Azuis: Lições para Viver Mais Tempo dos Povos que Viveram Mais"), Buettner descreve a dieta predominante nessas regiões, que geralmente é rica em alimentos naturais, como frutas, vegetais, legumes e grãos integrais. Buettner ressalta que, nas Zonas Azuis, o consumo de carne é moderado, e os alimentos processados e industrializados são evitados.

Além da dieta, o estilo de vida desempenha um papel crucial na longevidade das populações das Zonas Azuis. Existem algumas características em comum em todas essas áreas, que são seus costumes e tradições, sobretudo, alimentares que podem explicar os superlongevos, que residem nessas áreas. Fatores que contribuem para a longevidade nas Zonas Azuis:

- **Genética:** Estudos sugerem que alguns fatores genéticos, podem contribuir para a longevidade, mas, o ambiente e o estilo de vida também desempenham um papel crucial.
- **Dieta:** A dieta rica em alimentos vegetais, pobre em carne vermelha e processada, e com consumo moderado de calorias, parece ser um fator importante para a saúde e a longevidade.
- **Atividade física:** A prática regular de atividade física, seja através do trabalho manual, exercícios físicos ou atividades ao ar livre, contribui para a saúde física e mental.
- **Sono:** Ter um sono regular e de qualidade é essencial para a saúde física e mental, e pode contribuir para a longevidade.
- **Controle do estresse:** O manejo do estresse através de técnicas como meditação, yoga ou contato com a natureza pode contribuir para a saúde mental e física.
- **Redes de apoio social:** Ter fortes laços sociais e familiares contribui para o bem-estar emocional e mental, e pode reduzir o risco de doenças crônicas.
- **Propósito de vida:** Ter um senso de propósito na vida, seja através do trabalho, da família ou de atividades comunitárias, pode contribuir para a saúde mental e física, e aumentar a expectativa de vida.

Ainda, segundo os estudos do Jornalista sobre as Zonas Azuis, as condições para se criar de forma “artificial” essas zonas são perfeitamente possíveis, inclusive, nas cidades do estado do Amazonas; basta seguir a receita acima, porém, depende de muitos fatores para tornar isso uma realidade, as políticas públicas são parte fundamental para essa “virada de chave” em uma sociedade, não basta somente indicar o caminho, é necessário agir, e tornar o acesso de alimentos saudáveis, atividade física, espaços de interação intergeracional, uma melhor qualidade de vida de forma geral, não somente para as pessoas idosas, mas para toda população de crianças e jovens que no futuro serão as próximas pessoas idosas.

Em resumo, as Zonas Azuis oferecem *insights* valiosos sobre como viver uma vida longa e saudável. Ao adotar os princípios dessas regiões, como uma dieta baseada em alimentos naturais, um estilo de vida ativo e engajado, e conexões sociais

significativas, pode-se melhorar a qualidade de vida e aumentar os anos de vida com saúde.

Com base nisto, destaca-se 04 municípios no estado do Amazonas, que a princípio, preenchem um e o mais importante dos requisitos para compor uma zona azul, que é a porcentagem de pessoas idosas, são eles: Borba, Nova Olinda do Norte, Urucurituba e Novo Aripuanã. Além de outros dois municípios que por muito pouco não entram na lista, que são Japurá e Santo Antônio do Içá.

Tabela 12: Municípios do Amazonas que possuem pessoas idosas acima da média mundial (Zonas Azuis)

MUNICÍPIOS	POP. RESIDENTE	PESSOAS IDOSAS	P. I. (CENTENÁRIOS)	CENTENÁRIOS (%)
BORBA	35.447	2.876	42	0,13
N. O. DO NORTE	16.869	2.303	27	0,10
URUCURITUBA	45.448	2.102	22	0,09
NOVO ARIPUANÃ	19.599	2.058	20	0,08

Fonte: Censo demográfico (IBGE, 2022), Portal Cidades (2010 – 2021).
Elaboração: Próprio autor.

2.7 Cenário do envelhecimento no Amazonas: oportunidades e desafios

Seguindo a tendência mundial, o cenário do envelhecimento no Amazonas, tem passado por importantes transformações nos últimos anos, o aumento da expectativa de vida e a queda da taxa de natalidade têm sido os principais fatores, que contribuem para o envelhecimento da população no estado.

De acordo com dados disponíveis pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, através do censo demográfico de 2022, o Amazonas tem acompanhado a tendência nacional de envelhecimento. O número de idosos tem aumentado significativamente, e isso traz consigo alguns desafios e oportunidades para a sociedade amazonense. Por ser um estado com grande extensão territorial e com uma capacidade logística muito deficiente, os desafios a serem enfrentados são

muitos, dentre eles estão: superlotação no Sistema de Saúde, ausência de profissionais qualificados, logística, hospitais não estruturados, entre outros.

A demanda por serviços de saúde voltados para a pessoa idosa tem aumentado, o que exige investimentos e melhorias na infraestrutura hospitalar e no atendimento especializado. O SES-AM - Plano Estadual de Saúde 2023-2024, é um documento que define as diretrizes e objetivos da política de saúde do Amazonas para os próximos três anos. O Amazonas prevê um investimento de cerca de R\$ 1 bilhão em saúde para todas as faixas etárias, ou seja, esse montante também engloba o atendimento à pessoa idosa. Tendo em vista os desafios que o estado já está enfrentando nessa transição demográfica, esse valor hoje é irrisório, certamente para os próximos anos ou próximos planos, esse valor tem que ser maior.

O mesmo plano ainda prevê a construção de novos hospitais e clínicas especializadas em atendimento à pessoa idosa, bem como, a qualificação dos profissionais de saúde para atender às necessidades específicas desta população, que inclusive esse é um outro dado preocupante. O estado do Amazonas é desprovido de médicos especialistas na área; o Amazonas possui apenas 04 médicos Geriатras, esses todos localizam-se na capital Manaus, a maioria deles atende em hospitais e clínicas particulares.

O que faz refletir como será o futuro da pessoa idosa no Amazonas, pois, muito se tem no papel, mas na prática, não há motivos para se comemorar. Centros de referências e políticas públicas de atração de médicos se faz necessário nesse contexto de déficit de geriatras, segundo dados do Conselho Regional de Medicina - AM, o Amazonas forma cerca de 150 médicos todos os anos, nas universidades e faculdades que existem no estado, públicas e privadas. O CRM, não possui controle de quantos desses buscam a especialização na área da geriatria, porém, julgando pela quantidade de geriatras atuantes no estado como, já citado, não é uma área muito atraente para os recém-formados, sendo, então, necessário políticas públicas de atração desses profissionais, ainda durante sua formação ou até mesmo de outras regiões para o Amazonas.

Segundo dados da SES-AM, o governo do estado possui três Centros de Atenção Integral à Melhor Idade - CAIMI, são eles: Ada Rodrigues Viana, André Araújo e Paulo Lima. Estes Centros estão localizados na capital do estado, o que se torna pouco diante de um universo de pessoas idosas de mais de 442.944 em todo estado

ou 9,1% da população total, somente na capital Manaus encontram-se 264.578 pessoas idosas entre homens e mulheres, ou 59,7% da população idosa do estado.

De acordo com todas as informações já apresentadas nesse estudo, o aumento da demanda por serviços de saúde voltados para a pessoa idosa, é uma tendência mundial. E como já discutido anteriormente, no Brasil essa população está crescendo em ritmo acelerado. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a população idosa no Amazonas cresceu 3,5% em dez anos, de 2005 a 2015. Nesse período, o número de pessoas com 60 anos ou mais passou de 193.205 para 200.372, o ritmo de crescimento da população idosa no Amazonas é maior do que a média nacional, que foi de 2,9% no mesmo período.

O aumento da população idosa coloca desafios para o sistema de saúde, essa parcela da população, em específico, tem mais ocorrências de doenças crônicas, “as pessoas idosas compõem o grupo populacional sob maior risco de doenças respiratórias e sistêmicas” (Andrade *et al.* 2021).

Além de diabetes, hipertensão e doenças cardíacas, eles também têm mais probabilidade de sofrer acidentes, quedas e fraturas. O sistema de saúde precisa estar preparado para atender às necessidades da população idosa, e isso significa investir em infraestrutura, profissionais qualificados e serviços especializados.

Além de questões, tais como Previdência Social, com o aumento do número de cidadãos 60+, há uma pressão maior sobre o sistema previdenciário, que precisa se adequar para garantir a sustentabilidade do pagamento de aposentadorias e pensões. Deve haver, também, a formulação de novas políticas públicas, cumprimento das já existentes, ou até mesmo sua atualização; políticas essas que promovam o envelhecimento saudável e ativo, garantindo a inclusão social e a acessibilidade desses cidadãos a diversos serviços.

Outra questão são os cuidados a longo prazo, como o envelhecimento da população, que também gera uma demanda maior por serviços de cuidados de longo prazo e que sejam públicos ou acessíveis, como construção de asilos, assim como centros de convivência, e os já existentes precisam ser ampliados e melhorados, para que possam atender todas as necessidades da pessoa idosa, do básico ao serviço mais especializados. Apesar dos desafios, o envelhecimento populacional no Amazonas, também, pode trazer oportunidades, no ponto de vista econômico, as pessoas de idade avançada que gozam de uma boa condição de saúde, ou seja, que não possuem mobilidade reduzida ou definitiva, podem continuar atuando no mercado

de trabalho, seja como empreendedores ou com experiência profissional para transmitir conhecimentos às gerações mais jovens.

Essa contribuição pode ir além, pois, fortalece os laços familiares e comunitários, além de proporcionar troca de experiências e conhecimentos, valorizando também a cultura local, preservando e transmitindo tradições e costumes, tornando as próximas gerações guardiões do conhecimento acumulado.

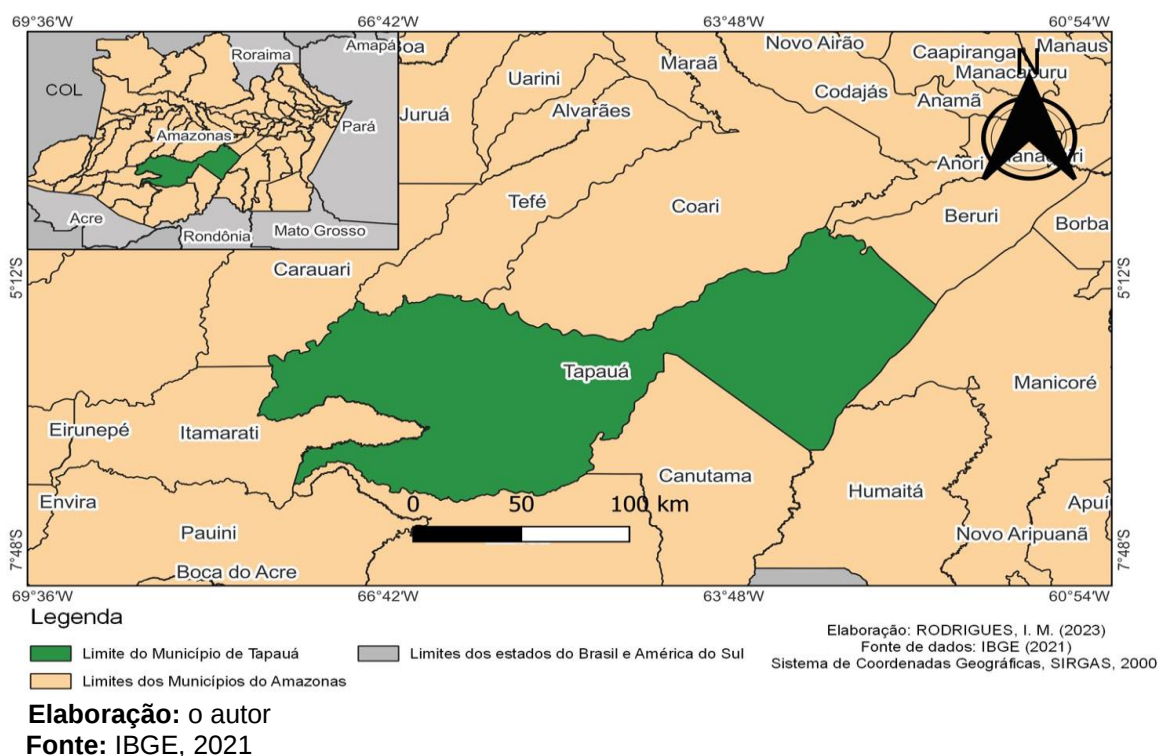
Para enfrentar os desafios e aproveitar melhor as oportunidades que o envelhecimento populacional traz, é essencial que o governo, instituições e a sociedade como um todo, estejam engajados não somente na criação das novas políticas, como também na sua implementação, em ações que garantam o bem-estar e a qualidade de vida dos idosos no Amazonas. Além disso, é importante promover a conscientização sobre o envelhecimento saudável e combater o etarismo, que é o preconceito em relação à pessoa idosa, valorizando a sua contribuição para a sociedade.

CAPÍTULO III – PLANEJAMENTO URBANO/SOCIAL PARA AS PESSOAS IDOSAS EM TAPAUÁ

3.1 Caracterização e localização da área de estudo

Tapauá é um município brasileiro que se encontra na mesorregião sul amazonense, microrregião do Purus no estado do Amazonas e região norte segundo a classificação de regiões do IBGE. Possui uma área muito extensa, estando entre os municípios de maior área territorial do país, com uma área de 84.946,035 km² e uma população de 19.599. Essa população é dividida entre urbana com uma população de 18.782 habitantes ou (96,3%) e rural com 817 habitantes ou (3,7%), apresentando, então, uma baixíssima densidade demográfica de 0,23 hab/km² (IBGE, 2022).

Figura 4: Localização do Município de Tapauá-AM
LOCALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE TAPAUÁ, AM, BRASIL



É necessário destacar, que há uma enorme discussão a respeito do urbano e do rural dentro da ciência geográfica em busca de uma definição. A seguir destaca-se algumas contribuições: “Sob o olhar da hegemonia do capital há uma indissociabilidade entre o campo e a cidade” (Bellentani & Souza, 2007).

Com o mundo cada vez mais globalizado e com o avanço das redes e fluxos materiais e das redes e fluxos imateriais ou invisíveis o processo de globalização acelera e alcança locais cada vez mais isolados e longínquos da Terra, o que é possível concluir com isso? Que para a globalização, que está a serviço do capital, não existem limites, distâncias ou barreiras. Com o advento de novas categorias dos espaços urbanos como os conceitos de metrópoles, megacidades, megalópoles, entre outros, é cada vez mais difícil definir os limites entre o urbano e rural.

Conforme a visão de Henri Lefebvre (1974), as noções de rural e urbano transcendem a mera divisão espacial o papel de portadores de significado, revelando diferentes formas de organização social, econômica e cultural.

Compreender a distinção entre rural e urbano é crucial para entendermos a dinâmica espacial. Nas abordagens clássicas, o rural assume o papel de protagonista da agricultura, em contraste com o urbano, palco da indústria. Mas, a história vai além dessa dicotomia simplista. O rural, então, se revela não somente como o espaço da agricultura ou do contato direto com a natureza, mas, como um universo multifacetado.

O rural na Amazônia assume uma característica ainda mais peculiar, pois, o rural ribeirinho é diferente do rural da terra firme; enquanto o ribeirinho está em contato direto com o rio, dele retira boa parte de seu alimento e seu sustento, utiliza a várzea para produzir sua roça, mas é governado pela dinâmica sazonal do rio. Na terra firme não se descarta a importância do rio para subsistência, para o transporte, mas, o contato direto se dá com a fauna terrestre e vegetação.

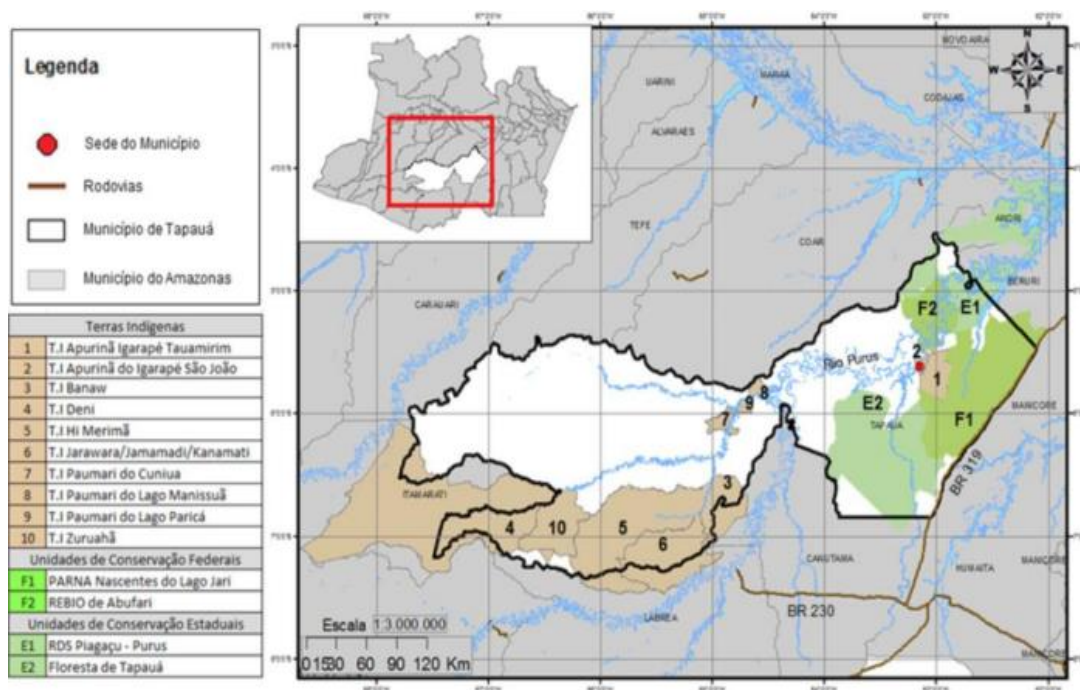
O meio urbano na Amazônia também é diferente, outrora, nos grandes países capitalistas era visto como o espaço da industrialização, ainda hoje no interior da Amazônia é apenas sinônimo de aglomeração, de centralização dos escassos serviços oferecidos. É baseado nessa situação que humildemente se define o espaço urbano e rural na Amazônia para esse estudo.

A extensa área territorial do município de Tapauá contrasta com a limitação de sua área de expansão urbana e população; as comunidades rurais pertencentes ao município encontram-se demasiadamente esparsadas pelo território, o que dificulta muito uma gestão eficiente e assistência da população que residem nessas comunidades. As pessoas idosas que residem nessas localidades e necessitam de serviços de saúde especializados, não os encontra nem mesmo no centro urbano do município, muito menos as encontra no local em que residem, e como os únicos meios

de transportes disponíveis são através do rio, em casos de emergência, dificilmente, serão atendidos em tempo hábil, ou seja, suas vidas estão em constante risco.

Apesar de apresentar uma extensão territorial muito grande a área urbana do município, assim como sua população são bem pequenas; a área urbana é limitada em todas as direções por Unidades de Conservação como Parque Nacional, Reserva Biológica, Reserva de Desenvolvimento Sustentável e Florestas, assim como Terras Indígenas, são 10 no total, divididas em 07 etnias diferentes, conforme mapa a seguir:

Figura 5: Uso do solo, Unidades de Conservação e Terras Indígenas no Município de Tapauá



Fonte: SEMMAS

Adaptação: MORAIS; DL

Esse trabalho não possui o intuito de se aprofundar em questões de demarcações de terras, povos indígenas, ou de questões vistas, no que tange a impactos e preservação ambiental, porém, citá-las é de extrema importância, tendo em vista a conservação da fauna e flora, da cultura indígena, mitos e lendas, que fazem parte da construção do município de Tapauá, de sua identidade.

3.1.1 Terra Indígena Apurinã do Igarapé São João

Localizada no município de Tapauá, a terra indígena Apurinã, do Igarapé São João, tem uma área demarcada de 18.000 hectares, e tem uma população

aproximada de 220 habitantes. Os Apurinã habitam a região do Purus há milhares de anos. Suas terras foram oficialmente demarcadas em 1985, após um longo processo de luta e reivindicação por parte do povo Apurinã.

A demarcação de suas terras foi fundamental para garantir a proteção do seu território tradicional e dos recursos naturais essenciais para sua subsistência e cultura. O povo Apurinã se organiza em aldeias e comunidades, onde suas principais moradias são as tradicionais casas de palha e madeira. Sua vida social é marcada por rituais, cantos e danças tradicionais; sua cultura é rica em conhecimentos sobre a floresta e seus recursos, transmitidos de geração em geração.

Sua economia baseia-se na agricultura de subsistência, na pesca, caça e na coleta de frutos e plantas medicinais, a floresta é, então, fundamental para seu modo de vida e cultura, pois, fornece além de alimentos e abrigo, os materiais para suas construções, assim como utensílios para suas atividades sociais.

Apesar da demarcação da Terra Indígena, os Apurinã ainda enfrentam diversos desafios, como a pressão urbana, já que suas terras são limítrofes à área urbana do município, além da invasão de madeireiros e garimpeiros em suas terras, a falta de acesso à educação e à saúde de qualidade, são outros agravantes à sua situação.

3.1.2 Terra Indígena Apurinã Tauamirim

A terra indígena Apurinã Tauamirim está inserida totalmente dentro da área do município de Tapauá, sua área total é de 105.000 hectares, é lar de aproximadamente 450 habitantes. Sua demarcação ocorreu no ano de 1997, quando foi oficializada após longo processo de reivindicações e lutas.

Essa demarcação só reafirma sua propriedade no local onde os indígenas habitam há dezenas de gerações. Os Apurinã, assim como grande parte dos povos indígenas que habitam a região, são conhecidos pela sua profunda conexão com a floresta, possuem vasto conhecimento sobre a fauna e a flora local; possuem idioma único que se encontra preservado até hoje, e carregam consigo, além da história do seu povo, sua própria identidade.

Assim como os Apurinã da terra indígena São João, os Tauamirim vivem em casas construídas com os recursos naturais locais, madeira e palha, sua vida social, também, é marcada por danças, rituais e cantos que celebram a natureza, bem como

seus ancestrais. Celebrações e conhecimentos esses que são repassados entre suas gerações através de mitos e lendas.

Sua forma de subsistência também depende da floresta, onde caçam, pescam, coletam e as utilizam também para confeccionar seus instrumentos de caça e pesca. Sempre obedecendo os limites que a natureza lhes impõe, ou seja, só retiram da mesma aquilo que vão consumir, para que possam conservar seus recursos, e principalmente, conservar para suas futuras gerações.

3.1.3 Terra Indígena Paumari

O povo Paumari habita a região do médio Purus, sua terra possui cerca de 1.044.784 hectares, são essencialmente povos ribeirinhos, ou seja, suas aldeias e comunidades localizam-se às margens de rios e lagos, além do Purus, são encontrados também nas margens dos rios Tapauá, Ituxi e Sapatini.

As primeiras descrições científicas mais detalhadas dos Paumari são de estrangeiros viajantes, que visitaram a Amazônia há vários séculos, como o inglês Chandless (1866), que os retrata como “pacíficos e alegres, dedicando muito tempo aos cantos”, ou como diz o naturalista francês Castelnau (1847): “eles viviam principalmente nas praias, não se dedicavam à agricultura. As habitações principais eram grupos de jangadas, uma jangada por família”. O que pode explicar em parte o fenômeno da cidade flutuante, que existe hoje no ambiente urbano do município de Tapauá?

Acredita-se, através de vários estudos, que o povo Paumari já ocupava essa região do Purus muito antes da chegada dos “brancos” que colonizaram a região. No século XIX no período áureo da borracha, sua população já havia declinado bastante, assolada por epidemias, os poucos que restaram, trabalhavam nos seringais da época para sobreviverem, tendo em vista que os donos dos seringais haviam tomado grande parte de seus territórios.

O povo Paumari é conhecido por ser um povo nômade, hoje em dia em alguns locais dividem moradia com o povo Apurinã, principalmente nas terras indígenas do Catitu, Cuiniuá, Lago do Marahã, Lago do Paricá, e do Ituxi.

Segundo dados da Fundação Nacional da Saúde – FUNASA, sua população estimada em 2010 era de aproximadamente 1.559 pessoas, somando-se aos que vivem na área urbana, em suas terras e os que dividem moradia com os Apurinã.

3.1.4 Terra Indígena Banawá

O povo Banawá é um dos povos indígenas que menos se tem informações, eles são povos de “terra firme”, ou seja, ocupam as partes altas de terra dentro das florestas, estão localizados entre os rios Piranha e Purus, a demarcação definitiva de suas terras se deu em 1992.

O povo Banawá é considerado um subgrupo dos Jamamadi, pertencem também à família linguística Arawá, assim como os Deni, Paumari, Kulina, Hi Merimã etc. Estima-se que sua população total em certo momento passou de mil habitantes, porém, durante o período gomífero, com a chegada de nordestinos na região para extração do látex, houve um intenso choque com esses indígenas e não – indígenas, que “limparam” grande parte dos povos originários da região; tal fenômeno ficou conhecido como correria.

Acredita-se que exista um pouco mais de 200 habitantes em quatro aldeias Banawá (Pohl, 2005). Sendo a principal delas que abriga 70% do povo no rio Banawá, as outras três aldeias possuem 10% da população Banawá, sendo essas pessoas exiladas de alguma forma pela tribo principal por divergências político-sociais.

Sua cultura é rica de lendas e costumes como na iniciação dos Pajés, que devem ficar um tempo reclusos do convívio social, assim como as meninas indígenas em sua “primeira menstruação”, nesse período elas ficam distantes do convívio social, em uma casa à parte, construída para esse único fim. Nesse período as mesmas não podem ser vistas por figura do sexo masculino, sob nenhuma hipótese; ao término do período menstrual, a menina passa por um ritual, onde leva uma “surra” com galhos de árvore, para que não lhe ocorra nenhum tipo de enfermidade.

Sua atividade produtiva é baseada na agricultura com cultivo de cana-de-açúcar, abacaxi, banana, macaxeira, pupunha e mandioca que é utilizada para fazer farinha. Além da caça e da pesca onde utilizam técnicas peculiares, como afirma o cronista Steere (1873): “... ele imitou as vozes dos papagaios e tucanos e depois os

gritos dos tapires, pecaris e macacos, com admirável semelhança”. Com o intuito de atrair as presas para o abate.

3.1.5 Terra Indígena Zuruahã

O povo Zuruahã foi descoberto na década de 1970, é um povo extremamente isolado; tal fato deve-se também por estarem muito afastados dos rios principais como o Purus; sua existência foi descoberta graças a conflitos travados com “brancos”, que invadiam suas terras em busca de sorva.

É um povo que carrega muito misticismo em sua cultura; são bastante conhecidos pelo alto índice de suicídio de seu povo, que está ligado a cosmologia. Sua matriz linguística é a mesma dos Banawá e Paumari, que é o Arawá.

Estima-se que sua população seja um pouco mais de 140 habitantes, são povo de “terra firme” que habitam, principalmente, as terras altas entre os igarapés do Riozinho e Coxodoá, onde foram avistados pelos missionários do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), pela primeira vez.

Sua forma de organização social de moradia é bem singular, constroem uma grande casa (*oda*) na parte mais centralizada do território e ali várias famílias se juntam de forma aleatória, cada um no seu “canto” da grande casa, próximos uns aos outros por laços de parentesco e proximidade, por longos períodos que variam de alguns meses até um ano.

A pessoa que constrói a casa é considerada a “dona” (*anidwa*) do local, é também responsável pelos reparos necessários durante o período de moradia do povo. A importância do *inidwa* vai muito além da construção de casas, fato que pode ocorrer por diversas vezes ao longo de sua vida, ele é o responsável, também, pela roça, é líder das caçadas e das pescarias de todo o grupo.

Nesse ponto, o cargo de chefia do grupo muitas vezes fica a cargo de quem melhor os lidera diante de uma caçada, por exemplo, o líder por muitas vezes são os que conseguem abater um maior número de antas.

Por ser um povo com misticismo elevado, a realização de rituais e feitiços fazem parte da sua cultura; um dos feitiços mais temidos no grupo é o que faz com que as mulheres não consigam gerar filhos do sexo masculino, que inclusive na sua cultura

é motivo de muito orgulho, o patriarcado é imensamente valorizado na cultura Zuruahã.

3.1.6 Terra Indígena Deni

O povo Deni reside entre os rios Juruá e Purus, estando suas terras em sua maior parte dentro dos limites do município de Tapauá, mas, possui também terras nos municípios de Itamarati e Lábrea.

Segundo o Instituto Socioambiental (ISA) o território dos Deni pode ser dividido em duas porções, a parte Ocidental onde existem quatro aldeias, ambas estão localizadas no rio Xeruã e em alguns de seus afluentes, que são, respectivamente, Rezemã, Morada Nova, Boiador e Itaúba. E porção Oriental, são mais quatro aldeias, que estão localizadas à margem do rio Cuniuá, são elas: Marrecão, Cidadezinha, Samaúma e Visagem.

Segundo dados da FUNASA, em 2010 a população total do povo Deni era de mais de 1.200 pessoas, divididos entre todas as suas aldeias. Após diversos estudos para identificação de seu território, elaborados desde 1930 por diversos pesquisadores e instituições, e muitas divergências e discussão, finalmente, em maio de 2003, o Ministério da Justiça define os limites territoriais do povo Deni em 1.5 milhões de hectares.

Sua organização social é singular, considera-se “matrilocal”, ou seja, quando acontecem os casamentos o genro passa a morar na casa da esposa, com sogra e sogro. Casamento esse que se dá entre primos cruzados, que seria da seguinte forma: a moça casa com o filho da irmã do Pai, e o rapaz casa-se com a filha do irmão da Mãe, tendo em vista que o casamento entre primos “diretos” é considerado incestuoso.

O líder tribal ou *Patarahú* é o que poderia ser considerado chefe da tribo e tal honraria é conquistada por meio de sua liderança política; os Xamãs ou *Zupinehé*, dividem a liderança da tribo, eles são responsáveis, principalmente, por descobrir a cura para as doenças, mas não somente isso, possuem a função de se comunicarem com os espíritos dos antepassados ou dos mortos para descobrir a causa de sua morte e ao fazer isso, possui o poder de decidir se a aldeia precisa ser mudada de local, para evitar a continuidade dessas agressões ou enfermidades, porém em outros aspectos de sua cultura.

Os “mais velhos” como são conhecidos dentro da aldeia, também possuem papel importante, pois, são transmissores da cultura e costumes dos aldeados, através de histórias e lendas.

Contudo, as grandes decisões a serem tomadas em prol do bem-estar da aldeia não são decisões unilaterais, são democráticas onde todos os homens e jovens que possuem permissão para usar rapé (*Shina*), podem participar e ter voz ativa nas “reuniões” (Koop, 1983).

3.1.7 Terra Indígena Hi-Merimã

O povo Hi-Merimã é composto por grupo de indígenas isolados, cuja área assim como a maioria dos povos indígenas brasileiros, não respeitam limites territoriais nacionais, estaduais ou intermunicipais, como é o caso desse povo em específico, abrangendo, assim,,, territórios do município de Lábrea, onde seu território ocupa cerca de 12,07%, estando no município de Tapauá a maior porcentagem de sua área com 88,13%.

Os Hi-Merimã são considerados pelos Jamamadi como “parentes” distantes, pertencem a mesma matriz linguística do arawá, porém, estes indígenas hoje em dia têm preferência pelo isolamento, não somente em relação a outros povos indígenas, mas, até mesmo em relação ao homem branco. Seu território foi demarcado oficialmente pelo Decreto s/n de 23/09/2005, atualmente encontra-se devidamente homologado.

Antes dos Merimãs levarem uma vida de povo “errante” floresta adentro, compartilhavam junto aos Jamamadi diversas atividades culturais a citar rituais, caçadas e pescarias. Devido ao seu isolamento, qualquer informação sobre o paradeiro ou vestígio desse povo é extremamente difícil de encontrar, diversos grupos unem esforços para encontrar qualquer vestígio de atividades do povo Hi-Merimã, de acordo com a Frente de Proteção Etnoambiental do Madeira-Purus (FPEMP), esse povo conta atualmente com cerca de 50 indivíduos, de uma população que continua a crescer segundo dados do FPEMP.

3.1.8 Parque Nacional Nascente do Lago Jari

O parque fica localizado no coração da Amazônia brasileira, onde a vastidão verde da floresta se encontra com as águas esbranquiçadas dos rios e lagos. Trata-se de uma área protegida, com aproximadamente 812.752,81 hectares de extensão, segundo o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, abriga imensa biodiversidade, e possui paisagens exuberantes e únicas.

Foi criado através do Decreto Presidencial de 08 de maio de 2008, onde segundo ele diz o seguinte:

Art. 1º Fica criado nos Municípios de Tapauá e Beruri, no estado do Amazonas, o Parque Nacional Nascentes do Lago Jari com o objetivo de preservar ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico. (Brasil, 2008).

O Parque Nacional Nascente do Lago Jari, também conhecido como PARNA, nascente do Lago Jari, é uma Unidade de Conservação – UC's e como já visto acima está localizada dentro dos limites municipais de Tapauá, cerca de 94% e Beruri com cerca de 6%. Foi criado com o intuito principal de proteger a bacia do rio Jari e diminuir o impacto ambiental provocado pela reabertura da rodovia BR- 319, que faz a ligação das capitais dos estados do Amazonas e Rondônia, assim como com o restante do país.

Ele apresenta um mosaico de paisagens deslumbrantes, esculpidas por milhões de anos pelas águas dos diversos rios e igarapés que se localizam dentro do parque. É possível encontrar, também, cachoeiras dentro de seus limites. Suas matas densas são habitadas por uma fauna rica e variada, com diversas espécies amazônicas como onças-pintadas, macacos-prego, tamanduás-bandeira e diversas aves coloridas, além de inúmeras espécies presentes na flora da região.

3.1.9 Reserva Biológica do Abufari

A Reserva Biológica do Abufari, também conhecida como Rebio do Abufari, é uma unidade de conservação brasileira localizada no estado do Amazonas, especificamente, na bacia do rio Purus no Município de Tapauá.

Criada pelo Decreto nº 87.585 de 20 de setembro de 1982, a reserva abrange uma área de 233.866,74 hectares, o que equivale a aproximadamente 2.238,6 km². A gestão da reserva é de responsabilidade do governo federal, através do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade.

A Rebio do Abufari é caracterizada por ser uma região de floresta tropical de terras baixas, com uma flora e fauna muito diversificadas. Um dos principais objetivos da reserva é a proteção de tartarugas de água doce da bacia amazônica, protegendo até 225 mil indivíduos. Além disso, a reserva, também, abriga outras espécies ameaçadas, como a ariranha (*Pteronura brasiliensis*), a onça-parda (*Puma concolor greeni*) e o peixe-boi-da-Amazônia (*Trichechus inunguis*).

O nome da unidade tem origem no antigo seringal do Abufari e no rio homônimo, que deságua próximo a famosa praia do Abufari, que no período da desova das tartarugas de água doce, proporciona um enorme espetáculo da vida desses animais, na eclosão dos ovos milhares de tartaruguinhas marcham em direção ao rio buscando a sobrevivência. A sede da reserva está localizada na Avenida Presidente Costa e Silva, 56 - Centro, na cidade de Tapauá, Amazonas.

É importante ressaltar, que apesar de sua importância para a conservação da biodiversidade, como trata-se de uma Reserva de Proteção Integral, a entrada de visitantes na Rebio do Abufari não é permitida, e em tese deveria permanecer sem interferência humana direta ou modificações ambientais de acordo com seu Decreto de criação:

Art 2º - Ressalvadas as atividades científicas devidamente autorizadas pela autoridade competente, são proibidas, dentro do perímetro que compõe a Reserva Biológica do Abufari, quaisquer atividades de utilização, perseguição, caça, apanha ou introdução de espécies da flora e fauna, silvestres e domésticas, bem como aquelas que, a qualquer título pretendidas, implicarem em modificações do meio ambiente. (Brasil, 1982).

Mas, infelizmente, a reserva é habitada por centenas de pessoas distribuídas por diversas comunidades, durante o período sazonal da pesca do jaraqui, também, é possível encontrar barcos de pesca provenientes de Manaus, Manacapuru, Tapauá e de municípios adjacentes, realizando a pesca predatória com redes de arrasto, conhecidas como “arrastões”, que capturam não somente diversas espécies de peixes como o já citado jaraqui (*Semaprochilodus insignis*), como também o pacú (*Piaractus mesopotamicus*), até mesmo os quelônios das mais variadas espécies.

Existe fiscalização dentro da reserva, porém, o número insuficiente de funcionários aliado à facilidade que os moradores locais tem de fuga pelos diversos “furos” existentes na reserva, aquece o comércio ilegal de peixes e quelônios, além da mortandade de peixes-boi, pirarucu, entre outras espécies de peixes, aves e animais ameaçados de extinção, é grande.

3.1.10 Reserva de Desenvolvimento Sustentável Piagaçu-Purus

A Reserva de Desenvolvimento Sustentável Piagaçu-Purus é uma Unidade de Conservação (UC) do estado do Amazonas, localizada entre os interflúvios Purus-Madeira e Purus-Juruá. Esta reserva está inserida em um mosaico de áreas protegidas de aproximadamente 2 milhões de hectares.

Ela é uma das Unidades de Conservação mais atendidas pelo Programa Bolsa Floresta (PBF), criada pelo governo do estado o então Governador Eduardo Braga, que oferece um pagamento mensal às famílias ribeirinhas, que residem nessas Unidades de Conservação estaduais. Os recursos provenientes para pagamento dessas bolsas que variam de acordo com o tipo e modalidade, são dos cofres do governo do estado, da Fundação Amazônia Sustentável (FAS) e de doações de empresas e instituições parceiras. O objetivo do Programa é incentivar a preservação da floresta amazônica e promover o desenvolvimento sustentável das comunidades locais.

A área de floresta da RDS Piagaçu-Purus é de mais de 800 mil hectares o equivalente a mais de 5 vezes o território da cidade de São Paulo. Distante mais de 223 km de Manaus, a RDS está localizada na área melhor conservada e rica da bacia do Purus. É adjacente à REBIO do Abufari, e incorporou a APA do médio Purus “Lago do Ayapuí”. É considerada área de grande importância ecológica, com uma biodiversidade de ambientes muito grandes.

Desde sua fundação a região de atuação do Instituto Piagaçu foi o baixo Purus, especificamente, a RDS acima citada e seu entorno. Hoje o Instituto desenvolve atividades na região do rio Madeira, Amazonas, Negro e Solimões. As atividades do Instituto incluem a manutenção da diversidade de agrossistemas. Por fim, a RDS Piagaçu-Purus é um exemplo notável de conservação da biodiversidade e desenvolvimento sustentável na região amazônica. Ela desempenha um papel crucial

na proteção de ecossistemas valiosos e na promoção de práticas sustentáveis entre as comunidades locais.

3.1.11 Floresta Estadual Tapauá

A Floresta Tapauá é uma Unidade de Conservação estadual localizada nos municípios de Tapauá e Canutama. Criada através do Decreto 28.419 de 27 de Março de 2009:

Art. 1º Fica criada a Floresta Estadual Tapauá, nos Municípios de Tapauá e Canutama, com os objetivos de promover o manejo de uso múltiplo sustentável dos recursos florestais e pesquisas científicas, com ênfase em métodos para exploração sustentável de florestas nativas, dentro outros. (AMAZONAS, 2009).

A floresta abrange uma área aproximada de 881.704 hectares. A vegetação é predominantemente composta por Floresta Ombrófila Aberta, que ocupa 95,5% da área, enquanto os 4,5% restantes são de Floresta Ombrófila Densa. A Floresta Tapauá está integralmente inserida no bioma da Amazônia, um dos mais ricos em biodiversidade no mundo.

A criação da Floresta Estadual Tapauá tem como objetivo promover o manejo de uso múltiplo sustentável dos recursos florestais e a pesquisa científica, com ênfase em métodos para exploração sustentável de florestas nativas.

No entanto, a Floresta de Tapauá enfrenta desafios significativos. Em 2022, a Unidade de Conservação registrou o maior desmatamento dos últimos 13 anos, com 773 hectares de área desmatada, somente no mês de abril. Esse número, apontado em apenas um mês, é maior do que a soma de todas as outras áreas desmatadas na FES desde janeiro de 2010.

Apesar desses desafios, a Floresta de Tapauá continua a ser um local de pesquisa e conservação vital. Por exemplo, uma trilha foi aberta em setembro de 2010 para levantamento de dados de fauna e flora para elaboração do Plano de Gestão da Unidade de Conservação.

Em resumo, a Floresta de Tapauá é um tesouro natural precioso, que enfrenta desafios significativos, mas, continua a ser um local importante para a conservação e pesquisa ambiental. É crucial que esforços contínuos sejam feitos para proteger e preservar esta importante Unidade de Conservação.

3.2 Purus: o rio de caminhos sinuosos

O rio Purus é um curso de água da Amazônia, que percorre o território do Peru e dos estados brasileiros do Acre e Amazonas, com um comprimento aproximado de 3.218 km, por ser um rio com muitos meandros a medição de sua extensão total dificulta a precisão; é um rio de águas brancas e uma exuberante beleza natural em todos os seus aspectos. O Purus é um dos grandes afluentes do rio Solimões, que é um dos dois afluentes principais do rio Amazonas junto ao Rio Negro.

A bacia do Rio Purus é uma das bacias mais preservadas do estado do Amazonas, devido a sua alta riqueza de espécies de grande produtividade; o rio vem sofrendo grande exploração antrópica, e aqui abre-se um parêntese para o conceito de antrópico, que envolve todos os setores da sociedade, pois, todos eles são comandados por pessoas, que muitas vezes estão à serviço do capital, principalmente após os anos 2000. Segundo dados do Mapbiomas a bacia do rio Purus somente no ano de 2021, perdeu mais de 10.847 km² de vegetação nativa, sendo a terceira maior taxa de desmatamento das bacias do Amazonas, atividades como: agropecuária, impulsionada pela expansão da fronteira agrícola presente com grande força no sul do Amazonas para alimentar a alta demanda por carne e soja, garimpo ilegal, que causa uma pressão significativa dos recursos naturais, sobretudo, na vegetação e poluição dos rios da bacia do Purus e a exploração ilegal de madeira, boa parte dessa madeira (nobre) advém de Unidades de Conservação e Terras Indígenas presentes na bacia do Purus, estas estão entre as causas principais para o aumento no índice de desmatamento.

Os impactos do desmatamento na região são diversos como a perda de habitats naturais das mais diversas espécies de animais e plantas, inclusive de espécies endêmicas e ameaçadas de extinção, além da liberação de gases de efeito estufa em maior quantidade, através da não absorção, assim como quando há queima das árvores, que acelera o aumento da temperatura global e as mudanças climáticas.

O rio é uma importante fonte de renda para o povo ribeirinho da região, aproximadamente 40% do desembarque pesqueiro da cidade de Manaus é proveniente de seus lagos de várzea. Existem grandes reservas naturais em suas margens umas já discutidas acima como as reservas: Biológica do Abufari e a

Desenvolvimento Sustentável do Piagaçu-Purus (no estado do Amazonas), assim como a Floresta Estadual do Chandless.

A Floresta Estadual do Chadlles é uma Unidade de Conservação de Proteção Integral, criada pelo Decreto 10.670, de 02 de setembro de 2004. Ela possui uma área de 670.135 hectares, representando 4,23% do território do Acre. A Floresta abrange os municípios de Santa Rosa do Purus, Manoel Urbano e Sena Madureira.

A floresta está localizada na região do alto Purus, nas bacias dos rios Purus e Chandless, essa região é considerada o centro de distribuição dos tabocais do sudoeste da Amazônia, onde ocorrem florestas dominadas por bambus arborescentes. O acesso a área é considerado extremamente difícil, e, é feito inicialmente por via terrestre, saindo de Rio Branco até Manuel Urbano e até a sede da Unidade de Conservação por via fluvial.

Também é possível acessar a UC por fretamento aéreo, saindo de Rio Branco e pousando diretamente na Unidade. A floresta está totalmente situada dentro dos limites do corredor verde do Oeste da Amazônia, um dos cinco para a região Amazônica estabelecida pelo IBAMA. Está também adjacente a áreas protegidas e Terras Indígenas no lado peruano, onde recentemente espécies raras e endêmicas foram identificadas.

A floresta está totalmente situada dentro dos limites do corredor verde do Oeste da Amazônia, um dos cinco para a região Amazônica estabelecida pelo IBAMA. Está também adjacente a áreas protegidas e Terras Indígenas no lado peruano, onde recentemente espécies raras e endêmicas foram identificadas.

Abrigados nessa majestosa bacia hidrográfica às margens dos rios, lagos e igarapés, ou seja, apesar de habitarem em comunidades ribeirinhas, aldeias indígenas e na sede municipal, é somente no perímetro urbano que estão concentrados os poucos serviços voltados às pessoas idosas no município de Tapauá.

3.3 Perfil das pessoas idosas em Tapauá

A população do Município de Tapauá, ao longo dos anos tem passado por grandes mudanças. Somente nos últimos três censos demográficos realizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, é possível notar mudanças significativas na estrutura populacional.

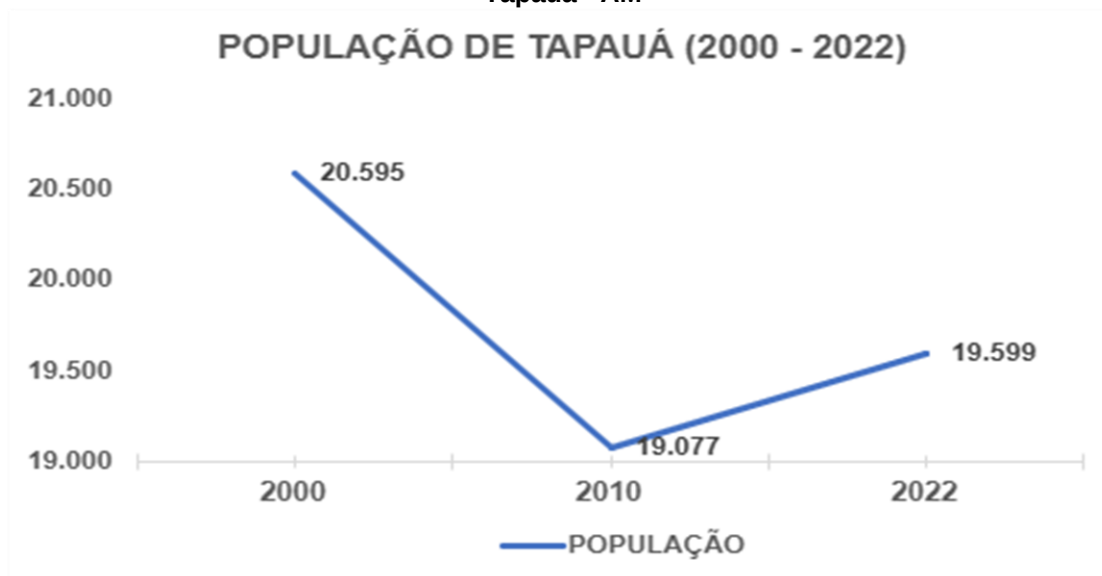
A primeira vista, ao se comparar a população residente total no município, pode-se perceber essas mudanças ou variações, quando nos anos 2000 habitavam o município 20.595 pessoas. No censo de 2010 essa população declina, vertiginosamente, chegando aos 19.077 habitantes; no censo mais recente, de forma tímida, a população local volta a crescer, chegando a um total de 19.599 habitantes.

Quais seriam então as causas para esse fenômeno? Estariam relacionadas questões tais como a destreza e veracidade dos fatos? Imenso êxodo rumo a capital do estado buscando uma melhoria de vida? Uma “praga” ou doença que acometeu boa parte da população? Uma das causas certamente está relacionada ao sistema político/econômico capitalista, quando a quantidade de renda e bens materiais são determinantes para aquisição ou manutenção das melhores posições da estrutura social (Picanço, 2005).

Ora, é bem verdade que até o presente ano de 2024, pouquíssimos são os cursos de ensino superior no município; com relação a isso é inegável que tem melhorado ao longo dos anos, como será discutido mais à frente. Contudo, para uma boa educação com escolas de melhor qualidade (não existem escolas particulares) é necessário enviar os filhos para estudar na capital, assim como realizar cursos superiores mais requisitados como direito, medicina, odontologia, visando a manutenção do *status quo*, é necessário esse deslocamento, e boa parte do povo carente de Tapauá não possuem tal condição.

Os dados discutidos acima podem ser ilustrados no gráfico abaixo, que contém o recorte de dados referente aos últimos três censos realizados no município de Tapauá.

Gráfico 18: Dados populacionais da população residente dos últimos censos em Tapauá - AM



Fonte: Censo Demográfico do IBGE, 2000 - 2022.

Elaboração: Próprio autor.

Para uma análise mais detalhada foi realizado um recorte por faixas etárias da população dos três censos e na faixa etária dos 0 a 9 anos a população residente foi nos anos 2000 cerca de 7.214 habitantes, no censo de 2010 a população diminuiu em 2.151 crianças ou - 29,8%, chegando em 5.063 habitantes; no último censo a população residente nessa faixa etária a população reduziu em 980 crianças ou - 19,3%, chegando em uma quantidade de 4.083 crianças.

Na faixa etária de 10 a 19 anos a população também apresenta declínio; em 2000 eram 5.812 habitantes, em 2010 foram recenseadas 4.866 pessoas uma redução em 946 habitantes, em termos percentuais essa redução foi de -16,2%, em 2022 esse número caiu ainda mais, cerca de 728 pessoas ou -15%, chegando a 4.138 habitantes. Seguindo a mesma tendência de queda da faixa etária anterior, menor quantidade de crianças corroborando com o envelhecimento populacional de forma contínua.

A população residente entre 20 e 29 anos começa esse movimento de virada, no censo de 2000 eram 3.222 pessoas, no censo de 2010 a população nessa faixa etária cresce, cerca de 310 pessoas ou 9,6%, chegando a 3.532 habitantes; durante o censo de 2022 foram identificadas 3.498 pessoas nessa faixa etária. Apesar de uma queda de 34 indivíduos entre 2010 e 2022, que em termos percentuais representa cerca de -1,0%, sendo possível afirmar que esse quantitativo, é um empate técnico

com viés de subida dessa população, que nessa faixa são jovens chegando até a fase madura.

A partir de 30 anos o crescimento é mais evidente, na faixa de 30 a 39 anos nos anos 2000 eram 1.916 pessoas, em 2010 essa população cresceu em 312 pessoas ou 16,2%, chegando a um total de 2.228 habitantes, em 2022 houve mais um crescimento de 762 pessoas ou 34,2%, saltando para 2.990 habitantes. É um crescimento bem significativo entre os censos, sendo possível fazer até mesmo projeções sobre a estrutura populacional para os próximos censos.

O crescimento se mantém na faixa dos 40 a 49 anos; durante o censo de 2000 foram identificados nessa faixa etária 1.260 habitantes, em 2010 essa população cresce cerca de 238 pessoas ou 19%, chegando a um total de 1.498 habitantes, no censo de 2022 há um crescimento ainda maior de 639 pessoas ou 42,6%, chegando a um total de 2.137 habitantes.

Na faixa etária dos 50 a 59 anos, também, é possível observar crescimento populacional; essa faixa está às margens do envelhecimento, ou seja, no próximo censo demográfico muito provavelmente serão pessoas idosas, no censo de 2000 foram identificados 591 pessoas pertencentes a essa faixa etária, já no censo de 2010 essa população cresceu 62,8% ou 371 habitantes, chegando a um total de 962 habitantes, um crescimento robusto e consistente sendo um dos maiores registrados, no censo de 2022 a população volta a crescer em 315 pessoas ou 32,7%, chegando a um total 1.277 habitantes.

A grosso modo é possível perceber, analisando os dados das faixas etárias observadas acima, que a população do município está envelhecendo. Isso se torna mais evidente à medida que vai “subindo” a idade da população, ou seja, há uma transição demográfica em curso; estão nascendo menos crianças, e a população jovem que possui boas condições financeiras na família, realizam o êxodo em direção à capital para realizar estudos ou mesmo em busca de melhores condições de emprego. Já a população madura, a partir dos 30 anos, com a vida consolidada, permanece no município, elevando a idade média municipal, o que implica e implicará mais ainda no futuro, importantes mudanças na pirâmide etária.

Abaixo é possível observar os mesmos dados discutidos anteriormente de forma mais resumida para uma melhor visualização:

Tabela 13 – Características da população do município de Tapauá – AM, nos últimos censos demográficos na faixa de 0 a 59 anos

FAIXA ETÁRIA	CENSO DE 2000	%	CENSO DE 2010	%	CENSO DE 2022
0 – 9	7.214	- 29,8%	5.063	-19,3%	4.083
10 – 19	5.812	- 16,2%	4.866	-15,0%	4.138
20 – 29	3.222	9,60%	3.532	-1,0%	3.498
30 – 39	1.916	16,2%	2.228	34,2%	2.990
40 – 49	1.260	19,0%	1.498	42,6%	2.137
50 – 59	591	62,8%	962	32,7%	1.277

Fonte: Censo demográfico (IBGE, 2000 -2022).

Elaboração: Próprio autor.

As faixas etárias a seguir já se encontram enquadradas na categoria de pessoas idosas, e apresentam os seguintes dados populacionais conforme os censos demográficos:

Gráfico 19: Dados da população de pessoas idosas nos últimos censos em Tapauá - AM



Fonte: Censo Demográfico do IBGE, 2000 - 2022

Elaboração: Próprio autor

Assim como nas faixas analisadas de 0 a 59 anos, em que é possível observar grande quantidade de variações populacionais entre os censos demográficos, também se encontra uma grande variação no sentido de crescimento da população em relação as pessoas idosas. Para esse estudo, especificamente, essa população será dividida em três categorias, na faixa entre os 60 a 69 anos, estão os “jovens idosos”.

Ao se dizer “jovens idosos” se está referindo a essa faixa etária de pessoas idosas, que acabaram de entrar nessa nova fase da vida ou estão vivenciando essa nova fase a pouco tempo, estão se preparando para aposentadoria, ou seja, possuem uma vida estabilizada (mas isso também não é uma regra). Esses indivíduos não são de nenhuma forma homogêneos, nem mesmo os que habitam uma mesma cidade, um mesmo bairro, uma mesma rua, mesma casa ou mesmo uma mesma linhagem genética, porque cada envelhecimento é particular e está atrelado a várias formas de experenciação e trajetórias de vida.

Em outras palavras afirma-se que alguns desses idosos não aparentam a idade que possuem e gozam de boa qualidade de vida, os fatores ageótipos são diversos, porém, dentre eles pode-se citar o estilo de vida mais regrado, idade metabólica que está relacionada ao envelhecimento do sistema metabólico, levando a problemas como obesidade e diabetes, cuidados com alimentação, imunológico que se refere ao envelhecimento desse sistema, sistema renal que se refere ao envelhecimento e diminuição da capacidade desse órgão, prática de exercícios físicos de forma intencional ou não através de seus afazeres domésticos ou no campo etc.

Nessa faixa etária a população de Tapauá apresentou os seguintes dados: durante o censo demográfico que ocorreu no ano de 2000 essa população era de 343 habitantes, essa população chegou a 532 habitantes, apresentando um crescimento de 55,1% de acordo com dados do censo de 2010, esse viés de crescimento permanece para o censo de 2022, chegando a 876 habitantes em termos percentuais o crescimento entre os censos de 2010 e 2022 foi de 64,7%.

A faixa etária seguinte que vai de 70 a 79 anos neste estudo se utilizará a nomenclatura de “idosos maduros”, tendo em vista que já estão estabilizados dentro dessa categoria de pessoas idosas; muitos deles apresentam declínio de atividades motoras, visão, mentais causadas por diversos tipos de doenças (mais uma vez é necessário frisar que não é um processo homogêneo), são dependentes total ou

parciais de cuidados, neles inclusive se enquadram a expectativa de vida do brasileiro que é de 75,5 anos (IBGE, 2022).

A população de Tapauá nessa faixa etária a exemplo das demais citadas, apresenta grande variação com viés de alta. Durante o censo demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística de 2000 foram identificadas 168 pessoas, no já durante o censo de 2010 foram identificadas 299 pessoas, o que representa um crescimento de 77,9%; durante o censo de 2022 essa população apresentou novo crescimento chegando a 427 pessoas ou um percentual de 42,8%.

A faixa etária dos 80+ para esse estudo se utilizará do termo “idosos sênior”, que na prática superam a expectativa de vida ao nascer dos brasileiros, muitos apresentam doenças como depressão, que muitas vezes são resultado da solidão pela perda de seus cônjuges, entes queridos ou mesmo pelo abandono familiar; outra característica é a prevalência do gênero feminino, além de um elevado nível de dependência como “alimentar-se, vestir-se e tomar banho” (Del Duca *et al.*, 2009, p. 43).

Tapauá apresentou uma população a partir dessa faixa etária nos anos 2000 de 69 pessoas; durante o censo de 2010 nessa faixa a população apresentou crescimento significativo, saltando para 97 pessoas ou 40,5%, mas um fato chama atenção, durante esse censo não foi identificada nenhuma pessoa habitante do município acima de 100 anos, o que é bastante curioso, tendo em vista que houve crescimento das pessoas idosas em comparação com o censo anterior, onde no mesmo havia 03 pessoas acima de 100 anos; durante o censo de 2022 essa população deu um verdadeiro salto para 173 pessoas; o crescimento em termos percentuais foi de 78,3%, no último censo foram novamente identificados 03 centenários.

Para melhorar o entendimento dos dados apresentados, é possível encontrar esses dados de forma mais resumida na tabela a seguir:

Tabela 14: Características da população do município de Tapauá – AM, nos últimos censos demográficos na faixa de 60 anos ou mais

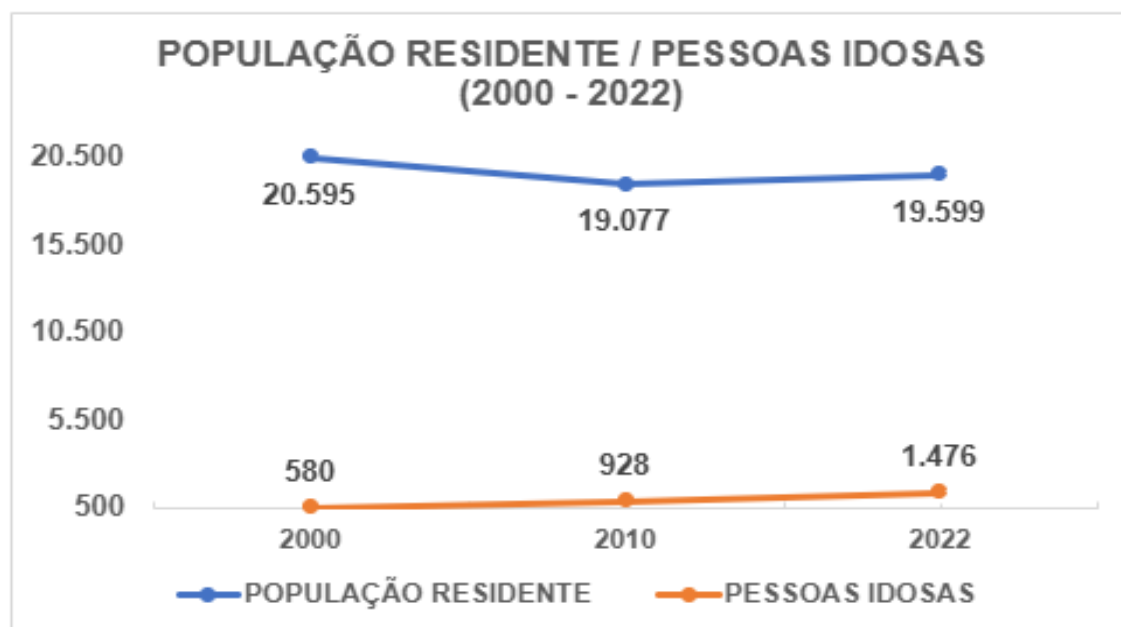
FAIXA ETÁRIA	CENSO DE 2000	%	CENSO DE 2010	%	CENSO DE 2022
60 – 69	343	55,1%	532	64,7%	876
70 – 79	168	77,9%	299	42,8%	427
80+	69	40,5%	97	78,3%	173

Fonte: Censo demográfico (IBGE, 2000 -2022).

Elaboração: Próprio autor.

De acordo com os dados comentados acima e ao se observar as tabelas, é possível perceber, e, até mesmo afirmar que a população de Tapauá está envelhecendo de forma gradual; há grande diminuição da população jovem e crescimento da população madura e de pessoas idosas. O gráfico a seguir mostra uma comparação mais objetiva desse crescimento quando mostra o aumento da população residente com a de pessoas idosas.

Gráfico 20: Dados da população de pessoas idosas e residente nos últimos censos em Tapauá – AM



Fonte: Censo Demográfico do IBGE, 2000 - 2022.

Elaboração: Próprio autor.

Mesmo quando a população residente apresenta uma queda nominal de 1.518, o que em termos percentuais representa 7,4% entre os censos de 2000 e 2010 a

população de pessoas idosas apresenta alta de 348 pessoas ou 60%, entre 2010 e 2022 a população residente apresenta crescimento tímido de apenas 2,7%, o mesmo não pode ser dito da população de pessoas idosas que se mantém com um percentual de crescimento elevado de 59%, com um acréscimo em relação a 2010 de 548 pessoas.

Alguns questionamentos surgem após análise dos dados, mas, o principal seria: como o município está se preparando para acolher essa população? Estão os gestores, sociedade civil organizada, sindicatos, Organizações Não Governamentais, organizações comunitárias em geral, atentos para essa mudança? Esse cenário atual, no que diz respeito a criação ou melhoria de políticas públicas para essa população serão discutidas ao longo desse estudo.

3.4 Avanços e desafios da mobilidade urbana em terra firme e sobre o rio

Tapauá situa-se exatamente na confluência entre os rios Purus e Ipixuna; o rio Purus possui suas águas esbranquiçadas, semelhantes as águas do Rio Solimões, o qual é tributário, inclusive, enquanto o Ipixuna é um rio de águas escuras, que em parte se assemelha as águas do rio Negro, formando um belíssimo encontro das águas. Logo à frente da praça matriz da cidade, nos fins de tarde a imagem de pescadores, transporte de pessoas através de canoas, barcos, voadeiras e moradias, aliadas ao pôr do sol como fundo, desponta como um mosaico cultural e natural de rara beleza, como pode ser observado na figura 6.

Figura 6: Vida cotidiana com pôr do sol ao fundo em Tapauá/AM



Foto: Gel Souza – fevereiro de 2024.

Alicerçado em sua rica história e na força de seu povo e no que foi mencionado acima, o município enfrenta o desafio de garantir a mobilidade urbana de forma eficiente, segura e sustentável, tanto em terra firme quanto sobre os rios que o banham.

Por ser um município de pequeno porte entre outros tantos, além da distância da capital, tendo como ligação de transporte intermunicipal, principalmente, por via fluvial através de barcos conhecido como “Recreios”, possui uma infraestrutura muito deficiente, apesar de nas últimas décadas, Tapauá vivenciar um avanço considerável na infraestrutura viária, as ruas centrais foram pavimentadas, facilitando o trânsito de veículos e pedestres.

Com a construção de calçadas facilita de fato esse trânsito, principalmente, dos pedestres a devida sinalização e rampas de acesso para cadeirantes e de pessoas com mobilidade reduzida facilita o acesso dessas pessoas aos órgãos públicos e privados como escolas, bancos, supermercados etc. (ABNT, 2015).

Mas, infelizmente elas estão presentes somente nas vias principais próximas desses órgãos mesmo nas ruas paralelas elas são inexistentes, assim como nos bairros periféricos.

Transporte público municipal terrestre é restrito a alguns grupos como estudantes do sistema municipal de creches através de ônibus escolar, de pessoas idosas de casa até o centro de convivência da pessoa idosa, que possuem alguma dificuldade de deslocamento, seja ela motora ou mesmo financeira, transporte de ambulância de incapacitados e feridos até o hospital local, para os indígenas existe toda uma infraestrutura de veículos para transporte, pela cidade até os órgãos públicos.

No mais, o transporte de pessoas é feito através de veículos particulares, bicicleta e moto táxi, as motos inclusive a exemplos das demais cidades do interior do Amazonas são o principal meio de transporte, uma viagem de mototáxi custa R\$ 5,00 independentemente para qual lugar se queira ir o valor não se altera, devido à ausência do poder público referente à parte de fiscalização de trânsito às medidas de segurança no transporte de cargas e pessoas são ignoradas, descumprindo inclusive a Resolução nº 140 do CONTRAN, como transitar com carga e passageiros excedentes por exemplo.

Não há ciclovias, semáforos, passarelas, pontes, algumas poucas faixas de pedestre e calçadas, estas estão localizadas apenas na parte central da cidade. A não implantação de ciclovias desestimula o uso da bicicleta como meio de transporte. Como a maioria dos motoristas da cidade não possuem habilitação, alguns não possuem sequer idade para dirigir, transitar em meio ao trânsito de carros e moto se torna perigoso, principalmente para as pessoas idosas.

O grande gargalo como pode-se perceber, é a falta de planejamento urbano, a ausência de um planejamento urbano abrangente e integrado resulta em problemas como ruas estreitas e sem calçadas, dificultando o trânsito de pedestres e ciclistas. A falta de sinalização e a deficiente iluminação pública, também, comprometem a segurança e o trânsito de pessoas idosas durante o período noturno.

O sistema de transporte público terrestre quase inexistente, não atende as necessidades da população, sendo um dos grandes problemas identificados no município; por esse grave motivo muito dificilmente se encontram pessoas idosas transitando durante o dia pelas ruas da cidade, a noite, então, é quase impossível, somando-se a isso a falta de iluminação pública(Figura 7) de forma deficiente, pessoas idosas que apresentam dificuldades visuais, ficam impossibilitadas de se locomover nas vias públicas.

Figura 7: Iluminação das ruas periféricas na área urbana de Tapauá/AM



Foto: Igor Rodrigues – Trabalho de Campo, agosto de 2024.

Essa falta de iluminação pública amplifica ainda a insegurança, que é mais um dos problemas; a delegacia da cidade conta com apenas dois policiais militares e dois delegados para uma população de pouco mais de 19 mil habitantes. A Organização das Nações Unidas – ONU, define que se para se ter condições mínimas de segurança, deve haver 01 policial para cada 450 habitantes, a Organização dos Estados Americanos - OEA vai ainda mais além, deverá haver 01 policial a cada 250 habitantes.

Em relação ao transporte público o ideal seria, inclusive, tendo em vista que na frente da cidade existe uma outra “cidade ou bairro” inteiro de casas sobre o rio Ipixuna, que houvesse um sistema de transporte “hidroterrestre”, que realizasse essa integração, o que facilitaria a vida dos munícipes não somente de pessoas idosas.

Os rios, lagos e igarapés são não somente a principal fonte de alimento e renda para a população de Tapauá, tendo em vista o seu nível baixíssimo de desenvolvimento socioeconômico, como também servem de verdadeiras estradas no transporte de pessoas, cargas e produtos agrícolas, garantindo a ligação entre diferentes comunidades e o escoamento da produção local. Servindo até mesmo de moradia para uma grande parcela da população de baixa renda que não possuem condições financeiras de aquisição de uma residência em “terra firme”.

Figura 8: Casas sobre o Rio Ipixuna no município de Tapauá – AM



Foto: Igor Rodrigues – Trabalho de Campo julho de 2024.

Em relação à essas moradias flutuantes as suas construções se fizeram necessárias; a área urbana de Tapauá é cercada por áreas de preservação, o que impede o seu crescimento horizontal, além do fator ambiental de sazonalidade do rio, em períodos de grandes enchentes as casas de palafita próximas ao rio eram completamente destruídas, sendo a construções dessas casas que flutuam sobre o rio, a saída encontrada pelos moradores para superar esse obstáculo (Frota, 2017).

Como já discutido acima, esse tipo de construção não é algo novo, na própria região os Paumari já se utilizavam desse tipo de moradia, assim como em alguns países europeus como a Holanda, precisamente em Amsterdã que possui um bairro inteiro (Waterbuurt) de casas flutuantes sobre um lago, como prevenção às inundações, entre outros tantos exemplos na Amazônia.

Logo, é possível afirmar que os rios são de extrema importância para os tapauaenses, principalmente para navegação, condição fundamental para a sua vida cotidiana, através de barcos canoa e voadeiras. Contudo, para isso é necessária toda uma infraestrutura portuária. Nesse ponto o município conta com diversos portos fluviais, que servem como pontos de embarque e desembarque de passageiros e mercadorias, mas somente um deles é considerado adequado para essa finalidade.

Os demais portos carecem de modernização, instalação de equipamentos como escadas mais seguras, na sua grande maioria são de madeira ou cavadas na própria encosta, construídas de forma improvisada pelos moradores locais, que fazem uso diariamente, sem corrimões, com degraus escorregadios aumentando o risco de quedas, sem sinalização o que facilitaria seu uso durante a noite e nos dias chuvosos.

Figura 9: Portos alternativos utilizados pela população de Tapauá - AM



Foto: Igor Rodrigues – Trabalho de Campo – julho de 2024.

A instalação de uma infraestrutura mais adequada, pode contribuir para a otimização do transporte fluvial, sobretudo, das pessoas que residem no “bairro flutuante”, que precisam ter acesso à terra firme na busca de bens e serviços (Frota, 2017).

Favoreceria até mesmo de forma indireta a economia local, além da mobilidade, principalmente, se essa infraestrutura fosse adequada também às necessidades das pessoas idosas, que possuem algum tipo de mobilidade reduzida.

Como possíveis problemas dessas moradias tem-se o grande e imensurável impacto ambiental dessas construções, como o não tratamento do esgoto que é fator comum em todo município, ou seja, não é algo específico das mais de 400 famílias que residentes sobre o rio.

O impacto antropogênico é bastante amplo e imensurável como no caso dos dejetos sólidos despejados todos os dias, além do desmatamento da margem esquerda e despejo de lixo nas margens, prejudicando a qualidade da água e a biota local, mesmo que no município tenha um sistema de coleta desse lixo através de voadeiras, mas jogar o lixo direto no rio é algo cultural, que necessita inclusive de um trabalho mais pedagógico com os moradores locais, tendo em vista que esses danos afetam diretamente os amazônidas, locais que são dependentes de bens e serviços ecossistêmicos, os chamados “povos da água” (Furtado *et al.*, 1993).

Outro problema comum observado é a falta de sinalização náutica, além das condições das embarcações, algumas bem antigas que por onde passam exalam fumaça excessiva e derramam óleo pelo rio, amplificando a poluição do ar e dos rios, muitas vezes o trânsito de canoas em meio à barcos e principalmente voadeiras causam acidentes devido ao grande número de residências no meio do rio, deixando o espaço de tráfego náutico reduzido, o poder público aparenta estar de olhos fechados para esse fato que se agrava a cada ano que passa.

3.5 Programas e serviços de assistência às pessoas idosas

A essa altura deve ter ficado evidente que se vive em um mundo em que devido ao avanço na área da medicina e melhoria das condições de vida, aliado a uma gradual diminuição das taxas de fecundidade, contribuem para o aumento da expectativa de vida ano após ano, surgindo a necessidade de se repensar as estruturas sociais, políticas públicas e os serviços públicos para atender às demandas específicas de uma parcela cada vez mais significativa e participativa da população, que são as pessoas idosas. Mais do que um dever moral, a criação de políticas, programas e serviços direcionados a essa faixa etária se configura como uma questão de justiça social, dignidade humana e bem-estar coletivo.

O envelhecimento não se resume a uma mera contagem de anos, mas sim a um conjunto de transformações físicas, psicológicas e sociais que exigem atenção especial. Do declínio da força muscular e da acuidade sensorial ao aumento da suscetibilidade a doenças crônicas, as pessoas idosas enfrentam desafios singulares, que impactam diretamente sua qualidade de vida e autonomia. No “Brasil doenças crônicas não transmissíveis como as cardiovasculares e respiratórias, diabetes e o

câncer foram responsáveis por 62% das mortes e 39% de hospitalização” (Achutti & Azambuja, 2004).

Negar as pessoas idosas a oportunidade de viver um processo de envelhecimento pleno e ativo é negar-lhes o direito fundamental à felicidade e à realização pessoal. A implementação de programas e serviços específicos visa, justamente, garantir que essa fase da vida seja marcada pela saúde, pela participação social e pelo acesso a oportunidades, que promovam o envelhecimento ativo e saudável.

O isolamento social é um dos maiores perigos que assolam as pessoas idosas. A solidão, a falta de convívio e a sensação de abandono podem levar à depressão, à ansiedade e ao declínio cognitivo, esse isolamento social vivenciado na “velhice” nem sempre está relacionado ao abandono em si, ou seja, “não se refere àqueles que se desconectaram voluntariamente, mas a possíveis barreiras que dificultam ou impedem a conexão social” (Bezerra *et al.*, 2021).

Programas de socialização, atividades de lazer e grupos de apoio são ferramentas essenciais para combater esse problema e garantir que as pessoas idosas se sintam integradas à sociedade, por meio de comunidade que contenham não somente pessoas idosas, mas que haja uma integração intergeracional.

O acesso a serviços de saúde de qualidade é fundamental para garantir o bem-estar físico e mental das pessoas idosas; isso inclui desde acompanhamento médico regular e acesso a medicamentos até fisioterapia, reabilitação, promoção de hábitos saudáveis, prevenção de doenças, cuidado com a saúde mental, promoção da atividade física. Esses são os pilares para um envelhecimento saudável e autônomo; a perda dessa autonomia é um dos maiores problemas e geradores de receio e preocupação entre as pessoas idosas.

Programas e serviços de apoio à família, cuidadores profissionais e casas de repouso (apesar deste último não ser o mais aconselhável) são essenciais, para garantir que as pessoas idosas recebam os cuidados necessários de forma digna e respeitosa, preservando sua autonomia e independência o máximo possível.

A responsabilidade pelo cuidado e bem-estar dos idosos não deve recair apenas sobre o Estado, como está descrito no capítulo primeiro desse estudo, quando fala das responsabilidades do amparo as pessoas idosas na Constituição de 1988, essa responsabilidade deve ser compartilhada visando o máximo bem-estar das pessoas idosas, ou seja, famílias, comunidades e o setor privado também devem se

engajar na construção de uma sociedade mais justa e inclusiva para essa parcela da população. A criação de redes de apoio, voluntariado e a promoção da intergeracionalidade são ações, que podem contribuir significativamente para o bem-estar das pessoas idosas.

Investir hoje em programas e serviços para a população idosa não é apenas um ato de compaixão e justiça social, mas também um investimento em si próprio no futuro coletivo, afinal, todos almejam alcançar o envelhecimento, todos querem mais tempo com suas famílias ou mesmo para realizar desejos e sonhos, que na juventude não foi de alguma forma possível pela falta de tempo, dinheiro etc. Uma sociedade que cuida de suas pessoas idosas, é uma sociedade mais justa, coesa e humana, é um investimento no outro, mas sobretudo em si, garantindo a todos a esperança de uma velhice digna, plena e feliz.

Diante da urgência e da importância dessa temática, é fundamental que governantes, gestores públicos, profissionais da área da saúde e assistência social, organizações da sociedade civil e a população em geral se unam em um esforço conjunto, para construir uma sociedade mais justa e inclusiva para os idosos. A criação de programas e serviços específicos é apenas o ponto de partida para a construção de um futuro mais promissor para essa geração, que tanto contribuiu para sua cidade, estado e país.

Além de ser um dever moral e social, que deve definir e diferenciar os seres humanos como racionais, é reconhecer a importância da história, da experiência e da sabedoria que eles carregam consigo, é garantir que a velhice seja vista não como um fardo, mas como uma etapa da vida a ser vivida com dignidade, alegria e plenitude. Ao investir na criação de programas e serviços específicos para a população de pessoas idosas, investe-se em um futuro mais justo, humano e solidário para todos.

3.5.1 Centro de referência de assistência social (CRAS)

O CRAS é uma unidade pública fundamental na estrutura da Política de Assistência Social Brasileira, sendo a porta de entrada para os serviços socioassistenciais ofertados à população em situação de vulnerabilidade social. Ele acolhe e escuta, de forma individualizada e sigilosa, as demandas das famílias e indivíduos; nestes estão incluídas as pessoas idosas, buscando compreender suas necessidades e vulnerabilidades.

Figura 10: Centro de Referência em Assistência Social de Tapauá – AM



Foto: Igor Rodrigues – Trabalho de Campo, julho de 2024

Nesses espaços é possível encontrar profissionais capacitados, que orientam sobre os direitos socioassistenciais, benefícios, programas e serviços disponíveis, além de informar sobre a rede de atendimento socioassistencial e outros recursos da comunidade.

O CRAS também tem a função de facilitar o acesso aos benefícios eventuais, como cestas básicas, auxílio-funeral e auxílio-natalidade, além de realizar a inscrição e acompanhamento em programas socioassistenciais, porém, a função principal é o acompanhamento familiar, realizando visitas domiciliares, elaborando planos de acompanhamento familiar individualizado e promovendo ações de fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários.

Tem a função também de encaminhar as famílias e indivíduos para outros serviços da rede de assistência social, como Centros de Atenção à Saúde (CAS), além de realizar a interface com outras políticas públicas, como saúde, educação e justiça.

O CRAS de Tapauá se situa na Avenida Castelo Branco, 321 – Centro de Tapauá/AM. Oferece diversos serviços que não são exclusivos para as pessoas idosas como prevenção de riscos e ameaças sociais, proteção e atendimento integral à família – PAIF, orientação e encaminhamento apropriado para famílias carentes e cadastro em benefícios sociais como Bolsa Família, BPC etc.

3.5.2 Centro de referência especializado de assistência social (CREAS)

O CREAS é um serviço público crucial na rede de proteção social brasileira, dedicado ao atendimento especializado de famílias e indivíduos que se encontram em situação de risco por violação de direitos. No caso das pessoas idosas, o CREAS assume um papel fundamental na garantia de sua dignidade, autonomia e bem-estar.

Figura 11: Centro de Referência Especializado em Assistência Social de Tapauá – AM



Foto: Igor Rodrigues – Trabalho de Campo, julho de 2024.

A equipe do CREAS, a exemplo do CRAS, acolhe e escuta, de forma individualizada e sigilosa, as demandas das pessoas idosas e seus familiares, mas atua, principalmente, buscando compreender as situações de violação de direitos, ou seja, no fato consumado, atuando nas consequências e nas necessidades específicas de cada caso, através de entrevistas, visitas domiciliares e análise de documentos. A equipe do CREAS realiza uma avaliação aprofundada da situação da pessoa idosa, identificando os tipos de violação de direitos e os fatores de risco presentes.

Com base na avaliação, é elaborado um Plano Individualizado de Atendimento, contendo medidas de proteção e ações socioeducativas específicas para cada caso, visando garantir a segurança, o bem-estar e a restituição dos direitos da pessoa idosa.

A equipe do CREAS acompanha o idoso e sua família durante todo o processo de atendimento, fornecendo orientação, apoio emocional e acompanhando a implementação das medidas previstas no PIA. Quando necessário o CREAS articula e encaminha a pessoa idosa para outros serviços da rede de proteção social, como saúde, justiça, segurança pública e outros órgãos especializados, visando a integralidade do atendimento, ou seja, recebe e apura denúncias de violação de direitos contra pessoas idosas, acionando os órgãos competentes e acompanhando o processo de investigação e punição dos responsáveis.

No Brasil existe um canal direto através do telefone conhecido como Disque Direitos humanos, vinculado ao Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania ou “Disque 100” que recebe denúncias nas violações de direitos de crianças, adolescentes, incapacitados e Pessoas Idosas, que estão no grupo de risco ou de vulnerabilidade.

Segundo dados do último relatório do ano de 2019 o Ministério recebeu 48.446 denúncias de violações contra pessoas idosas, um aumento de 30% em relação ao ano anterior, pode-se afirmar que no presente ano de 2024 esse número certamente deve ser maior; entre os estados que tiveram a maior quantidade de denúncia a cada 100 mil habitantes, estão os estados Rio de Janeiro, Minas Gerais e Distrito Federal. Na região norte o Amazonas ocupa o 1º lugar, em seguida vem o Acre, Rondônia, Roraima, Pará, Amapá e Tocantins respectivamente.

De forma geral a negligência (41%) representa a maior quantidade de violação de direitos da pessoa idosa no Brasil, em seguida vem a violência psicológica (24%), abuso financeiro (20%), violência física (12%), violência institucional (2%), violência sexual (0,2%), outros (0,8%). Na maioria das vezes essa violência ocorre dentro da própria casa da vítima (81%), o indivíduo causador dessa violação geralmente está no seio familiar, sendo os filhos na maioria dos casos (65%), seguido dos netos (9%), genro ou nora (5%), sobrinho (4%), outros (18%).

Em relação ao sexo da pessoa idosa que sofre essas violações, na maioria das vezes são do sexo feminino (66%) contra (34%) do sexo masculino. Já quanto ao sexo do violador existe um certo equilíbrio, feminino (51%) contra (49%) do sexo masculino. A faixa etária da maioria das pessoas idosas vítimas localiza-se entre 76 e 80 e do causador está entre 25 e 60 sendo a faixa de 41 e 60 a maior incidência.

Na sua grande maioria as pessoas idosas vítimas têm baixo grau de instrução, já o violador tem a escolaridade variada: fundamental incompleto (29%), médio

completo (29%), superior completo (16%), fundamental completo (9%), médio incompleto (7%), analfabeto (5%), superior incompleto (4%), pós-graduação (1%).

O CREAS de Tapauá situa-se na Av. Presidente Castelo Branco, próximo aos principais órgãos públicos da cidade a citar: Prefeitura, Secretaria Municipal de Assistência Social e Câmara Municipal no Centro de Tapauá, os serviços além dos já citados acima pautam-se na busca por incidência do trabalho infantil, exploração sexual de crianças e adolescentes, atendimento especializado a grupos familiares de pessoas com deficiência e pessoas idosas que tiveram suas limitações agravadas por meio de violações.

Segundo dados fornecidos pelo órgão, no presente ano o CREAS foi acionado para intermediar 05 casos, envolvendo violação de direitos de pessoas idosas, destes 04 envolveram pessoas idosas do sexo feminino; em relação a idade das pessoas idosas atendidas a menor foi de 60 anos e a maior foi com 91 anos.

Em relação a pessoas idosas do sexo masculino, foi denunciada apenas uma ocorrência, a vítima foi da idade de 68 anos; os bairros onde os casos ocorreram são: Manoel Costa (01 caso), Centro (02 casos) e São João (02 casos).

O órgão carece de mais profissionais para atender a grande demanda que recebem; atualmente conta apenas com duas recepcionistas, um motorista, uma psicóloga e duas assistentes sociais. A demanda só não é maior por conta dos problemas já citados acima, as constantes mudanças de endereço e o fato da pouca divulgação e falta de conhecimento da população em geral sobre o papel do CREAS, as demandas que recebem, geralmente vêm de profissionais da área da saúde, educação, centro de convivência da pessoa idosa ou do CRAS, ou seja, a família ou a sociedade civil não apresentam denúncias sobre casos de violações de direitos, o que pode ser explicado em parte pelos motivos citados acima.

O perfil dos casos de violação de direitos entre as pessoas idosas de Tapauá se caracteriza por pessoas do sexo feminino, acima de 70 anos moradores dos bairros mais centrais da cidade.

3.5.3 Centro de convivência do idoso de tapauá

Os Centros de Convivência da Pessoa Idosa (CCPI) são unidades públicas de caráter não residencial, ou seja, diferem-se de abrigos ou asilos; são destinados à oferta de atividades socioeducativas, culturais, esportivas e de lazer para pessoas

com idade igual ou superior a 60 anos. Mais do que simples espaços de encontro, os CCPI's se configuram como verdadeiros polos de promoção do envelhecimento ativo, saudável e autônomo, contribuindo para a qualidade de vida e o bem-estar físico, mental e social das pessoas idosas.

Figura 12: Centro de Convivência da Pessoa Idosa de Tapauá – AM



Foto: Igor Rodrigues – Trabalho de Campo, julho de 2024

São, também, espaços de acolhida para as pessoas idosas, sempre de forma calorosa, de modo que promova o bem-estar, a integração social e o fortalecimento dos vínculos comunitários. Neles diversas atividades devem ser oferecidas, como oficinas de artesanato, pintura, música, dança, teatro, informática, palestras, rodas de conversa e grupos de interesse, visando estimular a criatividade, o aprendizado e a troca de experiências, assim como a prática de exercícios físicos, jogos, passeios e atividades ao ar livre para incentivar o bem-estar físico, a socialização e a qualidade de vida das pessoas idosas.

A equipe deve ser multidisciplinar para oferecer acompanhamento individualizado e orientação sobre temas como saúde, direitos, benefícios e serviços disponíveis, além de apoio emocional e social, visando fortalecer a autonomia e a inserção das pessoas idosas na comunidade. Quando necessário ao se identificar

alguma situação de violação de direitos, eles atuam também nessa grande rede de apoio as pessoas idosas, encaminhando-os para outros serviços da rede de assistência social, saúde, justiça e outros órgãos especializados.

São, acima de tudo, espaços de convívio e socialização, onde as pessoas idosas podem fazer novos amigos, fortalecer relações interpessoais e combater o isolamento social.

A criação de Centros de Convivência da Pessoa Idosa já havia sido prevista na Lei nº 8.842/1994, que dispõe sobre a Política Nacional da Pessoa Idosa, no Capítulo IV, art.10, Inciso I, alínea “b”: “Estimular a criação de incentivos e de alternativas de atendimento a pessoa idosa, como centros de convivência, centros de cuidados diurnos....” (BRASIL, 1994), ou seja, antes mesmo da criação do Estatuto da Pessoa Idosa, já havia esse dispositivo legal. Contudo, para eles saírem do papel, sua construção e manutenção e se tornarem realidade, são necessários recursos financeiros.

Os recursos para a manutenção, são provenientes de diversas fontes, como transferências Federais, onde o Governo Federal transfere recursos para os municípios através do Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS), que podem ser utilizados para a construção e manutenção, recursos próprios municipais. Os municípios também devem investir recursos próprios na manutenção como custeio de pessoal, materiais de consumo e manutenção da estrutura física. Parcerias com empresas privadas, ONGs e instituições da sociedade civil também podem ser feitas, contribuindo para a oferta de atividades e serviços, além da captação de recursos adicionais.

Esses espaços estão vinculados à gestão local através da Secretaria Municipal de Assistência Social (SEMAS), que define as políticas públicas, os programas e as atividades a serem desenvolvidos em cada unidade. O Centro de Convivência da Pessoa Idosa de Tapauá está situado na Avenida Castelo Branco s/n, no bairro Centro ao lado da Secretaria Municipal de Saúde, próximo à Câmara Municipal. Essa é a principal avenida da cidade, onde estão localizados a maioria dos órgãos públicos.

Das 1.476 pessoas idosas residentes em Tapauá, cerca de 60 estão cadastradas no Centro de Convivência do Idoso - CCI (o local ainda possui a nomenclatura antiga, mesmo tendo sido reformado a pouco tempo), e somente 36 participam ativamente das atividades, 28 do sexo feminino e 08 do sexo masculino; os motivos podem ser diversos, desde falta de interesse até o desconhecimento das

atividades que a instituição promove. Um ponto extremamente positivo é a disponibilidade de um veículo exclusivo, adquirido através de parceria com o governo federal, que busca e deixa as pessoas idosas na porta de casa para ir até o CCI.

A equipe que compõe o Centro de Convivência é diversa, conta com dois técnicos de enfermagem, educador físico, médico (atende uma vez na semana), duas cozinheiras, motorista, serviços gerais e administrador do local.

As atividades ocorrem três vezes na semana. As segundas, quartas e sextas, o CCI oferece diversas atividades para as pessoas. Ao chegarem ao estabelecimento, é realizada uma triagem das pessoas idosas como aferição da pressão arterial, temperatura e uma entrevista básica, visando identificar alguma problema pontual; nas sextas, logo após essa triagem, as pessoas idosas recebem atendimento médico no próprio CCI, que é algo muito positivo e importante, não sendo necessário ficar em filas esperando pegar uma “ficha” nas UBS para serem atendidos.

Não encontrada nenhuma alteração nas condições de saúde, as pessoas idosas têm um tempo para socializarem, fazer novas amizades, ouvir suas músicas favoritas, contarem suas histórias, compartilhar conhecimentos, sabendo-se que pessoas idosas de todas as idades frequentam o Centro de Convivência com diferentes tipos de conhecimento e origens.

Atividade de alongamento e mobilidade assim como atividades físicas de baixa intensidade, aulas de dança como “zumba”, sempre levando em consideração às limitações físicas de cada um. Muitos relataram, que não realizam nenhum tipo de atividade fora do ambiente do CCI, sendo este o único momento, por isso, é de extrema importância para os participantes.

Para finalizar as atividades, é servido um lanche para os participantes e realizado um momento de oração, onde todos têm a oportunidade de fazer suas preces e agradecimentos. Foi realizada uma entrevista de forma amostral, onde 18 das 36 pessoas idosas presentes participaram, representando 50% do total, 08 do sexo masculino e 10 do sexo feminino, para traçar o perfil das pessoas idosas que frequentam o CCI de Tapauá/AM.

Diante disto, obteve-se os seguintes resultados: 22% dos entrevistados têm entre 60 e 64 anos, 28% têm idade entre 65 e 69 anos, 28% possuem idade entre 70 e 74 anos, 11% têm idade entre 75 e 79 anos, assim como 11% possuem idade igual ou superior a 80 anos de idade.

Dos entrevistados 15 deles ou 84%, afirmaram que são aposentados e recebem o Benefício de Prestação Continuada – BPC. Os outros 03 ou 16% estão ativos e são funcionários públicos municipais ou estaduais. Em relação ao local de moradia 34% residem no bairro Manoel Costa, 24% residem no bairro Centro, 24% residem no bairro Açaí, 6% moram no bairro Rio Purus, 12% vivem no bairro São João.

Um fato relevante é que segundo dados levantados nas Unidades Básicas de Saúde, que serão discutidos adiante, a região que possui a maior quantidade de pessoas idosas é a da UBS do São João com 388 pessoas idosas, composta pelos bairros do São João, Armando Mendes (Mutirão) e Otávio Ferreira, mas somente 02 pessoas idosas dessa região frequentam o CCI, possivelmente pelo fato de serem os bairros mais periféricos, torna a região da cidade com menor representatividade no centro de convivência.

Com relação ao nível de escolaridade dos entrevistados 72% declararam que possuem apenas o ensino fundamental incompleto, 7% declararam que possuem ensino fundamental completo, 7% possuem ensino médio incompleto, 7% possuem ensino médio completo, e 7% com ensino superior completo. Quando perguntados sobre o seu conhecimento sobre as Universidades Abertas da Terceira Idade ou mais especificamente sobre a FUNATI, que hoje encontra-se no Centro de Convivência da Pessoa Idosa na Avenida Brasil – Compensa, 100% dos entrevistados disseram, desconhecer.

A Fundação Aberta da Terceira Idade - FUNATI, no Amazonas encontra-se vinculada à Universidade do Estado do Amazonas – UEA e oferece diversos serviços à população de Manaus como um todo, a citar: especialização em Gerontologia, pesquisas na área de envelhecimento humano e alguns cursos de qualificação para pessoas idosas. Tapauá possui um polo da UEA, realizar essa parceria UEA/Tapauá e FUNATI, só viria a contribuir para o atendimento das pessoas idosas da cidade. Atualmente, por exemplo, na UEA são oferecidos dois cursos de formação de professores, Pedagogia (PARFOR) para os professores da área rural e Educação Física; somente duas pessoas tem idade igual ou superior a 60 anos de acordo com os dados fornecidos pela diretora.

Os centros de convivência da pessoa idosa são espaços essenciais para a promoção do envelhecimento ativo, saudável e autônomo, contribuindo para a qualidade de vida e o bem-estar físico, mental e social dos idosos. Através da oferta

de atividades diversificadas, acompanhamento individualizado e promoção da cidadania, os CCIs garantem a participação social dos idosos e constroem uma sociedade mais justa e inclusiva para todas as idades.

3.6 Atenções básica à saúde (ABS)

No Brasil, a Atenção Básica à Saúde (ABS) se configura como a base do Sistema Único de Saúde (SUS), sendo a porta de entrada para o atendimento de saúde de toda a população. Organizada de forma capilarizada, a ABS busca garantir a acessibilidade universal e a integralidade do cuidado, promovendo a saúde, a prevenção de doenças e o acompanhamento longitudinal dos indivíduos e famílias.

Em Tapauá, assim como em boa parte dos municípios do país a ABS se estrutura em três níveis de atenção, no nível 01 configuram-se as Unidades Básicas de Saúde (UBS), onde a equipe de saúde da família (ESF) realiza o acolhimento, a consulta médica, a enfermagem, a odontologia, o acompanhamento pré-natal e infantil, a imunização, o curativo e a dispensação de medicamentos básicos.

A área urbana do município foi zoneada e as UBS foram distribuídas para atender de forma igualitária toda população conforme o mapa a seguir:

Figura 13: Mapa de abrangência da Atenção Básica em Tapauá – AM



Fonte: SEMSA – Secretaria Municipal de Saúde de Tapauá

Elaboração: Secretaria Municipal de Saúde de Tapauá

3.6.1 Unidades Básicas de Saúde – UBS, no município de Tapauá e o atendimento às pessoas idosas

- **UBS Clara Freire (Bairro Manoel Costa)**

A UBS Clara Freire, segundo o zoneamento criado pela Secretaria Municipal de Saúde, compõe a área 03 e atende a população do bairro Manoel Costa, parte da área central, alguns flutuantes que se localizam às margens do igarapé do São João e de flutuantes na parte da orla central da área urbana.

Situa-se na Avenida Presidente Costa e Silva, que é uma das principais avenidas da cidade, e fica no bairro Manoel Costa; sua localização facilita o acesso não somente das pessoas idosas, mas ao público em geral; a unidade conta com uma equipe multidisciplinar para atendimento, conforme já citado acima, mas infelizmente não possui profissionais capacitados, nem mesmo na área da gerontologia, o que forneceria um atendimento mais especializado para as pessoas idosas.

Figura 14: UBS – Unidade Básica de Saúde Clara Freire Clara Freire em Tapauá - AM

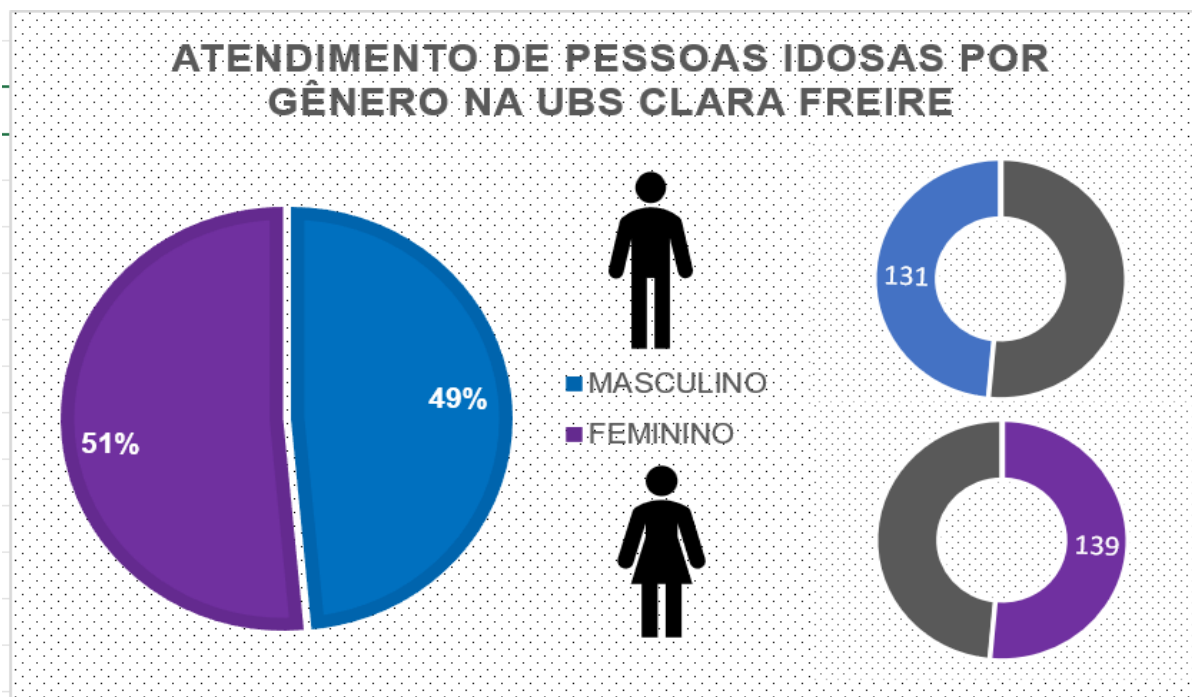


Foto: Igor Rodrigues – Trabalho de Campo, julho/2024

Ela é considerada como UBS saúde do trabalhador, sendo a única que permanece em funcionamento em três turnos para atender as demandas em saúde das pessoas, que possuem algum tipo de ocupação durante o horário comercial.

Em relação ao atendimento das pessoas idosas tem-se os seguintes dados fornecidos pela própria unidade.

Gráfico 21: Pessoas Idosas atendidas na UBS Clara Freire Tapauá - AM



Fonte: SEMAS – Secretaria Municipal de Saúde de Tapauá

Elaboração: próprio autor

Ao todo são cadastradas e atendidas 270 pessoas idosas na UBS Clara Freire, sendo 139 do sexo feminino e 131 do sexo masculino, os dados por faixa etária fornecidos pela unidade, dão conta, ainda, de que a maioria são de pessoas idosas com idade de 60 a 70 anos (171 pessoas idosas), entre 70 e 80 anos são atendidos 64 e maiores de 80 anos 39 pessoas.

Portanto, o perfil das pessoas idosas atendidas nessa Unidade Básica de Saúde Clara Freire que atende público da parte mais central da cidade, são de mulheres com idade entre 60 e 70 anos.

- **UBS Érico de Menezes Seixas (Bairro São João)**

A UBS Érico Menezes Seixas, também, dispõe de uma equipe multidisciplinar, contando com clínico geral, enfermeiros, técnicos em enfermagem, dentista, e demais apoio técnico. Tudo que uma unidade de atendimento básico possui; recentemente possuiu por uma revitalização e modernização, para fornecer um ambiente mais agradável e sadio para os pacientes.

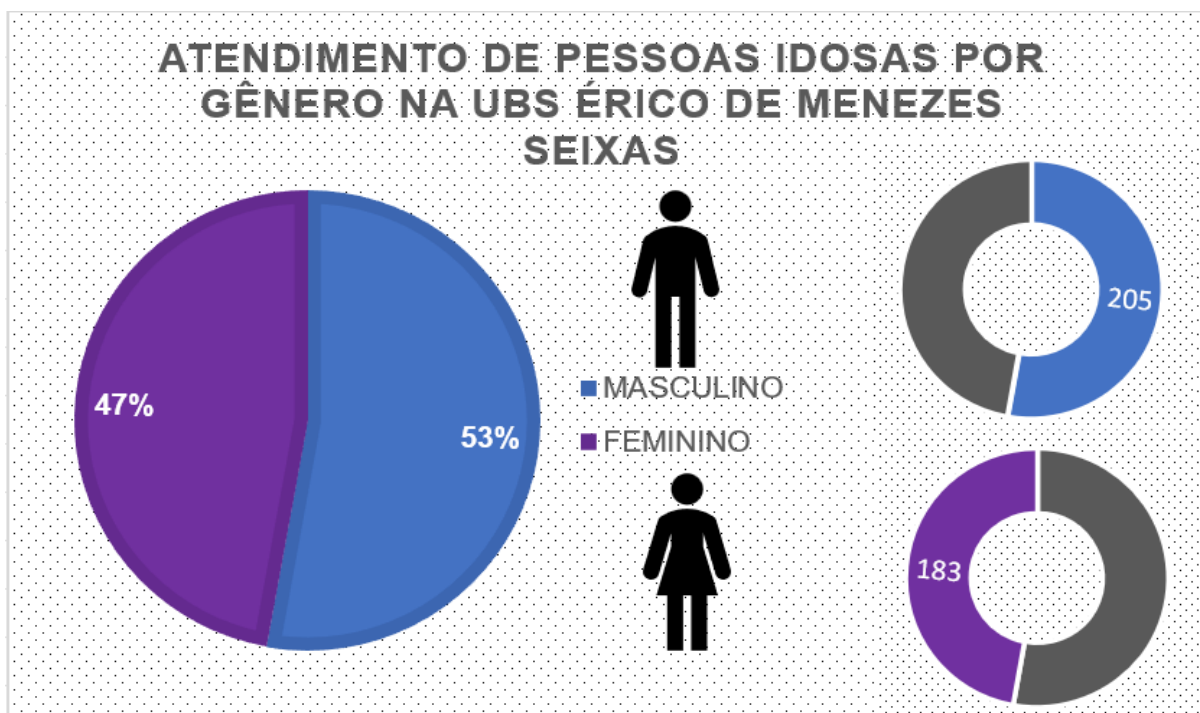
A unidade fica localizada na rua Antônio Gonçalves no bairro São João e atende os bairros do Armando Mendes (Mutirão), São João e parte da Avenida Maringá.

Figura 15: UBS – Unidade Básica de Saúde Érico Menezes Seixas em Tapauá – AM



Foto: Igor Rodrigues – Trabalho de Campo jan/2023 - julho/2024

Com relação ao atendimento das pessoas idosas na UBS Érico de Menezes Seixas disponibilizados pela direção da unidade apresenta os seguintes dados:

Gráfico 22: Pessoas idosas atendidas na UBS Érico de Menezes Seixas em Tapauá – AM

Fonte: SEMSA – Secretaria Municipal de Saúde de Tapauá

Elaboração: próprio autor

Das 388 pessoas idosas que estão cadastradas e são atendidas regularmente na UBS, a princípio é possível perceber, que contrariando todas as estatísticas nacionais e do estado, que nessa unidade de saúde a maioria das pessoas idosas são do sexo masculino. Ao se realizar uma análise mais profunda dessa população por faixa etária, observa-se que somente em uma das faixas etárias pessoas idosas do sexo feminino são maioria: 60 a 64 anos são 68 pessoas do sexo masculino e 67 do sexo feminino, de 65 a 69 anos são 51 do sexo masculino e 45 do sexo feminino, de 70 a 74 anos são 39 do sexo masculino e 29 do sexo feminino, de 75 a 79 anos são 16 do sexo masculino e 20 do sexo feminino, com 80 a 100 anos são 31 do sexo masculino e 22 do sexo feminino.

Na unidade se encontram duas pessoas idosas do sexo masculino que possuem mais de 100 anos, seu João Batista da Silva com 105 anos e seu Raimundo Nery com 103 anos.

- **UBS do Açaí (Bairro Açaí)**

A UBS do açaí que se situa na rua A-3 no bairro de mesmo nome, é o maior e mais populoso bairro da cidade de Tapauá, mesmo assim não é o bairro que possui a

maior quantidade de pessoas idosas. Conta com um quadro completo de profissionais da atenção básica em saúde, composto por médico, enfermeiros, dentista, técnicos em enfermagem, recepcionistas e demais profissionais de apoio.

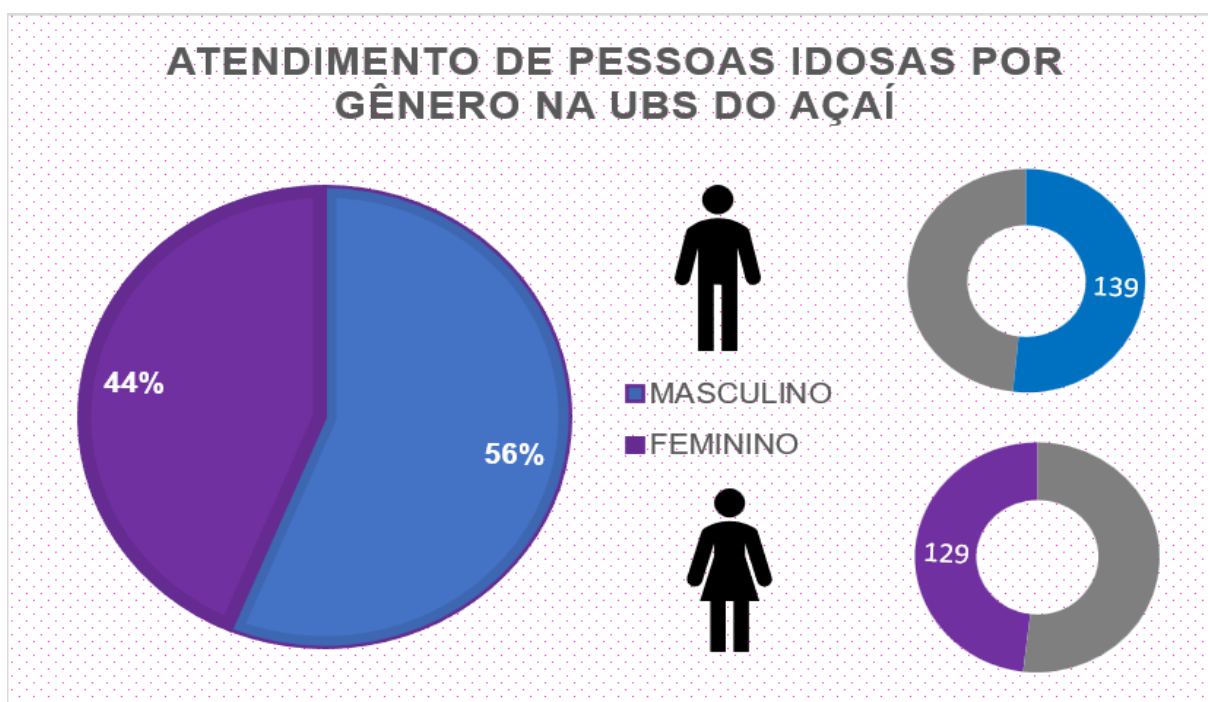
Em relação à estrutura a UBS é muito insuficiente, possui um espaço pequeno incompatível com o grande volume de pessoas que são atendidas, não possui recepção de espera para os pacientes em atendimento interno, ficando os pacientes em cadeiras de espera externas de madeira na beira da rua, a porta de entrada não possui acessibilidade para pessoas idosas com mobilidade reduzida, por exemplo.

Figura 16: UBS – Unidade Básica de Saúde do Açaí em Tapauá - AM



Foto: Igor Rodrigues – Trabalho de Campo, julho de 2024.

Com relação, especificamente, às pessoas idosas que são atendidas na UBS do Açaí, a unidade cedeu os seguintes dados:

Gráfico 23: Pessoas idosas atendidas na UBS do Açaí em Tapauá – AM

Fonte: SEMAS – Secretaria Municipal de Saúde de Tapauá

Elaboração: próprio autor

A quantidade de pessoas idosas registradas e atendidas na UBS do Açaí são 279 pessoas, sendo destas 157 do sexo masculino e 122 do sexo feminino, percebe-se de acordo com o gráfico, que a maioria das pessoas idosas são homens, o que é incomum em relação aos dados estatísticas nacionais como já citado.

Em relação à faixa etária dessas pessoas idosas tem-se a seguinte configuração: entre 60 a 64 anos, 47 são do sexo masculino e 39 do sexo feminino, totalizando 86; entre 65 e 69 anos, 41 são do sexo masculino e 42 do sexo feminino, totalizando 83; entre 70 e 74 anos, 42 são do sexo masculino e 22 do sexo feminino, 64 no total, entre 75 a 79 anos, 24 do sexo masculino e 12 do sexo feminino, total de 36; 80 anos ou mais são 23 do sexo masculino e 14 do sexo feminino, totalizando 37.

Há registro de uma pessoa idosa do sexo feminino com mais de 100 anos, com nome de Maria Freire de Araújo (104), mas não se sabe ao certo, se ainda se encontra viva.

- **UBS Francisco das Chagas (Bairro Rio Purus)**

A UBS Francisco das Chagas fica localizada na rua A-7 no bairro Rio Purus, construída recentemente, dispõe de uma estrutura adequada para o atendimento da

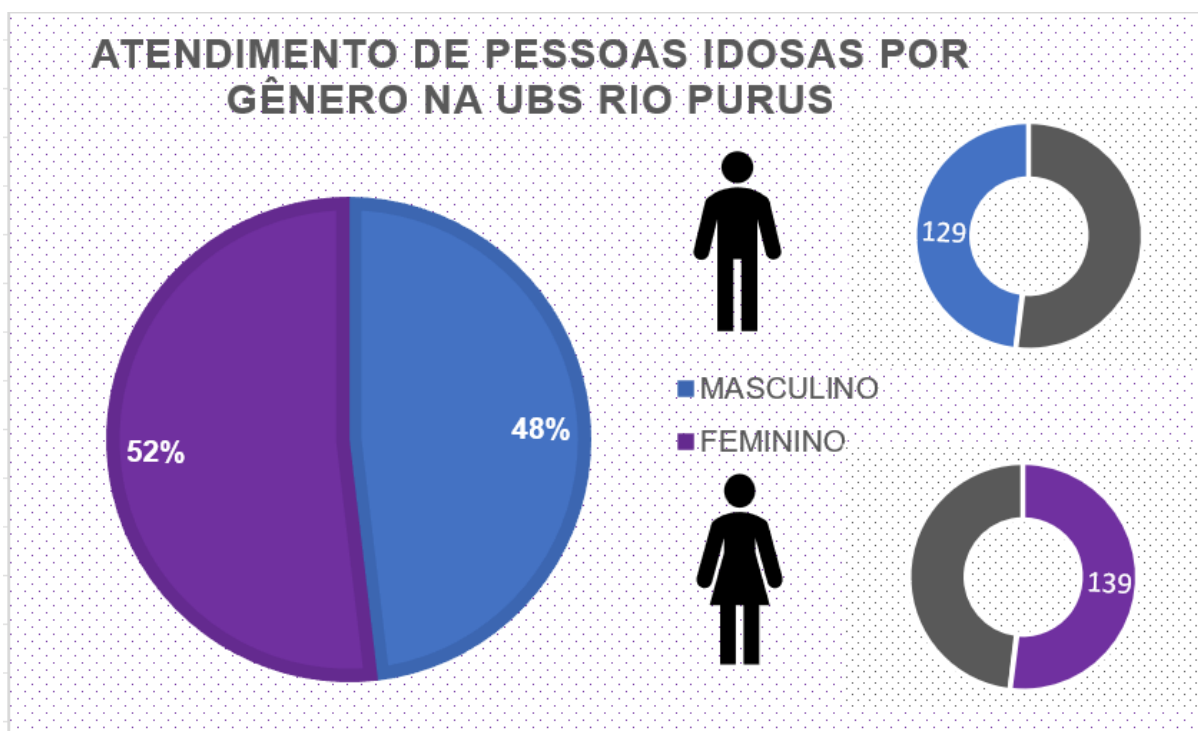
população do bairro, um fato relevante sobre essa unidade é que ela funciona como duas unidades distintas, atende a população do bairro Rio Purus, assim como a população que vivem no rio Ipixuna, possuindo, assim, profissionais em dobro para atender toda essa demanda.

Figura 17: UBS – Unidade Básica de Saúde do Rio Purus em Tapauá – AM



Foto: Igor Rodrigues – Trabalho de Campo, julho de 2024.

Os dados sobre as pessoas idosas atendidas, fornecidos na unidade do rio Purus são os seguintes:

Gráfico 24: Pessoas idosas atendidas na UBS do Rio Purus em Tapauá – AM

Fonte: Secretaria Municipal de Saúde de Tapauá – SEMSA

Elaboração: Próprio autor

A UBS do Rio Purus atende regularmente 268 pessoas idosas na sua unidade, as quais estão distribuídas em 139 do sexo feminino e 129 do sexo masculino, aqui se tem uma realidade mais ou menos semelhante com a realidade brasileira.

Com relação a faixa etária, entre 60 e 64 anos são atendidas 46 pessoas idosas do sexo masculino e 30 do sexo feminino, num total de 76 pessoas idosas; entre 65 e 70 anos são 19 do sexo masculino e 34 do sexo feminino, num total de 43; entre 70 e 74 anos são 26 do sexo masculino e 27 do sexo feminino, totalizando 53 pessoas idosas; entre 75 a 79 anos são 19 do sexo masculino e 27 do sexo feminino, total de 46; com 80 anos ou mais são 19 do sexo masculino e 21 do sexo feminino, total de 40 pessoas idosas.

Não existe nenhuma pessoa idosas cadastrada na unidade que possui mais de 100 anos ou mais de idade.

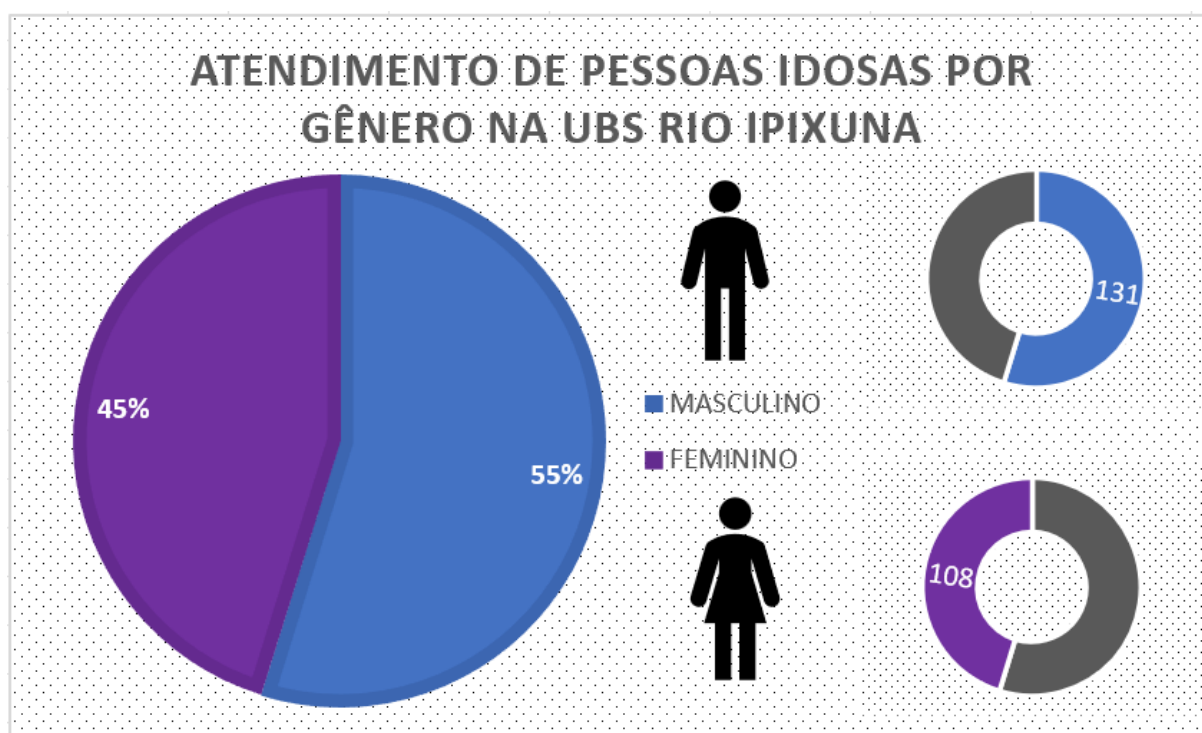
- **UBS Rio Ipixuna (Bairro Rio Purus)**

A Unidade Básica de Saúde do Rio Ipixuna, como já dito, encontra-se no mesmo endereço da unidade citada acima, ou seja, na rua A-7 bairro Rio Purus. Foi

inaugurada recentemente visando a crescente demanda de atendimento aos pacientes que residem à margem direita, esquerda, assim como sobre o rio de mesmo nome.

Apesar de funcionar no mesmo prédio que a UBS Rio Purus, possui estrutura adequada para atender os pacientes, conta com todo suporte de profissionais das anteriores.

Gráfico 25: Pessoas idosas atendidas na UBS do Rio Ipixuna em Tapauá – AM



Fonte: SEMSA - Secretaria Municipal de Saúde de Tapauá

Elaboração: Próprio autor

Com relação às pessoas idosas estão cadastradas na UBS, 239 pessoas idosas, sendo destas 131 do sexo masculino e 108 do sexo feminino, ou seja, a maioria são do sexo masculino a exemplo das UBS's do Açaí e São João.

Por faixa etária as pessoas idosas estão distribuídas da seguinte forma na unidade: entre 60 a 64 anos, 49 são do sexo masculino e 34 do sexo feminino, total de 83 pessoas idosas; entre 65 a 69 anos, 21 são do sexo masculino e 25 do sexo feminino, total de 46 pessoas idosas; entre 70 a 74 anos, 27 são do sexo masculino e 23 do sexo feminino, total de 50, entre 75 a 79 anos; 13 são do sexo masculino e 8 são do sexo feminino, total de 21, com 80 anos ou mais são 21 do sexo masculino e 18 do sexo feminino, com total de 39 pessoas idosas.

Não existe registro de nenhuma pessoa idosa que possua 100 anos ou mais na unidade de saúde, o interessante nesses dados é que a população entre 70 a 74 anos, é superior que a de 65 a 69 anos. Assim como a única faixa etária que as pessoas idosas do sexo feminino são maiores do que as do sexo masculino, é na faixa dos 65 a 69 anos.

- **UBS Beabá / Foz de Tapauá (Bairro Açaí)**

A UBS Beabá/Foz de Tapauá fica localizada ao lado da UBS do Açaí, na rua A-3 bairro do Açaí. É uma unidade que atende não somente essas duas comunidades ribeirinhas, mas, todas que ficam dentro da área municipal, o contato com as comunidades é feito através de um agente de saúde, que fica em cada uma das comunidades.

Quando é identificado um caso que necessita de acompanhamento médico, o agente de saúde local entra em contato com a UBS, que leva essa demanda até a secretaria, que fornece o combustível para que o cidadão consiga chegar até a cidade e realizar o atendimento. Se o caso exigir um maior nível de complexidade, o paciente é encaminhado para os hospitais locais ou para a capital Manaus.

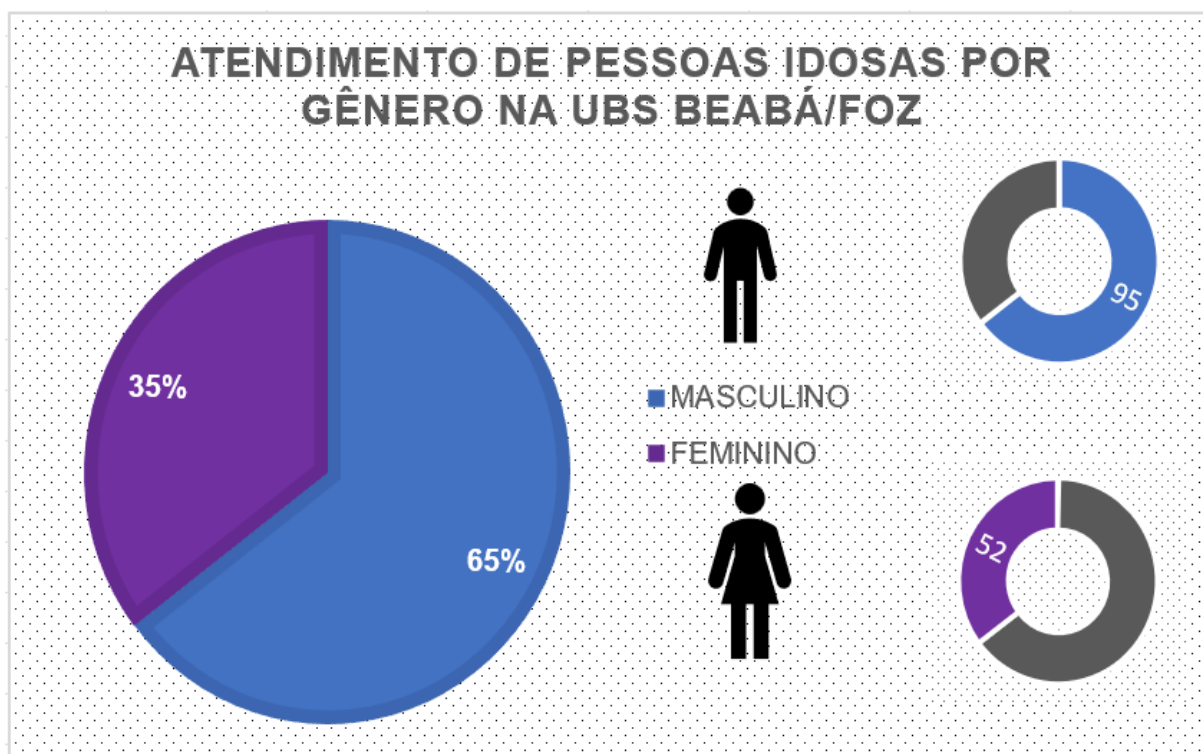
Figura 18: UBS – Unidade Básica de Saúde do Beabá/Foz de Tapauá em Tapauá – AM



Foto: Igor Rodrigues – Trabalho de Campo, julho de 2024.

Em relação ao atendimento de pessoas idosas que estão cadastradas na Unidade Básica de Saúde, foram fornecidos os seguintes dados:

Gráfico 26: Pessoas idosas atendidas na UBS do Beabá/Foz de Tapauá em Tapauá – AM



Fonte: SEMAS – Secretaria Municipal de Saúde de Tapauá

Elaboração: próprio autor

Na unidade são atendidas, regularmente, cerca de 147 pessoas idosas; destas 95 são do sexo masculino, e 52 são do sexo feminino. Por faixa etária as pessoas idosas que são atendidas na unidade apresentam os seguintes dados.

Na faixa etária de 60 a 64 anos são 58 pessoas idosas, 35 do sexo masculino e 23 do sexo feminino, entre 65 e 69 anos, são 39 no total; 27 do sexo masculino e 12 do sexo feminino; entre 70 e 74 anos são 21 no total, 16 do sexo masculino e 05 do sexo feminino; entre 75 e 79 anos, são 14 no total, 08 do sexo masculino e 06 do sexo feminino, com 80 anos ou mais são 14 no total, 09 do sexo masculino e 05 do sexo feminino.

Nos registros da unidade foi encontrada uma pessoa idosa que possui mais de 100 anos de idade, precisamente 104 anos, do sexo feminino. Porém, não se tem certeza se ainda está viva ou já faleceu.

Essa é mais uma das unidades em que a população masculina de pessoas idosas é maior do que a feminina. Em todas as unidades citadas acima são realizadas

campanhas periódicas e campanhas contínuas, visando a melhoria das condições de saúde das pessoas idosas, como o programa “hiperdia”, que trabalha ações preventivas como orientações sobre alimentação mais saudável e corretivas com a distribuição de medicamentos para manutenção da pressão arterial e diabetes “normalizado”.

Como última análise é possível perceber que a somatória das pessoas idosas, que são atendidas nas UBS é de 1.591, enquanto os dados coletados do IBGE através do SIDRA, apontam que vivem no município 1.476 pessoas idosas, representando uma diferença nominal de 115 pessoas, assim como a quantidade de pessoas idosas acima de 100 anos, que estão registradas nas UBS são 04, já no IBGE segundo o censo de 2022 são apenas 03.

Apesar de estarem dentro de uma margem de erro, esse tipo de inconsistências, precisa ser melhor investigadas para encontrar possíveis equívocos no método de apreensão dos dados de ambas as fontes.

- **Importância dos Núcleos de Apoio à Saúde da Família – NASF**

No contexto da Atenção Básica à Saúde (ABS) no Brasil, o Núcleo de Apoio à Saúde da Família (NASF) se configura como um elemento estratégico e fundamental para a integralidade do cuidado, oferecido à população. Implementado em 2008 pelo Ministério da Saúde, o NASF atua em parceria com as equipes da Saúde da Família (ESF), visando fortalecer a resolutividade e a qualidade dos serviços prestados nas Unidades Básicas de Saúde (UBS).

O NASF em Tapauá é composto por profissionais de diversas áreas da saúde, como psicólogos que atuam na promoção da saúde mental, no apoio à atenção psicossocial, na orientação familiar e no manejo de situações de crise, fisioterapeutas que auxiliam na reabilitação física de pacientes com doenças crônicas, dentre eles, estão as pessoas idosas, que também possuem mobilidade reduzida, promoção da saúde física e na prevenção de quedas e outros acidentes, nutricionistas que orientam sobre a adoção de uma alimentação mais saudável para essa parcela da população, que possuem maior incidência de doenças como diabetes e hipertensão, como exemplo na elaboração de cardápios individualizados.

Profissionais, também, na área do Serviço Social que atuam na avaliação das condições sociais das famílias dessas pessoas idosas, no apoio à inserção em

programas sociais como Benefício de Prestação Continuada (BPC), na orientação sobre os direitos da Pessoa Idosa, benefícios e na mediação de conflitos, além de educadores físicos, que orientam atividades físicas como ferramenta de promoção à saúde, elaboram programas de exercícios físicos individualizados, visando as limitações físicas de cada pessoa idosa.

É importante frisar que esse acompanhamento, é realizado não somente dentro das unidades de saúde, como também é realizado no CCPI e nas suas residências mesmo nas moradias flutuantes sobre o rio Ipixuna.

Como visto acima o NASF proporciona diversos benefícios para a pessoa idosa do município de Tapauá, como:

- **Melhora da Qualidade de Vida:** Promoção da saúde física, mental e social, contribuindo para o bem-estar e a autonomia da pessoa idosa;
- **Prevenção de Doenças:** Identificação precoce de riscos e adoção de medidas preventivas para evitar o desenvolvimento de doenças crônicas;
- **Tratamento Adequado de Doenças Crônicas:** Acompanhamento especializado no manejo de doenças crônicas como diabetes, hipertensão, doenças cardíacas e outras, contribuindo para o controle das doenças e a melhora da qualidade de vida;
- **Redução de Internações:** Minimização da necessidade de internações hospitalares, através do acompanhamento preventivo e do tratamento adequado de doenças crônicas;
- **Apoio Emocional e Social:** Acolhimento, escuta ativa e apoio emocional para lidar com os desafios da velhice, como solidão, luto e perdas;
- **Fortalecimento da Rede de Apoio Social:** Articulação com a família e a comunidade para fortalecer a rede de apoio social à pessoa idosa, promovendo sua integração social e combatendo o isolamento social.

O Núcleo de Apoio à Saúde da Família se configura, então, como um componente essencial para o fortalecimento da Atenção Básica à Saúde em Tapauá. Todos esses benefícios que não são voltados somente as pessoas idosas, mas, são de extrema importância, e, agem de forma direta na manutenção e no constante crescimento na quantidade de pessoas idosas, evidenciados durante os últimos censos demográficos do IBGE.

- **Atendimento especializado de saúde para pessoa idosa em Tapauá**

No município de Tapauá, a ausência de atendimento especializado para as pessoas idosas gera uma problemática profunda, que atinge não somente as pessoas idosas, mas toda população, afinal, eles são pais, mães, avós, esposos e esposas. O cuidado integral garantido pela Constituição Federal de 1988 é uma tarefa quase impossível de ser alcançada com as políticas públicas e estratégias praticadas atualmente, como conseguir se nem a capital Manaus, possui um número necessário de Geriatras para atender a sua população?

Algumas das possíveis medidas a serem adotadas foram discutidas no capítulo II dessa pesquisa, todavia, como realizar sem vontade política? Os dados estão aí para todos verem em relação ao crescimento acelerado do processo de envelhecimento populacional, e foi evidenciado em todos os municípios do estado do Amazonas.

Logo, a população de pessoas idosas de Tapauá enfrenta uma problemática crucial, que se pauta na ausência de uma especialidade médica voltada para o cuidado integral de sua saúde. Esse problema é característico não somente na falta de Geriatras, mas, no treinamento dos demais funcionários que atuam na saúde, como enfermeiros, técnicos em enfermagem, maqueiros, recepcionistas etc.

Superar esses obstáculos não se configura como algo indubitável, contudo, é necessário, para se alcançar a verdadeira promoção do bem-estar e da qualidade de vida das pessoas idosas, que exige medidas urgentes. Isso significa que o esforço da área de promoção da saúde, precisa se intensificar e se capilarizar (Santana *et al.*, 2014; Flores *et al.*, 2016).

A Geriatria como uma especialidade médica que se dedica ao estudo, diagnóstico, tratamento e prevenção de doenças em pessoas idosas, considerando as características singulares do envelhecimento, como a “multicomorbidade” (presença de diversas doenças concomitantes), a polifarmácia (uso de múltiplos medicamentos) e as fragilidades físicas e cognitivas, a geriatria assume um papel fundamental na garantia de um cuidado individualizado e eficaz.

A falta de um especialista em geriatria em Tapauá gera diversas consequências negativas para a população de pessoas idosas, como:

- **Dificuldade no Diagnóstico e Tratamento de Doenças:** A complexidade do quadro clínico das pessoas idosas exige um diagnóstico preciso e um

tratamento individualizado, aspectos que podem ser dificultados pela ausência de um especialista em Geriatria.

- **Tratamento Inadequado:** A falta de conhecimento específico sobre as particularidades do envelhecimento pode levar a um tratamento inadequado, com uso de medicamentos ineficazes ou até mesmo prejudiciais para o paciente idoso.
- **Aumento do Risco de Complicações:** O tratamento inadequado pode aumentar o risco de complicações, internações hospitalares e até mesmo óbitos entre os idosos.
- **Desassistência e Insatisfação:** A falta de acesso a um atendimento especializado gera frustração e desamparo na população idosa, que se sente desassistida e sem a devida atenção às suas necessidades específicas.

Para garantir o acesso da população idosa de Tapauá a um atendimento médico especializado em geriatria, medidas urgentes devem ser tomadas, como a implementação de serviços de Geriatria no município. A “criação” desse serviço, é fundamental para garantir um atendimento adequado à população de pessoas idosas. Caso isso não seja possível realizar a capacitação de profissionais da saúde, também se configura como algo crucial para melhorar a qualidade do atendimento às pessoas idosas. Adoção da “telegeriatria”, surge, também, como uma possibilidade que pode suprir de forma emergencial o acesso a um especialista em Geriatria, mesmo em regiões remotas como Tapauá.

O fato é que a ausência de geriatras em Tapauá configura um problema de saúde pública; garantir o acesso da população de pessoas idosas a um atendimento médico especializado e adequado às suas necessidades se faz necessário.

3.7 Rede de apoio para garantia dos direitos das pessoas idosas em tapauá

As pessoas idosas possuem muitos direitos, inclusive assegurados pela Constituição Federal de 1988 (vide capítulo 1). Dentre os principais e que são ofertados no município de Tapauá, estão, o direito previdenciário; no município existe uma sede do Instituto Nacional de Seguro Social, levando em consideração que o município não dispõe de uma previdência própria, é no INSS que essas pessoas

idosas recebem orientação e uma vez tenham dado entrada nos documentos necessários, para solicitar o benefício, acompanham essa solicitação, revisão e contestam, dentre eles está o Benefício de Prestação Continuada – BPC.

Figura 19: Sede do Instituto Nacional de Seguridade Social em Tapauá – AM



Foto: Igor Rodrigues – Trabalho de Campo, julho de 2024.

O BPC é destinado a pessoas que possuem alguma deficiência incapacitante e pessoas idosas acima de 65 anos que residam no Brasil, possuam baixa renda familiar e não receba nenhum outro benefício previdenciário. Segundo dados coletados no órgão, atualmente cerca de 214 pessoas idosas recebem o benefício em Tapauá, no universo de 981 pessoas idosas com idade igual ou superior a 65 anos.

O que traz à luz alguns questionamentos, como: essas pessoas idosas que não recebem esse benefício, não estariam aptas para receber? Ou simplesmente desconhecem seus direitos? Certamente as duas coisas, mas, o quantitativo total sobre cada um que faz parte fica em aberto. No local também é possível encontrar outros serviços disponíveis pelo governo federal, a citar, solicitações de pensão por morte e auxílio-doença.

O município conta, também, com assessoria em questões como testamentos, doações, sucessões, curatela e tutela, além de acompanhamento em processos de divórcio, inventário e interdição civil, defesa de seus direitos como consumidor, incluindo proteção contra práticas abusivas, publicidade enganosa, cobranças indevidas, direito à medicação gratuita, sobretudo, para diabéticos e hipertensos,

direito à moradia e a dignidade; todos esses direitos são assegurados através dos profissionais que atuam na Comarca de Tapauá: Juiz, Procurador Municipal, Promotor e Defensores Públicos, estão continuamente empenhados, agindo no combate e prevenção, para que os casos de abusos contra as pessoas idosas sejam evitados e punidos quando necessário.

3.7.1 Conselho Municipal da Pessoa Idosa

Em todo o Brasil, os Conselhos Municipais da Pessoa Idosa (CMPI) assumem um papel crucial na defesa dos direitos e na promoção do bem-estar da população idosa. Criados pela Lei nº 8.842/1994 - PNI, eles configuram-se como órgãos permanentes de caráter deliberativo, consultivo, controlador e fiscalizador da política municipal voltada para a pessoa idosa.

São compostos por representantes da sociedade civil e do poder público municipal, em paridade, garantindo a participação ativa e democrática de diversos segmentos da sociedade na formulação e implementação das políticas públicas para as pessoas idosas.

As reuniões ocorrem, periodicamente, com a presença de todos os membros, para discutir e deliberar sobre diversos temas relacionados aos direitos da pessoa idosa, tais como:

- **Formulação e implementação da política municipal da pessoa idosa:** O CMPI participa da elaboração do Plano Municipal da Pessoa Idosa, definindo as diretrizes, prioridades e ações para garantir o bem-estar e a qualidade de vida da população idosa no município;
- **Acompanhamento e avaliação das políticas públicas:** Monitora a execução das políticas públicas municipais voltadas para a pessoa idosa, avaliando sua efetividade e impacto;
- **Defesa dos direitos da pessoa idosa:** Atua na defesa dos direitos da pessoa idosa, denunciando violações, promovendo campanhas de conscientização e buscando soluções para os problemas enfrentados por esse público.
- **Promoção da participação social da pessoa idosa:** Incentiva a participação social da pessoa idosa em diversos espaços da sociedade, como conselhos tutelares, fóruns de saúde e comissões de direitos humanos.

- **Elaboração de estudos e pesquisas:** Pode realizar estudos e pesquisas sobre a realidade da pessoa idosa no município, subsidiando a formulação de políticas públicas mais eficazes.
- **Mobilização da sociedade civil:** Mobiliza a sociedade civil para o engajamento na defesa dos direitos da pessoa idosa e na promoção do seu bem-estar.

Dessa forma, eles contribuem para a garantia dos direitos da pessoa idosa e para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva, através da participação ativa dos seus membros.

Mas, infelizmente, no município de Tapauá, a exemplo da maioria dos municípios do estado do Amazonas não possui um Conselho Municipal da Pessoa Idosa, ou uma Política Municipal da Pessoa Idosa – PMPI, mesmo os municípios que possuem conselho no papel, não funcionam de fato da forma como deveria, segundo entrevista com a ex-presidente do Conselho Dra. Kennya Brito.

O próprio Conselho Estadual, no momento dessa pesquisa, ano de 2024, passa por mudanças, principalmente, na Lei nº 2.422 de 19 de novembro de 1996, que dispõe sobre a Política Estadual da Pessoa Idosa e cria o Conselho Estadual do Idoso (Amazonas, 1996).

Segundo a mesma lei, o conselho encontra-se vinculado à Secretaria Estadual de Assistência Social - SEAS, porém, na prática o Conselho encontra-se atrelado à Secretaria Estadual de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania – SEJUSC; enquanto não ocorre essa mudança, para regularizar, o Conselho se encontra “desmobilizado”.

Esse é apenas um dos motivos para que não somente em Tapauá, mas em outros município pelo Amazonas o Conselho da Pessoa Idosa saia do papel. Sua criação esbarra em diversos desafios como a falta de recursos financeiros, a carência de infraestrutura e a necessidade de capacitação dos seus membros.

É necessário que haja um esforço em conjunto com as esferas de governança e vontade política, porque os governos municipais devem destinar recursos financeiros suficientes para o funcionamento dos CMPI's, permitindo que estes possam realizar suas atividades de forma eficaz.

É necessário, também, a destinação de recursos financeiros para capacitação regular dos membros sobre os direitos da pessoa idosa, políticas públicas e instrumentos de gestão, aprimorando sua atuação.

Além de dispor de uma infraestrutura adequada para suas reuniões e atividades, incluindo local físico apropriado, equipamentos e materiais necessários. Grande parte desses materiais podem ser solicitados junto ao governo federal, entretanto, para poder solicitar, o conselho necessita estar ativo e regulamentado.

Esses passos desde a criação de uma Lei municipal até a construção ou adequação de uma estrutura física, manutenção e material humano são os grandes entraves para efetivação de umas das principais políticas públicas voltadas as pessoas idosas no município de Tapauá.

3.8 Transição demográfica em Tapauá e o futuro das pessoas idosas

O município de Tapauá, enfrenta o desafio do envelhecimento populacional, com um número crescente de pessoas com 60 anos ou mais. Essa realidade exige uma reflexão profunda sobre as necessidades e perspectivas para o futuro da pessoa idosa no município, a fim de garantir sua qualidade de vida, autonomia e participação social ativa.

Uma das primeiras e mais importantes necessidades pauta-se na saúde e bem-estar dessa crescente população; faz-se necessária a ampliação do acesso aos serviços de saúde de qualidade, incluindo consultas médicas regulares de preferência com médicos especialistas seja de forma presencial ou por teleconsulta, assim como exames preventivos e acompanhamento de doenças crônicas. Além disso é necessário, também, uma adaptação urbana ampla dos espaços públicos e privados, não somente da região central, mas, que se estenda também à periferia, para garantir a acessibilidade e segurança das pessoas idosas, incluindo rampas, elevadores em prédios públicos e privados com mais de um pavimento, pisos antiderrapantes e sinalização e iluminação adequada.

No município é possível encontrar políticas públicas voltadas às pessoas idosas como a existência do próprio CCI, o que à primeira vista pode parecer indispensável, mas nem todos os municípios do Brasil possuem, campanhas esporádicas por meio da Secretaria Municipal de Assistência Social sobre hábitos saudáveis, conscientização sobre a importância de uma alimentação balanceada, prática regular de atividades físicas e acompanhamento médico preventivo.

Esses esforços são válidos, porém, essas campanhas devem ser ampliadas, divulgadas nas rádios, espaços públicos e grandes eventos locais de forma contínua,

assim como em escolas municipais e estaduais de Tapauá, observando-se o que está descrito, inclusive, no Relatório Mundial Sobre o Idadismo da Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS, 2022) na estratégia 02: Intervenções educacionais, ou seja, estimular campanhas, que visem não somente o estímulo à qualidade de vida e o bem-estar, mas também, o combate ao preconceito contra as pessoas idosas (etarismo/idadismo).

A garantia da proteção social da pessoa idosa em Tapauá, principalmente para as pessoas idosas no futuro é fundamental, e só haverá essa justiça social através de campanhas de informação para toda população, para que entendam seus direitos de hoje e possam gozar dos mesmos no futuro, como é o caso da gratuidade no transporte público urbano e intermunicipal, meia passagem quando for o caso, além do Benefício de Prestação Continuada, a ampliação do acesso ao Benefício é de extrema importância para garantir a renda mínima necessária para a subsistência digna das pessoas idosas de Tapauá em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

Os serviços de assistência social a citar: Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS), Centros de Referência da Assistência Social (CRAS), também têm papel fundamental para assegurar os direitos da pessoa idosa e devem ser fortalecidos. Hoje o CREAS, por exemplo, não possui uma sede própria, funciona em um prédio alugado e cada mudança de gestão municipal muda a sede; a quantidade de funcionários é reduzida. Todos esses entraves dificultam o acesso da população ao serviço, além do fato de que boa parte da população não sabe para o que serve o órgão, ou seja, deve haver campanhas regulares todos os anos, para divulgar as ações que esses equipamentos públicos realizam, para que a população tenha cada vez mais acesso e casos de violência e injustiça sejam cada vez menores.

A economia de Tapauá hoje gira em torno do funcionalismo público, dos benefícios previdenciários e do terceiro setor da economia, principalmente, o comércio. Raramente se vêem pessoas idosas atuando nessas áreas, os poucos que lá estão, são estatutários (servidores públicos), os contratados (também conhecidos localmente como “serviços prestados”) nunca são pessoas idosas. “O perpetrador da agressão, normalmente, faz juízo de valor negativo quanto a capacidade do outro, utilizando-se como instrumento de análise a questão etária” (Pamplona *et. all*, 2023).

A formulação de uma política pública através de uma lei municipal que obrigue os gestores a contratarem uma porcentagem de 5% ou 10%, seria um grande

incentivo a participação ativa, inclusão social das pessoas idosas e o convívio intergeracional.

Outros incentivos como atividades de lazer, cultura, campanhas para participação em conselhos, onde seu conhecimento adquirido ao longo dos anos seria de grande valia para formulação de políticas públicas mais eficazes. Tapauá tem o potencial de se tornar um município referência na promoção do envelhecimento saudável e ativo. Através de políticas públicas eficazes, investimento em infraestrutura adequada e engajamento da comunidade, é possível garantir que as pessoas idosas vivam com dignidade, autonomia e participação plena na vida social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A população de pessoas idosas no mundo está em constante crescimento, através desse estudo fica evidente que a população de pessoas idosas do Brasil está crescendo de forma acelerada. Nas “Amazônias” também é evidente esse crescimento; no Amazonas e em Tapauá, ou seja, o município acompanha a tendência de envelhecimento populacional, que ocorre em todo o mundo, com base nos últimos censos demográficos.

Apesar do município ter sofrido grande variação de sua população residente, na parcela da população pesquisada, que são pessoas com idade igual ou superior a 60 anos, é possível notar uma linha gráfica de seguidas altas.

O cenário de políticas públicas voltadas às pessoas idosas em Tapauá, é de certa forma, preocupante; o que chama mais atenção é a inércia, como já havia identificado, ainda na década de 1970, a francesa Simone de Beauvoir no seu livro “*La Vieillesse*”, aparentemente há “uma conspiração do silêncio”, não somente da população em geral, mas, principalmente, por parte dos governantes. Não há leis municipais voltadas exclusivamente para as pessoas idosas no município, as poucas políticas públicas são meras adequações impostas pelos governos federal e estadual.

As sucessivas gestões, seja do executivo, seja do legislativo, parece não se importar com o tema, não há sequer um Plano Municipal da Pessoa Idosa; a elaboração e implementação de um PMPI, com metas e ações específicas para atender às necessidades da população de pessoas idosas local, é crucial para o sucesso das iniciativas nesse campo.

Como também, não há presença de médicos especialistas para atender as pessoas idosas, é necessária a promoção de capacitação para os profissionais da saúde, assistência social, educação e cultura para lidar com as demandas específicas da pessoa idosa; somente assim será possível garantir o mínimo de qualidade dos serviços prestados.

Essas capacitações podem ser feitas através de parcerias entre governo com as universidades públicas e federal como UEA, UFAM ou mesmo a FUNATI, sociedade civil e empresas privadas. A formação dessas parcerias pode ampliar o

alcance das ações e garantir a sustentabilidade dos projetos e serviços voltados para a pessoa idosa em Tapauá.

Esses investimentos no futuro das pessoas idosas tornarão o município Tapauá uma sociedade mais justa, inclusiva e sustentável, onde todos os cidadãos, independentemente, da idade, podem ter a oportunidade de viver uma vida plena e significativa.

Portanto, esse é o cenário atual das pessoas idosas no município de Tapauá, crescimento acelerado da população com idade igual ou superior a 60 anos, fato que pode ser observado segundo os dados levantados pelos últimos censos demográficos do IBGE, como também nos dados coletados nas UBS's do município, acompanhando a tendência mundial.

As políticas públicas locais não estão acompanhando esse crescimento, não existe nenhum Geriatria, postos de saúde de uso exclusivo, profissionais formados na área de cuidadores ou gerontologia, leis municipais que beneficiem as pessoas idosas, casas de apoio ou asilos. Fica evidente que os gestores locais não possuem conhecimento necessário para lidar com a temática, assim como lhes falta interesse.

Isso é perceptível, principalmente, ao transitar pela cidade, a falta de sinalização adequada, de localização, calçadas com acessibilidade e iluminação adequada, que põe em risco de vida as pessoas idosas, que por muitas vezes são obrigadas a transitar pela rua, em meio aos carros e motocicletas.

Não há, também, nenhuma preocupação com a mobilidade das pessoas idosas que habitam nos flutuantes sobre o rio Ipixuna, o acesso deles através de pontes e “pranchas” de madeira representa grande risco para quedas e acidentes fatais.

O futuro da pessoa idosa em Tapauá depende de um compromisso conjunto entre o poder público, a sociedade civil e o setor privado, através de ações conjuntas e investimentos direcionados, é possível construir um futuro promissor para a população de pessoas idosas do município, garantindo seus direitos, promovendo seu bem-estar e valorizando sua contribuição para o desenvolvimento social, econômico e cultural.

REFERÊNCIAS

AB'SABER, Aziz Nacib. **Amazônia: expansão e limites**. São Paulo: Edusp, 1957.

AB'SABER, Aziz Nacib. **Os Domínios de Natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

ACHUTTI, A., & AZAMBUJA, M. I. R. (2004). **Doenças crônicas não transmissíveis no Brasil: repercussões do modelo de atendimento à saúde sobre a seguridade social**. Disponível em: scielo.br/j/csc/a/rbhGXkQXkp85PPF5hgH9B7B/?format=pdf&lang=pt Acesso em: 19 de Julho de 2024.

AGÊNCIA BRASIL. **Disque 100 tem 47 mil denúncias de violência contra pessoas idosas**. Brasília, DF: 2023-06. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2023-06/disque-100-tem-47-mil-denuncias-de-violencia-contra-pessoas-idosas>. Acesso em: 02 de abril de 2024.

AMAZONAS. Decreto-Lei nº 28.419, de 27 de Março de 2009. Dispõe sobre a criação da Floresta Tapauá, nos Municípios de Tapauá e Canutama, no estado do Amazonas, e dá outras providências. **Governo do Estado do Amazonas**, Manaus, AM, 27 de Março de 2009. Disponível em: [Decreto-no28419-2009-Cria-a-Floresta-de-Tapaua.pdf \(sema.am.gov.br\)](https://sema.am.gov.br/Decreto-no28419-2009-Cria-a-Floresta-de-Tapaua.pdf). Acesso em: 13 de Abril de 2024.

ANDRADE, Íris Soier do Nascimento. **30 anos da Constituição cidadã e a tentativa de esvaziamento de direitos sociais trabalhistas pela lei: 13.467/2017***. Revista do Tribunal Regional do Trabalho 3ª Região. Vol.: 64. nº 98. Pág. 59-83, 2018.

Assembleia Geral das Nações Unidas. (1991). Resolução 46/91: Princípios das Nações Unidas para Pessoas Idosas. Adotada pela Assembleia Geral em 16 de dezembro de 1991. Disponível em: **Princípios das Nações Unidas para Pessoas Idosas**.

Assembleia Geral das Nações Unidas. (1993). **Declaração de Viena sobre os Direitos Humanos**. Resolução 48/121. Disponível em: [http://www.un.org/en/events/pastevents/pdfs/Vienna Declaration and Programme of Action.pdf](http://www.un.org/en/events/pastevents/pdfs/Vienna%20Declaration%20and%20Programme%20of%20Action.pdf).

Assembleia Geral das Nações Unidas. (2011). **Resolução 66/127**. Disponível em: <https://undocs.org/A/RES/66/127>.

BARBIERE, Natália Alves. **Velhice: melhor idade?**. O mundo da saúde, São Paulo. São Paulo, 2012; 36 (1): 116-119.

BECKER, Bertha K. **Amazônia: geopolítica na virada do III milênio**. Rio de Janeiro: Garamond, 2001.

BEZERRA, Patrícia Araújo; NUNES, José Walter; MOURA, Leides Barroso de Azevedo. **Envelhecimento e isolamento Social: Uma revisão integrativa**. Acta Paul Enferm. 2021;34:eAPE02661.

BIRMAN, J. **Terceira idade, subjetivação e biopolítica**. História, Ciências, Saúde - Manguinhos, Rio de Janeiro, v. 22, n. 4, p. 1267-1282, dez. 2015.

BONILLA, Oiara. **Povos indígenas no Brasil: Os Paumari**. ISA – Instituto Socioambiental. Disponível em: [Paumari - Povos Indígenas no Brasil \(socioambiental.org\)](http://socioambiental.org). Acesso em Abril de 2024.

BUETTNER, Dan. **The Blue Zones: Lessons for Living Longer From the People Who've Lived the Longest**. National Geographic Books, 2008.

BUETTNER, Dan. **The Blue Zones Solution: Eating and Living Like the World's Healthiest People**. National Geographic Books, 2015.

BUETTNER, Dan. **The Blue Zones of Happiness: Lessons from the World's Happiest People**. National Geographic Books, 2017.

BRASILESCOLA. **Pará**. Disponível em: [Pará \(PA\): capital, mapa, bandeira, cultura, economia \(uol.com.br\)](http://uol.com.br). Acesso em: 27 de janeiro de 2024.

BRASILESCOLA. **Amapá**. Disponível em: [Amapá \(AP\): dados gerais, bandeira, mapa, história - Brasil Escola \(uol.com.br\)](http://uol.com.br). Acesso em: 27 de janeiro de 2024.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 15 de maio de 2023.

BRASILESCOLA. **Acre**. Disponível em: [Acre \(AC\): capital, mapa, bandeira, história, cultura \(uol.com.br\)](http://uol.com.br). Acesso em: 29 de janeiro de 2024.

BRASIL. Decreto-Lei nº 291, de 28 de fevereiro de 1967. Estabelece incentivos para o desenvolvimento da Amazônia Ocidental da Faixa de Fronteiras abrangida pela Amazônia e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 28 fev. 1967. Disponível em: [Decreto-Lei 291 \(planalto.gov.br\)](http://planalto.gov.br) Acesso em: 12 fev. 2024.

BRASIL. Decreto-Lei s/n, de 08 de Maio de 2008. Dispõe sobre a criação do Parque Nacional Nascente do Lago Jari, nos Municípios de Tapauá e Beruri, no estado do Amazonas, e dá outras providências. **Presidência da República, Casa Civil, Subchefia Para Assuntos Jurídicos**, Brasília, DF, 08 Maio 2008. Disponível em: [DNN 11576 \(planalto.gov.br\)](http://planalto.gov.br). Acesso em: 13 de Abril de 2024.

BRASIL. Decreto-Lei nº 87.585, de 20 de Setembro de 1982. Dispõe sobre a criação da Reserva Biológica do Abufari, no Municípios de Tapauá, no estado do Amazonas, e dá outras providências. **Presidência da República**, Brasília, DF, 20 de Setembro de 1982. Disponível em: [rebio_abufari.pdf \(www.gov.br\)](http://www.gov.br). Acesso em: 13 de Abril de 2024.

BRASIL. **Lei nº 8.842, de 4 de janeiro de 1994. Dispõe sobre a Política Nacional do Idoso, cria o Conselho Nacional do Idoso e dá outras providências.** Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 5 jan. 1994. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8842.htm. Acesso em: 15 mai. 2023.

BRASIL. **Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003.** Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 3 out. 2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.741.htm. Acesso em: 15 mai. 2023.

BRASIL. **Lei nº 12.852, 5 de Agosto de 2013.** Dispõe sobre o Estatuto da Juventude e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 05 de Agosto de 2013. Disponível: [L12852 \(planalto.gov.br\)](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l12852.htm).

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. – Brasília: Ministério da Saúde, 2006. (Série A. Normas e Manuais técnicos) http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_saude_pessoa_idosa.pdf. Acesso em: 15 de maio de 2023.

CAMACHO, A. C. L. F. & ALVES, R. R. **Maus-tratos contra idosos na perspectiva da enfermagem: Revisão Integrativa.** Revista de Enfermagem UFPE on line. ISSN: 1981-8963, 2015.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A cidade.** São Paulo: Contexto, 1994.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Portal da Câmara dos Deputados. Brasília: Câmara dos Deputados, 2023. Disponível em: [Portal da Câmara dos Deputados \(camara.leg.br\)](http://portal.camara.gov.br). Acesso em: 13 de fevereiro de 2024.

CHANDLES, William. **Ascent of the river Purús.** Journal of the Royal Geographical Society. Londres: Royal Geographical Society, 1866., v.36, pp. 86-118.

CHAVES, A. C. S., & OLIVEIRA, T. M. (2020). “Direito à cultura para a pessoa idosa: reflexões sobre a importância da inclusão cultural na velhice. Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia”. 23(4), 190 e 214.

CHAVES, Rodrigo Pádua Rodrigues. **Povos indígenas no Brasil: Povo Deni.** ISA – Instituto Socioambiental. Disponível em: [Deni - Povos Indígenas no Brasil \(socioambiental.org\)](http://www.socioambiental.org/pt-br/publicacoes/povos-indigenas-no-brasil). Acesso em Abril de 2024.

COIMBRA e SILVA, L. H., & BESSA, R. O. (2020). **Direito à moradia para a população idosa: desafios e perspectivas.** Revista Katálisis, 23(1), 63-73.

COSTA, Wanderley Messias da. **Políticas públicas e conflitos socioambientais: a experiência de Barcarena.** Belém: NAEA, 2005.

Declaração Universal dos Direitos Humanos. (1948). **Adotada pela Assembleia**

Geral das Nações Unidas em 10 de dezembro de 1948. Artigo XXI, parágrafo 1.

DELFIOR, Eduardo Tonole; ANDRADE, Maria Angélica Carvalho; Lima, Rita de Cássia Duarte. **Reflexões sobre análise de implementação de políticas de saúde.** Saúde em Debate, vol.:39, nº 104. Mar de 2015, pág.210-225.

DEL DUCA GF, SILVA MC, HALLAL PC. **Incapacidade funcional para atividades básicas e instrumentais da vida diária em idosos.** Rev. Saúde Pública 2009; 43(5): 796-805.

Encyclopædia Britannica, Inc. Enciclopédia Britânica. 16ª ed. [S.l.]: Encyclopædia Britannica, Inc., 2010. Disponível em: [Amazonas | História, Mapa, População, & Fatos | Britannica.](#)

FARIAS, André Luís Assunção (Org.). **Grandes Projetos na Amazônia: A ecologia política dos danos e conflitos socioambientais.** Editora: Científica Digital, Guarujá - SP, 2023.

FERRARINI, Sebastião Antônio (1980). **Canutama: conquista e povoamento do Purus.** Manaus: Edições Governo do Estado do Amazonas. pp. p. 14.

FURTADO, L.G., LEITÃO, W. & MELO, A.F. (orgs.) (1993). **Povos das águas, realidade, e perspectivas na Amazônia.** Ministério de Ciência e Tecnologia, Conselho Nacional de Pesquisa, Museu Paraense Emílio Goeldi, Belém.

GARNELO, Luiza; HERKRATH, Fernando José. **Vacinação contra a influenza autorreferida por idosos de áreas rurais ribeirinhas: implicação potencial dos achados frente à pandemia de covid-19 no Amazonas.** Rev. Bras. Geriatr. Gerontol. 2021;24(3):e210094.

INFOESCOLA. “Criação do estado de Mato Grosso”. Disponível em: [História do Mato Grosso - InfoEscola.](#) Acesso em: 26 de janeiro de 2024.

KOOP, Gordon; LINGENFELTER, Sherwood G. **Os Dení do Brasil Ocidental: um estudo de organização sócio-política e desenvolvimento comunitário.** Dallas: Museu Internacional de Cultural, 1983.

LEBRÃO, M. L. (2016). “Envelhecimento populacional e políticas sociais”. Revista Kairós Gerontologia, 19(2), 9-26. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/kairos/article/view/27652/19973>.

LEOPOLDO, Eudes. **A urbanização da Amazônia.** In: Souza, Isaque dos Santos Leopoldo, Eudes; Lima, Marcos Castro; A produção do Espaço Urbano e Regional na Amazônia. Editora Consequência, 2022. Pág. 21-35.

LOPES, M. F., & ROSA, A. M. M. (2018). **Cultura, envelhecimento e direitos humanos: reflexões sobre o acesso à cultura para a população idosa.** Revista Psicologia, Diversidade e Saúde, 7(2), 344-357.

MARICATO, Ermínia. **Brasil, cidades: alternativas para a crise urbana.** Petrópolis:

POHL, Luciene. **Povos indígenas no Brasil: Os Banawá**. ISA – Instituto Socioambiental. Disponível em: [Banawá - Povos Indígenas no Brasil \(socioambiental.org\)](http://socioambiental.org). Acesso em Abril de 2024.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **Geografia e o planejamento urbano**. São Paulo: Contexto, 1997.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **A globalização da natureza e a natureza da globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

POZ, João Dal. **Povos indígenas no Brasil: Povo Zuruahã**. ISA – Instituto Socioambiental. Disponível em: [Zuruahã - Povos Indígenas no Brasil \(socioambiental.org\)](http://socioambiental.org). Acesso em Abril de 2024.

REIS, Vera. **Cidades amazônicas: realidades e desafios**. In: Anais do XXVIII Encontro Nacional de Estudos Populacionais. ABEP, 2010.

RIBEIRO, Maria Lúcia Miranda. **As cidades da Amazônia**. São Paulo: Contexto, 2002.

Relatório mundial sobre o idadismo. Washington, D.C.: Organização Pan-Americana da Saúde; 2022. Licença: CC BY-NC-SA 3.0 IGO. <https://doi.org/10.37774/9789275724453>.

SANTOS, Milton. **Amazônia: espaço e tempo**. São Paulo: Hucitec, 2008.

SANTOS, Milton. **Por uma Geografia Nova**. São Paulo: Editora Hucitec, 1978.

SOARES, M. C. S., & VASCONCELOS, M. I. B. (2017). **Prioridade absoluta e proteção integral: fundamentos para a efetivação dos direitos da criança e do adolescente**. Revista Katálisis, 20(3), 468-477.

SOUZA, A. L. C. B., & LIMA, R. C. C. (2019). **Amparo às pessoas idosas: responsabilidade da família, sociedade e Estado**. Revista Baiana de Enfermagem, 33, 33 e 009. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/enfermagem/article/view/31590/22290>.

SOUZA, E. M. (2001). "A ocupação da Amazônia e seus impactos ambientais". In C. L. A. Costa, A. C. B. Gomes, & C. L. Saito (Orgs.), **Meio ambiente e sociedade: Reflexões sobre as questões ambientais na Amazônia**. (pp. 19-34). Editora da Universidade Federal do Amazonas.

SOUZA, José Gilberto de; BELLENTANI, Natália Freire. **A cidade e o campo: Uma análise quantitativa e qualitativa de desenvolvimento humano em área de reforma agrária e periferia urbana**. XLV Congresso da SOBER: - "Conhecimento para agricultura do futuro". Londrina, 2007.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **"A cidade"**. São Paulo: Contexto, 2001.

SOUZA, Maria Adélia Aparecida de. **"Geografia da Amazônia"**. São Paulo: Contexto,

2000.

SOUZA, Maria Adélia Aparecida de. **“Geografia da cidade”**. São Paulo: Contexto, 1996.

SILVA, M. B., & OLIVEIRA, J. P. S. (2019). **Acesso à cultura para a pessoa idosa: reflexões sobre políticas públicas e envelhecimento ativo**. Revista de Direito Sanitário, 20(2), 99-117.

SILVA, L. R. F. **Da velhice à terceira idade: o percurso histórico das identidades atreladas ao processo de envelhecimento**. História, Ciências, Saúde-Manguinhos, Rio de Janeiro, v. 15, n. 1, p. 155-168, mar. 2008a.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. **Cidades médias brasileiras**. São Paulo: Contexto, 2003.

VAINER, Carlos Bernardo. O Planejamento como Suporte Ideológico. In: ARANTES, O. A. (Org.). **O espaço da diferença**. Campinas: Papirus, 1995. p. 203-225.

VAINER, Carlos. **Planejamento urbano no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.

VERRI, M. G., & OLIVEIRA, M. C. F. (2018). **Amparo à pessoa idosa: um compromisso da família, sociedade e Estado**. Revista Brasileira de Enfermagem, 71(Supl. 4), 1649-1655. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/reben/a/yRFF8NyjMYscY8bB5TcLYF/?lang=pt>.

APÊNDICE

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS

Departamento de Geografia

Programa de Pós-Graduação em Geografia

Grupo De Pesquisas em Gerontogeografia

Nº do formulário: ____

Data: ____ / ____ /2024. Responsável: _____

1. Dados do entrevistado:

1.1 Sexo: () masc. () fem.

1.2 Idade: ____

2. Ocupação profissional:

2.1 Qual cargo você exerce no serviço público ou privado?

() Assistente Social () Secretário () Temporário

() Aposentado () Vereador () Serviço prestado

Outro: _____.

2.2 Qual bairro ou comunidade você reside atualmente:

() Centro () Manoel Costa () Mutirão () Açaí

() Rio Purus () São João () Otávio Ferreira

() Flutuante () Terra Indígena () Com. Ribeirinha

Outro: _____.

2.3 Quantas pessoas moram em sua residência?

00 a 10 anos ____ Masc. ____ Fem.

11 a 10 anos ____ Masc. ____ Fem.

20 a 29 anos ____ Masc. ____ Fem.

30 a 39 anos _____	_____ Masc. _____ Fem.
40 a 49 anos _____	_____ Masc. _____ Fem.
50 a 59 anos _____	_____ Masc. _____ Fem.
60 anos + _____	_____ Masc. _____ Fem.

2.4 No seu bairro existe algum equipamento público que possa ser utilizado por pessoas idosas?

() Academia ao ar livre () Praças adaptadas com mesas com jogos
() Calçadas com acessibilidade () Ciclovias, Parques e Jardins
() Sinalização adequadas nas ruas com letras grandes () Casas de repouso
() Hospitais com acessibilidade () Posto de saúde exclusivos
Outros: _____.

3. Serviços e Políticas Públicas para a Pessoa Idosa

3.1 Você conhece algum veículo tipo ambulância ou “ambulancha” que atenda exclusivamente ou esteja adaptado para atender as Pessoas Idosas?

() Sim () Não () Não sei

Na sua cidade existe o conselho do idoso?

() Sim () Não () Não sei

3.2 Você sabe para o que serve o conselho municipal da pessoa idosa?

() Sim () Não

Resposta: _____.

3.3 E o Estatuto da Pessoa Idosa você já ouviu falar?

() Sim () Não () Nunca

3.4 Você tem conhecimento de alguma lei Municipal voltada exclusivamente para as Pessoas Idosas?

() Sim () Não

4. Nível de escolaridade e Políticas educacionais para a Pessoa Idosa

4.1 Qual nível de escolaridade das Pessoas Idosas na sua Residência?

() Ensino Fundamental incompleto () Fundamental completo

() Ensino Médio incompleto () Médio completo

() Ensino Superior incompleto () Superior completo

Outro: _____

4.2 Você conhece a Funati?

() Sim () Não

4.3 Você sabia que a Constituição Federal de 1988 no seu art. 205 assegura a educação universal e de qualidade inclusive para Pessoas Idosas?

() Sim () Não

4.4 Você sabia que Tapauá assim como o Brasil e o mundo está passando por uma enorme transição demográfica? Que é o envelhecimento acelerado de sua população.

() Sim () Não

4.5 No período o qual você estudou em sua vida, em algum momento viu algo especificamente sobre direitos da Pessoa Idosa, ou estratégias para um envelhecimento saudável?

() Sim () Não

Em qual matéria ou disciplina?

5. Importância das Pessoas Idosas na Sociedade e o papel dos gestores políticos na qualidade de vida da população.

5.1 As Pessoas Idosas são importantes na sociedade na sua opinião?

() Sim () Não

Qual sua importância principal na sua opinião?

5.2 Você se enxerga sendo uma Pessoa Idosa, seja agora ou no futuro?

() Sim () Não

5.3 De acordo com as informações acerca do envelhecimento que você possui nesse momento, e observando seu estilo de vida, você acredita que terá uma boa ou má “velhice”?

() Boa () Má () Péssima

5.4 Qual o nível de importância das ações do governo na criação de políticas públicas para que as pessoas envelheçam de forma saudável?

- () Nenhuma, as pessoas são responsáveis por sua própria saúde
- () Pouco importante, cada um tem seu modo de vida
- () Importante, pois o povo depende diretamente do governo
- () Muito importante, ele deve preparar os serviços públicos para atender essa população crescente.

6. Mobilidade e qualidade ambiental urbana:

6.1 Na sua cidade existe algum serviço de transporte urbano ou intermunicipal que oferece a gratuidade ou desconto para pessoas com idade superior a 60 anos?

() Sim () Não () Não sei

Qual? _____.

6.2 Se houvesse uma lei que garantisse a meia passagem nos barcos, lanchas, moto táxis para cidadãos acima de 60 anos, você acredita que isso seria importante para as Pessoas Idosas?

() Sim () Não

6.3 Você acha que a sinalização em sua cidade, de trânsito, de identificação de ruas, identificação dos órgãos públicos, rampas de acesso, meio fio etc. É suficiente para a circulação de Pessoas Idosas que possuem visão e mobilidade reduzida?

() Sim () Não () Precisa melhorar

6.4 No seu bairro existe coleta de lixo?

() Não () Diariamente () Semanalmente

6.5 Existe água encanada? Se sim, é proveniente de onde?

() Não () Poço artesiano () Rio

Outro: _____.

6.6 Existe serviço de coleta de esgoto? Caso não exista, os dejetos líquidos e sólidos da sua residência são despejados onde?

() Sim () Fossa séptica () No Rio ou igarapé
() Fundo do quintal () Na rua

6.7 Já presenciou alguma pessoa idosa que deixou de realizar alguma atividade por dificuldade de deslocamento?

() Sim

() Não

Especificar:
